



Relatório e Contas 2007

BANCO ESPÍRITO SANTO DE INVESTIMENTO, S.A.

Edifício Quartzó - Rua Alexandre Herculano nº 38 - 1269-161 Lisboa - Portugal

Capital Social: 70.000.000 euros

Matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa e
Pessoa Colectiva nº 501 385 932

ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO

• Mensagem conjunta do Presidente do Conselho de Administração e do Presidente da Comissão Executiva	3
• Órgãos Sociais e Comissão Executiva	5
• Princípios e Valores do Espírito Santo Investment	11
• Principais Indicadores Financeiros	12
• Organigrama	13
• <i>Rating</i>	14
• Proposta de Aplicação de Resultados	15
• Declaração de Conformidade	15

01. AMBIENTE MACROECONÓMICO 17

• Situação Económica Internacional	17
• Situação Económica em Portugal	23
• Situação Económica em Espanha	25
• Situação Económica no Brasil	26
• Situação Económica em Angola	27
• Situação Económica na Polónia	28

02. ACTIVIDADE E RESULTADOS 29

• Estrutura do Negócio de Banca de Investimento	29
• Clientes – Originação	33
• Mercado de Capitais – Renda Variável	39
• Mercado de Capitais – Renda Fixa	47
• Serviços Financeiros	55
• Assessoria Médias Empresas	61
• <i>Project Finance</i> e <i>Securitização</i>	65
• <i>Leveraged Finance</i>	71
• <i>Private Equity</i>	77
• Clientes Particulares	81

03. RECURSOS HUMANOS 82

04. GESTÃO INTEGRADA DOS RISCOS 83

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS ÀS CONTAS 100

• Demonstrações Financeiras Consolidadas	101
• Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas	106
★ Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	167
★ Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria	169
★ Relatório da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas	171
★ Relatório dos Auditores	173

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E NOTAS ÀS CONTAS 175

• Demonstrações Financeiras Consolidadas	176
• Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais	181
★ Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	243
★ Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria	245
★ Relatório Anual sobre a Fiscalização Efectuada	247
★ Relatório dos Auditores	249
★ Extracto da Acta da Reunião da Assembleia Geral Universal de 28 de Março de 2008	251

RELATÓRIO DE GESTÃO

Mensagem Conjunta do Presidente do Conselho de Administração e do Presidente da Comissão Executiva

Na continuação de um ciclo muito positivo do Banco Espírito Santo de Investimento iniciado em 2003, congratulamo-nos com os resultados alcançados em 2007 no desempenho das nossas actividades. O produto bancário cresceu 23% em relação a 2006, ultrapassando pela primeira vez os 200 milhões de euros. O resultado operacional / contribuição directa ultrapassou pela primeira vez os 100 milhões de euros (114,5 milhões de euros) o que representa um crescimento de 27,4% face a 2006. O resultado líquido, apesar das dificuldades sentidas nos mercados financeiros mundiais no segundo semestre do ano, atingiu o valor mais elevado da história do Banco de 73 milhões de euros com um crescimento de 22% em relação a 2006. No triénio que agora terminamos (2004-2007) obteve-se um crescimento médio de 19% no produto bancário e de 20% nos resultados líquidos, sem se ter verificado qualquer aumento de capital. O Return on Equity médio dos últimos 3 anos foi de 29%, tendo-se conseguido em 2008 uma elevação da notação de rating para A no longo prazo e A1 no curto prazo (Standard & Poors) e um Cost to Income de 43.2%.

Estes resultados reflectem um bem sucedido esforço de internacionalização e a crescente consolidação das actividades do Banco em Espanha (cada vez mais nos afirmamos com um entidade de referência da Banca de Investimento Ibérica), Brasil e Reino Unido, bem como a presença emergente em Angola e na Polónia. Tirámos também o benefício de ter nas nossas actividades uma exposição relativa a países de elevado crescimento como o Brasil e Angola. Com isso mais de metade da nossa actividade é já internacional, em termos de colaboradores, produto bancário, custos e resultados, um objectivo que perseguíamos a médio prazo e que conseguimos antecipar neste ano de 2007.

No plano qualitativo conseguimos numerosas distinções e realizações nos diferentes negócios e mercados em que estamos presentes.

- ★ Nas fusões e aquisições alcançámos a liderança do mercado nacional em número de operações e valor, obtendo o segundo lugar no ranking ibérico por número de operações (ranking Bloomberg);
- ★ Na corretagem, mantemos uma posição de destaque nas bolsas de Lisboa e Madrid, com 11,3% de quota de mercado em Portugal (2º lugar no ranking) e 6% em Madrid (6º lugar no ranking). Paralelamente, temos vindo a melhorar a qualidade do research do Brasil, já colocado em 7º lugar no reputado ranking de “Institutional Investor”;
- ★ No *Private Equity* lançámos o nosso primeiro fundo de investimento em infra-estruturas (€ 50,5 milhões) e expandimos a actividade para o Brasil;
- ★ No Project Finance continuámos a consolidar um lugar de destaque a nível global nos sectores de Infra-estruturas de Transporte e energias Renováveis. Fruto dessa actuação ficámos em 10º lugar no ranking europeu de MLA de Project Finance e em 4º lugar no ranking mundial de MLA de Energias Renováveis. A operação de € 1031 milhões de refinanciamento do portfolio de parques eólicos para a Babcock & Brown obteve a distinção de “Global Deal of the Year 2007” pela revista Infrastructure Journal e de “Global Renewables Portfolio Refinancing Deal of the Year” pela revista Project Finance;
- ★ Nas demais actividades de mercado capitais, acções e renda fixa ou de financiamentos estruturados, tivemos também uma actuação destacada com participação em numerosas transacções de referência nos vários mercados em que estamos presentes.

Consolidado este ciclo de desenvolvimento, foi entretanto tomada a decisão de expandir a nossa actividade internacional.

Nesse contexto foi iniciado o processo de abertura de uma sucursal nos EUA, pretendendo-se focar a distribuição de produtos de mercados de capitais ibéricos e brasileiros naquele que é o maior mercado de investimento institucional do mundo, e o desenvolvimento de actividades de assessoria e financiamento especializado com foco particular nos sectores de infra-estruturas de transportes e energias renováveis.

Na Polónia, reforçámos para 75% a nossa posição na Concordia Espírito Santo Investment (Fusões e Aquisições e assessoria financeira), e iniciou-se também a abertura de uma sucursal que inicialmente irá actuar no mercado de corretagem de acções e renda fixa.

Em Angola, onde já actuamos indirectamente com equipas no BES Angola nos mercados de assessoria e financiamento aos projectos de investimento em infra-estruturas e em desenvolvimento de recursos naturais, estamos a estudar a viabilidade de constituir um Banco de Investimento e uma corretora local, para alargar a nossa presença às actividades de mercado de capitais.

Em complemento, anunciámos o investimento de cerca de € 35,5 milhões na aquisição de 9,95% do Evolution Group PLC, um Banco de investimento independente inglês especializado nas actividades de corretagem e mercado de capitais, que actua nos mercados do Reino Unido, EUA e Ásia. Pretendemos iniciar a análise e discussão da possível exploração conjunta de oportunidades de negócio nesses mercados alvo, procurando combinar as capacidades de distribuição do EVG com as nossas capacidades de originação nos países em que estamos presentes.

Estes planos reflectem uma visão e a ambição de levar o Banco mais longe, crescendo e diversificando a sua actividade, mas mantendo o eixo central do seu modelo de desenvolvimento, assente no triângulo Iberia-Brasil-Angola. No contexto actual de crise de mercados que se vive desde Agosto de 2007 e que se aprofundou no início de 2008, encaramos o futuro de longo prazo com optimismo, confiantes que a estratégia que desenhamos é a adequada, mas sempre gerindo os investimentos incrementais com a prudência que o momento e o posicionamento de longo prazo do Grupo Banco Espírito Santo o exigem.

Agradecemos o empenho dos nossos Colaboradores, que de forma incansável têm acreditado e vivido o objectivo que é fazer do seu Banco uma instituição cada vez maior e melhor, e a confiança dos nossos Clientes, em especial aqueles que têm acompanhado o nosso processo de internacionalização, cuja confiança tudo faremos para continuar a merecer.

Não podemos finalizar esta mensagem, sem destacar o bom relacionamento que mantemos nos diversos países onde estamos presentes com as entidades reguladoras, de supervisão bancária e mercados. Agradecemos também o contributo que o Conselho Fiscal e os nossos Auditores, internos e externos, continuam a dar para desenvolver e melhorar a qualidade no reporte da informação contabilística e de gestão do Banco.

José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi

(Vice-Presidente do Conselho de Administração
Presidente da Comissão Executiva)

Ricardo Espírito Santo Silva Salgado

(Presidente do Conselho de Administração)

Órgãos Sociais e Comissão Executiva

ÓRGÃOS SOCIAIS ⁽¹⁾

MESA DE ASSEMBLEIA GERAL

Presidente

Filinto Elísio Monteiro Gomes ⁽²⁾

Secretário

José Miguel Alecrim Duarte

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Ricardo Espírito Santo Silva Salgado

Vice-Presidentes

José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi

Francisco Ravara Cary

Rafael Caldeira de Castel-Branco Valverde

Miguel António Igrejas Horta e Costa

Vogais

Amílcar Carlos Ferreira de Moraes Pires

António Espírito Santo Silva Salgado

Bernard Marcel Fernand Basecz

Bernardo Ernesto Simões Moniz da Maia

Christian Georges Jacques Minzolini

Diogo Luís Ramos de Abreu

Duarte José Borges Coutinho Espírito Santo Silva

Félix Aguirre Cabanyes

João Filipe Espírito Santo de Brito e Cunha

José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva

Luís Miguel Pina Alves Luna Vaz

Manuel de Magalhães Villas-Boas

Mário da Silveira Teixeira Júnior

Paulo José Lameiras Martins

Pedro Manuel de Castro Simões Ferreira Neto

Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva

Tiago Vaz Pinto Cyrne de Castro

⁽¹⁾ Os Órgãos Sociais do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. (Mesa da Assembleia Geral, Conselho de Administração e Conselho Fiscal) foram eleitos para o quadriénio 2005-2008, por deliberação da Assembleia Geral Anual, realizada no dia 30 de Março de 2005.

⁽²⁾ O Dr. Filinto Elísio Monteiro Gomes foi nomeado Presidente da Mesa por deliberação da Assembleia Geral Universal do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A., realizada em 20 de Março de 2007, após a renúncia ao mesmo cargo por parte do Dr. Jorge Luís Soromenho Gomes de Abreu.

COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente

José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi

Francisco Ravara Cary

Rafael Caldeira de Castel-Branco Valverde

Miguel António Igrejas Horta e Costa

Christian Georges Jacques Minzolini

Diogo Luís Ramos de Abreu

Félix Aguirre Cabanyes

Luís Miguel Pina Alves Luna Vaz

Paulo José Lameiras Martins

Pedro Manuel Castro Simões Ferreira Neto

Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva

Tiago Vaz Pinto Cyrne de Castro

Directores Centrais com Assento na Comissão Executiva

Frederico dos Reis de Arrochela Alegria

José Luís de Saldanha Ferreira Pinto Basto

Secretária da Comissão Executiva

Patrícia Salgado Goldschmidt

CONSELHO FISCAL ⁽¹⁾

Presidente

José Manuel Macedo Pereira

Membros Efectivos

Tito Manuel das Neves Magalhães Basto

Mário Paulo Bettencourt de Oliveira

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada pelo Dr. José Maria Rego Ribeiro da Cunha

⁽¹⁾ Na sequência das alterações estatutárias aprovadas pela Assembleia Geral do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. em reunião realizada em 28 de Junho de 2007, a fiscalização do Banco passou a caber ao Conselho Fiscal e a um Revisor Oficial de Contas (ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas) que não seja membro daquele órgão. Neste sentido, a Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas passou a exercer as funções de Revisor Oficial de Contas do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A., passando o Dr. Mário Paulo Bettencourt de Oliveira a exercer as funções de membro efectivo do Conselho Fiscal.

DIRECÇÕES**Cientes**

Vasco Pinto Ferreira (Portugal)
Carolina Ibañez (Espanha)
Alberto Kiraly (Brasil)
Paulo Araújo (Reino Unido)
Andrzej Mierzwa (Polónia)
Manuel Reis (Angola)

Serviços Financeiros

Leonor Dantas (Portugal)
José Miguel Rego (Espanha)
Maria Luísa Baroni (Brasil)
Alexandre Lopes (Polónia)

Médias Empresas

Luís Bandeira (Portugal)

Project Finance e Securitização

Nuno David Cardoso (Portugal)
Nigel Purse (Reino Unido)
Lucas Martinez Vuiller (Espanha)
Alan Fernandes (Brasil)
Manuel Reis (Angola)

Leveraged Finance

Rui Baptista (Portugal, Espanha, Reino Unido)
Gregg Égen (Reino Unido)

Mercado de Capitais - Originação

Cristina Frazão (Renda Fixa, Portugal e Espanha)
Sílvia Costa (Renda Variável, Portugal e Espanha)
Vicente Garcia (Espanha)
Alberto Kiraly (Brasil)

Mercado Secundário - Acções

João Baptista Pereira (Portugal e Espanha)
Ricardo Schneider / Gilberto Pereira de Souza (Brasil)
Rodrigo Carvalho (Polónia)

Gestão de Activos

Fernando Castro Solla (Portugal)
Martim Amaral Neto (Brasil)

Proprietary Trading - Acções

Rui Borges de Sousa (Portugal e Espanha)

Derivados de Acções - Vendas

Frederico Alegria (Portugal, Espanha e Brasil)
Luís Morgado (Portugal e Espanha)
Paulo Saba (Brasil)

Tesouraria

Carlos Nogueira (Portugal)

Renda Fixa

Frederico Alegria (Portugal, Espanha e Brasil)
Carlos Ferreira Pinto (Portugal e Espanha)
Paulo Saba (Brasil)

Direcção de Clientes Particulares

Lourenço Vieira de Campos
Salvador Roque de Pinho

DEPARTAMENTOS

Compliance

José Pinto Basto

Planeamento Estratégico

José Pinto Basto

Internacional

José Neves de Almeida

Comunicação e Imagem

Pedro Pereira Santos

Contabilidade

Pedro Ventaneira

Delfina Mendes

Informação

Paula Ramalheira

Controlo de Gestão

Pedro Ventaneira

António Pacheco

Controlo de Risco

Pedro Ventaneira

Luís Pereira

Informática

Carlos Calqueiro

Operações

Rui de Sousa

Organização e Meios

José Gabriel

Recursos Humanos

José Gabriel

Análise de Risco de Crédito

Filipa Schubeius

Jurídico

Patrícia Goldschmidt

SUCURSAIS**Londres**

Pedro Ferreira Neto
Nigel Purse

Espanha

Félix Aguirre
Ricardo Domenech

SOCIEDADES SUBSIDIÁRIAS**BES Investimento do Brasil, S.A. – Banco de Investimento (Brasil)**

Ricardo Espírito Santo

BES Securities do Brasil, S.A. – Corretora de Câmbios e Valores Mobiliários (Brasil)

Ricardo Espírito Santo
Ricardo Schneider / Gilberto Pereira de Souza

BESAF - BES Activos Financieros, Ltda. (Brasil)

Diogo Abreu
Martim Amaral Neto

Espírito Santo Capital - Sociedade de Capital de Risco, S.A. (Portugal)

Francisco Cary
João Arantes e Oliveira
António Ricciardi
Emília Franco Frazão

Espírito Santo Capital Brasil, S.A.

Ricardo Espírito Santo
João Arantes e Oliveira
Manuel Ferrão de Sousa

Espírito Santo Investment p.l.c. (Irlanda)

Tiago Cyrne de Castro
John Madigan

Concórdia Espírito Santo Investment Sp. Z.o.o. (Polónia) ⁽¹⁾

Christian Minzolini
Bartłomiej Postępski
Mikołaj Dietrich
Piotr Gorzelak
Alexandre Lopes

SOCIEDADES PARTICIPADAS**FinSolutia, Consultoria e Gestão de Crédito, S.A.**

Paulo José Lameiras Martins
Tiago Vaz Pinto Cyrne de Castro
Nuno Leite Faria Espírito Santo Silva

⁽¹⁾ No dia 5 de Dezembro de 2007, o Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. aumentou a sua participação no capital da Concórdia Espírito Santo Investment Sp. Z.o.o. de 49% para 75,0018%

COMISSÃO EXECUTIVA

1. **José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi**, Presidente da Comissão Executiva, Vice-Presidente do Conselho de Administração (Comité de Banca de Investimento, Comité de Mercado de Capitais, *Compliance*, Recursos Humanos, Organização e Meios e Planeamento Estratégico)
2. **Francisco Ravara Cary**, Vice-Presidente do Conselho de Administração (Conselho de Crédito e Riscos, ALCO, Tesouraria, Renda Fixa, Derivados e Arbitragem - Acções, Derivados de Acções – Vendas, Renda Variável - Mercado Secundário, Gestão de Activos e *Proprietary Trading*, *Private Equity*, Clientes Particulares e Jurídico)
3. **Rafael Caldeira de Castel-Branco Valverde**, Vice-Presidente do Conselho de Administração (Clientes, Serviços Financeiros, Médias Empresas, Mercado Capitais - Originação, *Leveraged Finance* e Informação)
4. **Miguel António Igrejas Horta e Costa**, Vice-Presidente do Conselho de Administração (Relações Institucionais)
5. **Christian Georges Jacques Minzolini**, Administrador (Polónia)
6. **Diogo Luís Ramos de Abreu**, Administrador (Projectos Especiais e BESAF Brasil)
7. **Félix Aguirre Cabanyes**, Administrador (Sucursal em Espanha)
8. **Luís Miguel Pina Alves Luna Vaz**, Administrador (Mercado Capitais – Originação e Renda Variável - Mercado Secundário, Gestão de Activos e *Proprietary Trading*, e Clientes Particulares)
9. **Paulo José Lameiras Martins**, Administrador (Serviços Financeiros e FinSolutia)
10. **Pedro Manuel Castro Simões Ferreira Neto**, Administrador (*Project Finance* e Securitização, Internacional, Sucursal de Londres e Angola)
11. **Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva**, Administrador (Brasil)
12. **Tiago Vaz Pinto Cyrme de Castro**, Administrador (Contabilidade, Comunicação e Imagem, Informática, Operações, Controlo de Risco, Controlo de Gestão, Irlanda e FinSolutia)

Princípios e Valores do Espírito Santo Investment

A actividade desenvolvida pelo Espírito Santo Investment é norteada por um conjunto de princípios e valores distintivos, consubstanciados na orientação para a satisfação, de forma eticamente responsável, das necessidades do Cliente, na independência de opinião e nos valores da competência, profissionalismo e rigor na execução das tarefas assumidas.

Lealdade para com os clientes:

Desenvolvemos relações comerciais, estáveis, leais e duradouras com os nossos clientes, apoiando-os com seriedade e engenho nos bons e maus momentos dos respectivos ciclos dos seus negócios.

Postura ética:

Somos transparentes e leais nas acções que desenvolvemos e nas informações que prestamos. O banco apenas se compromete com o que realmente pode realizar.

Independência de opinião:

Prestamos consultoria objectiva e de qualidade, assente na competência técnica adquirida e no conhecimento dos produtos e mercados.

Adoptamos um posicionamento independente, advogando os superiores interesses do cliente, mesmo que tal signifique efectuar recomendações contrárias à concretização da operação.

Especialização:

Desenvolvemos a nossa actividade nas áreas de negócio onde detemos efectivas competências técnicas e comerciais, capazes de proporcionar um real valor acrescentado para os nossos clientes.

Capacidade de realização:

Orientamos totalmente a nossa actuação para a concretização dos objectivos propostos, destreinando o essencial do secundário e abordando de forma prática e imaginativa a realização das tarefas necessárias à prossecução dos objectivos definidos.

Flexibilidade e Inovação:

Adoptamos uma atitude positiva e criativa na análise dos projectos e na concepção e proposta de soluções que expandam e enriqueçam o leque de opções de desenvolvimento de negócio dos nossos clientes.

Competência e profissionalismo:

Adoptamos proactivamente as melhores práticas de mercado, visando a excelência na prestação de serviços e uma gestão equilibrada e responsável dos recursos técnicos, humanos e de capital que dispomos.

Liderança nas respectivas áreas de actividade:

Ambicionamos conquistar e consolidar a liderança nas áreas de negócio e mercados onde actuamos, concretizando mais e melhores transacções que os nossos concorrentes mais directos.

Orientação para o sucesso:

Somos determinados na busca e implementação das soluções que melhor assegurem e maximizem o sucesso dos nossos clientes na superação vitoriosa dos desafios que enfrentam.

Principais Indicadores Financeiros

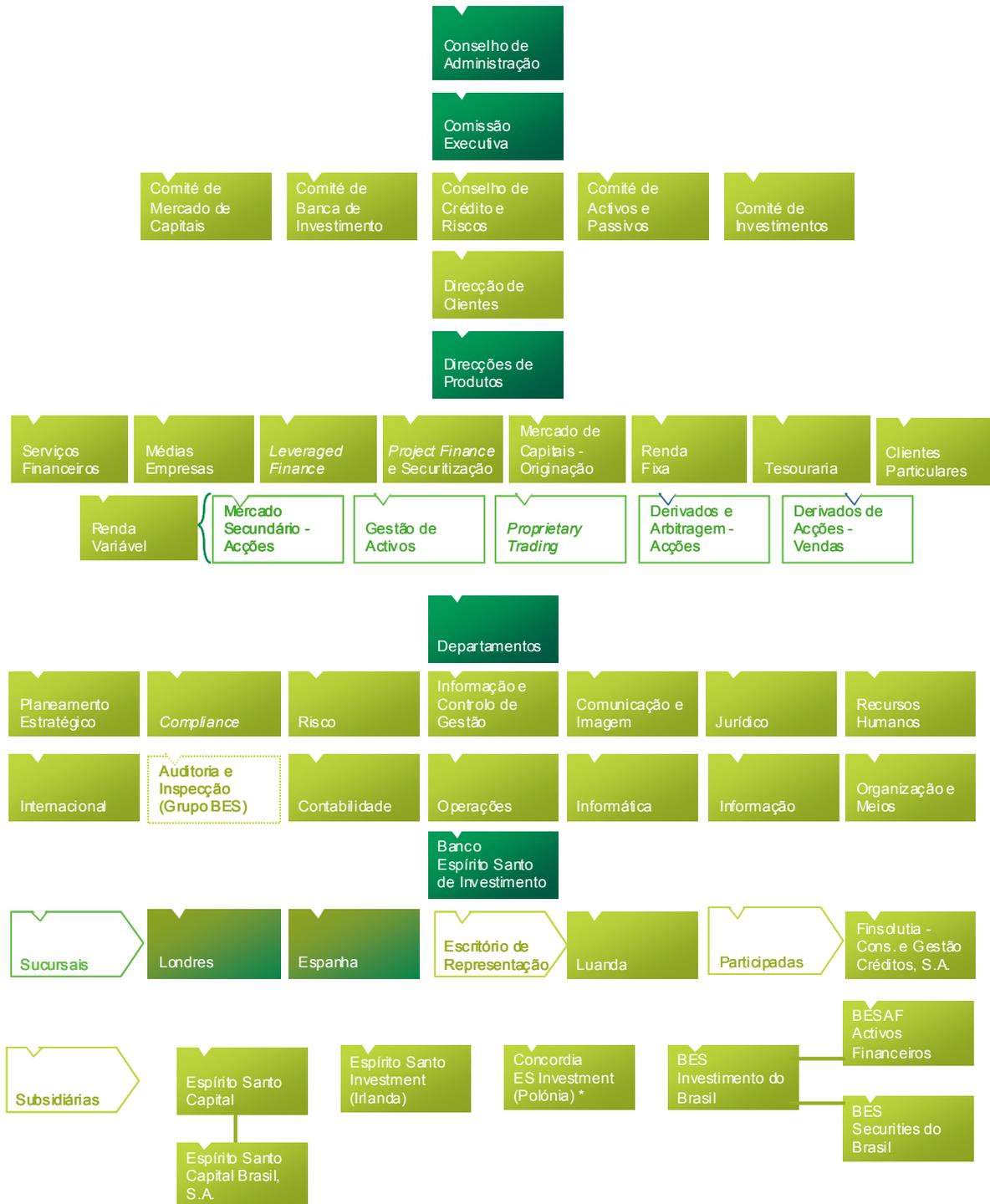
Demonstração de Resultados Consolidada		milhares de euros	
	2006	2007	
Produto Bancário Consolidado	164.140	201.523	
Comissões	88.713	108.962	
Margem Financeira e Mercados	75.427	92.562	
Total de Custos Operacionais	(74.256)	(87.001)	
Custos com Pessoal	(46.501)	(56.594)	
Forn.e Serviços Externos	(25.506)	(28.096)	
Amortizações	(2.249)	(2.311)	
Resultado Operacional	89.884	114.522	
Provisões	(6.889)	(350)	
Int. Minoritários e Outros	(2.300)	(8.387)	
Resultados antes de Impostos	80.695	105.785	
Impostos	(20.681)	(32.757)	
Resultado Líquido Consolidado	60.014	73.028	

Balanco Consolidado		milhares de euros	
Activo	2006	2007	
Activos financeiros detidos para negociação	1.121.871	1.435.182	
- Títulos	778.286	976.162	
Activos financeiros disponíveis para venda	264.641	542.556	
Aplicações em Instituições de Crédito	1.109.590	1.033.217	
Crédito a clientes	1.388.399	1.450.873	
Outros Activos	582.631	1.018.253	
Total do Activo	4.567.133	5.480.081	

Capitais Próprios e Passivo			
Capital Social	70.000	70.000	
Capital Próprio	260.954	398.109	
Passivos financeiros ao justo valor reconhecidos em resultado	528.625	471.532	
Recursos de outras instituições de crédito	875.445	651.350	
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.341.983	1.179.681	
Responsabilidades representadas por títulos	958.591	1.694.259	
Outros passivos	601.535	1.085.150	
Total Capitais Próprios e Passivo	4.567.133	5.480.081	

Organigrama

Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.
31 de Dezembro de 2007



* Em Dezembro de 2007, o Banco aumentou a sua participação na Concordia, de 49% para 75,0018%

Rating

Em Abril de 2007, foram atribuídas ao BES Investimento, pela agência de *rating* internacional Standard & Poor's, as notações de *rating* de "A" (anteriormente "A-") para o longo prazo e de "A-1" (anteriormente "A-2") para o curto prazo, com uma perspectiva de evolução (*outlook*) estável. De acordo com a Standard & Poor's, a atribuição destas notações decorre do facto de o Banco ser uma entidade integralmente detida e controlada pelo Banco Espírito Santo, da posição destacada que o Banco detém ao nível da banca de investimento em Portugal, da sua eficiência operacional além da sua sólida capitalização e dos activos de qualidade que possui.

Em Novembro de 2007, a Standard & Poor's atribuiu ao Programa de *Euro Medium Term Notes* ("EMTN") de 2.500.000 mil de euros, da subsidiária irlandesa Espírito Santo Investment p.l.c., as notações de *rating* de "A" (anteriormente "A-") para o longo prazo e de "A-1" (anteriormente "A-2") para o curto prazo, no respeitante à emissão de dívida senior. A notação para dívida subordinada com prazo determinado foi de "A-" (anteriormente "BBB+"). De acordo com a Standard & Poor's a perspectiva de evolução para o longo prazo é estável.

Proposta de Aplicação de Resultados

Considerando que a conta de resultados do exercício apresentou em 31 de Dezembro de 2007 um saldo positivo de € 32.358.338,15, o Conselho de Administração, nos termos da sua competência estatutária, submete à Assembleia Geral a seguinte proposta de Aplicação de Resultados do exercício:

	€
i. para o fundo de reserva legal	3.235.833,81
ii. para distribuição de dividendos	22.807.805,92
- dos quais foram já pagos, a título de Dividendos Antecipados no decurso do exercício	19.307.805,92
iii. para reservas livres	6.314.698,42
TOTAL	32.358.338,15

Adicionalmente, em Assembleia Geral realizada no passado dia 23 de Novembro de 2007, foi aprovada a distribuição de parte das Reservas Livres, no montante de € 7.692.194,08.

Declaração de Conformidade

De acordo com o disposto no nº 1, alínea c) do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, o Conselho de Administração do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. declara que:

- i. As demonstrações financeiras individuais do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. relativas aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e em 31 de Dezembro de 2007, foram preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definido pelo Banco de Portugal no Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro de 2005;
- ii. As demonstrações financeiras consolidadas do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. relativas aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e em 31 de Dezembro de 2007, foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adoptadas na União Europeia, e transpostas para a legislação portuguesa através do Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro;
- iii. Tanto quanto é do seu conhecimento as demonstrações financeiras referidas nas alíneas I) e II) dão uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo, dos capitais próprios e dos resultados do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. e das empresas incluídas no perímetro da consolidação.
- iv. O relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. e das empresas incluídas no perímetro da consolidação no exercício de 2007, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Lisboa, 24 de Março de 2008

Ricardo Espírito Santo Silva Salgado
(Presidente)

José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi
(Vice-Presidente)

Francisco Ravara Cay
(Vice-Presidente)

Rafael Caldeira de Castel-Branco Valverde
(Vice-Presidente)

Miguel António Igrejas Horta e Costa
(Vice-Presidente)

Amílcar Carlos Ferreira de Morais Pires
(Vogal)

António Espírito Santo Silva Salgado
(Vogal)

Bernard Marcel Basecqz
(Vogal)

Bernardo Ernesto Simões Moniz da Maia
(Vogal)

Christian Georges Jacques Minzolini
(Vogal)

Diogo Luís Ramos de Abreu
(Vogal)

Duarte José Borges Coutinho Espírito Santo
Silva
(Vogal)

Félix Aguirre Cabanyes
(Vogal)

João Filipe Espírito Santo de Brito e Cunha
(Vogal)

José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva
(Vogal)

Luís Miguel Pina Alves Luna Vaz
(Vogal)

Manuel de Magalhães Villas-Boas
(Vogal)

Mário da Silveira Teixeira Júnior
(Vogal)

Paulo José Lameiras Martins
(Vogal)

Pedro Manuel de Castro Simões Ferreira Neto
(Vogal)

Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva
(Vogal)

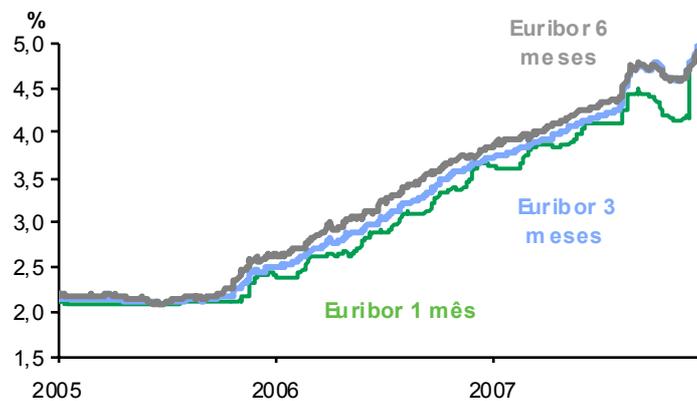
Tiago Vaz Pinto Cyrne de Castro
(Vogal)

01 AMBIENTE MACROECONÓMICO

Situação Económica Internacional

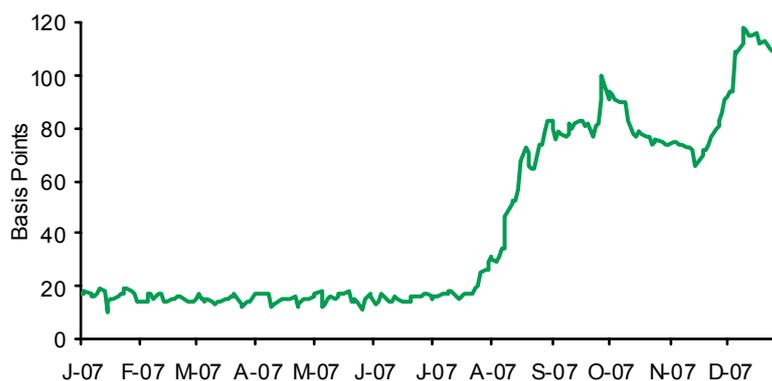
O ano de 2007 foi marcado, ao nível da actividade económica e dos mercados financeiros, pelos efeitos da crise do **crédito hipotecário subprime** nos Estados Unidos. A partir do final de Julho, o ajustamento no mercado da habitação e o aumento dos rácios de crédito vencido na economia americana resultaram numa desvalorização significativa do crédito titulado de alto risco. A incerteza quanto à sua dispersão e quanto à dimensão das perdas a suportar pelo sistema financeiro levou, por sua vez, a uma forte deterioração dos níveis de confiança dos investidores. Esta ficou expressa, sobretudo, numa “fuga para a qualidade” e numa secagem de liquidez nos mercados monetário e de crédito. Na Zona Euro, a **Euribor** a 3 meses subiu de 3,725% para um máximo de 4,953% (observado em meados de Dezembro), caindo depois para 4,684%, após fortes injeções de liquidez no mercado monetário por parte do BCE. Imediatamente antes destas intervenções, o respectivo *spread* face às taxas dos bilhetes do tesouro a 3 meses atingira um máximo de cerca de 115 pontos base (representando um alargamento de cerca de 95 pontos base face aos valores anteriores à crise). A **yield dos títulos da dívida pública** a 10 anos desceu de um máximo anual de 4,677% (em Julho) para 4,307% e os **spreads dos credit default swaps** alargaram-se em cerca de 50 pontos base, reflectindo o aumento da incerteza e a menor disponibilidade de crédito.

Taxas de Juro Euribor



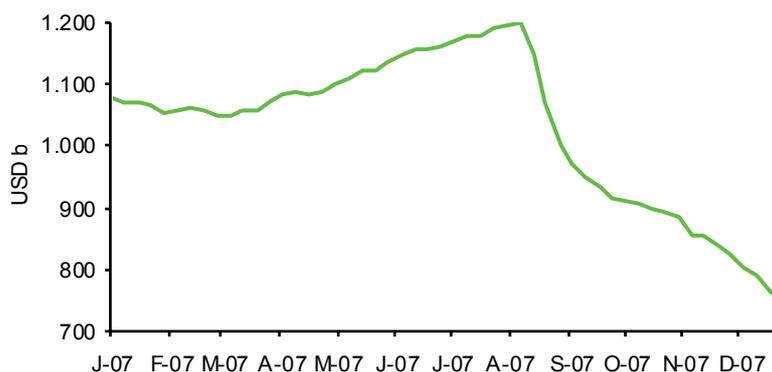
Fonte: Bloomberg

Spread entre as taxas Euribor e dos Bilhetes do Tesouro a 3 meses



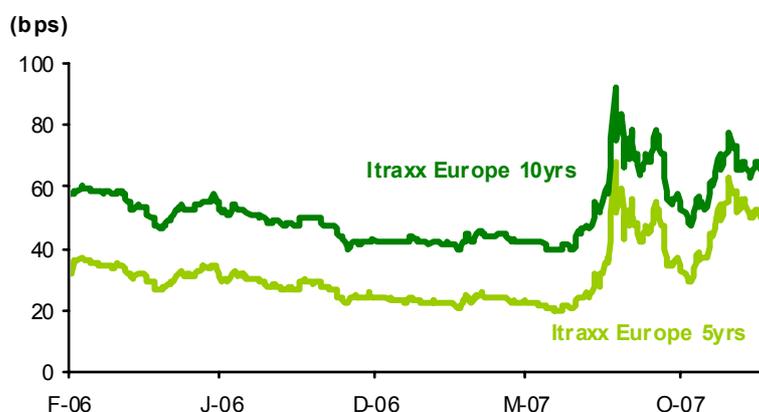
Fonte: Bloomberg

Asset-backed commercial paper: Montante outstanding



Fonte: Bloomberg

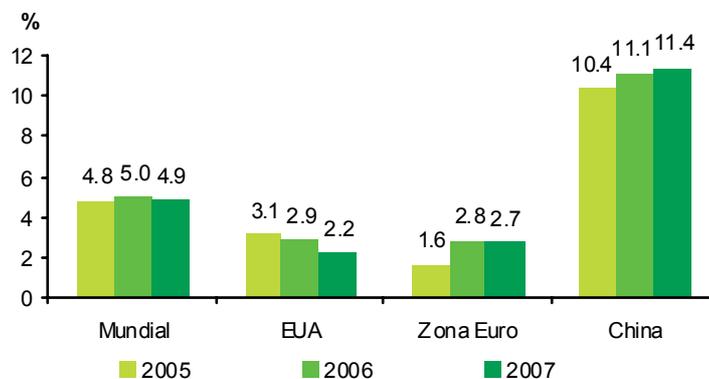
Índices iTRAXX – CDS Spreads (Euro, 5 Anos)



Fonte: Bloomberg

Em consequência de um ambiente monetário e financeiro mais restritivo, observou-se, nos últimos meses do ano, uma desaceleração da actividade nas principais economias desenvolvidas, levando o respectivo crescimento anual a descer de 3% para 2,6. Este facto não evitou que, no seu conjunto, a **economia mundial** registasse mais um ano de crescimento acentuado, que se estima em torno de 4% (5% em 2006). Para este registo contribuiu decisivamente o desempenho favorável das economias emergentes e em desenvolvimento, com uma variação do PIB de 7,8% (7,7% em 2006).

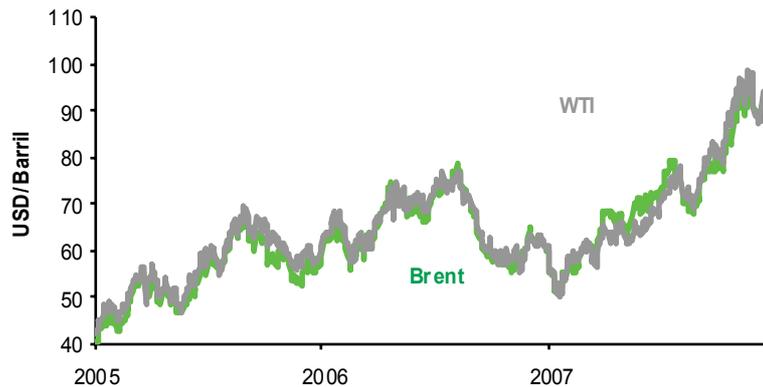
Evolução do PIB Mundial (em termos reais)



Fonte: FMI e Comissão Europeia

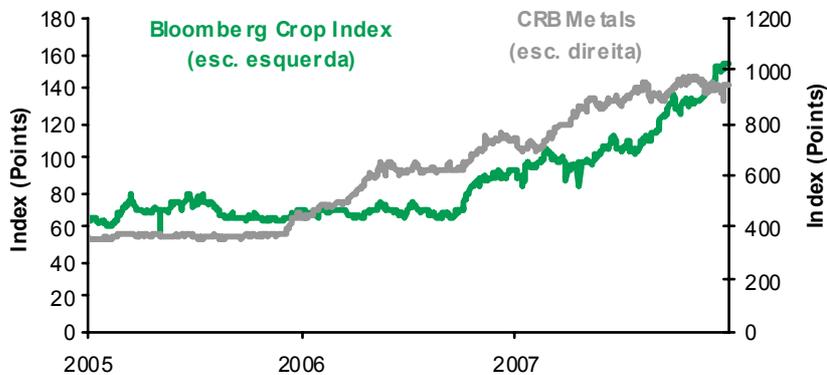
A conjuntura económica caracterizou-se ainda por uma subida significativa do preço do **petróleo**, reflectindo um desequilíbrio entre os crescimentos da oferta e da procura. Os efeitos deste desequilíbrio foram ampliados por um aumento dos riscos geopolíticos, pela depreciação do USD e por uma procura crescente de natureza especulativa. Em termos médios anuais, o preço do *Brent* subiu de USD 65,4/barril para USD 72,5/barril, tendo atingido cerca de USD 94/barril no final do 4º trimestre. Foram igualmente registadas fortes subidas nos preços das **matérias-primas não energéticas**, com destaque para as *commodities* alimentares. O índice de preços Bloomberg Crop (relativo ao milho, trigo e soja) registou, no conjunto do ano, uma variação de 77%. Para esta evolução contribuiu a forte procura destes cereais, sobretudo associada ao aumento do rendimento *per capita* na Ásia Emergente, bem como diversas restrições à oferta, entre as quais a observação de condições climáticas adversas e uma afectação crescente de áreas de cultivo à produção de biocombustíveis.

Preço do Petróleo (USD/Barril)



Fonte: Bloomberg

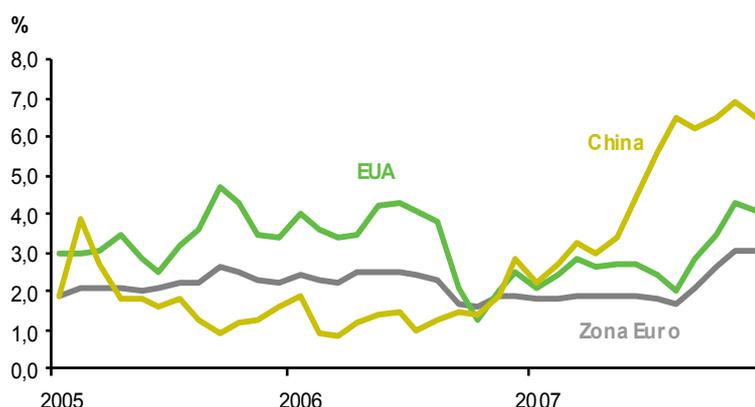
Bloomberg Crop Price Index



Fonte: Bloomberg

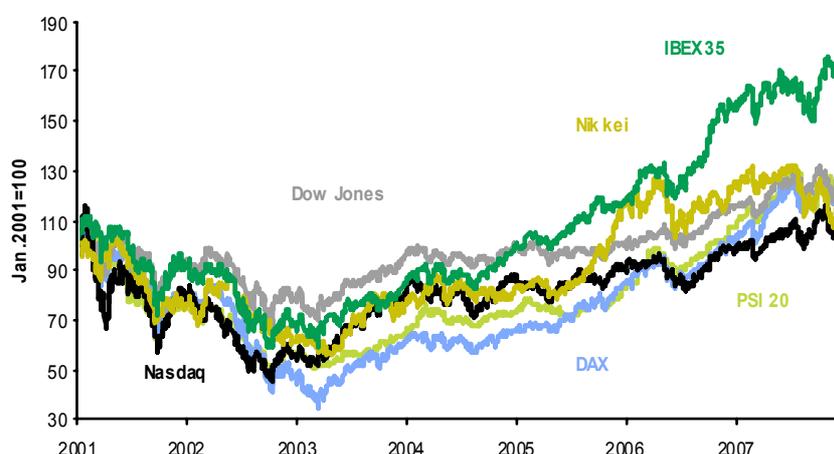
As subidas dos preços das *commodities* aumentaram as preocupações com a inflação, penalizando (em conjunto com a instabilidade nos mercados monetário e de crédito e com os receios de desaceleração da actividade) o desempenho dos mercados accionistas. No conjunto do ano, os índices Dow Jones, Nasdaq e S&P500 registaram subidas de 6,43%, 9,81% e 3,53%, respectivamente, mas com quedas no 4º trimestre, de 4,54%, 1,82% e 3,82%. Na Europa, os índices DAX, CAC 40 e IBEX 35 valorizaram-se em 22,29%, 1,31% e 7,32% no conjunto do ano mas, no último trimestre, o seu desempenho foi menos positivo, com variações de 2,62%, -1,78% e 4,16%. No Brasil, o índice Bovespa subiu perto de 44% no ano, mas com uma valorização mais moderada no 4º trimestre, de 5,7%.

Taxa de Inflação



Fonte: Bloomberg

Evolução dos Principais Índices Bolsistas em 2007

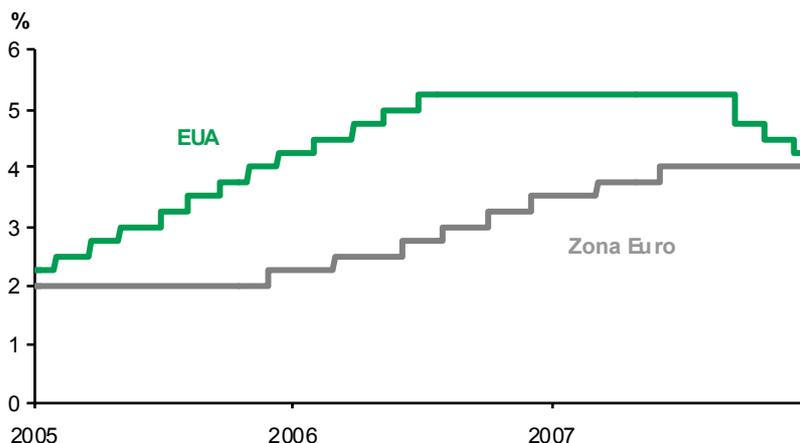


Fonte: Bloomberg

Nos **Estados Unidos**, o PIB manteve a tendência de abrandamento observada nos últimos anos, com o respectivo crescimento a descer de 2,9% para 2,2%. Esta evolução resultou, sobretudo, da queda de 17% no investimento residencial. Suportado por uma estabilização da taxa de desemprego em 4,6% da população activa, o consumo privado registou apenas uma ligeira desaceleração, de 3,1% para 2,9%.

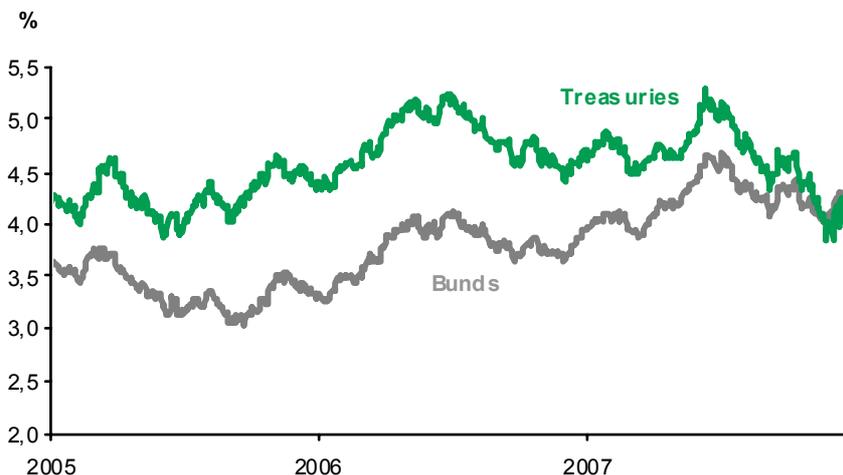
A deterioração das condições nos mercados monetário e de crédito e a expectativa de elevados *write-offs* a assumir pelas principais instituições financeiras expostas ao crédito *subprime* contribuíram para uma deterioração significativa dos principais indicadores de confiança da economia americana, sobretudo no 2º semestre. Nos últimos três meses do ano, o PIB registou um crescimento próximo de zero, coincidente com uma queda homóloga dos preços da habitação de cerca de 7% e com uma forte correcção nos principais índices accionistas. Neste contexto, a Reserva Federal iniciou, em Setembro, um novo ciclo de descida da *target rate* dos *fed funds*, reduzindo-a em 100 pontos base, para 4,25%. A *yield* dos *Treasuries* a 10 anos, que havia subido de 4,704% para 5,026% na primeira metade do ano, desceu no 2º semestre para 4,025%.

Evolução da Target Rate dos Fed Funds (EUA) e da Taxa Refi (Zona Euro)



Fonte: Bloomberg

Evolução da Rendibilidade dos Títulos da Dívida Pública (yields dos Bunds e dos Treasuries a 10 anos)



Fonte: Bloomberg

A Zona Euro registou um crescimento do PIB de 2,7%, em ligeira desaceleração face ao registo de 2,8% observado em 2006, mas acima do potencial pelo segundo ano consecutivo. Este desempenho favorável é explicado, sobretudo, pelos fortes crescimentos das exportações de bens e serviços (6% no conjunto de 2007) e da formação bruta de capital fixo (4,8%), particularmente visíveis nos primeiros três trimestres. A actividade económica da Zona Euro e, em particular, as exportações e o investimento, continuaram a beneficiar, nesse período, de uma procura externa forte (destacando-se a oriunda da Ásia Emergente e do Médio Oriente, com um peso crescente), bem como da situação equilibrada dos balanços das empresas do sector não financeiro. Esta evolução traduziu-se numa descida da taxa de desemprego, de 8,2% para 7,3% da população activa e, conseqüentemente, numa aceleração do rendimento disponível das famílias (com um crescimento de 2%, após um registo de 1,1% no ano anterior). No entanto, o crescimento do consumo privado manteve-se moderado, desacelerando de 1,9% para 1,6%.

A economia da Zona Euro não ficou imune aos efeitos da crise do crédito *subprime*. As perturbações nos mercados monetário e (sobretudo) do crédito contribuíram para uma deterioração dos principais indicadores de confiança empresarial na segunda metade do ano e, em conjunto com um arrefecimento da actividade externa, determinaram uma desaceleração mais visível do crescimento do PIB no último trimestre (de 0,8% para 0,4%, em termos trimestrais). A queda dos índices de confiança empresarial pode também ser atribuída à apreciação do **euro** e ao seu potencial impacto negativo sobre os sectores exportadores. No conjunto de 2007, o euro apreciou-se perto de 11% face ao dólar, para EUR/USD 1,4583, com parte substancial desta valorização a ocorrer no 2º semestre. Em termos nominais efectivos (isto é, considerando uma média ponderada das taxas de câmbio face às divisas dos principais parceiros comerciais da Zona Euro), o euro apreciou-se 6,2% em 2007.

Evolução da Cotação EUR/USD

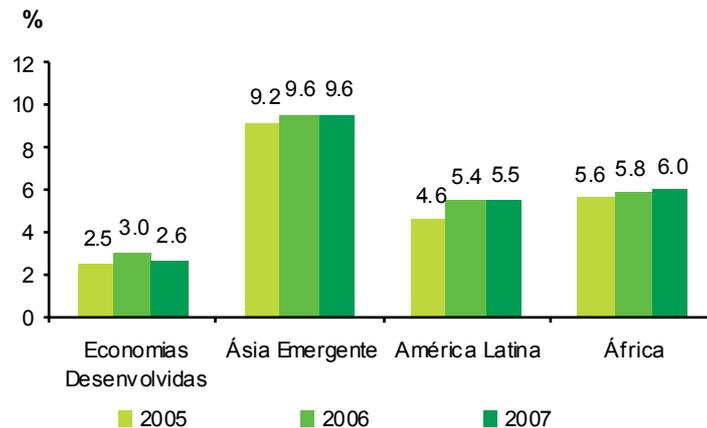


Fonte: Bloomberg

Em suma, a subida das taxas de juro do mercado monetário, a menor disponibilidade de crédito (com o alargamento dos *spreads*), a evolução menos favorável dos índices accionistas e a apreciação do euro criaram, nos últimos meses de 2007, um ambiente monetário e financeiro mais restritivo. Neste contexto, e após ter subido a taxa de juro das operações principais de refinanciamento para 4% (num aumento acumulado de 50 pontos base), o Banco Central Europeu (BCE) interrompeu, em Setembro, o ciclo de subida dos juros de referência iniciado em Dezembro de 2005. Esta decisão ocorreu apesar de uma inflação homóloga (em 3,1%) acima do *target* da autoridade monetária e apesar da manutenção de fortes crescimentos na massa monetária (medida pelo agregado M3) e nos empréstimos ao sector privado não financeiro. Em Dezembro, estes dois agregados registavam crescimentos homólogos de 11,5% e 11,1%, respectivamente.

O ano de 2007 confirmou o papel decisivo das **economias emergentes e em desenvolvimento** como motores de crescimento da economia mundial. Em geral, estas economias beneficiaram de uma exposição directa pouco significativa ao crédito *subprime*, de uma conjuntura extremamente favorável nos mercados das *commodities*, de um bom desempenho da procura interna (associado a uma tendência de aumento do rendimento *per capita*) e, finalmente, de uma situação macroeconómica equilibrada. A este respeito, deve ser referida, em particular, a forte acumulação de reservas externas (para um total estimado de USD 4,1 biliões), que reduziu de forma relevante a vulnerabilidade destas economias e choques externos negativos.

Evolução do PIB, Economias Desenvolvidas vs. Emergentes



Fontes: FMI e Comissão Europeia

A **Ásia Emergente** registou um crescimento de 9.6% (igual ao de 2006), sobretudo a partir dos crescimentos de 11,4% e 8,7% nas economias da China e da Índia e também com o contributo de uma forte expansão do comércio intra-regional. Na **China**, o forte dinamismo da procura interna compensou uma ligeira desaceleração das exportações, bem como os efeitos da subida dos juros de referência por parte das autoridades monetárias (neste caso, em resposta à tendência de subida da inflação, que ultrapassou os 6% no final do ano). O *renminbi* valorizou-se cerca de 7% face ao USD em 2007, atingindo a cotação de USD/CNY 7.3.

A América Latina registou um crescimento anual do PIB de cerca de 5,5% (5,4% em 2006), enquanto o PIB de África cresceu 6%, em ligeira aceleração face ao ano anterior (crescimento de 5,8% em 2006).

Situação Económica em Portugal

Em 2007 a economia portuguesa prosseguiu a tendência de recuperação gradual observada nos últimos anos, tendo o crescimento do PIB subido de 1,3% para 1,9%. Embora em desaceleração face a 2006, as exportações mantiveram um forte dinamismo, com uma variação de 7,1%. Para este registo contribuiu não apenas a componente de mercadorias, mas também a dos serviços (destacando-se, para além do turismo, os serviços de transportes, de consultoria e de intermediação comercial). Foi igualmente visível uma diversificação geográfica das exportações, com um maior peso de áreas económicas que mantiveram crescimentos elevados em 2007, como África (com destaque para Angola), Ásia e América Latina. A aceleração do PIB observada em 2007 fica, no entanto, a dever-se a um maior contributo da procura interna para o crescimento. Em particular, a formação bruta de capital fixo (FBCF) cresceu 3,2% em termos reais, após dois anos de quedas (-1,5% e -0,8% em 2005 e 2006, respectivamente). Este registo esteve associado a uma recuperação do investimento das empresas, que terá crescido ligeiramente acima de 4%, em linha com a evolução favorável dos respectivos indicadores de confiança ao longo do ano.

Principais Indicadores Macroeconómicos – Portugal

	Taxas de crescimento real (%), excepto quando indicado						
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007E
PB	2,0	0,8	-0,8	1,5	0,9	1,3	1,9
Consumo Privado	1,3	1,3	-0,1	2,5	1,9	1,1	1,5
Consumo Público	3,3	2,6	0,2	2,6	3,2	-1,2	0,3
Investimento	1,2	-4,7	-8,3	2,5	-1,5	-0,8	3,2
Exportações	1,8	1,5	3,9	4,0	2,1	9,2	7,1
Importações	0,9	-0,7	-0,8	6,7	3,5	4,6	5,4
Inflação (IPC)	4,4	3,6	3,3	2,4	2,3	3,1	2,5
Saldo Orçamental (% do PB)	-4,3	-2,9	-2,9	-3,3	-6,1	-3,9	-2,5
Dívida Pública (% do PIB)	53,6	55,5	56,8	58,2	63,6	64,8	64,4
Desemprego (% da população activa)	4,1	5,1	6,3	6,7	7,6	7,7	8,0
Saldo Bal. Corrente e Capital (% do PIB)	-8,5	-6,0	-3,3	-5,7	-8,1	-8,6	-8,2

Fontes: INE, Banco de Portugal, Comissão Europeia, OCDE, ES Research
E - Estimativa

No conjunto de 2007, o consumo privado cresceu 1,5% (0,4 pontos percentuais acima do registo de 2006), mas este agregado mostrou um perfil de abrandamento ao longo do ano, consistente com a deterioração dos indicadores de confiança das famílias (em particular no 2º semestre). Estas adoptaram uma atitude mais cautelosa na realização de despesas de consumo, em parte como resultado da subida das taxas de juro num contexto de endividamento elevado (próximo de 130% do rendimento disponível). Por outro lado, a taxa de desemprego subiu, em termos médios anuais, de 7,7% para 8% da população activa (embora no 4º trimestre se tenha observado uma redução de 0,4 pontos percentuais em termos homólogos, para 7,8%, sugerindo uma tendência gradual de estabilização do mercado de trabalho). Neste contexto, a taxa de poupança dos particulares terá caído de 7,8% para 7,6% do rendimento disponível.

O sentimento das famílias terá sido também penalizado pelos aumentos dos preços dos combustíveis e dos bens alimentares, que contribuíram para uma taxa de inflação média anual de 2,5% (em 2006, a inflação média anual atingiu 3,1%, mas com este registo a ser afectado por uma alteração metodológica no tratamento estatístico de algumas componentes do Índice de Preços no Consumidor; sem esta alteração, a inflação média teria sido de 2,5%). Os preços das componentes de alimentos não transformados e de bens energéticos registaram, em 2007, variações médias anuais de 3% e 3,5%, respectivamente. Em termos homólogos, o Índice de Preços no Consumidor terminou o ano com uma variação de 2,7%, com os preços dos bens energéticos a subirem 9,4%.

A política orçamental assumiu, em 2007, uma natureza restritiva, a qual determinou a redução do défice das Administrações Públicas de 3,9% para 2,5% do PIB, antecipando em um ano o objectivo fixado no Programa de Estabilidade e Crescimento (de um défice inferior a 3% do PIB). Ao mesmo tempo, o forte crescimento das exportações e a desaceleração das importações contribuíram para uma redução do défice conjunto das balanças corrente e de capital (isto é, das necessidades líquidas de financiamento da economia portuguesa), de 8,6% para cerca de 8,2% do PIB.

A aceleração do crescimento anual do PIB e a redução dos “défices gémeos” (orçamental e externo) ocorreram num contexto externo particularmente difícil, marcado pelos efeitos da crise do crédito hipotecário *subprime*. Apesar de o sector bancário português não ter sofrido uma exposição directa a este tipo de crédito de alto risco, a deterioração da confiança nos mercados financeiros externos e o ambiente globalmente mais restritivo ao nível da liquidez traduziram-se em condições de financiamento mais difíceis para as instituições financeiras e não financeiras nacionais, em linha com o observado noutras economias.

A maior restritividade dos critérios de financiamento não chegou a ser reflectida no crescimento anual dos empréstimos ao sector privado não financeiro, que registaram uma aceleração em 2007, de 8,7% para cerca de 9,5%. Na base desta evolução esteve, sobretudo, uma expansão mais robusta dos empréstimos às sociedades não financeiras, cujo crescimento anual subiu de 7,1% para um valor ligeiramente superior a 10%. Os empréstimos aos particulares registaram uma ligeira desaceleração, de 9,9% para cerca de 9%, o que é explicado pela tendência de abrandamento dos empréstimos para aquisição de habitação, de 9,9% para cerca de 8,5%. O crescimento dos empréstimos ao consumo e outros fins subiu ligeiramente, de 10,1% para um valor ligeiramente superior a 10,5%.

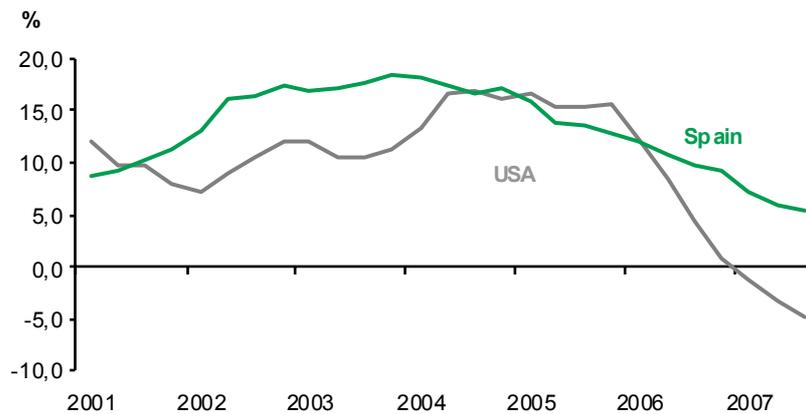
Os preços da habitação cresceram 1,3% em 2007, em ligeira desaceleração face a 2006 (crescimento de 2,1%), mas em linha com o crescimento médio anual dos últimos cinco anos (de 1,5%). Este facto contrasta com as tendências de forte correcção observadas em outras economias europeias, o que se explica pela diferente posição cíclica do mercado da habitação português (cujo período recente de maior expansão ocorreu na segunda metade dos anos 90).

O índice PSI-20 registou uma valorização de 16,27% no conjunto do ano. Mas, em linha com o perfil de evolução dos mercados accionistas europeus, o seu desempenho foi mais moderado no 4º trimestre, com uma variação de 8,27%.

Situação Económica em Espanha

A economia espanhola registou um crescimento de 3,8%, o que representa uma desaceleração apenas marginal em relação a 2006 (3,9%). No entanto, o ritmo de evolução da actividade não foi uniforme ao longo do ano, sendo visível um abrandamento no 2º semestre, com a variação homóloga do PIB a cair de 4% para 3,5%, em linha com uma deterioração dos principais indicadores de confiança. O consumo privado apresentou, no conjunto de 2007, um crescimento de 3,4%, 0,3 pontos percentuais abaixo do registo do ano anterior, e com uma variação homóloga inferior a 3% no 4º trimestre. A formação bruta de capital fixo viu o seu crescimento descer de 6,8% para 6%. Esta evolução ficou a dever-se ao abrandamento da actividade da construção, de 6% para 4,2%, já que a despesa em bens de capital (incluindo máquinas e equipamentos e material de transporte) apresentou uma variação anual de 11,7%, em aceleração face ao registo de 10,4% observado em 2006.

Preços da habitação (Taxa de variação homóloga, %)



Fontes: Bloomberg, Banco de Espanha, Confidencial Imobiliário

Os menores contributos do investimento residencial e do consumo privado estão associados a um aumento dos juros reais, não apenas na sequência da subida das taxas de referência levada a cabo pelo BCE, mas também em função das perturbações nos mercados monetário e de crédito observadas na segunda metade de 2007, que se traduziram num ambiente mais restritivo ao nível da liquidez. Por outro lado, foi visível (através dos diversos indicadores qualitativos) uma deterioração das expectativas de evolução futura da actividade económica. Em 2007, o endividamento das famílias terá atingido cerca de 127% do rendimento disponível e os preços da habitação prosseguiram a tendência de abrandamento observada nos últimos anos, com a respectiva variação homóloga a descer de 9% para um valor ligeiramente inferior a 5%. Neste contexto, aumentou, entre os agentes económicos, a percepção de que os ciclos de expansão do investimento residencial e do consumo privado estariam próximos do fim. As despesas das famílias mantiveram-se, no entanto, suportadas por uma evolução favorável do mercado de trabalho, com a taxa de desemprego a descer de 8,5% para 8,3% da população activa, e por uma descida da taxa de inflação média anual, de 3,4% para 2,8% (embora, no final do ano, se observasse uma nova aceleração dos preços no consumo, com a inflação homóloga ligeiramente acima de 4%, em função das subidas dos preços da energia e da alimentação).

Neste contexto, o crédito ao sector privado registou, ao longo do ano, uma trajectória clara de desaceleração, ainda que mantendo registos de crescimento elevados. A variação homóloga dos empréstimos às sociedades não financeiras terá caído de 27% para cerca de 18%. Os empréstimos para aquisição de habitação terão crescido em torno de 15%, abaixo do registo de 20% observado um ano antes. E os empréstimos ao consumo viram o respectivo crescimento homólogo descer de 18% para cerca de 12%.

Não obstante os sinais de desaceleração no final do ano, o crescimento ainda relativamente forte da actividade económica e do emprego permitiu a manutenção de um excedente das contas públicas, de 1,9% do PIB (1,8% em 2006). O saldo conjunto das balanças corrente e de capital voltou, no entanto, a agravar-se, de -8,1% para -8,7% do PIB, reflectindo o peso ainda elevado da procura interna no crescimento.

Situação Económica no Brasil

Com um crescimento do PIB de 5,4% em 2007 (3,7% no ano anterior), e com uma aceleração da actividade na segunda metade do ano, a economia do Brasil revelou-se resistente ao impacto da crise do crédito *subprime*. Para este facto contribuiu a persistência de uma conjuntura favorável ao nível da procura externa e dos preços das matérias-primas. As exportações registaram uma ligeira aceleração, com o respectivo crescimento nominal a subir de 16,2% para 17% no conjunto do ano, para cerca de USD 161 mil milhões. Para além disto, o Brasil continuou a beneficiar de uma situação macroeconómica mais equilibrada. O saldo orçamental primário atingiu um excedente próximo de 4% do PIB (3,8% em 2006) e a inflação homóloga manteve-se estabilizada em torno de 3% ao longo da primeira metade do ano. Neste contexto, o Banco Central prosseguiu o ciclo de descida dos juros de referência, reduzindo a taxa Selic de 13% para 11,25% entre Janeiro e Setembro.

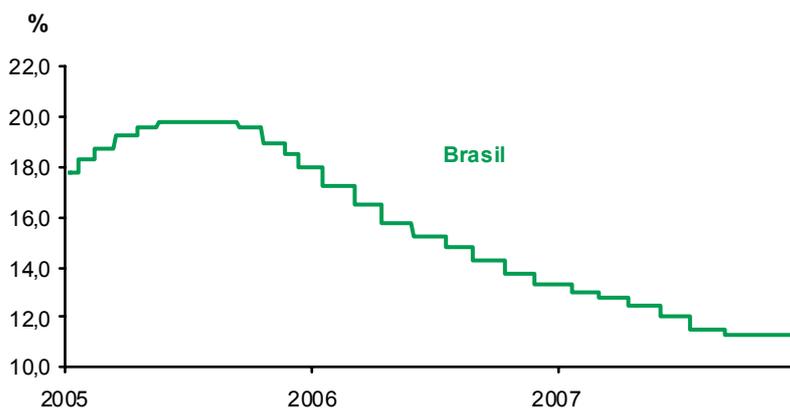
Os estímulos à actividade económica associados à procura externa e à descida das taxas de juro reais traduziram-se num fortalecimento da procura interna, com acelerações significativas no consumo privado (de 4,6% para cerca de 6,2%) e no investimento (de 10% para 14,1%). A taxa de desemprego desceu, em 2007, de 10% para 9,3% da população activa. Este dinamismo da procura interna reflectiu-se, por sua vez, numa aceleração das importações, cujo crescimento nominal subiu de 21% para 32%. O excedente da balança de mercadorias reduziu-se, assim, de USD 46 para USD 40 mil milhões, contribuindo para uma diminuição do excedente da Balança Corrente, de 1,3% para 0,3% do PIB. Em compensação, a confiança acrescida na economia brasileira levou a um forte aumento do investimento directo estrangeiro em 2007, de USD 18,8 para cerca de USD 35 mil milhões. Neste contexto, as reservas externas subiram de USD 85,8 para USD 180 mil milhões, contribuindo para um bom desempenho do real, mesmo perante as perturbações dos mercados financeiros na segunda metade do ano. No conjunto de 2007, a divisa brasileira apredou-se perto de 17% face ao USD, para USD/BRL 1.779, e cerca de 8% face ao EUR, para EUR/BRL 2,596. O risco soberano do Brasil subiu moderadamente, de 192 para 222 pontos base.

Evolução da Cotação EUR/BRL



Fonte: Bloomberg

Evolução da Taxa de Juro Selic



Fonte: Bloomberg

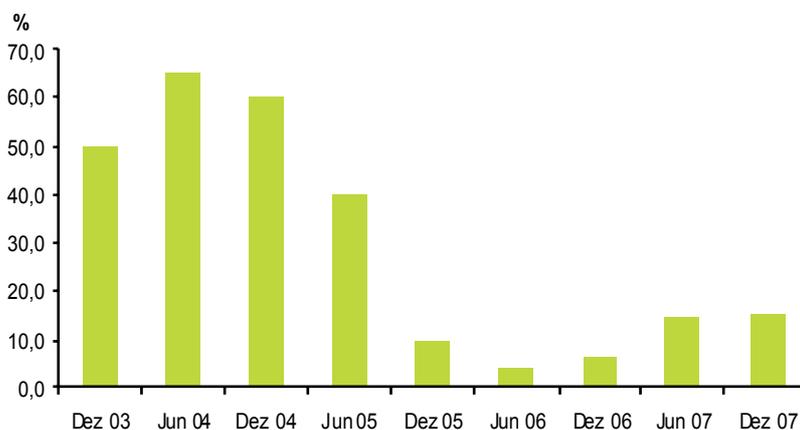
A partir de Junho, reflectindo as pressões associadas a uma procura interna forte e ao aumento dos preços das *commodities* alimentares, a inflação homóloga exibiu uma tendência de subida, até atingir 4,46% em Dezembro. O Banco Central optou, assim, por interromper o ciclo de descida dos juros de referência, mantendo a taxa Selic inalterada em 11,25% a partir de Setembro (citando também o aumento da incerteza na conjuntura económica internacional).

Situação Económica em Angola

Os fundamentos da conjuntura de forte crescimento que marcaram a economia angolana em 2006 mantiveram-se em 2007, justificando mais um ano com uma variação real do PIB muito elevada, de 23%. O PIB do sector petrolífero registou um crescimento de cerca de 22%, tendo a actividade no sector não petrolífero crescido cerca de 25%. A subida do preço do petróleo (e das receitas associadas à sua exportação), aliada aos resultados da política de estabilização macroeconómica seguida nos últimos anos, permitiu uma evolução favorável das contas públicas e a obtenção de excedentes nas contas externas. O saldo orçamental terá registado um excedente de 2% do PIB, enquanto o saldo da Balança de Mercadorias atingiu perto de 41% do PIB. Neste contexto, prosseguiu, em 2007, a tendência de acumulação de reservas externas, que atingiram cerca de USD 10,5 mil milhões em 2007 (USD 8,6 mil milhões no ano anterior).

Após uma acentuada descida da taxa de inflação entre 2003 e 2006, de 76,7% para 12,2%, o índice de preços no consumidor registou uma ligeira aceleração na primeira metade de 2007, com a respectiva variação homóloga a subir para 12,5% até Julho. Esta evolução levou as autoridades angolanas a inverter a tendência de descida das taxas de referência que se observara nos últimos anos. A taxa de juro de redesconto, que havia descido de 95% para 14% em 2006, foi elevada dez vezes entre Outubro de 2006 e Agosto de 2007, atingindo 19,57%, valor que se manteve até ao final do ano. Adicionalmente, as emissões de Títulos do Banco Central (TBCs) foram intensificadas até Julho, acompanhadas por uma subida das respectivas taxas. De facto, os juros dos TBCs a 182 dias, que tinham descido de 10% para 6,12% em 2006, subiram gradualmente em 2007 até 14,99% (em Outubro), mantendo-se este valor até ao final do ano.

Angola - Taxa de Juro dos Títulos do Banco Central a 182 Dias (%)



Fonte: BNA

Para além da ligeira subida das taxas de juro, as autoridades permitiram, em Maio, uma valorização pontual do kwanza, que evoluía, de uma forma estável, em torno de USD/KZ 80, e passou a evoluir, também de uma forma estável, em torno de USD/KZ 75. No seu conjunto, estas medidas contribuíram para um controlo da inflação, que desceu, até Dezembro, para 11,8%.

Situação Económica na Polónia

A economia da Polónia registou, em 2007, mais um ano de forte crescimento, com uma variação real do PIB estimada em 6,5% (após 6,3% em 2006). O dinamismo da actividade económica continuou a ser sustentado, acima de tudo, pela procura interna e, especificamente, pelo consumo privado (com um crescimento anual de 5,5%) e pelo investimento (com a formação bruta de capital fixo a registar uma variação real próxima de 21%). As despesas das famílias têm sido suportadas pela recuperação do mercado de trabalho, com a taxa de desemprego a descer de 16,8% para 13,3% da população activa (em termos médios anuais), e pela aceleração dos salários nominais. Por sua vez, o dinamismo do investimento (tanto ao nível dos equipamentos como da construção) resultou das expectativas favoráveis de evolução da procura, num contexto positivo ao nível dos resultados das empresas. Da a forte procura interna, as importações cresceram mais uma vez a um ritmo superior ao das exportações (18% vs. 15%), levando a uma ligeiro agravamento do défice da balança corrente (de 3,3% para 4% do PIB).

Neste contexto de forte crescimento da actividade, o défice orçamental reduziu-se de 3,9% para 2,5% do PIB, não obstante a natureza expansionista da política orçamental.

A taxa de inflação subiu ao longo de 2007, atingindo 2,5% no final do ano (1% em 2006), quando mantinha ainda uma forte dinâmica de subida. Este aumento é explicado pela aceleração dos custos unitários do trabalho (com os salários a crescerem acima da produtividade) no contexto de fortes pressões sobre os preços da energia e dos alimentos. O crescimento dos preços terá sido, no entanto, contido pelo crescente ambiente competitivo entre as empresas e, por outro lado, pelo facto de o Banco Central ter elevado a principal taxa de juro de referência (relativa a operações de *open-market* a 7 dias) em 100 pontos base, para 5%. A taxa de juro do mercado monetário interbancário subiu, no prazo dos 3 meses, de 4,1% para 5,5% no mesmo período.

O ano de 2007 ficou também marcado pela realização de eleições para o Parlamento (em Outubro), que deram a vitória à Plataforma Cívica, um partido com uma orientação favorável a reformas estruturais pró-mercado, incluindo um programa de privatizações. O maior optimismo em relação às perspectivas de investimento, conjugado com a política monetária mais restritiva (i.e. taxas de juro mais elevadas) resultou numa apreciação do zloty face ao USD e ao EUR, de PLN/USD 2,91 para PLN/USD 2,44 no primeiro caso, e de PLN/EUR 3,82 para PLN/EUR 3,56 no segundo.

02. ACTIVIDADE E RESULTADOS

Estrutura do Negócio de Banca de Investimento

Enquanto unidade especializada em banca de investimento do Grupo Banco Espírito Santo - um dos principais grupos financeiros privados sediados em Portugal - o Espírito Santo Investment é um banco de investimento com uma marcada orientação internacional, centrada no eixo geográfico composto pela Península Ibérica e Brasil. Em complemento com a sua presença nestes mercados, o Espírito Santo Investment tem apoiado os seus clientes nos seus processos de internacionalização e explorado activamente as oportunidades de internacionalização das suas competências técnicas e comerciais distintivas para novos mercados, nomeadamente Reino Unido, Angola, países da Europa de Leste aderentes à U.E. e E.U.A..

O Espírito Santo Investment tem como principal objectivo servir o segmento de clientes empresariais de média e grande dimensão, o segmento de clientes institucionais e, na vertente específica de corretagem, o segmento de particulares. A base de proveitos do Banco provém essencialmente das comissões auferidas nas actividades de consultoria, corretagem e intermediação financeira e, num segundo plano, dos resultados financeiros associados às actividades de tomada de crédito estruturado e gestão de activos e riscos.

Para a prossecução destas actividades, o Banco adoptou uma estrutura funcional, assente num modelo matricial integrando equipas comerciais com forte especialização sectorial, as quais desenvolvem a actividade de originação de negócio em estreita articulação com as diversas unidades de produto responsáveis pelo desenvolvimento e implementação das soluções e serviços que compõem a oferta de banca de investimento.

Equipas Comerciais

Gestão global da relação com o Cliente
 Prospecção e originação proactiva de operações
 Cross Selling Wholesale com Grupo BES



Equipas de Produto

Corporate Finance
 Project Finance e Securitização
 Leveraged Finance
 Assessoria Médias Empresas
 Real Estate Investment Banking
 Equity Capital Markets
 Debt Capital Markets
 Private Equity
 Clientes Particulares

A evolução dos mercados e a crescente exigência dos clientes impõem-nos a permanente adaptação da estrutura funcional em que o nosso negócio se apoia. No decorrer de 2007, merecem destaque as seguintes medidas de carácter organizacional e de reforço e diversificação da nossa oferta de produtos e serviços:

- ★ Em Abril, o Espírito Santo Investment criou em conjunto com um dos principais bancos de investimento internacionais a FinSolutia – Consultoria e Gestão de Créditos S.A., cuja actividade se foca na gestão de créditos vencidos (NPL's – *Non Performing Loans*). O Espírito Santo Investment detém uma participação de 49,5% nesta sociedade.
- ★ Em Julho, o Espírito Santo Investment formalizou o pedido de abertura de uma sucursal em Varsóvia com o objectivo de implementar prioritariamente a actividade de Corretagem. Numa segunda fase, a actividade da Sucursal de Varsóvia deverá ser alargada às áreas de *Project Finance*, *Leveraged Finance* e Renda Fixa. Com esta iniciativa, o Banco pretende estender as suas actividades à Europa Central, visando captar o importante crescimento esperado para esta região.
- ★ Em Setembro, o Banco decidiu criar em articulação com o Departamento de *Private Banking* do BES a Direcção de Clientes Particulares, a qual desenvolve a sua actividade através da oferta de produtos e serviços de banca de investimento a uma clientela crescente, e na qual se incluem os denominados “Family Offices” e as Holdings Patrimoniais. A procura de produtos e soluções financeiras mais estruturadas e individualizadas por parte destes clientes é uma realidade incontornável e em rápido desenvolvimento, que determina a necessidade de um acompanhamento baseado na especialização.

- ★ Em Outubro, o Espírito Santo Investment solicitou autorização aos órgãos competentes para operar no mercado norte-americano, através de uma sucursal em Nova Iorque. A actividade a desenvolver nos E.U.A. deverá centrar-se na distribuição de produtos de mercado de capitais ibéricos e brasileiros. A médio prazo, o Banco deverá desenvolver a área de *Structured Finance*, com particular destaque para os financiamentos em *Project Finance* nos sectores de infraestruturas e energias renováveis.
- ★ Em Novembro, a gestão do Morumbi Capital Funds foi transferida da Morumbi Capital, S.A. para a BESAF – BES Activos Financeiros, Lda.
- ★ Em Dezembro de 2007, o Espírito Santo Investment reforçou a sua participação na Concórdia Espírito Santo Investment para 75,0018%. Com esta acção, o Banco está agora capacitado para promover uma mais rápida expansão das actividades de *M&A* e Originação na Europa Central.
- ★ Já no final de 2007 desenvolveram-se diligências com vista a alterar a denominação social da Morumbi Capital, S.A. (Brasil) para Espírito Santo Capital Brasil, S.A., o que veio a concretizar-se logo no início de 2008. A Espírito Santo Capital Brasil, S.A. irá desenvolver a actividade de *private equity* no Brasil.



ESPIRITO SANTO INVESTIMENTOS S.A. - Avenida Brasil, 1.100 - 11º andar - CEP 04001-900 - São Paulo, SP - Brasil

DIRECÇÃO DE CLIENTES

SATISFAÇÃO DO CLIENTE.
UMA RESPONSABILIDADE, UM DESAFIO PERMANENTE.

A SATISFAÇÃO DOS Nossos Clientes é a melhor avaliação do nosso sucesso.
Desenvolvemos uma abordagem comercial centrada no cliente,
dedicando os nossos melhores recursos humanos
e técnicos à solução das suas necessidades e objectivos.

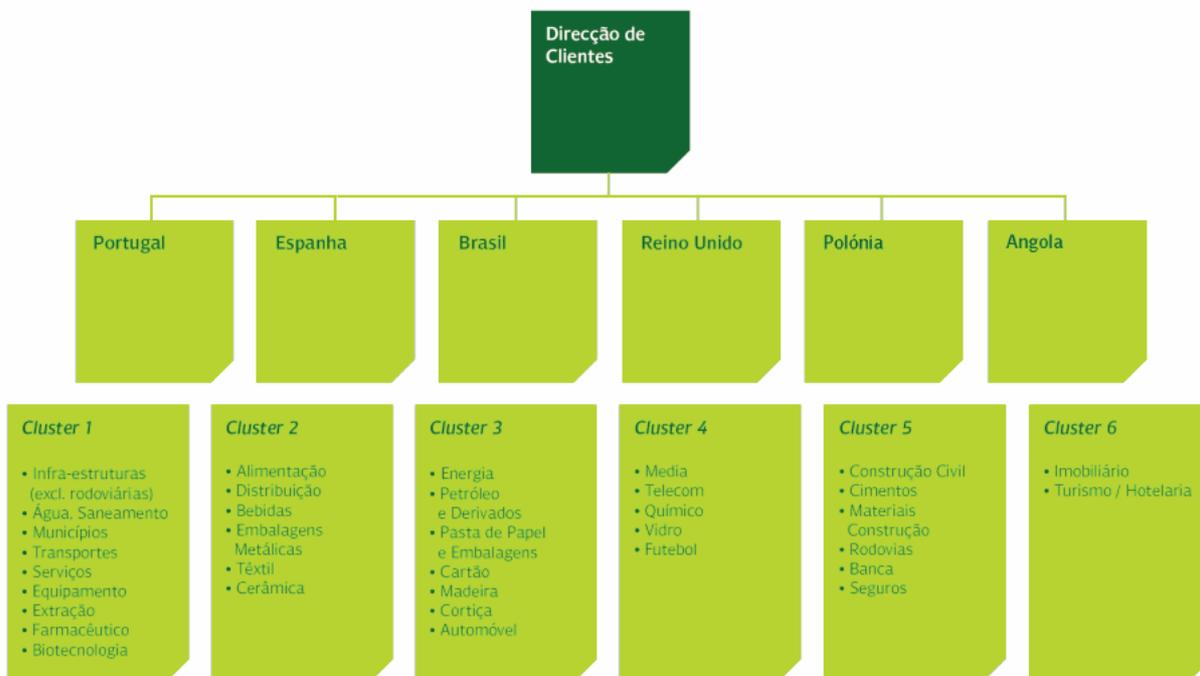
Cientes – Originação

A área de Clientes - Originação tem como missão a originação proactiva de operações para todas as nossas áreas de produto e alargar e fidelizar a carteira de clientes do Banco, tendo em vista o desenvolvimento sustentado do nosso fundo de comércio e o reforço do posicionamento estratégico do Grupo Banco Espírito Santo como parceiro de negócio privilegiado dos nossos Clientes.

No quadro da nossa estratégia global de desenvolvimento, o Banco tem equipas comerciais sediadas em Lisboa, Madrid, São Paulo, Londres, Varsóvia e Luanda. Estas equipas orientam a sua actividade para o desenvolvimento e reforço da nossa actividade internacional e para a consolidação activa da liderança destacada que detemos no mercado português de Banca de Investimento, adoptando para o efeito as seguintes directrizes de acção:

- i. Aprofundamento do relacionamento comercial com a base de clientes existente nos vários mercados onde actuamos, promovendo a oferta integrada da globalidade dos nossos produtos e serviços;
- ii. Abordagem proactiva a novos clientes, com base nas nossas capacidades técnicas e relacionais distintivas e seleccionando adequadamente os mercados, produtos e clientes-alvo com maior potencial de geração de negócio;
- iii. Exploração do potencial *cross border*, não só entre Portugal, Espanha e Brasil, mas também com Angola, Reino Unido e Países da Europa de Leste;
- iv. Em coordenação com as unidades comerciais do Banco Espírito Santo, desenvolvimento sistemático de uma abordagem *wholesale* para maximizar o *share of wallet* global dos Clientes mais representativos.

A eficácia do trabalho comercial realizado está bem patente nos resultados obtidos pelo Banco em 2007 e constitui um factor de incentivo e motivação para concretizar os ambiciosos objectivos traçados para 2008.



DIRECÇÃO DE CLIENTES - PORTUGAL

Em Portugal, a nossa equipa comercial deu continuidade à política de reforço da capacidade de originação comercial junto dos nossos clientes-alvo, assente em quatro vectores principais:

- i. Orientação para a satisfação total dos clientes, sustentada num sistema integrado de gestão dos processos comerciais – adequadamente certificado pela APCER de acordo com a norma NP EN ISO 9001:2000 – que assenta (i) na especialização sectorial dos *Senior Bankers*, (ii) na sistematização e selecção criteriosa das oportunidades de negócio à luz dos recursos e competências que o Banco disponibiliza e (iii) no desenvolvimento de soluções adaptadas às necessidades específicas dos Clientes;
- ii. Exploração do potencial de negócio *cross border* entre Portugal, Espanha, Brasil, Reino Unido, Polónia e Angola, através da estreita cooperação com os nossos colegas comerciais e de produto localizados nessas geografias, no quadro de uma abordagem transversal à matriz de negócio do Banco;
- iii. Promoção activa da oferta de soluções estruturadas de financiamento, designadamente *project finance*, *leverage finance* e titularização de activos e, concomitantemente, de soluções estruturadas de cobertura de risco (taxa de juro, cambial e *commodities*);
- iv. Reforço do posicionamento do Banco como *player* de referência nos mercados de capitais de acções e dívida, por via da estruturação e/ou intermediação de ofertas públicas e privadas de acções e títulos de dívida de empresas e do Tesouro Português.



DIRECÇÃO DE CLIENTES - ESPANHA

O ano de 2007 foi o primeiro ano de actividade efectiva da nova equipa comercial em Espanha. Durante este ano, a equipa de Direcção de Clientes realizou contactos comerciais com clientes-alvo, visando criar e reforçar relações de longo prazo propiciadoras de uma geração recorrente de negócios. Reflexo deste esforço comercial, é já evidente a crescente diversificação da nossa carteira de clientes e o melhor conhecimento que o mercado tem do Espírito Santo Investment e das actividades que desenvolvemos.

Em 2008 a equipa dará continuidade à política de alargamento da carteira de clientes do Banco, tendo por base:

- i. A coordenação estreita da actividade comercial com todas as equipas de produtos do Banco, com vista a fomentar a originação multi-produto e a aumentar o *share of wallet* junto dos nossos melhores clientes;
- ii. Uma abordagem comercial concertada com as equipas comerciais do Banco Espírito Santo em Espanha, com vista a estruturar soluções mais abrangentes e com maior valor acrescentado para os clientes;
- iii. A exploração do potencial de negócio *cross-border* entre Portugal, Espanha, Brasil, Reino Unido, Polónia e Angola, por via da colaboração sistemática com as restantes áreas comerciais do Espírito Santo Investment nessas geografias.

Estamos convictos que o esforço comercial continuado e sistemático que objectivamos realizar em 2008 se traduzirá num melhor conhecimento do mercado e das necessidades dos nossos clientes-alvo, e na originação de um número cada vez maior de operações para o nosso Banco.

DIRECÇÃO DE CLIENTES - BRASIL

No Brasil, a equipa de originação comercial prosseguiu a estratégia de alargamento e diversificação da base de clientes e segmentos de mercado com potencial de geração de negócio para o Banco. O esforço comercial realizado beneficiou do enriquecimento e alargamento da oferta de produtos e serviços, facto que se traduziu na concretização de transacções domésticas e *cross-border* e na promoção de *cross-selling* no Brasil e entre as unidades do Grupo BES. Estes bons resultados derivam da estratégia comercial adoptada, a qual se baseou nas seguintes directrizes:

- i) Ampliação do conhecimento sectorial dos *Senior Bankers*, com o propósito de antecipar e desenvolver soluções eficazes e adaptadas às necessidades dos clientes, no quadro de uma actuação comercial coordenada com as operações do Banco em Portugal, Espanha, Reino Unido, Angola e Polónia.
- ii) Integração e coordenação entre as equipas do Brasil, Portugal, Espanha, Polónia e Angola na obtenção de mandatos de assessoria financeira em Fusões & Aquisições primordialmente nos sectores de *shopping centers*, bens de consumo, retalho, *utilities* e logística, e em *Project Finance*, destacando-se nesta vertente os sectores de concessões rodoviárias, energia e óleo & gás.
- iii) Originação activa e fortalecimento da actuação no segmento de bancos de médio porte no Brasil (que têm apresentado uma forte dinâmica), principalmente através de operações de captação de recursos no mercado internacional;
- iv) Crescente presença em ofertas no mercado de capitais de acções, com destaque para os sectores de banca, educação, imobiliário, logística e bens de capital;
- v) Aumento da actuação no segmento de *middle-market*, através da originação de mandatos (local e *cross border*) em *M&A*, principalmente nos sectores de alimentos & bebidas, banca, serviços e saúde;
- vi) Reforço na coordenação de obtenção de mandatos em *Project Finance*, destacando-se as acções comerciais e operações realizadas nos sectores de Energia e Petróleo & Gás;
- vii) Desenvolvimento de parcerias na participação em operações de *Structured Trade Finance* e em operações envolvendo produtos de Tesouraria, com destaque para as NCEs (Notas de Crédito à Exportação), e soluções de cobertura de risco (juros e câmbio), especialmente adaptadas aos sectores de *agribusiness*, mineração e metais.

DIRECÇÃO DE CLIENTES - REINO UNIDO

Durante o ano de 2007 a unidade de banca de investimento em Londres continuou a desenvolver a sua actividade na assessoria a Empresas e *Private Equities*.

Actuando em estreita coordenação com a rede internacional do Espírito Santo Investment, a equipa de Londres tem originado com sucesso operações de *Corporate Finance* e *Leveraged Finance* de dimensão internacional, e apoiado activamente clientes seleccionados na execução de operações *cross-border* em colaboração com as equipas do Espírito Santo Investment sedeadas em Lisboa, Madrid, São Paulo, Varsóvia e Luanda.

DIRECÇÃO DE CLIENTES – ANGOLA

Desde 2006 que o Espírito Santo Investment está presente em Angola através do Gabinete Banca de Investimento - uma parceria com o Banco Espírito Santo Angola – com vista a explorar oportunidades de negócio neste mercado em franco crescimento e que tem atraído o interesse dos investidores internacionais.

Em 2007 Angola continuou a registar um forte crescimento económico, com o PIB a crescer cerca de 19,8%, suportado pelos sectores petrolífero, diamantífero e de construção (obras públicas e privadas).

Neste contexto, e dentro das limitações decorrentes do âmbito de actividade autorizado a um Escritório de Representação, a nossa actividade orientou-se no sentido de:

- i) Explorar o potencial de negócios, focando em especial nos investidores de Portugal e do Brasil;
- ii) Explorar novas soluções de financiamento aprofundando contactos com entidades multilaterais e ECA's (*export credit agencies*);
- iii) Reforçar o posicionamento do Grupo BES como grupo financeiro inovador e de referência no mercado de dívida pública;
- iv) Preparar o Banco para os novos desafios do mercado de capitais em Angola, e, em especial, os decorrentes da criação da Bolsa de Valores e Derivativos de Angola.

Como resultado directo desta abordagem comercial, o Espírito Santo Investment desenvolveu uma actividade muito profícua no mercado primário de dívida e de financiamentos estruturados.

Estamos confiantes dos méritos e benefícios do alargamento da nossa actividade comercial directa a Angola e, como tal, dos resultados ambiciosos que aí pretendemos alcançar já em 2008.

DIRECÇÃO DE CLIENTES – POLÓNIA

Com a assumpção do controlo da Concórdia Espírito Santo Investment no final de 2007, está em curso a implementação na empresa de uma lógica matricial Produtos-Clientes. Nesta estrutura os sócios polacos devem assegurar a primeira linha na gestão da relação comercial com os Clientes.

Com este modelo de organização, o ano 2008 implicará uma crescente sistematização e proactividade da actividade comercial, visando o aprofundamento do conhecimento sobre as empresas locais e a identificação de oportunidades de negócio, com um enfoque específico em alguns económicos de eleição (construção, distribuição, alimentar, energias renováveis e junto dos *Private Equities*).



ESPIRITO SANTO INVESTIMENTOS S.A. - C.V. - CNPJ nº 06.908.248/0001-00 - Rua Espírito Santo, 100 - Centro - Vitória - ES - CEP 51.020-000



MERCADO DE CAPITAIS - RENDA VARIÁVEL

LIMA VISÃO DIFERENTE.

ACREDITAMOS QUE O ACESSO AOS MERCADOS DE CAPITAIS POTENCIA
O DESENVOLVIMENTO DAS EMPRESAS QUE A ESTES RECORREM.
EM 2007 PARTICIPAMOS ACTIVAMENTE NUM TOTAL DE 19 IPO's
DE EMPRESAS PORTUGUESAS, ESPANHOLAS E BRASILEIRAS.

RELATÓRIO E CONTAS

CADERNO INSTITUCIONAL
BE SI 07

Mercado de Capitais – Renda Variável

O mercado accionista em 2007

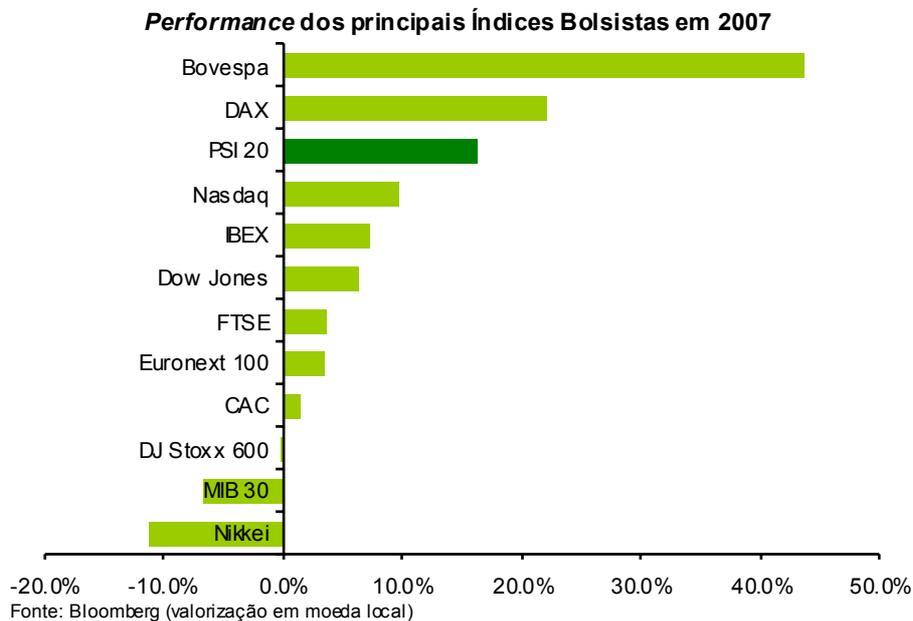
O ano de 2007 ficou marcado em termos bolsistas por dois momentos claramente distintos: um primeiro momento até Julho em que se registou uma tendência altista das bolsas a nível global e, um segundo momento, de correcção, provocado pela crise do mercado hipotecário *subprime* norte-americano que gerou uma crise de liquidez no sistema financeiro. A correcção foi mais visível em todo o segmento de *small e medium caps*, grandes beneficiários do esmagamento dos prémios de risco que o ambiente de extraordinária liquidez gerou nos 4 anos anteriores.

A nível nacional, o PSI20 registou ganhos pelo quinto ano consecutivo, com uma das maiores subidas entre os principais índices europeus (+16,3%), apenas ultrapassado pela do DAX (+22,3%), num ano marcado pelo aumento da volatilidade dos mercados.

Para este comportamento da bolsa nacional, o grande contribuinte foi a Galp Energia ao subir no ano +165%. Tratou-se de um ano *record* na bolsa portuguesa quer em termos de número de negócios, quer em termos de número de títulos e de volume transaccionados.

O IBEX35 registou um comportamento mais modesto que o PSI20, encerrando o ano com uma valorização de 7,3%, uma performance ainda assim favorável se atendemos a que o Dow Jones Stoxx 600 registou a primeira queda anual desde 2002.

Por último, de assinalar a performance do Brasil, com o índice Bovespa a registar mais um ano de elevada valorização (+43,6%), fruto do bom momento da economia e do comportamento das empresas mais expostas ao preço das matérias-primas, nomeadamente do preço do petróleo e minérios.



Mercado Primário – Renda Variável

Acompanhando a conjuntura internacional, o ano de 2007 caracterizou-se também em Portugal por dois momentos distintos, tendo-se concentrado na primeira metade do ano os dois IPOs realizados no mercado (MARTIFER e REN).

Em Maio de 2007, realizou-se a admissão à negociação à Euronext Lisbon da Benfica SAD, tendo o Espírito Santo Investment sido o intermediário financeiro responsável pela organização do processo de admissão.

Em Junho, o Espírito Santo Investment actuou como Coordenador Global & *Bookrunner* do IPO da MARTIFER, SGPS, S.A., o primeiro IPO realizado em 2007 no mercado português e o primeiro de uma empresa privada desde o ano de 2004. O IPO da MARTIFER compreendeu uma Oferta Pública de Subscrição destinada a investidores de retalho e uma Venda Directa destinada a investidores institucionais domésticos e internacionais. O encaixe bruto do aumento de capital para a MARTIFER ascendeu a 199 milhões de euros, tendo a procura superado 194 vezes a Oferta disponível na OPS e mais de 70 vezes na Venda Directa.

Ainda em Junho, teve também lugar o IPO da REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A., que se traduziu na reprivatização de 24% do capital da REN, operação na qual o Espírito Santo Investment actuou com Co-Líder da OPV e Co-Manager da Oferta Institucional e que ascendeu a 323 milhões de euros.



Em Julho de 2007, o Espírito Santo Investment foi *Joint Bookrunner* da Emissão de Obrigações Trocáveis emitidas pela Portugal Telecom International Finance B.V., as quais são convertíveis em acções ordinárias da Portugal Telecom, SGPS, S.A.. O montante da Emissão, destinado ao financiamento da actividade geral da Portugal Telecom, ascendeu a 750 milhões de euros.

Em Novembro, ocorreu o *spin-off* da PT Multimédia, operação na qual o Espírito Santo Investment actuou como Banco Agente, e que se traduziu no aumento significativo do *free-float* da empresa.

No que respeita a movimentos de concentração, terminaram em 2007 as OPAs lançadas pela Mota-Engil Ambiente e Serviços sobre as acções da TERNOR e da TERTIR, operações lideradas pelo Espírito Santo Investment.

O ano de 2007 ficou ainda marcado pelo fim das Ofertas Públicas de Aquisição lançadas sobre a Portugal Telecom, na qual o Espírito Santo Investment actuou como Assessor Financeiro da Portugal Telecom, e da OPA sobre o BPI, as quais já haviam tido início no ano anterior. Ambas as ofertas foram recusadas pelos accionistas das empresas visadas.



No que se refere ao mercado Espanhol, este esteve bastante activo no que respeita a Ofertas Públicas Iniciais de empresas privadas, com dez IPOs realizados, destacando-se os da Iberdrola Renovables e Criteria pela sua grande dimensão. O Espírito Santo Investment integrou o sindicato de colocação dos IPOs da Criteria, Realia, Solaria, Fluidra e Iberdrola Renovables.



No Brasil, a combinação de fundamentos macroeconómicos consistentes, estabilidade política e *outlook* de mercado de capitais positivo, traduziu-se num aumento significativo de ofertas de acções, para um total de 76 ofertas, das quais 65 foram IPOs, e num volume de recursos captados superior a 70,8 mil milhões de reais (aproximadamente 27 mil milhões de euros). Pela primeira vez, as operações de renda variável superaram a movimentação das operações de renda fixa que somaram 67,08 mil milhões de reais, considerando *debêntures*, notas promissórias e securitizações (FIDC e CRI).

Ao longo de 2007, o Espírito Santo Investment actuou como *Co-Manager* em 12 IPOs e 3 Ofertas Secundárias, totalizando um volume de 13,4 mil milhões de reais, 19% do volume total de operações de 2007. O Espírito Santo Investment participou nas seguintes operações: Banco do Brasil (Instituição Financeira) e Usiminas (Siderurgia), destacadas entre as maiores ofertas do ano, Banco Daycoval (Instituição Financeira), Agrenco (*Trading / Agribusiness*), Banco ABC Brasil (Instituição Financeira), Tegma (Logística), Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário (Imobiliário), Anhanguera Educacional (Educação), Romi (Fundação), Providência (Não Tecidos), SEB (Educação), e Bematech (Automação Comercial).





Mercado Secundário – Renda Variável

Actividade Ibérica

Em Portugal, o Espírito Santo Investment aumentou em 51% o volume intermediado de ações face ao ano de 2006, tendo ficado em segundo lugar em termos de quota de mercado com uma percentagem de 11,3%, praticamente idêntica à do primeiro lugar (11,6%). Apraz-nos poder salientar que temos consistentemente mantido uma posição de grande destaque no Euronext Lisbon, uma bolsa que conta com mais de 60 operadores, muitos dos quais estrangeiros de grande projecção internacional.

Em Espanha, o desempenho foi igualmente notável, com o Banco a atingir uma quota de mercado de 6,0% em 2007 (valor que compara com 4,6% em 2006), ocupando a sexta posição do *ranking* na negociação de ações. De salientar que no *top 10* de operadores da Bolsa de Madrid, induem-se os maiores bancos espanhóis e alguns dos grandes bancos globais.

Estes resultados são fruto de uma estratégia que assenta em manter equipas baseadas em Portugal e Espanha, de modo a possibilitar um acompanhamento mais rigoroso e com maior e melhor informação dos dois mercados e, consequentemente, oferecer um produto de qualidade.

Igualmente importante para estes resultados foi a diversificação da base de clientes e a aposta num serviço de qualidade para cada tipo de cliente. Assim, em 2007 continuámos a investir na melhoria de serviço na área de vendas e *research* de forma a continuarmos a aumentar a nossa base de clientes finais. Foi também realizado um esforço significativo na actividade comercial junto de clientes particulares que acabou por se traduzir num forte incremento das receitas obtidas junto desta clientela. Por último, destaque ainda para a continuação do esforço de investimento em TI para continuar a desenvolver a actividade de DMA (*Direct Market Access*) que tem vindo a gerar resultados muito positivos.

Ranking Euronext Lisbon – 2007

Ranking	Broker	Quota
1	Banco Millenium BCP	11.6%
2	Banco Espírito Santo de Investimento	11.3%
3	Banco Português de Investimento	7.7%
4	Banca Fin Eco	6.3%
5	Caixa-Banco de Investimento	4.9%
6	Morgan Stanley	4.9%
7	Fortis B. NV/ SA Belgique	4.4%
8	UBS Limited	4.3%
9	Banco Santander de Negócios Portugal	4.2%
10	BIG	3.5%

Fonte: Euronext Lisbon

Ranking Bolsa de Madrid – 2007

Ranking	Broker	Quota
1	Santander Investment Bolsa, Sdad. Valores	10.6%
2	Banco Bilbao Vizcaya Argentaria	7.8%
3	Ahorro y Corporacion Financiera S.A. SVB	7.5%
4	Societe Generale Sucursal en España	6.7%
5	Morgan Stanley Wealth Management, S.V.	6.1%
6	Banco Espírito Santo de Investimento	6.0%
7	Merrill Lynch Capital Markets España	4.9%
8	UBS Securities España, Sdad. de Valores	4.3%
9	Caja Madrid Bolsa, S.V.	4.0%
10	Gaesco Bolsa, Sdad. de Valores	3.8%

Fonte: Sociedad de Bolsas

Brasil

Em 2007, a BES Securities do Brasil reforçou as áreas de *trading* e *research* com a contratação de novos colaboradores com vasta experiência no mercado de derivativos para a área da BM&F.

A BES Securities do Brasil também desenvolveu novos sistemas para otimizar a execução de ordens específicas levando a corretora a ser reconhecida como uma das casas com esta *expertise* no mercado local. Além disso, reforçou a actividade de empréstimo de ações que levou a instituição a uma posição de destaque no *ranking* desta categoria de operações. As ações específicas da área de vendas realizadas em coordenação com a área de *research* permitiram à corretora aumentar de forma expressiva o volume médio de negociação na Bovespa.

Para o ano de 2008, a BES Securities orientará os esforços no sentido da conquista de grandes clientes institucionais no Brasil e da exploração das sinergias com a equipa de vendas recém-contratada na Europa, com vista a aí conquistar mais clientes.

Em 2007 a área de *Research* da BES Securities ampliou o universo de cobertura de empresas brasileiras, com o reforço da equipa de analistas. O reconhecimento do trabalho de *Research* por parte dos clientes garantiu sua classificação em 7º lugar na pesquisa realizada anualmente pela Revista *Institutional Investor* entre as melhores equipas de *Research* do Brasil em 2007.

Polónia

Em 2007, o Espírito Santo Investment tomou a decisão de criar uma sucursal na Polónia, cuja actividade inicial será a de corretagem de ações. Esta sucursal deverá estar operacional no segundo semestre de 2008.

O Banco pretende ser um *broker* local e oferecer um *research* local de excelência. Este produto será proposto aos nossos principais clientes internacionais, institucionais finais e *brokers*, apostando na mesma qualidade que conseguimos oferecer nos mercados ibéricos e brasileiro. Progressivamente, o serviço será alargado a clientes institucionais locais.

Gestão de Activos

Portugal

O ano de 2007 voltou a registar níveis de crescimento elevados na actividade de Gestão de Activos em Portugal, merecendo destaque o crescimento dos Activos sob Gestão (+165%).

Na base desta expansão estiveram uma série de factores, de entre os quais merecem destaque os seguintes:

- ★ Consolidação de um *track record* de excelência num ano de grande volatilidade. Apesar da crise financeira que marcou a segunda metade do ano, a equipa conseguiu manter níveis de retorno que em absoluto, e muito especialmente quando enquadrado pelo risco incorrido, permitiram que o ano fosse um dos melhores de entre os 5 anos completos de actividade.
- ★ A continuação, pelo terceiro ano consecutivo, da excelente colaboração com o *Private Banking* do BES, com os clientes deste segmento a representar um peso muito significativo dos activos totais sob gestão.
- ★ A penetração em novos canais e segmentos, nomeadamente através do arranque de uma colaboração com o Banco BEST. Em Maio de 2007 o Espírito Santo Investment assumiu a gestão de um produto *unit linked* distribuído pelo BEST. Apesar de recente, esta colaboração apresenta já níveis de crescimento muito interessantes e será seguramente o veículo preferencial para a distribuição dos nossos serviços junto de um segmento de retalho / afluente até aqui não coberto. Por outro lado, foi também em 2007 que, de uma forma mais visível e relevante, entrámos no segmento de clientes institucionais os quais contribuíram por seu lado de forma relevante para os níveis de crescimento atingidos.

Por fim, merece ainda realce a contribuição dos reforços de clientes já existentes para o crescimento da actividade, estatística que valorizamos como mecanismo preferencial para o controlo de qualidade da actividade que desenvolvemos.

Brasil

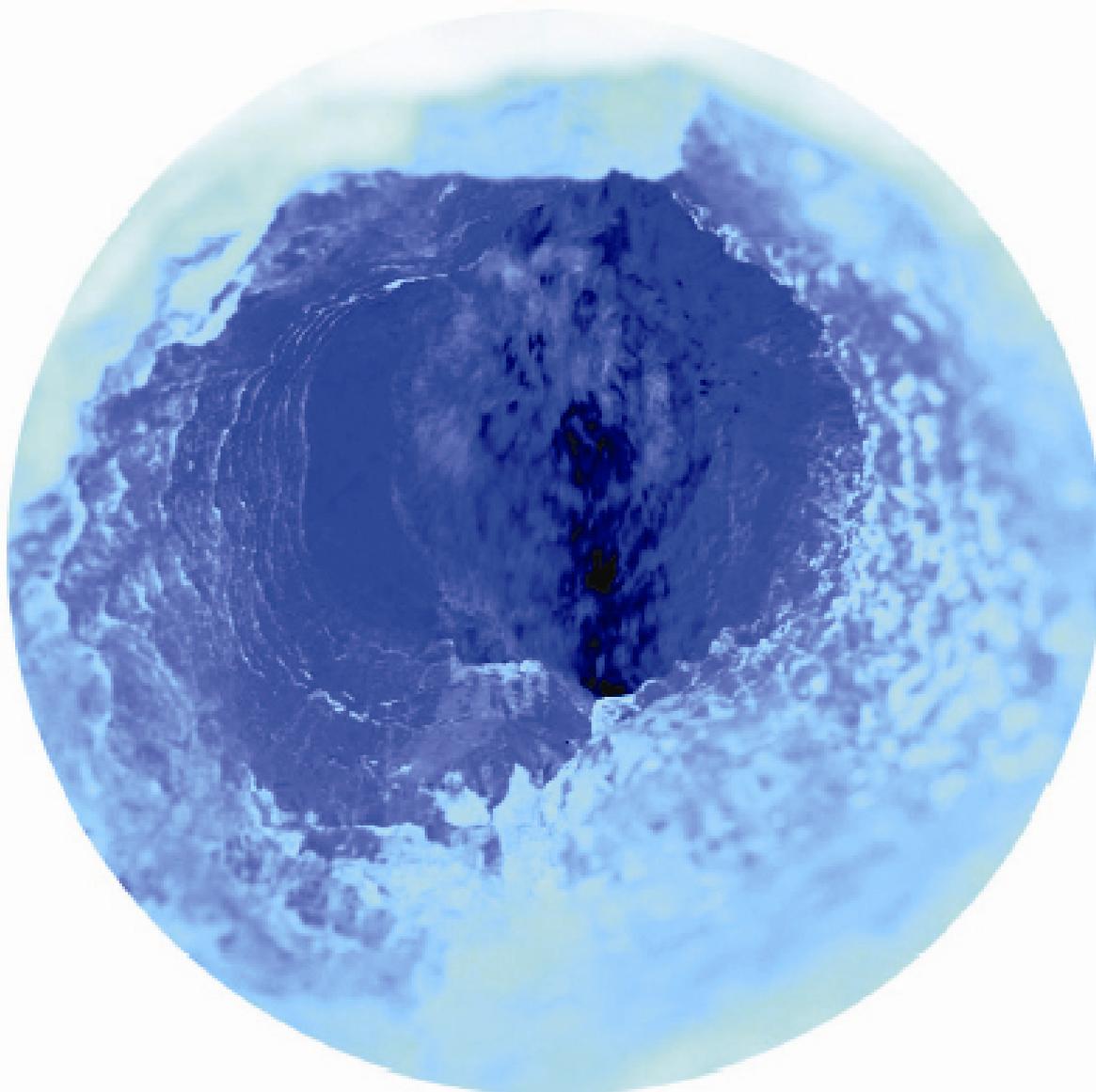
No Brasil a actividade de gestão de activos desenvolve-se através da BESAF - BES Ativos Financeiros Ltda. ("BESAF").

Constituída em Maio de 2004, a BESAF possuía no final de 2007 R\$ 873,2 milhões de reais sob gestão, distribuídos em fundos abertos, exclusivos e Clubes de Investimento. No ano de 2007, a BESAF passou por uma importante reestruturação, assumindo a actividade da gestora Morumbi Capital, S.A..

A BESAF redireccionou seu foco comercial, outrora baseado na captação de recursos dos Fundos de Pensão, para a distribuição dos fundos abertos que agregam valor em gestão financeira, através das plataformas comerciais de terceiros, como bancos, corretoras, *family-offices* etc. Nesta vertente, merece destaque o fundo ES Brasil Fundo Flexível, gerido pela parceria entre BESAF e ESAF, que proporcionou em 2007 um retorno nominal de 23,30% em euros e o BES Mistral Long & Short Fundo de Investimento Multimercado, criado no mês de Junho de 2007, que tem uma política de investimento assente em retorno relativo, e que atingiu em apenas 6 meses de actividade uma rentabilidade nominal de 10,92%.

Esta nova orientação da BESAF tem por base a crescente procura de investidores por activos de renda variável, numa clara tendência de mudança cultural no país em função da consistente e perene redução das taxas de juros no Brasil. Para participar deste movimento, visível no crescimento da indústria de fundos brasileira (captação líquida superior a 60 mil milhões de Reais em 2007) e dos fundos multimercado e acções em particular (que representaram 85% da captação verificada em 2007), a BESAF tem actuado no mercado com profissionais altamente especializados e qualificados, e pretende crescer com a gestão de recursos de terceiros através de produtos mais sofisticados e que podem auferir melhores receitas e resultados tanto para os investidores quanto para a gestão.

Uma vez que o mercado accionista brasileiro corresponde a apenas 11% do total de investimentos na indústria de fundos do Brasil, vislumbramos - salvo desdobramentos pouco favoráveis de uma eventual recessão norte-americana - um potencial de crescimento bastante relevante em 2008 neste segmento de actividade.



ESPIRITO SANTO INVESTIMENTOS S.A. - "ESPIRITO SANTO INVESTIMENTOS S.A." - 3000 - C-PRIME AVENIDA DO PÊLO - 1500 - SÃO CARLOS - SP

MERCADO DE CAPITAIS - RENDA FIXA

CRESCIMENTO SUSTENTADO.

O RECURSO A INSTRUMENTOS FINANCEIROS DESINTERMEDIADOS
EM MERCADO DE CAPITAIS CONSTITUI UMA VERTENTE FUNDAMENTAL
DE DIVERSIFICAÇÃO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO DE UMA EMPRESA.
EM 2007 POSSIBILITAMOS AOS NOSSOS CLIENTES O ACESSO ÀS PRINCIPAIS PRAÇAS
FINANCEIRAS INTERNACIONAIS, ESTRUTURANDO INÚMERAS OPERAÇÕES DE PAPEL
COMERCIAL, OBRIGAÇÕES, EUROBONDS, SCHULDSCHEIN E CRÉDITOS SINDICADOS.

RELATÓRIO E CONTAS

CADERNO INSTITUCIONAL
BESF07

Mercado de Capitais – Renda Fixa

Área de Primário e Distribuição

O ano de 2007 ficou marcado pela crescente aversão ao risco, no seguimento da crise de liquidez que se iniciou em Agosto. A desaceleração do mercado imobiliário americano e os problemas com o crédito hipotecário titulado de alto risco, que lhe seguiram, despoletaram uma onda de perturbações nos mercados de produtos estruturados e monetários, que acabou por contaminar os mercados de crédito e acções.

Com o objectivo de mitigar o impacto da crise de liquidez na economia real, a Reserva Federal Americana actuou rápida e agressivamente, cortando as taxas de referência num acumulado de 100bps entre Agosto e Dezembro de 2007, para 4,25%. A resposta do Banco Central Europeu ficou marcada pela interrupção do ciclo de subida de taxas e por sucessivas injeções de liquidez.

Durante a primeira metade do ano o mercado de *Eurobonds* manteve uma actividade regular, suportada por um ambiente de *spreads* de crédito estreitos, taxas de juro reais baixas e níveis de liquidez global aceitáveis (para os quais se assinala o contributo do favorável desempenho das economias emergentes). No entanto, o alargamento expressivo de *spreads* de crédito a partir de Julho, a par da subida das taxas de curto prazo e da maior aversão ao risco, tomaram o recurso aos mercados de capitais menos atractivo tanto para empresas como para investidores, diminuindo consequentemente o volume de actividade registado.

Em Portugal, as empresas continuaram a preferir recorrer ao financiamento de curto e médio prazo através da utilização dos programas de papel comercial, uma vez que estes permitem captar financiamento tanto junto dos seus bancos de relação, como eventualmente aceder ao mercado de investidores institucionais, uma vez que este produto é colectável (desintermediável).

Atendendo à crise de liquidez que se verificou no mercado de capitais a nível mundial, também o número de emissões *Eurobond* de entidades portuguesas registou um decréscimo face aos anos anteriores, sobretudo no segundo semestre. As emissões *Eurobond benchmark* de 2007 foram as seguintes: Obrigações do Metropolitano de Lisboa (400 milhões de euros a 20 anos, com aval do Estado), Obrigações Convertíveis emitidas pela Portugal Telecom (750 milhões de euros a 7 anos), e Obrigações Trocáveis por acções da EDP, emitidas pela Parpública (1.015 milhões de euros a 7 anos).



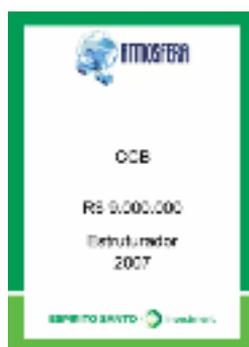
No que respeita à actividade do Espírito Santo Investment no Mercado de Capitais Renda Fixa, destacamos a liderança da operação de Obrigações Convertíveis para a Portugal Telecom acima descrita, das emissões *Eurobond* do Banco Espírito Santo, bem como da emissão de 5.900 milhões de euros, a 10 anos, de Obrigações do Tesouro da República Portuguesa. Destacamos ainda a liderança dos empréstimos obrigacionistas domésticos para o Banco Mais e para a Jerónimo Martins Retalho e a oferta pública de subscrição das obrigações Benfica SAD. Em termos de Papel Comercial, o Banco duplicou o número de mandatos ganhos, face ao ano anterior, tendo liderado 48 novos Programas, num montante total de dívida emitida de cerca de 750 milhões de euros. Destacamos os Programas de Papel Comercial da Sonae Distribuição (250 milhões de euros) e da Celbi (180 milhões de euros), pela sua dimensão.



No mercado espanhol, prosseguindo a consolidação da sua presença no mercado de capitais e de crédito sindicado, o Espírito Santo Investment participou, na qualidade de *Mandated-Lead Arranger*, no crédito sindicado de 5.175 milhões de euros para o Grupo Sacyr e como *Lead Arranger* na operação de 560 milhões de euros para o mesmo Grupo. O Banco liderou ainda uma operação de crédito *dub deal* no montante de 40 milhões de euros para o Grupo Mac Puar, que sindicou com sucesso junto de entidades financeiras espanholas.



O mercado de renda fixa brasileiro teve um bom desempenho em 2007, impulsionado pela melhoria dos fundamentos económicos, pela estabilidade política e pelo *Outlook* positivo dos mercados financeiro e de capitais. Em 2007 o Espírito Santo Investment iniciou a sua actuação em operações de crédito tendo estruturado a primeira Cédula de Crédito Bancário – CCB com a Atmosfera Gestão e Higienação de Têxteis, no valor de 9 milhões de reais.



No mercado de capitais internacional o Banco actuou como *Joint-Lead Manager* na emissão de um *eurobond* para o Banco PanAmericano (75 milhões de dólares - 3 anos) e como *Co-Manager* na emissão de um *eurobond* para o Banco Mercantil do Brasil (175 milhões de dólares - 3 anos).

No mercado de *Structured Trade Finance*, o Banco foi *Mandated Lead Arranger* na *Pre Export Finance Facility* da Multigrain Trading (*trading*) e na *Stand-by Facility* da Usiminas (siderurgia). Adicionalmente o Banco participou nas seguintes operações: Companhia Vale do Rio Doce (mineração - 6.650 milhões de dólares), Dufry South America (varejo - 51 milhões de dólares), Bahia Pulp (papel e celulose - 350 milhões de dólares), Klabin (papel e celulose - 50 milhões de dólares) Usina Itaipuara de Açúcar e Alcool (*agribusiness* - 15 milhões de dólares) e Equipav Açúcar e Alcool (*agribusiness* - 110 milhões de dólares).



Estruturação e Gestão de Risco, Trading & Sales – Ibéria

Durante o ano de 2007 a Direcção de Renda Fixa manteve o *focus* no acompanhamento de clientes e na criação de produtos de valor acrescentado para os mesmos. Assim e dando seguimento à estratégia anteriormente delineada, toda a actividade do ano foi direccionada para o aumento da base de clientes dando ênfase a uma maior diversificação geográfica. Consequentemente, foram feitos investimentos no sentido de melhorar a capacidade de originação de produto e a resposta às necessidades e características dos clientes.

Apesar da crise de liquidez, da incerteza dos mercados financeiros e da consequente contracção dos volumes negociados que observamos na segunda metade do ano, os números de crescimento da actividade da área de Gestão de Risco foram muito positivos e demonstrativos do grau de proximidade e de penetração junto da base de clientes empresas e institucionais do Banco.

Gestão de Risco para empresas

O ano de 2007 apresentou os seguintes factos relevantes na actividade da área Gestão de Risco para empresas:

- ★ Início da actividade junto das Pequenas e Medias Empresas (PME's) e junto das Grandes Empresas espanholas o que originou um aumento de 70% na contribuição da área para o Produto Bancário do Banco;
- ★ Aumento de 15% no numero de clientes activos e de 22% no número de operações concretizadas.

Estruturação para Institucionais

O ano de 2007 foi de enorme crescimento da actividade de estruturação para clientes institucionais. O Banco conseguiu um importante aumento de operações noutros mercados (EUA e Brasil) e consolidou a sua actividade no mercado Português e Espanhol abrangendo um maior leque de clientes. Destacariamos os seguintes números desta área de actividade:

- ★ crescimento de 92% no numero de operações com especial impacto na captação de *funding* do Banco;
- ★ crescimento de 83% na contribuição da actividade para o Produto Bancário do Banco.

Trading & Sales

Dada a volatilidade que se verificou durante o ano de 2007, a estratégia da área de *Trading & Sales* teve como principais objectivos os de reduzir risco e concentrar a actividade no *flow* para clientes e na cotação de emissões em mercado primário. A área de distribuição, utilizando a base de clientes crescente e cada vez mais diversificada, participou activamente e com grande sucesso na colocação das emissões que o Banco liderou. Na segunda metade do ano, a área de distribuição focou a sua actividade no aumento da captação de *funding*, tarefa que desempenhou com sucesso.

No Brasil, o mercado de *trading* apresentou duas fases distintas: um primeiro semestre centrado nas apostas de convergência do Brasil com melhoria generalizada nos activos e posições mais estruturadas; e um segundo semestre com uma envolvente mais volátil, fruto da crise de *sub-prime*, onde se constatou a tomada de posições mais especulativas.

O *flow* de clientes de Gestão de Risco em derivados também teve seu divisor de águas na crise do *sub-prime*. Porém não foi observada uma procura de *hedging* contra apreciação do USD frente ao BRL, mas verificou-se antes um aproveitamento dado por parte dos exportadores vendendo futuros de câmbio quando o USD ultrapassava a barreira do BRL 1,80. No primeiro semestre, as operações basearam-se essencialmente na venda de volatilidade, tirando partido da convergência esperada dos indicadores macro-económicos brasileiros.

Na área de distribuição de Renda Fixa Brasil o foco foi a procura de *spread*. Ao contrário do resto do mundo, os *spreads* de crédito no Brasil estreitaram ao longo do ano, situação que levou a um maior escrutínio na selecção de activos para distribuição. Neste contexto, merece particular destaque o início das actividades de crédito do Espírito Santo Investment no Brasil, que irá certamente proporcionar um incremento das actividades desta área.

Área de Tesouraria

Em 2007 aumentamos o montante do programa de *Euro Medium Term Notes* (EMTN) da subsidiária Irlandesa Espírito Santo Investment Plc de 1.500 para 2.500 milhões de euros, continuando assim este a ser o principal veículo de emissão de dívida do Banco.

A extrema flexibilidade do EMTN levou-nos a responder com a rapidez necessária às exigências dos investidores oferecendo um leque alargado de soluções que enquadradas em cada perfil de risco permitiram tirar o melhor partido das condições e leituras do mercado.

Esta estratégia, conduziu a um crescimento do montante de notas emitidas em 2007, que ascendeu a cerca de 1.010 milhões de euros, dos quais 1.000 milhões sob a forma de EMTN e 10 milhões sob a forma de obrigações de caixa.

O total de dívida em circulação à data de 31 de Dezembro de 2007 ascendia a cerca de 1.784 milhões de euros dos quais 90 milhões de euros correspondiam a dívida subordinada.

Geograficamente, saliente-se o facto de uma parte significativa da dívida ter sido colocada junto de investidores não residentes, proporcionando assim uma maior diversificação das fontes de financiamento do Banco sendo de realçar o importante papel que a nossa presença em Espanha teve neste processo.

Os objectivos de utilização do programa EMTN para 2008 apontam para um crescimento moderado do montante emitido, mantendo-se a mesma lógica de serviço ao cliente investidor e foco na melhoria do perfil de *funding* alargando a maturidade média e diversificando as fontes de financiamento.

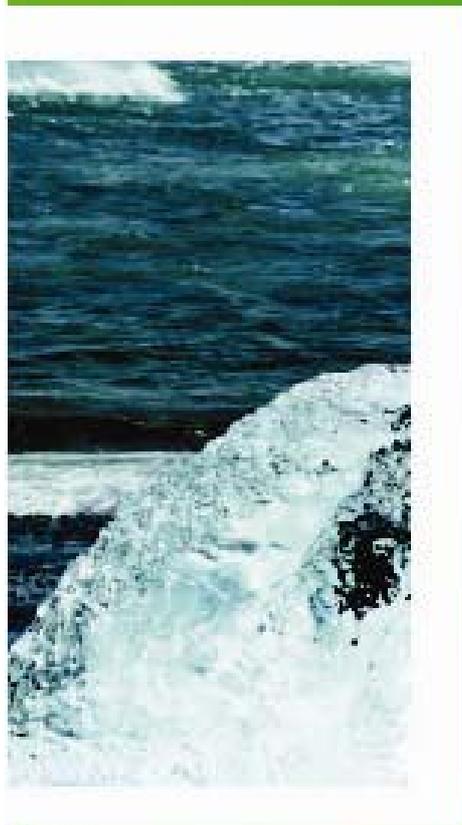
A carteira de Tesouraria atingiu um montante de cerca de 530 milhões de euros, composta de produtos *cash* e sintéticos no montante de 424 milhões de euros e de 106 milhões de euros respectivamente. Globalmente o mercado foi afectado pela crise do *sub-prime* americano penalizando os *spreads* de crédito em particular a partir do final do primeiro semestre. Continuámos a privilegiar activos de boa qualidade e descorrelacionados com as actividades *core* do Banco, atendendo a critérios de diversificação e baixa volatilidade por forma a proporcionar uma fonte estável de receita.

Para 2008 o Banco manterá a política de investimento, prevendo-se um crescimento da carteira em linha com o aumento esperado do balanço.





ESPIRITO SANTO INVESTIMENTOS S.A. (CNPJ Nº 07.040.088/0001-77) - ANO 01 2008 - 2009 - (R\$ mil)



SERVIÇOS FINANCEIROS

ESPECIALIZAÇÃO.
UM INSTRUMENTO DE SUCESSO.

SOMOS ADEPTOS COMO CTOS DA ESPECIALIZAÇÃO COMO MBO PARA
PROPORCIONAR AOS NOSSOS CLIENTES SOLUÇÕES
COM REAL VALOR ACRESCENTADO E ADAPTADAS ÀS SUAS
NECESSIDADES ESPECÍFICAS
EM 2007 A S E S S O R Á M O S M A I S D E 40 T R A N S A C Ç Õ E S
DE VALOR GLOBAL SUPERIOR A 16.000 MILHÕES

RELATÓRIO E CONTAS

CADERNO INSTITUCIONAL
BES/07

Serviços Financeiros

Durante o ano de 2007, a actividade de Fusões e Aquisições (F&A) manteve globalmente a evolução positiva que se verifica desde 2004. Apesar da crise de liquidez que a partir do 2º semestre criou alguma incerteza nos mercados a nível mundial, o dinamismo até aí verificado nos fundos de *Private Equity* e nos *Hedge Funds* internacionais ainda sustentou um ano de crescimento global na actividade de F&A.

De acordo com os dados publicados pela *Thomson Financial*, durante 2007 a actividade de F&A registou um crescimento global de 24% no número e de 10% no valor das operações anunciadas e concretizadas.

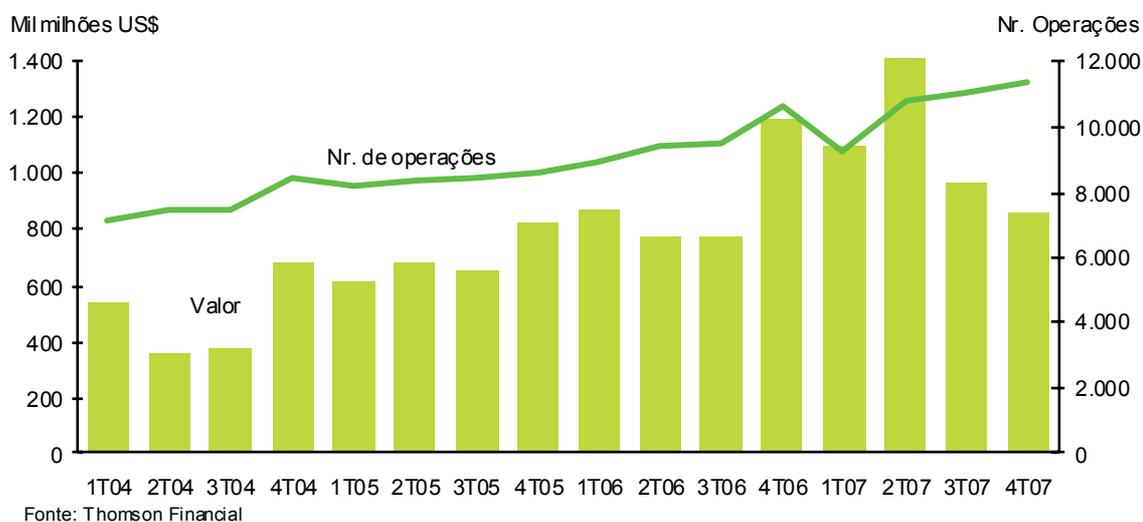
Tal como em anos anteriores, este crescimento é explicado maioritariamente pelo processo de consolidação que vem caracterizando o sector financeiro já há alguns anos, bem como pelas transacções ocorridas no sector das *utilities* e de consumo.

Resultante da integração económica e política que se tem verificado no Continente Europeu, as operações *Cross Border* cresceram 26% em número e 39% em valor durante 2007, representando já mais de 63% do valor total de operações de F&A realizadas. A nível global, este tipo de operações cresceu 26% em número e 45% em valor, de acordo com os dados da *Bloomberg*.

As operações de *Management Buyout* apresentaram comportamentos igualmente positivos durante 2007. Na Europa, registaram um crescimento de 92% em valor e um crescimento de 16% em número de operações enquanto a nível global registaram um crescimento de 12% em valor e 19% em número de operações.

Os fundos de *Private Equity* mantiveram o dinamismo de anos anteriores, tendo registado crescimentos de 22% em número de operações a nível global (20% em valor de operações) e de 22% na Europa (apesar do decréscimo de 4% registado no valor das respectivas operações).

Operações a Nível Mundial – Anunciadas e Concretizadas



Península Ibérica

À semelhança da tendência verificada a nível global, a actividade de F&A na Península Ibérica apresentou, de acordo com a *Bloomberg*, um comportamento positivo, tendo registado um crescimento de 39% em valor e de 9% em número de operações.

Também segundo a *Bloomberg*, o mercado Português, cresceu 16% em número e 17% em valor de operações concretizadas. Em 2007, o mercado Português representou cerca de 26% do número total de operações de F&A realizadas na Península Ibérica (representando 9% do valor das operações na mesma região).

O crescimento do número de operações em Portugal é explicado pelo processo de reestruturação e de consolidação que finalmente se iniciou no País vários anos depois do mesmo se ter iniciado em Espanha, e que decorre da crescente liberalização da economia e da necessidade de obter ganhos de dimensão e escala.

Em Espanha, assistiu-se a um crescimento de 87% em valor e de 10% em número de operações anunciadas e concretizadas. O crescimento do valor de operações em Espanha foi significativamente influenciado pela operação de aquisição do ABN Amro pelo consórcio formado pelo Banco Santander, Royal Bank of Scotland e Fortis, considerada a maior fusão de entidades bancárias da história.

Em 2007, de acordo com a *Bloomberg*, os sectores mais activos na Península Ibérica, em número de operações e em valor, foram os seguintes:

Sectores de Actividade	Número de Transacções	Sectores de Actividade	Valor das Transacções
Financeiro	27%	Utilities	37%
Consumo não cíclico	21%	Financeiro	37%
Industrial	17%	Consumo cíclico	7%
Consumo cíclico	12%	Comunicações	6%

Fonte: Bloomberg

No Brasil, o mercado de Fusões & Aquisições registou um crescimento de 40% em número de operações (32% em valor de operações) consolidando o forte crescimento já verificado no ano passado face à instabilidade política e inevitável contracção do investimento estrangeiro verificadas em 2005.

A actividade do Espírito Santo Investment

O ano de 2007 marcou a consolidação da presença do Espírito Santo Investment em Espanha e o reforço da liderança destacada em operações de F&A em Portugal, representando assim um passo decisivo na estratégia de estabelecer o Espírito Santo Investment como banco de referência para operações de *Cross Border* no eixo estratégico Portugal-Espanha-Brasil.

É também de referir que o Espírito Santo Investment continuou a aprofundar a sua internacionalização, reforçando a sua presença na Polónia, no seguimento da assumpção do controlo na Concordia Espírito Santo Investment, Ltd na qual o Espírito Santo Investment detinha no final de 2007 uma participação de 75%. Esta presença directa pretende dinamizar e apoiar o crescente investimento e expansão das empresas Ibéricas para o Leste Europeu.

O volume de operações de F&A em que o Espírito Santo Investment esteve envolvido, durante 2007, ultrapassou os 16.300 milhões euros correspondendo a um total de 40 operações.

Deste modo, o Espírito Santo Investment reforçou a sua posição de liderança destacada do mercado de F&A (por número de operações e por valor de transacções) em Portugal e consolidou a sua posição na Península Ibérica, ultrapassando mesmo os bancos globais por número de operações.

Bloomberg			
Ordenado por número de transacções completas			
1.1.2007 – 31.12.2007			
BLOOMBERG® <i>League Tables 2007</i>	<i>Portuguese Target</i> <i>Portuguese Acquirer</i>	BLOOMBERG® <i>League Tables 2007</i>	<i>Iberian Target</i> <i>Iberian Acquirer</i>
1º Lugar <i>M&A Financial Advisory</i> <i>Portugal</i>	1 Espírito Santo Investment 24	2º Lugar <i>M&A Financial Advisory</i> <i>Iberia</i>	1 KPMG Corp. Finance 44
	2 Deloitte 8		2 Espírito Santo Investment 27
<i>Global Financial Multimedia</i> <i>Information and</i> <i>Communication</i>	3 KPMG Corp. Finance 6	<i>Global Financial Multimédia</i> <i>Information and</i> <i>Communication</i>	3 ABN AMRO 19
	4 ABN AMRO 5		4 PWC 13
	4 BPI 5		5 Rothschild 12
	4 Caixa Banco Investimento 5		5 Deloitte 12
	5 Citigroup 2		5 Norgestion 12
	5 Yes Bank 2		5 Citigroup 10
	5 ICICI Bank AG 2		6 Morgan Stanley 10
	6 Goldman Sachs 1		6 Banco Santander 10

Fonte: Bloomberg - Nota: Informação à data de 5 de Março de 2008

Na Península Ibérica, entre as operações de F&A em que o Espírito Santo Investment esteve envolvido destacam-se as seguintes:

 Aquisição de 100% da Horizon Wind Energy \$ 2.740.000.000 (EV) 2007 	 Alienação de 99,86% da Carrefour Portugal à  € 662.000.000 (EV) 2007 	 Aquisição de 20% da Pebble Hydro - Consultoria Investimentos e Serviços, Lda € 178.000.000 (EV) 2007 	 Aquisição de 100% da Transportes y Bombeos Bedmar, S.A. € 46.200.000 (EV) 2007 	 Aquisição de 100% da Eastman Chemical Iberia, S.A. ≈ € 31.800.000 (Equity) 2007 
 Aquisição de 100% do Grupo Multiterminal € 25.000.000 (Equity) 2007 	Win Reason, S.A. Alienação da Unidade de Negócio de Retalho da  € 25.000.000 (EV) 2007 	 Aquisição de 100% do capital social do Grupo NSL  2007 	Tomgal  Aquisição de 100% da Indústrias de Alimentação Idal, S.A. ao Grupo Heinz  2007 	HOLGERE Aquisição de 100% do Grupo A. Silva & Silva  € 125.000.000 (Equity) 2007 

Relativamente ao mercado Brasileiro e tendo por base os dados publicados pela Bloomberg, o Espírito Santo Investment alcançou o 10º lugar no ranking de F&A (em número de operações).

Bloomberg Ordenado por número de transacções completas 1.1.2007 – 31.12.2007	
BLOOMBERG® <i>League Tables 2007</i>	Brazilian Target Brazilian Acquirer
10º Lugar <i>M&A Financial Advisory</i> Brasil	1 Citigroup 19
 Investment	2 Credit Suisse 16
<i>Global Financial Multimedia Information and Communication</i>	2 UBS 16
	3 Patria Banco de Negocios 15
	4 Rothschild 12
	5 PWC 10
	6 ABN AMRO 9
	7 ING 7

	10 Espírito Santo Investment 4

Fonte: Bloomberg - Nota: Informação à data de 5 de Março de 2008

De seguida apresentamos as transacções mais significativas em que o Espírito Santo Investment esteve envolvido no Brasil.





CAIXA DE AQUÍLON - LULA, ABRILIA - PAÍZ DE AGUIVIL - CIVIL - 2004 200 000 - CIVIL 2004



ASSESSORIA MÉDIAS EMPRESAS

LIMA EQUIPA COESA E ARTICULADA.

PARA NÓS, MAIS IMPORTANTE DO QUE O TITÂNIO,
O QUE CONTA É A AMBIÇÃO DOS Nossos CLIENTES.
POR ISSO CRIAMOS, EM PARCERIA COM O BANCO ESPÍRITO SANTO,
UMA OFERTA DE SERVIÇOS ADAPTADA ÀS NECESSIDADES
DA EMPRESA DE MÉDIA DIMENSÃO.

RELATÓRIO E CONTAS

CADERNO INSTITUCIONAL
DE SPQ 7

Assessoria financeira a Médias Empresas

A área de Assessoria Financeira a Médias Empresas foi criada em 2004 em parceria com a Direcção de Médias Empresas do Banco Espírito Santo, com o objectivo de prestar serviços de banca de investimento ao segmento de médias empresas, com especial enfoque nos clientes geridos pelos Centros de Empresas ("CE") do BES. Por razões comerciais e de segmentação de mercado, esta área desenvolve a sua actividade sob a marca Espírito Santo Assessoria Financeira.

Os serviços de banca de investimento prestados a este segmento de mercado induem, tanto a assessoria transaccional em fusões e aquisições e o seu financiamento, como serviços de consultoria financeira pura, designadamente, avaliações, estudos de viabilidade económico-financeira, assessoria em processos de reestruturação societária e accionista, etc.

O esforço mais relevante em termos de dinamização comercial tem-se naturalmente exercido através dos CE, que constituem o principal catalizador de negócio da Assessoria a Médias Empresas. Assim, após identificação, pelos CE, das oportunidades de negócio, os nossos serviços de banca de investimento são oferecidos aos potenciais Clientes mediante a realização de um plano sistemático de visitas, onde se procede à apresentação do serviço e à angariação de mandatos de assessoria financeira.

Para multiplicar os canais de angariação de negócio e, por essa via, alargar a sua base de Clientes, desde 2006 que a Assessoria a Médias Empresas estabeleceu igualmente um protocolo de colaboração com o *Private Banking* do Banco Espírito Santo. Com esta iniciativa pretendeu-se dar apoio aos clientes *Private* no desenvolvimento dos seus projectos de investimento, regra geral de natureza individual, bem como na aquisição e alienação de participações societárias e, em geral, apoiar a optimização da gestão do seu património empresarial.

O ano de 2007 correspondeu ao esperado em termos de nível de actividade, tendo sido angariados e executados 31 mandatos, e atingiu os objectivos em termos de receitas. Dos mandatos concluídos são de realçar duas operações de estruturação de financiamento - Quinta do Lorde e Choupana Hills, e a assessoria em dois processos de alienação do capital de empresas - a Osfone e a Sorema.

Os objectivos da Assessoria a Médias Empresas para 2008 reflectem uma perspectiva muito ambiciosa de crescimento da actividade, partindo das bases lançadas nos anos transactos, e reforçando a dinâmica junto dos responsáveis dos CE, na criteriosa selecção e priorização de Clientes e na identificação de oportunidades de negócio, de forma a otimizar-se a utilização dos recursos humanos e técnicos afectos. Será dado particular ênfase à articulação interna com as Direcções de Clientes e de Serviços Financeiros do Espírito Santo Investment, para assim melhor se aproveitar o potencial de complementaridade da oferta de serviços, de captação de negócio e na execução de mandatos.







Τηλεφωνικό κέντρο - Ε. Παναγιώτα - "Innovation Mind and style". - 210 75 00 00 - 210 75 00 00 / 0105 95 00 00 - 95 00 00 00 - 95 00 00 00



PROJECT FINANCE E SECURITIZAÇÃO

PERSEVERANÇA NA BUSCA DE SOLUÇÕES

SOMOS DETERMINADOS E PERSEVERANTES NA TRANSDIÇÃO DAS BARRERAS
TÉCNICAS E GEOGRÁFICAS QUE SE COLOCAM À CONCRETIZAÇÃO
DOS OBJECTIVOS DOS NOSSOS CLIENTES.

EM 2007 CONCRETIZAMOS MAIS DE 60 OPERAÇÕES EM 16 PAÍSES REPARTIDOS
POR 4 CONTINENTES, E DESENVOLVIMOS OPERAÇÕES INOVADORAS E
DE GRANDE COMPLEXIDADE, QUE MERECERAM RECONHECIMENTO INTERNACIONAL.

RELATÓRIO E CONTAS

CADERNO INSTITUCIONAL
BES/07

Project Finance e Securitização

O ano de 2007 destaca-se pela atribuição ao Espírito Santo Investment de cinco importantes prémios internacionais pelas transacções concretizadas pelo Banco na área do *Project Finance*, e, pela concretização da primeira operação de securitização de financiamentos em regime de *Project Finance* – uma operação pioneira e única na Europa.

Pelo quarto ano consecutivo, o Espírito Santo Investment foi distinguido com a atribuição de prémios internacionais altamente prestigiantes, reflectindo a excelência da actividade desenvolvida pela Direcção de *Project Finance* e Securitização (DPFS) quer em Portugal quer nos diferentes mercados internacionais em que está presente:

- “*Global Deal of the Year 2007*” pela Revista Infrastructure Journal, “*Global Renewables Portfolio Refinancing Deal of the Year 2007*” pela Revista Project Finance e “*Renewable Energy Project Financing of the Year*” pela revista Global Energy Refinancing relativamente à Liderança do Financiamento do *Portfolio* de Parques Eólicos da BBW – Babcock & Brown Wind Partners Fund, com activos na Austrália, Alemanha, França, Espanha e Estados Unidos da América;
- “*EMEA Desalination/Water Deal of the Year*” pela Revista Project Finance relativamente à liderança do financiamento de uma estação de dessalinização em Hadera no Norte de Israel.
- “*European Rail Deal 2007*” pela Jane’s Transport Finance relativamente à Liderança do Financiamento da CB Rail, uma companhia de *leasing* de material rolante com activos na Alemanha, Holanda, Bélgica e Dinamarca.



A transacção do Babcock & Brown Wind Partners Fund merece destaque particular na medida em que se tratou da primeira operação de financiamento de um *portfolio* global de parques eólicos localizados em três continentes distintos – Oceânia, Europa e América -, e em cinco países.

A DPFS reforçou em 2007 a sua posição de liderança no mercado Português, tendo liderado todas as principais operações de *project finance* realizadas no País. Refira-se que a DPFS através da sua equipa de Lisboa, conseguiu desenvolver uma actividade internacional muito importante que representou aproximadamente metade do volume de negócios gerado e, assim, contrariar a tendência de redução de oportunidades no mercado doméstico.

Realce ainda para a concretização pela DPFS de várias operações de securitização para o Grupo Banco Espírito Santo, e, em particular para a concretização da primeira operação de securitização de uma carteira de financiamentos em regime de *project finance* – Lusitano Project Finance No 1 Limited - através de uma estrutura de “*cash securitization*”. Trata-se de uma operação emblemática em Portugal e inovadora na Europa.

Os sectores de energias renováveis e infra-estruturas foram os que geraram mais negócio para esta área, tendo a DPFS desenvolvido actividade em 16 países diferentes na Europa, África, Ásia e América.

O trabalho realizado por esta equipa mereceu igualmente referências prestigiantes nas principais *league tables* internacionais:

- 1ª posição nas *league tables* de Portugal de *Project Finance* pela “Thomson Financial”, “Dealogic” e “Infrastructure Journal”;

- 3ª posição nas *league tables* Global Wind Sector e 4ª posição em *Global Renewables Sector* pelo “Infrastructure Journal”;
- 10ª posição nas *league tables* da Europa e 28ª posição Global como *Project Finance Loans Mandated Lead Arrangers* pela “Dealogic”;
- 15ª posição nas *league tables* da Europa e 28ª posição Global como *Project Finance Global Mandated Arrangers* pelo “Infrastructure Journal”;
- 21ª posição nas *league tables* de EMEA e 25ª posição Global como *Project Finance Global Mandated Arrangers* pela “Thomson Financial”;

Refira-se ainda que a DPFS, através da sua equipa de Londres, concretizou em 2007 diversas transacções importantes: i) a assessoria aos Governos da África do Sul e de Moçambique no refinanciamento da auto - estrada N4 (Corredor de Maputo); ii) a assessoria ao Governo da África do Sul no refinanciamento da auto - estrada N3; iii) a liderança do financiamento do projecto do Porto de Rostock na Alemanha; iv) a liderança do financiamento do projecto da fábrica de dessalinização em Hadera, Israel.

Relativamente às operações conduídas merecem particular destaque as seguintes:

- ★ Liderança na estruturação da operação relativa ao portfolio de Parques Eólicos da Babcock & Brown Wind Partners (BBW) , na Austrália, Alemanha, França, Espanha, Portugal e Estados Unidos, representando um financiamento global de aproximadamente € 1.700 milhões;
- ★ Liderança na estruturação da operação relativa ao portfolio de Parques Eólicos da Babcock & Brown Infrastructure Group nos Estados Unidos, no montante total de USD 795 milhões;
- ★ Assessoria e Liderança na estruturação da operação de financiamento da Auto – Estrada Grande Lisboa, em Portugal, representando um investimento total de, aproximadamente, € 290 milhões;
- ★ Liderança na estruturação da operação relativa ao portfolio de Mini-Hídricas da RPI, em Portugal e Espanha, representando um financiamento global de € 52,5 milhões;
- ★ Liderança na estruturação de operações para Parques Eólicos da Tecneira, em Portugal, representando um financiamento global de € 23 milhões;
- ★ Liderança na estruturação da operação relativa a um Parque Eólico da Energiekontor, em Portugal, representando um financiamento global de € 19,05 milhões;
- ★ Liderança na estruturação da operação para o SISAV, em Portugal, representando um financiamento global de € 30 milhões;
- ★ Assessoria ao Consórcio da Trakia no projecto da concessão da auto – estrada Trakia na Bulgária;
- ★ Assessoria ao Projecto de desenvolvimento da Plataforma Logística do Poceirão;
- ★ Assessoria à Concessionária Aenor relativamente aos impactos financeiros sobre as suas concessões;



Austrália, Alemanha, França, Espanha, Portugal e Estados Unidos

BABCOCK & BROWN
Babcock & Brown Wind Partners (BBW)

Refinanciamento do portfolio de global Parques Eólicos (2,392 MW)

Facilidades de Crédito de Longo Prazo
€ 1.700.000.000

Mandated Lead Arranger 2007

ESPIRITO SANTO  Investment



BABCOCK & BROWN
Babcock & Brown Infrastructure Group US LLC (BBW)

Financiamento de Parques Eólicos localizados nos EUA

Financiamentos Internacionais
USD\$ 795 000 000

Mandated Lead Arranger 2007

ESPIRITO SANTO  Investment



Auto-Estradas da Grande Lisboa S.A. Portugal e Espanha

RPI GROUP
Global Shulgi, S.L.

Assessor Financeiro e Líder na montagem do Financiamento para a concessão DBFO, em regime de portagem real de uma rede de auto-estradas na zona da Grande Lisboa

Facilidades de Crédito a Longo Prazo
€ 183.250.000

Mandated Lead Arranger 2007

ESPIRITO SANTO  Investment



Portugal e Espanha

TECNEIRA
Tecnologias Energéticas, S.A.

Financiamento de 4 pequenas centrais hídricas com capacidade total instalada de 23.237 KW

Facilidades de Crédito
€ 52.500.000

Mandated Lead Arranger 2007

ESPIRITO SANTO  Investment



Portugal

SISAV
Sociedade de Investimentos e Serviços, S.A.

Financiamento de 2 parques eólicos localizados em Portugal com a capacidade total de 30,0 MW

€ 23.000.000

Mandated Lead Arranger 2007

ESPIRITO SANTO  Investment

<p>Portugal</p> <p>EnergieKontor</p> <p>Financiamento de um parque eólico localizado em Portugal (8,0 MW) Facilidades de Crédito de Longo Prazo € 19.050.000</p> <p>Mandated Lead Manager 2007</p> <p>ESPIRITO SANTO  Investment</p>	<p>Portugal</p> <p>SISAV</p> <p>Centro Integrado de Recuperação, Valorização e Eliminação de Resíduos Perigosos ("CIRVER") Facilidades de Crédito de Longo Prazo € 30.000.000</p> <p>Mandated Lead Manager 2007</p> <p>ESPIRITO SANTO  Investment</p>	<p>Bulgária</p> <p>TRAKIA MOTORWAY AD</p> <p>Assessoria Financeira à Trakia Motorway AD na estruturação e financiamento de um projecto de autoestrada de portagem real com extensão de 450 Km € 850.000.000</p> <p>Em curso</p> <p>ESPIRITO SANTO  Investment</p>	<p>Portugal</p> <p>LOGZ ATLANTIC HUB</p> <p>Assessoria Financeira à Log Z na estruturação do financiamento para uma plataforma logística intermodal situada no Poceirão</p> <p>Em curso</p> <p>ESPIRITO SANTO  Investment</p>	<p>Portugal</p> <p>aenor</p> <p>Assessoria Financeira ao Grupo Aenor relativamente à reestruturação das suas concessões</p> <p>Em curso</p> <p>ESPIRITO SANTO  Investment</p>
--	---	---	---	---

Em Espanha, a equipa de DPFS concretizou nove operações de financiamento nos sectores de infra-estruturas, transportes e energia, e obteve igualmente vários mandatos de assessoria financeira na estruturação de projectos de investimento nestes mesmos sectores.

No sector de infra-estruturas apoiámos clientes espanhóis de primeira linha, o que permitiu ao Espírito Santo Investment posicionar-se como um dos *players* de referência no desenvolvimento de operações de Project Finance de envergadura em Espanha. Das operações realizadas merece destaque a o financiamento do Metro Ligeiro de Madrid, e o envolvimento como *Mandated Lead Arranger* do Project Finance da SH-130 no Texas para um consórcio de empresas espanholas.

No sector de energia prosseguimos a estratégia de envolvimento na estruturação de projectos complexos que requeiram *know how* financeiro e experiência distintivas e com, valor acrescentado. Neste contexto, desenvolvemos várias operações no segmento das energias renováveis, nomeadamente projectos de *biodiesel* e fotovoltaicos.

Na área de assessoria financeira, merece destaque o mandato de assessoria no desenvolvimento do projecto da Radial 1 em Madrid.

<p>Espanha</p> <p>Huerta Fotovoltaica Los Hinojosos</p> <p>Financiamento de um parque fotovoltaico com capacidade de 1.8 MW € 11.500.000</p> <p>Mandated Lead Arranger 2007</p> <p>ESPIRITO SANTO  Investment</p>	<p>Espanha</p> <p>Parque Eólico San Lorenzo</p> <p>Financiamento de dois parques eólicos A e B com capacidade de 90 MW € 134.308.492</p> <p>Mandated Lead Arranger 2007</p> <p>ESPIRITO SANTO  Investment</p>	<p>Espanha</p> <p>BioOils energy</p> <p>Financiamento de uma fábrica de biocombustível com capacidade de 150 TN/ano € 61.000.000</p> <p>Mandated Lead Arranger 2007</p> <p>ESPIRITO SANTO  Investment</p>	<p>Grécia</p> <p>Central Greece Motorway</p> <p>Financiamento para construção de uma autoestrada € 1.432.500.000</p> <p>Mandated Lead Arranger 2007</p> <p>ESPIRITO SANTO  Investment</p>	<p>Espanha</p> <p>renovalia</p> <p>Financiamento para construção de um parque eólico com capacidade de 243 MW € 279.935.000</p> <p>Mandated Lead Arranger 2007</p> <p>ESPIRITO SANTO  Investment</p>
<p>Espanha</p> <p>Rixiraba Energia Solar</p> <p>Financiamento de um parque fotovoltaico com capacidade de 12 MW € 88.028.000</p> <p>Mandated Lead Arranger 2007</p> <p>ESPIRITO SANTO  Investment</p>	<p>Espanha</p> <p>metro ligero</p> <p>Financiamento da construção da linha T1 do metro de Madrid € 243.500.000</p> <p>Mandated Lead Arranger 2007</p> <p>ESPIRITO SANTO  Investment</p>	<p>Espanha</p> <p>First Wave Services</p> <p>Financiamento de um parque fotovoltaico com capacidade de 7.2 MW € 243.500.000</p> <p>Mandated Lead Arranger 2007</p> <p>ESPIRITO SANTO  Investment</p>	<p>Espanha</p> <p>NATURENER</p> <p>Financiamento de três parques fotovoltaicos com capacidade de 17.5 MW € 137.695.000</p> <p>Mandated Lead Arranger 2007</p> <p>ESPIRITO SANTO  Investment</p>	

No Brasil, o ano de 2007 foi um ano de reposicionamento, tendo-se procedido ao recrutamento de uma equipa com adequado grau de senioridade, e redefinido o plano de contactos com clientes, posicionando o Banco como um *player* integrado neste segmento de actividade, cobrindo desde a assessoria e estruturação de projectos até a tomada firme e sindicância das operações.

Neste contexto, destacamos a atribuição pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (BNDES) da permissão para o Banco operar como agente repassador de recursos provenientes do BNDES para financiamento de projectos ligados aos sectores de infra-estrutura (concessões de rodovias, energia, biomassa, energias renováveis, dentre outros). Adicionalmente, a Direcção de Project Finance Brasil (DPF Brasil) desenvolveu acções junto de outros organismos de fomento de investimentos no Brasil com vista a participar futuramente nos sindicatos de bancos financiadores que estas entidades venham a promover.

Como reflexo da estratégia implementada, a DPF Brasil foi contratada como *financial advisor* em várias operações que totalizam Investimentos superiores a 600 milhões de euros, nomeadamente:

- ★ Assessoria a uma das líderes ibéricas do sector de construção e de concessões para exploração de rodovias no Brasil;
- ★ Assessoria a um grupo brasileiro na implementação de projecto turístico e comercial na região da Tríplice Fronteira, próximo às Cataratas do Iguaçu;
- ★ Assessoria a um agrupamento de empresas brasileiras na implementação de um campo eólico na região Nordeste do Brasil.

Adicionalmente, a DPF Brasil tem dinamizado a participação no *arranging* e tomada firme de operações de *project finance* no mercado Brasileiro. Nesta vertente, destacamos a actuação como *lead arrangers* no financiamento de projectos eólicos e de projectos de construção e manutenção de linhas de transmissão de energia eléctrica.

As perspectivas para 2008 são promissoras, tendo em conta o volume de investimentos que ocorrerão no Brasil que, de acordo com as estimativas oficiais deverão atingir cerca de 20 mil milhões de euros, até ao final de 2010, com particular incidência nos projectos de geração de energia, exploração de concessões rodoviárias, terminais portuários, terminais aeroportuários, saneamento e óleo e gás.

Em 2007, a economia angolana continuou a registar um forte crescimento económico, o que tem vindo a acontecer desde o fim do conflito armado em Angola, e uma vez alcançada a estabilidade política no país - o PIB angolano cresceu, em 2007, cerca de 19.8%, suportado pelo sector petrolífero, que tem beneficiado do aumento da capacidade de produção, próxima dos 2 milhões de barris diários, e do preço internacional do crude. Além do sector petrolífero, destaca-se ainda o sector diamantífero, com a entrada de *players* internacionais o sector de construção no sector, e, em função dos projectos imobiliários e de obras públicas em curso.



O Espírito Santo Investment, que está presente em Angola através do Gabinete Banca de Investimento, uma parceria com o Banco Espírito Santo Angola, desenvolveu uma actividade muito profícua no mercado primário de dívida:

1. Emissão de Obrigações do Tesouro da República de Angola – Projectos em Cabinda, no montante de USD 250,000,000
2. Emissão de Obrigações do Tesouro da República de Angola – Reconstrução Nacional, num montante total de USD 1,000,000,000, tendo sido a maior Emissão de Títulos de Dívida Pública realizada em Angola.

A actividade do Espírito Santo Investment envolveu também a prestação de serviços de assessoria financeira em diversos sectores, destacando-se os sectores imobiliário, de mineração e energia, tendo sido mandatado *lead arranger* na estruturação de um financiamento de 90 milhões de dólares, destinado a financiar a fase de desenvolvimento de alguns projectos de exploração de diamantes detidos pela ESCOM em parceria com a BHP Billiton em Angola.





CANDEIA HÔTEL - L. 104 - Araxós - Biblioteca geral da Universidade de Coimbra II - 3004 - C-1150 - 3004 - 30040 - CH - 30º And

LEVERAGED FINANCE

RIGOR E EMPENHO.

CRIAMOS PARCERIAS COM OS NOSSOS CLIENTES, POR VIA DA PARTILHA Ponderada e selectiva do risco das transacções realizadas. Em 2007 reforçámos o nosso posicionamento de referência no mercado de Leveraged Finance na Península Ibérica e abrimos novas frentes de actividade na Polónia e Reino Unido.

RELATÓRIO E CONTAS

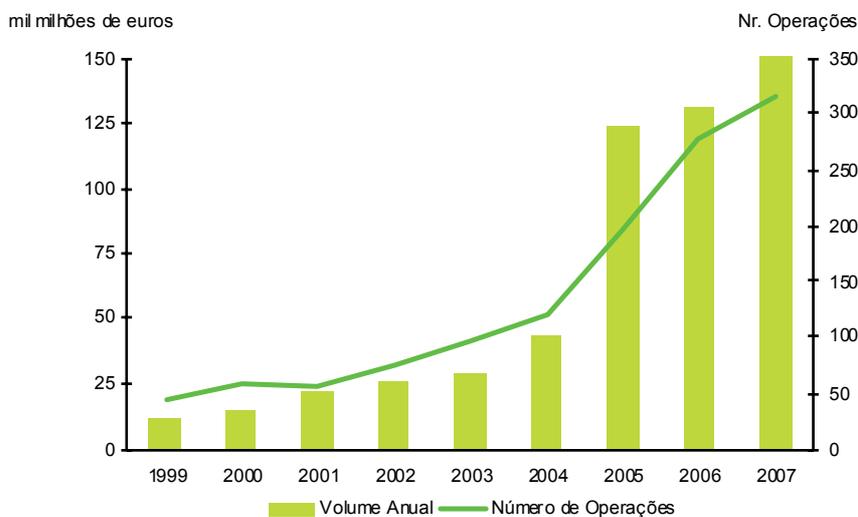
CADERNO INSTITUCIONAL
BESP07

Leveraged Finance

Evolução do Mercado de *Leveraged Finance* em 2007 e Perspectivas para 2008

O volume total de dívida *leveraged* do mercado europeu em 2007 atingiu, de acordo com dados da S&P, os 165,5 mil milhões de euros através da realização de um total de 315 operações, o que representa um crescimento de 26% face ao volume total de 131,4 mil milhões de euros, atingido em 2006 com 281 operações realizadas. No entanto, tais estatísticas escondem a realidade de um ano de actividade com duas faces bem distintas. De facto, se o volume total no final do 1º semestre ascendia a 118,4 mil milhões de euros, o que representava um crescimento de 73% face ao volume de 2006, os volumes registados no 3º e 4º trimestre de 2007, respectivamente de 24,2 mil milhões e 22,9 mil milhões de euros foram os mais baixos dos últimos 3 anos, como consequência da crise de liquidez que afectou o mercado no segundo semestre do ano.

Volume Anual e Nr. de Operações

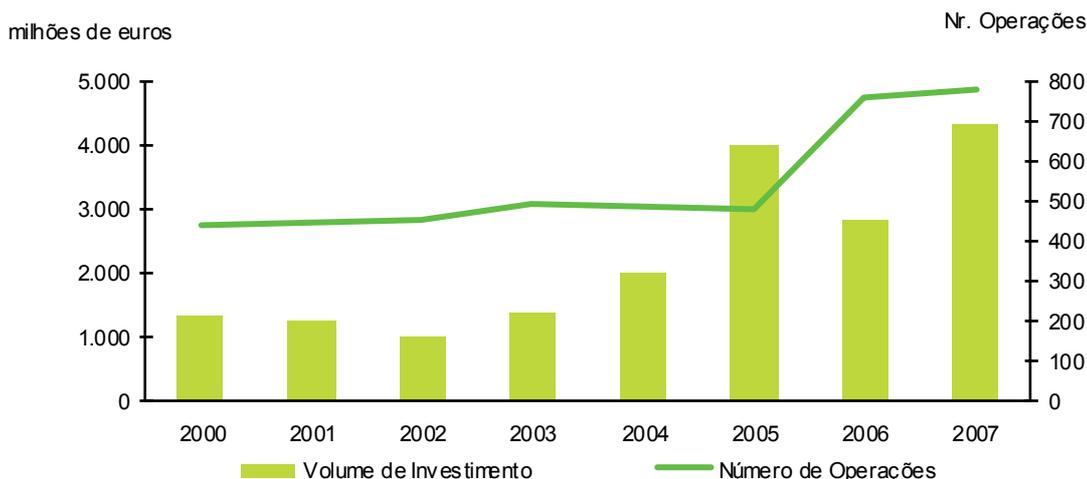


Em termos do mercado de *Leveraged Buy-Outs* propriamente dito, o volume do mercado europeu em 2007 atingiu os 140 mil milhões de euros através da realização de um total de 274 operações, o que representa um crescimento de 21% face aos 115,8 mil milhões de euros registados em 2006. Também aqui, como é evidente, se observou o mesmo perfil de evolução, com um enorme abrandamento da actividade no 2º semestre (no final do 1º semestre, o crescimento registado era de 91% em relação ao ano anterior).

O crescimento do mercado no 1º semestre do ano foi conseguido fundamentalmente por via de utilização de dívida *senior* e *second-lien* (que, partindo de valores modestos no ano anterior, atingiu os 13,6 mil milhões de euros em 2007, crescimento de 72,4%), sendo que no 2º semestre, ao invés, se assistiu a um ressurgimento de dívida *mezzanine* (atingiu os 12,8 mil milhões de euros em 2007, o que representa um crescimento em volume de 5,7%) em resultado de operações menos alavancadas e com menor peso de dívida *senior* e *second lien*.

Em Espanha, segundo os dados recentes publicados pela ASCRI, o volume de investimento atingiu novo *record* de 4.198 milhões de euros, ultrapassando os níveis registados em 2005 (ano cujos valores acabam por distorcer um pouco a análise por os elevados volumes resultarem de algumas operações de grande dimensão, ao invés dos anos seguintes, onde a actividade se baseou em operações de menor dimensão), o que representa um crescimento de 44% em relação ao ano de 2006. Tal crescimento resulta de uma significativa contribuição de operações no segmento de *mid-market*. Tal como no resto da Europa, o crescimento ocorreu essencialmente nos primeiros 9 meses do ano, tendo o último trimestre registado um significativo abrandamento.

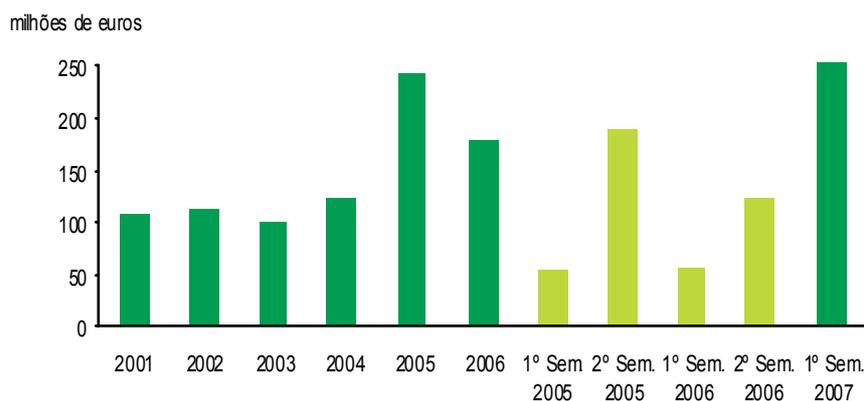
Espanha - Volume de Investimento e Número de Operações



Fonte: ASCRI

Em relação a Portugal, os dados existentes, referentes ao final do 1º semestre de 2007 sugerem um considerável aumento do volume de investimentos realizados face aos anos anteriores. No entanto, tal situação deveu-se a dois investimentos extraordinários no montante de 90 e 182 milhões de euros. Sem esses investimentos extraordinários, o investimento ter-se-ia mantido nos baixos níveis registados nos anos anteriores.

Portugal - Volume de Investimento



Fonte: APCRI

As perspectivas de evolução do mercado em 2008 estão directamente relacionadas com a envolvente dos mercados financeiros e a crise de liquidez que hoje se vive e que condiciona a tomada firme de operações pela dificuldade da sua syndicação. Assim, para Espanha, estima-se um decréscimo do número de operações e do volume de investimento, afectado também pela previsível desaceleração do crescimento da sua economia. Estima-se que a dimensão média da operações deverá manter-se a níveis próximos dos observados em 2007. Para Portugal, apesar de se antever um maior dinamismo no mercado, induzido pela entrada de alguns novos *private equity* locais, não se estimam alterações profundas no actual panorama de investimentos realizados.

Operações da Direcção de Leveraged Finance do Espírito Santo Investment em 2007

Entre as operações concretizadas em 2007 destacamos:

Holgere - o ES Investment actuou como *Joint Mandated Lead Arranger* no financiamento do *management buy-out* do grupo A. Silva & Silva. A operação envolveu o montante total de 125 milhões de euros de dívida sénior tendo esta sido tomada firme em 50% pelo Grupo Banco Espírito Santo.

Gebomsa - o ES Investment actuou como *Mandated Lead Arranger* no refinanciamento da dívida da Gebomsa e distribuição de um dividendo extraordinário aos seus accionistas (*Recap*). A operação envolveu o montante total de 111 milhões de euros de dívida sénior tendo a dívida sido integralmente tomada firme pelo Grupo Banco Espírito Santo. A Gebomsa é a empresa líder em Espanha no segmento de serviços de bombagem de betão.

Grupo Editorial - o ES Investment actuou como *Mandated Lead Arranger* no financiamento da aquisição por parte da Quifel Holdings de um conjunto de editoras: Texto Editores, ASA, Caminho, Gailivro, Nova Gaia e Dom Quixote. O montante de dívida sénior ascendeu a 90 milhões de euros, tendo sido integralmente tomada firme pelo Grupo Banco Espírito Santo.

Alco - o ES Investment actuou como *Mandated Lead Arranger* no âmbito do refinanciamento da dívida do Grupo Alco (anteriormente designado por Alfe) e financiamento da aquisição da Claveria Transal, no âmbito do processo de *buy and build* no sector de aluguer de material auxiliar ao sector da construção, entre outros. O montante de dívida sénior ascendeu a 82,5 milhões de euros, tendo sido integralmente tomada firme pelo Grupo Banco Espírito Santo.

Catai - o ES Investment actuou como *Joint Mandated Lead Arranger* no financiamento da aquisição do operador turístico Viages Catai pela Corpin Capital. O montante de dívida sénior ascendeu a 54 milhões de euros.



High-Tech Hoteles - o ES Investment actuou como *Mandated Lead Arranger* no financiamento da dívida sénior da cadeia hoteleira High-Tech Hoteles no montante total de 44,7 milhões de euros.

Babcock & Brown - o ES Investment foi *Joint Mandated Lead Arranger* num *warehouse facility* de 300 milhões de euros à Babcock & Brown, para fazer face a futuras aquisições de sociedades na União Europeia.

Café & Té - o ES Investment actuou como *Joint Mandated Lead Arranger* no refinanciamento da Café & Té, sociedade participada pela 3i e uma das principais cadeias de cafetarias em Espanha. O financiamento envolveu 24 milhões de euros, de dívida sénior e foi tomado firme em 50% pelo Grupo Banco Espírito Santo.

Alco - o ES Investment foi *Mandated Lead Arranger* no âmbito de um *add-on facility* no montante de 11,5 milhões de euros ao financiamento original da aquisição pela Corpin Capital, que tinha ascendido a 20 milhões de euros, para fazer face à aquisição das sociedades Leves e Suministros Santiago Sanchez.

Serventa - o ES Investment foi *Mandated Lead Arranger* no âmbito de um *add-on facility* no montante de 8 milhões de euros ao financiamento original de 18 milhões de euros, para fazer face a aquisições no sector de *vending machines*.



Befesa - o ES Investment foi *Joint Lead Arranger* no financiamento de 355,5 milhões de euros de dívida sénior concedido à Befesa Zinc Aser, para financiar a aquisição do Grupo BUS.

Cares (Grupo Daniel Alonso) - o ES Investment foi *Joint Mandated Lead Arranger* no financiamento da aquisição do Grupo Cares pela 3i Europe plc. O financiamento de dívida sénior ascendeu a 110 milhões de euros. A Cares é uma das empresas líderes em Espanha no sector de gestão de resíduos.

La Sirena - o ES Investment foi *Joint Lead Arranger* no *recap* da La Sirena (3i Europe plc). A operação envolveu o montante total de 122 milhões de euros de dívida sénior. A La Sirena é a empresa líder na Catalunha no segmento de retalho especializado de todo o tipo de produtos congelados.

USP - o ES Investment actuou como *Joint Lead Arranger* no *recap* da United Surgical Partners. O financiamento envolveu o montante de 152,5 milhões de euros de dívida sénior. A USP é um dos principais *players* na prestação de serviços de saúde em Espanha.

Dinosol - Operação em que o ES Investment actuou como *Senior Lead Arranger* no *recap* da Dinosol. O financiamento envolveu o montante de 488 milhões de euros de dívida sénior. A Dinosol é a empresa líder de retalho (supermercados) nas Canárias.



Endeka Ceramics - o ES Investment foi *Arranger* no financiamento da aquisição da Endeka Ceramics pela Pamplona Capital Management. O financiamento de dívida sénior ascendeu a 215,4 milhões de euros. A Endeka Ceramics é o líder global no fornecimento de matérias primas e produtos intermédios para a indústria de cerâmica e azulejos.

LWB Refractories - o ES Investment foi *Arranger* no financiamento da aquisição da LWB Refractories pela Rhône Capital Management. O financiamento de dívida sénior ascendeu a 418 milhões de euros. A LWB Refractories é o líder mundial na produção de refractários de dolomite, cujo principal mercado é o da produção de aço.





ESPIRITO SANTO - B. SICO, ESPANHA - "Ola dia 10 de la obra Consumo e Indica - 2007 - fotografia no sobre mesa a direita - de a m com

PRIVATE EQUITY

HORIZONTES ABERTOS.

ACREDITAMOS CONVICTAMENTE NA COMPETÊNCIA EMPRESARIAL
E CAPACIDADE DE CRIAÇÃO DE VALOR DOS Nossos CLIENTES.
EM 2007 INVESTIMOS EM SEUS PROJECTOS EMPRESARIAIS EM PORTUGAL,
ESPAÑA, FRANÇA E BRASIL, E ELEVAMOS OS Nossos
FUNDOS SOB GESTÃO PARA € 87 MILHÕES.

RELATÓRIO E CONTAS

CADERNO INSTITUCIONAL
BESF07

Private Equity

O ano de 2007 ficou marcado pela entrada no mercado brasileiro, com a constituição da Espírito Santo Capital Brasil, e pelo lançamento do fundo Espírito Santo *Infrastructure Fund I* (ESIF).

Logo em Janeiro concretizou-se o primeiro investimento no Brasil, através da aquisição de uma participação na empresa Providência em conjunto com sócios locais e com a empresa americana *AI*G Capital Partners.

Além deste investimento, a Espírito Santo Capital concretizou ainda uma operação de *later stage* em cada um dos restantes mercados em que está presente: França, Espanha e Portugal. Por fim, foi ainda concretizado o primeiro investimento no segmento de Infra-estruturas.

No total, concretizaram-se seis operações, tendo sido investidos 12 milhões de euros, sendo cinco correspondentes a investimento em novas empresas e uma respeitante a uma operação de *follow on*. Por tipo de operação, há a destacar um domínio das operações de *buyout*, com um total de quatro negócios concretizados, tendo sido conduzida ainda uma operação de *expansão* e uma de *start-up*.

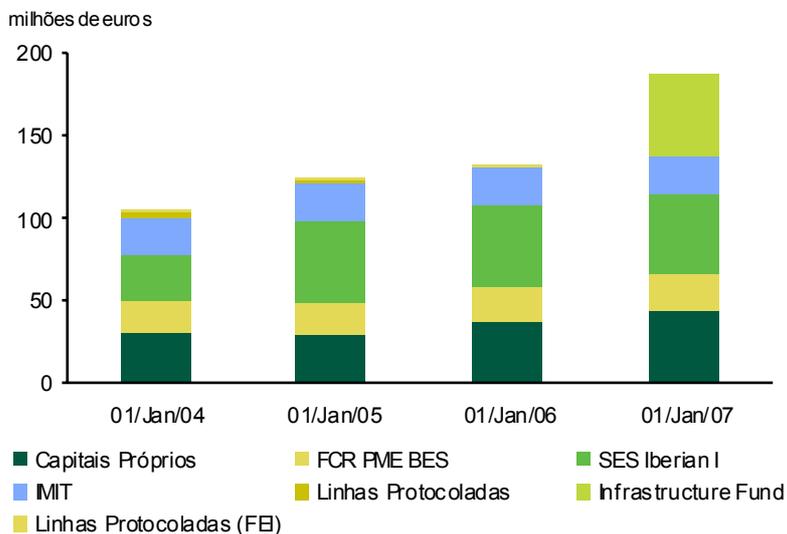
De seguida, apresentam-se os principais investimentos realizados em 2007:



O Desinvestimento - a custo de aquisição - atingiu o montante de cerca de 8,3 milhões de euros, dividido por 13 operações, originando um saldo líquido de mais valias de aproximadamente 10,3 milhões de euros. De destacar os desinvestimentos na Sotancro, Água+, Soprattutto Café 2 e Valentim de Carvalho todos eles com níveis de rentabilidade em linha com as práticas do mercado.

No que respeita ao levantamento de fundos, o ano de 2007 fica marcado pelo lançamento do Espírito Santo *Infrastructure Fund I*, destinado ao investimento em infra-estruturas e energia, tendo os fundos levantados no primeiro *dosing* atingido 50,5 milhões de euros. O valor objectivo do fundo ascende a 66 milhões de euros.

Fundos sob Gestão



Fonte: Espírito Santo Capital

Carteira de Investimentos, Situação Financeira e Resultados obtidos

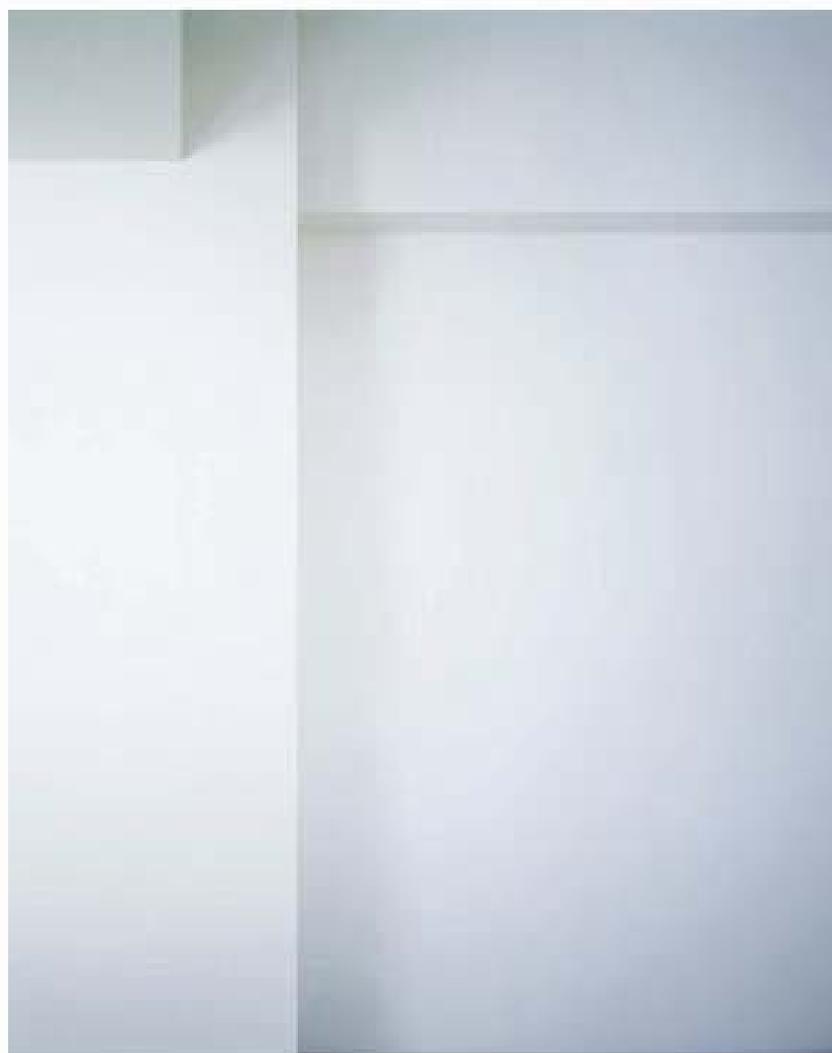
No decurso de 2007 procedeu-se à reavaliação da carteira de participações financeiras da Espírito Santo Capital de acordo com o seu valor de mercado. No final do ano, o valor total de investimento da carteira própria e dos fundos sob gestão era de aproximadamente 54,4 milhões de euros, representando um crescimento de 8% face ao ano anterior.

O resultado líquido obtido em 2007 foi de aproximadamente 6,2 milhões de euros. Os fundos próprios da Espírito Santo Capital atingiam cerca de 43 milhões de euros, o que somado aos 144 milhões de euros relativos a outros fundos por si geridos perfaziam a totalidade de 187 milhões de euros sob gestão.

Tendências de mercado

Após vários anos de sucessivo crescimento da actividade, perspectiva-se um ano de 2008 de alguma contenção, não apenas ao nível do levantamento de novos fundos, mas também da actividade de investimento.

Esta nova conjuntura, motivada principalmente por receios quanto à evolução económica e por uma menor liquidez no mercado, em particular no mercado de crédito, deverá conduzir a um abrandamento da actividade de *buy out* – em linha com o já verificado no segundo semestre de 2007. No entanto, poderá haver aspectos positivos a explorar, em particular algum arrefecimento ao nível do preço das transacções, não só por via dos referenciais de mercado como também decorrentes de um ritmo competitivo potencialmente inferior ao verificado nos últimos anos.



RELATÓRIO E CONTAS 2007 - 6.º mês, página - Trabalho realizado em 03/07/2008 - Página 66 de 100

CLIENTES PARTICULARES

VALOR ACRESCENTADO.

CLIENTES SOFISTICADOS EXIGEM TRATAMENTO MAIS DIFERENCIADO. EM PARCERIA COM A DIREÇÃO DE PRIVATE BANKING DO BANCO ESPÍRITO SANTO, CRIAMOS UMA EQUIPA DOTADA DE COMPETÊNCIAS TÉCNICAS E COMERCIAIS DISTINTIVAS NA ÁREA DE GESTÃO DE FORTUNAS E QUE ESTÁ APTA A RESPONDER AOS MAIS EXIGENTES DESEJOS COLOCADOS PELOS CLIENTES PARTICULARES DE ELEVADO PATRIMÓNIO.

RELATÓRIO E CONTAS

CADEIRNO INSTITUCIONAL
BESPI07

Cientes Particulares

Durante 2007 o Banco decidiu criar, em articulação com o Departamento de *Private Banking* do BES, a Direcção de Clientes Particulares, cuja actividade se centra no desenvolvimento de negócios com uma base seleccionada de clientes particulares de elevado património e com necessidade de produtos e serviços financeiros sofisticados, incluindo-se neste âmbito os denominados *Ultra High Net Worth Clients*, “*Family Offices*” e as *Holdings* Patrimoniais.

Em complemento à oferta tradicional do segmento, a Direcção de Clientes Particulares terá um foco especial em Gestão de Activos, Corretagem, Créditos Estruturados, *Private Equity*, Produtos de Fluxo – Cambial, obrigações, Derivados, e Assessoria Financeira.

Acreditamos que a sistematização e coordenação mais eficaz da relação entre as diversas áreas de produtos do Banco de Investimento com este segmento de clientes do Grupo BES poderá incrementar significativamente a actividade junto desta base de clientes e potenciar uma melhor exploração da oferta de produtos e serviços.

03. RECURSOS HUMANOS

Quadro de Colaboradores

O ano de 2007 registou um aumento da actividade das empresas do universo BES Investimento.

Em resultado desta situação, foram reforçadas as equipas das Direcções/Departamentos nacionais e estrangeiras, tendo-se verificado igualmente um aumento do perímetro de consolidação, através das empresas FinSolutia (Portugal) e Concórdia Espírito Santo Investment (Polónia).

O Quadro de Colaboradores com vínculo contratual passou a contar com 52 novas funções (+ 11%), sendo composto por:

	Dez-06	Dez-07
CONSOLIDADO	460	512
PORTUGAL	209	231
- <i>Espírito Santo Investment</i>	197	210
- <i>Espírito Santo Capital</i>	12	14
- <i>FIN Solutia</i>	0	7
ESPANHA	113	116
BRASIL	123	136
- <i>BES Investimento do Brasil</i>	78	90
- <i>BES Securities do Brasil</i>	34	35
- <i>BESAF</i>	8	11
- <i>Morumbi Capital</i>	3	0
INGLATERRA	10	12
IRLANDA	4	3
POLÓNIA	1	14
- <i>Esc. Varsóvia</i>	1	2
- <i>CESI</i>	0	12

Fonte: Espírito Santo Investment

Formação

A política de formação continuou a ser um dos principais factores de gestão de Recursos Humanos do Espírito Santo Investment, tendo havido um forte incentivo à participação em acções de formação e um reforçado investimento financeiro nesta matéria, quer em Portugal quer no estrangeiro.

Programas Universitários

O Espírito Santo Investment participou no programa de estágios "BES UP", desenvolvido pelo Gabinete das Universidade do Banco Espírito Santo. O Espírito Santo Investment patrocinou ainda a atribuição de um prémio pecuniário ao melhor aluno da cadeira de Investimentos dos Mestrados ministrados pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa.

Acções de Responsabilidade Social

No âmbito de actividades de Responsabilidade Social, foram desenvolvidas pelo Espírito Santo Investment e pelos seus Colaboradores algumas iniciativas, destacando-se:

- ★ Campanha de angariação de fundos para a Ajuda de Berço;
- ★ Identificação de potenciais dadores de medula óssea em parceria com a CEDACE (Centro Nacional de Dadores de Medula Óssea).

04. GESTÃO INTEGRADA DOS RISCOS

A Função de Risco no Grupo BES

O controlo dos riscos e a sua gestão têm sempre desempenhado um papel de fundamental importância no desenvolvimento equilibrado e sustentado do Grupo BES. Para além de contribuírem para a optimização do binómio rentabilidade/risco das várias linhas de negócio, asseguram também a manutenção de um perfil de risco conservador ao nível da solvabilidade, provisionamento e liquidez.

As equipas de análise e controlo de risco do Espírito Santo Investment, trabalham de uma forma integrada e em consonância com o Departamento de Risco Global (“DRG”) do BES que centraliza a função de Risco do Grupo BES, quer ao nível da actividade doméstica, quer internacional, abrangendo os diversos tipos de risco: crédito, mercado, liquidez, taxa de juro de balanço e operacional.

Dentro desse relacionamento as suas actividades ao nível da banca de investimento, assentam nos seguintes princípios básicos:

- ★ Avaliação contínua e permanente do risco;
- ★ Estabelecimento de limites de tolerância pré estabelecidos tendo em conta a Solvência e a maximização do binómio retorno/risco;
- ★ Análise, Quantificação, Controlo e Monitorização de risco por entidades independentes da área de negócio;
- ★ Utilização de diversas metodologias, nomeadamente na utilização de *ratings* internos e externos, estes últimos fornecidos pelas principais agências de *rating* internacionais, de VaR, análises de sensibilidade e de posições;

Análise das especificidades dos mercados onde as suas diversas unidades de negócio estão implantadas, bem como as características dos seus *portfolios* (negociação, investimento ou de detenção até à maturidade).

O controlo e a supervisão de risco é efectuado pela Comissão Executiva do Espírito Santo Investment, que delega no Comité de Crédito e Risco a revisão das normas e procedimentos conducentes da actividade e no Comité de Activos e Passivos (ALCO) as políticas de gestão de balanço e de liquidez.

O Novo Acordo de Capital

Consciente dos desafios e oportunidades decorrentes do Novo Acordo de Capital, o Grupo BES estabeleceu como meta, em 2003, o posicionamento nos métodos IRB Foundation para o Risco de Crédito e *Standardised Approach* para o Risco Operacional.

Investimentos significativos foram feitos no Projecto Basileia II, quer no desenvolvimento de plataformas técnicas, quer no reforço de competências dos seus recursos humanos.

Após a consolidação e aperfeiçoamento dos modelos internos de análise de risco, com destaque para os sistemas de notação de risco, bem como o forte desenvolvimento dos sistemas de informação, com especial ênfase para os mecanismos de centralização da informação de todo o Grupo BES, procedeu-se ao reforço da introdução das métricas e critérios de risco nos processos quotidianos de decisão.

Nos últimos anos assistiu-se a uma adaptação das práticas, políticas e procedimentos de gestão com o objectivo de assegurar a consideração explícita da avaliação do risco no processo de decisão, cuja implementação tem vindo a ser feita de forma consistente também para as sucursais e subsidiárias do Grupo BES, tendo como principal objectivo tomar a gestão dos riscos coerente em todas as linhas de negócio do Grupo.

No seguimento da entrega, em Setembro de 2006, da candidatura informal do Grupo BES ao método das notações internas (“IRB Foundation”) sem estimação própria de “*LGDs*” e “*CCF*” para cálculo de requisitos de fundos próprios para cobertura de risco de crédito e ao método standard para o cálculo de requisitos de fundos próprios para risco operacional, realizaram-se, durante o ano de 2007, uma série de interações com o Banco de Portugal, não só ao nível da validação de modelos de *rating/scoring*, mas também de técnicas de mitigação de risco e de processos de decisão e apoio à gestão baseadas nestas metodologias.

Estes trabalhos irão continuar durante o ano de 2008, mantendo todavia o Grupo BES a firme intenção de prosseguir os esforços no sentido da obtenção, tão célere quanto possível, da certificação em causa.

Riscos de Crédito, Mercado, Liquidez e Operacional

Práticas de Gestão

O Grupo BES tem prosseguido a prática, já implementada há largos anos, que bons resultados tem alcançado: uma política de gestão permanente das carteiras de crédito que privilegia a interacção entre as várias equipas envolvidas na gestão de risco ao longo das sucessivas fases da vida do processo de crédito. Esta abordagem assenta nos seguintes vectores:

- ★ Desenvolvimento contínuo da modelização do risco de crédito, com consequente diminuição do peso da subjectividade na apreciação do mesmo;
- ★ Melhoria continua ao nível dos procedimentos e circuitos de decisão, com destaque para a já referida independência da função de risco, delegação de poderes quando aplicável de acordo com níveis de *rating* e adequação sistemática do *pricing*, maturidade e garantias aos *ratings* dos clientes.

Os Sistemas Internos de Notação de Risco de Crédito ao nível do Grupo BES

Em consonância com os objectivos do Grupo BES em matéria de gestão do risco de crédito, os sistemas internos de notação de risco têm sido continuamente desenvolvidos e aperfeiçoados. Fruto desse esforço, estes modelos assumem hoje em dia um papel determinante, não só na análise técnica do risco, mas também nos processos de aprovação e monitorização do risco de crédito.

Face às particularidades inerentes ao seu desenvolvimento e aplicação, os sistemas internos de notação de risco no Grupo BES subdividem-se nas seguintes categorias:

Segmento de Risco	Definição	Modelos
<i>Start-Up's</i>	Empresas com data de constituição inferior a 2 anos com pleto e facturação inferior a 25 milhões de Euros no 1º ano.	Modelo de <i>Scoring</i> .
<i>Pequenas Empresas e Empresários em Nome Individual (ENI's)</i>	Empresas com facturação inferior a 1,25 milhões de Euros e particulares caracterizados como ENI's.	Modelo de <i>Scoring</i> organizado em duas versões: até 0,5 milhões de Euros e acima de 0,5 milhões de Euros de facturação.
<i>Médias Empresas</i>	Empresas com volumes de facturação superiores a 1,25 milhões de Euros e inferiores a 50 milhões de Euros, com excepção para os sectores integrados em segmentos de risco específico.	Modelo de <i>Rating</i> organizado em duas versões: até 25 milhões de Euros de facturação e entre 25 milhões de Euros e 50 milhões de Euros.
<i>Grandes Empresas</i>	Empresas com volume de facturação consolidada superior a 50 milhões de Euros, com excepção para os sectores integrados em segmentos de risco específico.	<i>Templates</i> específicos para os vários sectores de actividade.
<i>Sector Imobiliário</i>	Empresas dedicadas à actividade de promoção e investimento imobiliário.	<i>Templates</i> de Grandes Empresas Imobiliárias e de Projectos imobiliários e específicos.
<i>Instituições Financeiras</i>	Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.	<i>Template</i> de Bancos, Outras Instituições Financeiras e <i>Leasings</i> .
<i>Holdings</i>	Sociedades Gestoras de Participações Sociais que detêm grupos económicos mas não apresentam actividade operacional própria.	<i>Template</i> de <i>Holdings</i> .
<i>Institucionais</i>	Entidades relacionadas com o Sector Público.	<i>Template</i> de Institucionais.
<i>Administrações Locais e Regionais</i>	Entidades da Administração Regional e Local do Estado.	<i>Template</i> de Municípios.
<i>Project Finance</i>	Operação de Financiamento a uma sociedade veiculo que opera um activo específico numa área de negócio definida, responsável pela geração de <i>Cash Flows</i> que permitirá servir a respectiva dívida.	<i>Templates</i> de <i>Project Finance</i> .
<i>Acquisition Finance</i>	Operações de financiamento as associadas a aquisições de empresas (<i>LBOs</i> , <i>MBOs</i>).	<i>Template</i> de <i>Acquisition Finance</i> .

Fonte: Espírito Santo Investment

Como se poderá observar no quadro anterior, os modelos aplicáveis ao nível do ES Investimento são os denominados Modelos Internos de *Rating* para Carteiras de Empresas, onde são adoptadas abordagens distintas em função da dimensão e do sector de actividade dos clientes e/ou operações, assim como são utilizados modelos específicos adaptados a operações de *project finance*, *leveraged finance* e promoção imobiliária.

Assim, e no que diz respeito aos sectores de actuação do Espírito Santo Investment, nomeadamente as Grandes Empresas, Clientes Institucionais, Instituições Financeiras, Administrações Locais e Regionais e Financiamentos Especializados – nomeadamente, *Project* e *Leveraged Finance* -, as notações de risco são atribuídas por uma equipa especializada, a Mesa de *Rating*.

A atribuição das notações internas de risco por parte desta equipa a estes segmentos de risco, classificados pelo Grupo BES como *portfolios* de baixa sinistralidade (*Low Default Portfolios*) assenta na utilização de modelos de *rating* do tipo *expert based (templates)* baseados em variáveis qualitativas e quantitativas, fortemente dependentes dos vários sectores de actividade dos clientes.

Com excepção da atribuição de *rating* a financiamentos especializados, a metodologia utilizada pela Mesa de *Rating* rege-se ainda por uma análise de risco ao nível do perímetro máximo de consolidação e pela identificação do estatuto de cada participada dentro do respectivo grupo económico, o que poderá condicionar os *ratings* finais atribuídos.

Os *templates* de actividade e os *templates* “*rules based*” anteriormente descritos foram alinhados com as melhores práticas de uma das principais agências de *rating* internacionais.

Conforme o previsto na nova regulamentação sobre requisitos mínimos de capital (Basileia II) e seguindo as melhores práticas de gestão de risco, a validação e a eventual recalibração dos modelos são realizadas anualmente.

O exercício global de validação interna dos diversos modelos de *rating* e *scoring* efectuado pelo Grupo BES em 2007 permitiu concluir que os modelos continuam a evidenciar uma boa capacidade de discriminação de risco e, portanto, permanecem válidos.

Concessão de Crédito

Dando continuidade às iniciativas concretizadas em anos precedentes ao nível do Grupo BES, prosseguiu-se com o desenvolvimento e melhorias dos processos e procedimentos da concessão de crédito, visando designadamente a incorporação cada vez mais abrangente das notações de *rating* interno e de métricas de rentabilidade ajustada pelo risco nos processos de decisão.

Assim, todas as operações submetidas no Espírito Santo Investment a aprovação, são submetidas à atribuição de um *rating* interno, à elaboração de relatórios de análise de risco e aos mapas de exposição global.

Quantificação dos Riscos de Mercado

As principais medidas de risco utilizadas para os Riscos de Mercado são o VaR (*Value at risk*), o BPV (*Basis Point Value*) e o *Stress Test*.

Uma vez que nenhuma medida de risco por si só, reflecte todos as vertentes associadas a este tipo de riscos, são utilizadas complementarmente outros indicadores de risco, tais como níveis de avisos de perda (*stop losses*) e de ganhos (*profit taking*), posições abertas, concentração de posições, medidas de *turnover* e “gregos”.

Quando o Banco transacciona instrumentos financeiros que não tem preços de mercado disponíveis em mercados organizados, são aplicados para estes casos modelos teóricos de avaliação e que posteriormente são utilizados na gestão e controlo das posições, nomeadamente na sua comparação com os limites aprovados.

São realizados periodicamente testes de aderência (*Back Testing* e *Price Testing*), no sentido de (i) aperfeiçoar a calibração dos modelos existentes e da sua adequabilidade aos instrumentos utilizados (ii) analisar a razoabilidade, independência e consistência dos dados utilizados pelos modelos (iii) verificar a consistência dos algoritmos utilizados e (iv) comparar os resultados obtidos com os recebidos de outros intervenientes no mercado.

Aprovação de Exposições e Limites

A aprovação de todas as operações que envolvem risco de Crédito e de Mercado, bem como os limites para todas as medidas de risco de cada unidade de negócio do Espírito Santo Investment (Portugal, Espanha, Brasil e Irlanda) é efectuada pelo Comité de Crédito e Risco em Lisboa.

Este Comité tem como principais atribuições:

- ★ Aprovar e rever as operações submetidas;
- ★ Aprovar e rever as políticas e estratégias de tomada de risco, de modo a garantir a sua adequação ao perfil de risco definido pela Comissão Executiva, tendo em conta os necessários requisitos legais e regulamentares vigentes, bem como as *best practices* de mercado;
- ★ Providenciar o acompanhamento do perfil de risco da instituição;
- ★ Aprovar limites individuais e agregados, de acordo com as linhas de negócio e produto definidas;
- ★ Monitorizar as exposições mais importantes, graus de concentração, medidas qualitativas da carteira, a exposição *versus* limites aprovados;
- ★ Delegar poderes, quando aplicável, de aprovação às diversas unidades de negócio dentro de determinados perfis de risco, tendo em conta o *rating*, montantes globais e parciais por cada *rating bucket*, por maturidades, sectores, países, etc.

Assim, limites de níveis mínimos de *Rating*, de VaR, BPV (*Basis Point Value*), níveis de avisos de perda (*stop losses*) e ganhos (*profit taking*), posições abertas, concentração de posições, medidas de *turnover* e “gregos” propostos e aprovados, são atribuídos tendo em conta a especificidade dos mercados, produtos, moedas e maturidades.

Previamente é efectuada uma análise profunda aos mercados, tendo em conta a sua liquidez e experiência passada de actuação, no sentido de serem assegurados os objectivos propostos estrategicamente quer em termos individuais quer em termos consolidados.

A revisão dos diversos limites de risco ocorre com carácter anual ou sempre que sucedam alterações de mercado ou de posicionamento estratégico das áreas de negócio que assim o justifiquem.

Monitorização e Controle

As actividades de acompanhamento e de controlo têm como objectivo quantificar e controlar os riscos de Crédito e de Mercado, por forma a que sejam definidas e implementadas, antecipadamente, medidas concretas para situações específicas, que possam indiciar agravamento do risco bem como estratégias globais de gestão da diversas carteiras do Banco.

Pautada por este princípio, o Banco dispõe de equipas em cada unidade de negócio que em conjugação com a equipa em Portugal do Espírito Santo Investment e o Departamento de Risco Global do BES, asseguram a função de controle e monitorização desses riscos assente nos seguintes processos:

- ★ Recolha, preparação, controle e difusão diária pelas diferentes áreas de negócio sobre as posições dos empréstimos, das carteiras de obrigações, derivados, utilização dos limites aprovados.
- ★ Elaboração semanal de um relatório de Risco (Semanário de Risco) onde são abordados os diferentes tipos de risco, nomeadamente:
 - Crédito – Perfil de Risco de crédito da carteira do Banco nos seus diferentes instrumentos, Exposição Global por instrumento, por País, por *Rating*, por Sector Económico, por Maturidade, P/L, Requisitos de capital, aprovações em Comité de Crédito e Risco, Limites excedidos, indícios de imparidade, etc.;
 - Mercado (taxa de Juro e acções) – P/L por instrumento, Posição cambial, Vo1 para as diferentes carteiras, Veja, DeaR, etc

- Preparação da informação de apoio à elaboração dos diversos *reportings* externos e internos sobre crédito, risco de contraparte, risco de liquidez e risco de mercado;
- Envio mensal de informação para o BES que a incorpora na análise mensalmente efectuada pelo Comité de Risco Global. Nestas reuniões é feito o acompanhamento do perfil de risco do Grupo BES e das respectivas unidades de negócio, integrando quatro grandes eixos de análise: evolução das exposições, monitorização das perdas creditícias, alocação e consumo de capital e controlo da rentabilidade ajustada pelo risco.

Risco de Crédito

Carteira de Crédito a Clientes

(i) Estrutura da Carteira de Crédito

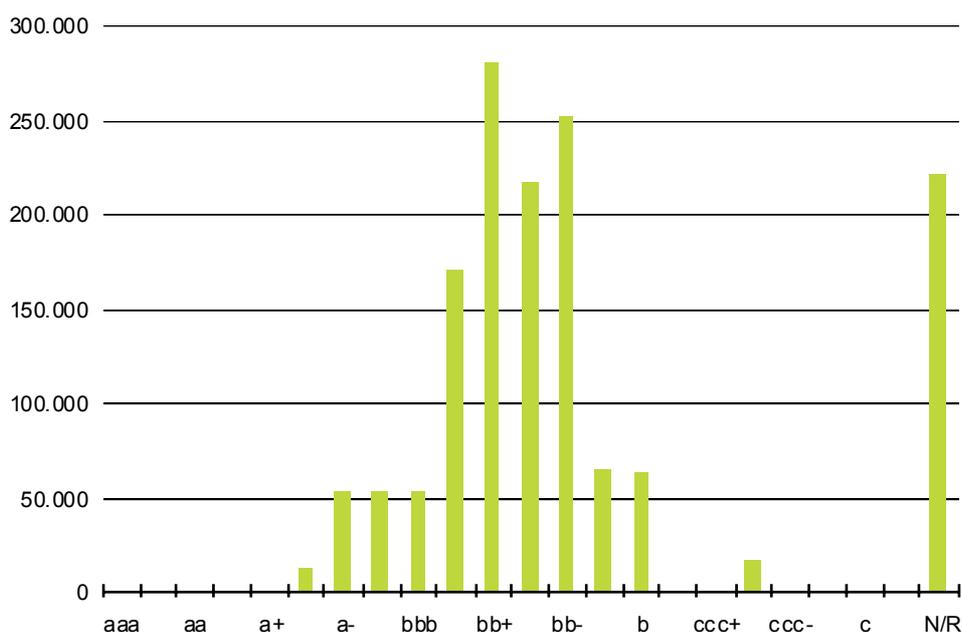
A carteira de crédito bruta de clientes (excluídas Linhas de Crédito e Garantias prestadas) apresentou em 31 de Dezembro de 2007 um montante de 1.451 milhões de euros, o que representou uma evolução de cerca de 4.4 % face ao final do ano de 2006.

Tanto o seu perfil de *rating* como a distribuição sectorial continuam a reflectir o reforço no desenvolvimento das actividades que o Banco tem vindo a efectuar nos últimos anos em termos de concessão de crédito – *Project Finance* e *Acquisition Finance*.

No entanto devemos ter em conta que ambos foram de alguma forma afectados no final do ano, por via da operação de securitização Lusitano *Project Finance* efectuada pelo Grupo Banco Espírito Santo e onde o Espírito Santo Investment foi um importante contribuinte no que á carteira de crédito securitizada diz respeito.

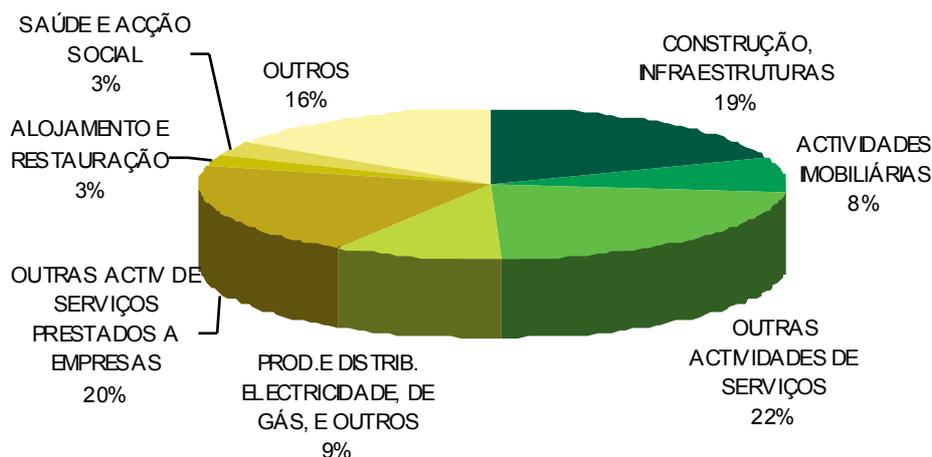
Do total da carteira de crédito com *ratings* internos, cerca de 27.7% é *investment grade*. Na área dos *non investment grade* cerca de 61% da carteira está concentrada nos *ratings* bb, tratando-se na sua maioria de operações de crédito com um elevado grau de complexidade, estando, normalmente, garantidas por activos reais, os quais não se encontram reflectidos ao nível dos *ratings* atribuídos, mas que são um importante factor de mitigação de risco, nomeadamente ao nível do cálculo das perdas esperadas (*Expected Losses*).

Perfil de *Ratings* Internos da Carteira de Crédito
(Milhares de Euro)



Fonte: Espírito Santo Investment

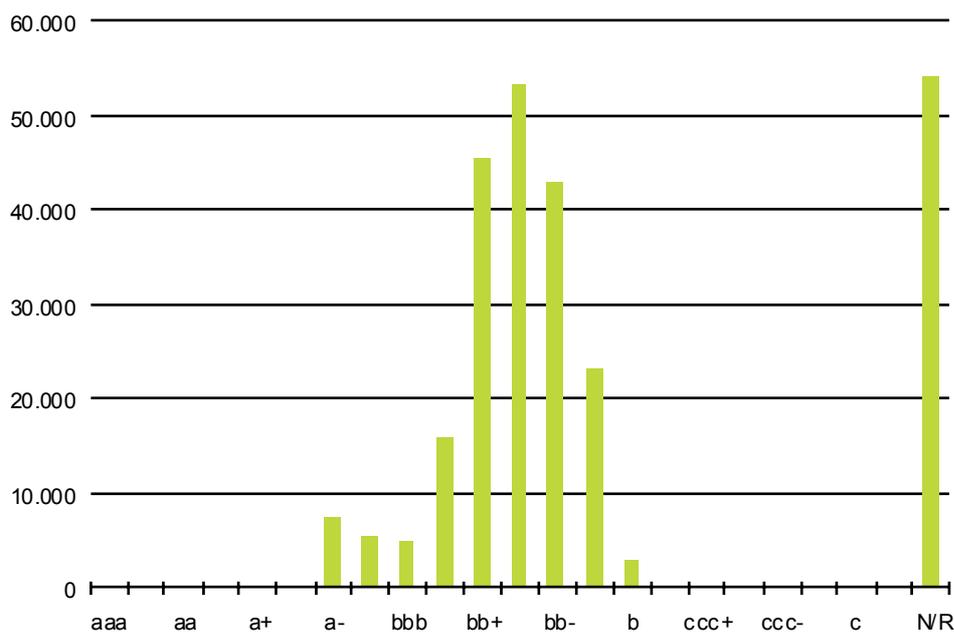
Distribuição Sectorial da Carteira de Crédito



Fonte: Espírito Santo Investment

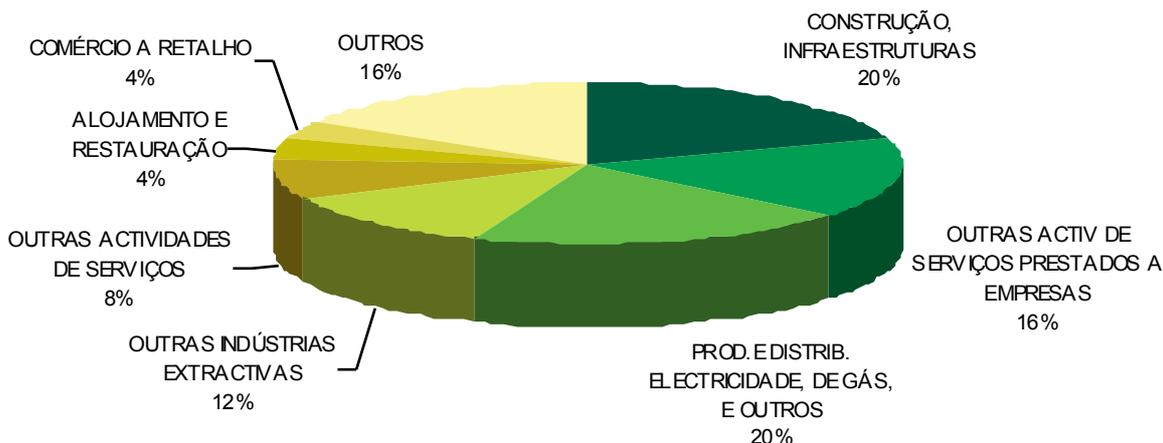
As Linhas de Crédito não Utilizadas atingiram, no final de 2007, cerca de 256 milhões de euros, estando relacionadas, na sua maioria, com montantes ainda não utilizados no âmbito de operações de *Project Finance*, o que justifica neste caso quer o perfil de *rating* e a concentração sectorial anteriormente apresentada.

**Perfil de *Rating*s Internos de Linhas de Crédito não utilizadas
(Milhares de Euros)**



Fonte: Espírito Santo Investment

Distribuição Sectorial de linhas de crédito não utilizadas

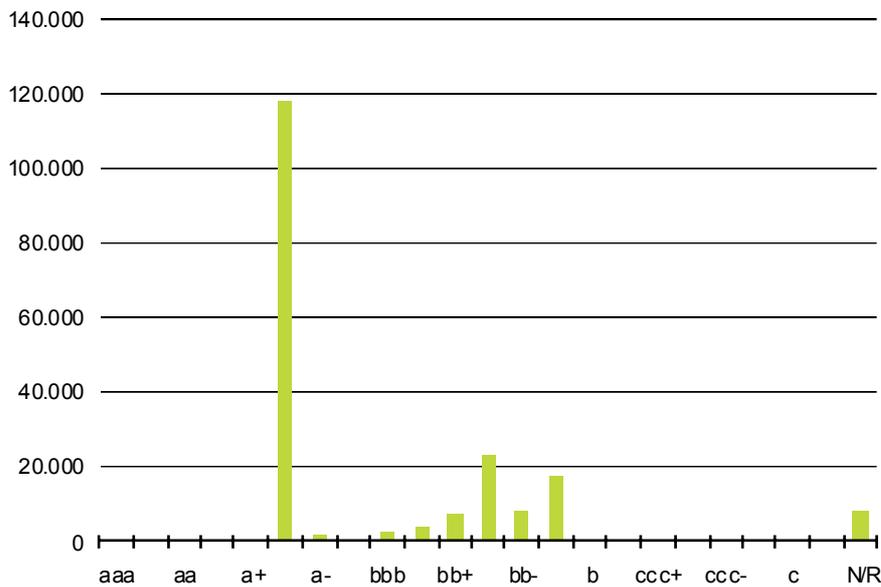


Fonte: Espírito Santo Investment

No que se refere a Garantias e Auaes prestados pelo Banco, o seu montante, no final de 2007, era de cerca de 202 milhões de euros.

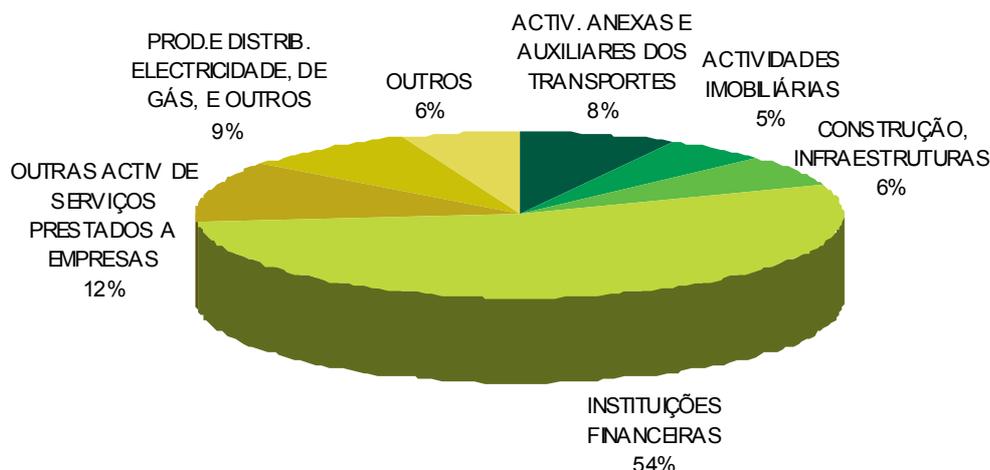
Quanto ao perfil de *rating* desta carteira, cerca de 65% situa-se ao nível do “*investment grade*”. Em termos de distribuição sectorial, os mais representativos são os sectores da Intermediação Financeira e da Prestação de Serviços que em conjunto representam cerca de 66.1%.

Perfil de *Rating*s Internos de Garantias e Auaes Prestados (Milhares de Euros)



Fonte: Espírito Santo Investment

Distribuição Sectorial de Linhas de Garantias e Avaes Prestados



Fonte: Espírito Santo Investment

Quanto á exposição por Países ao nível do Crédito, Linhas de Crédito não Utilizadas e Garantias e Avaes Prestados, verifica-se que assentam essencialmente em entidades cuja actividade se desenvolve em Portugal (47%), Espanha (43%) sendo o restante repartido pelo Reino Unido, França Estados Unidos e Brasil, o que reflecte a aposta que o Banco tem vindo a fazer na sua internacionalização, principalmente no reforço do seu posicionamento como um importante *player* no mercado ibérico.

ii) Carteira de Crédito Vencido

O Banco manteve os seus rácios de sinistralidade controlados e em níveis reduzidos, registando 0,55% no final de 2007 contra 0.85% em 2006.

De igual modo, continuando a seguir uma política conservadora em termos de cobertura do crédito e juros vencidos por provisões, o Banco apresenta no final do exercício de 2007 um rácio bastante confortável na ordem dos 232%.

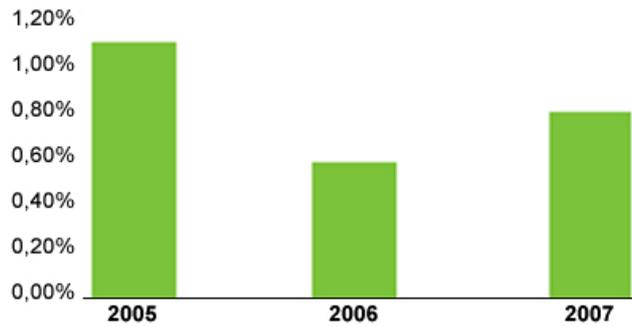
	Milhares de Euros	
	2007	2006
Crédito a Clientes (Bruto)	1.469.570	1.408.140
Crédito e Juros Vencidos	8.044	7.948
Provisões para Crédito a Clientes	18.697	19.741
Crédito e Juros Vencidos/Crédito a Clientes	0,55%	0,56%
Provisões Crédito/Crédito/Juros Vencidos	<u>232,4%</u>	<u>248,4%</u>
Rácio de crédito com incumprimento	<u>*0,55%</u>	

*calculado de acordo com a Carta-Circular nº 99/2003/DSB do Banco de Portugal.

Fonte: Espírito Santo Investment

O crescimento da Carteira de Crédito e o conseqüente reforço ao nível das provisões, teve como conseqüência o crescimento do custo de provisionamento que subiu 20 p.p em 2007, tendo no final do exercício atingido o valor de 0.76%, tal como se pode observar no quadro a seguir apresentado:

Custo do Provisionamento



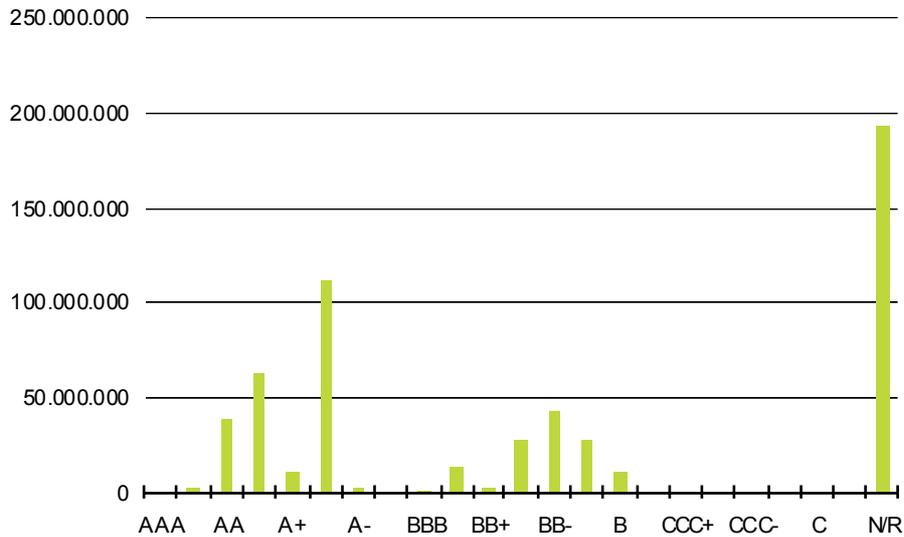
Fonte: Espírito Santo Investment

Carteira de Derivados sobre Instrumentos de Taxa de Juro, Câmbio e Acções

O aumento de actividade verificado durante 2007 veio a aumentar o risco de crédito subjacente à carteira de derivados sobre instrumentos de taxa de juro, câmbio e acções (quantificado através das regras definidas pelo Aviso 1/93 do Banco de Portugal, e que assenta na soma entre o custo de substituição e o risco de crédito potencial futuro) tendo este atingido o montante de 545.5 milhões de euros no final do ano, representando um crescimento na ordem dos 25.5% face ao valor registado no final de 2006.

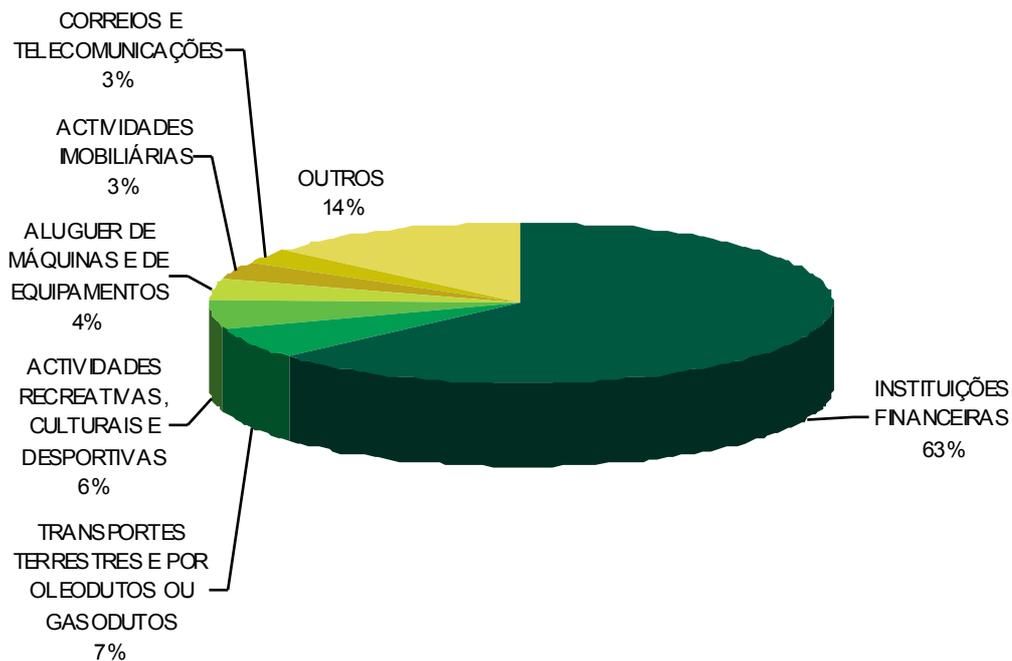
Em termos do perfil de risco das exposições do Banco nestes instrumentos, cerca de 44.6% são contrapartes cujos ratings são *Investment Grade* sendo cerca de 63% da exposição global ao sector financeiro, nomeadamente perante instituições financeiras sediadas na Europa, Brasil e Estados Unidos.

Perfil de Ratings Externos-Derivados de Tx. Juro, Câmbio e Acções (Milhares de Euros)



Fonte: Espírito Santo Investment

Distribuição Sectorial da carteira de Instrumentos Derivados (Tx. Juro, Câmbio e Acções)



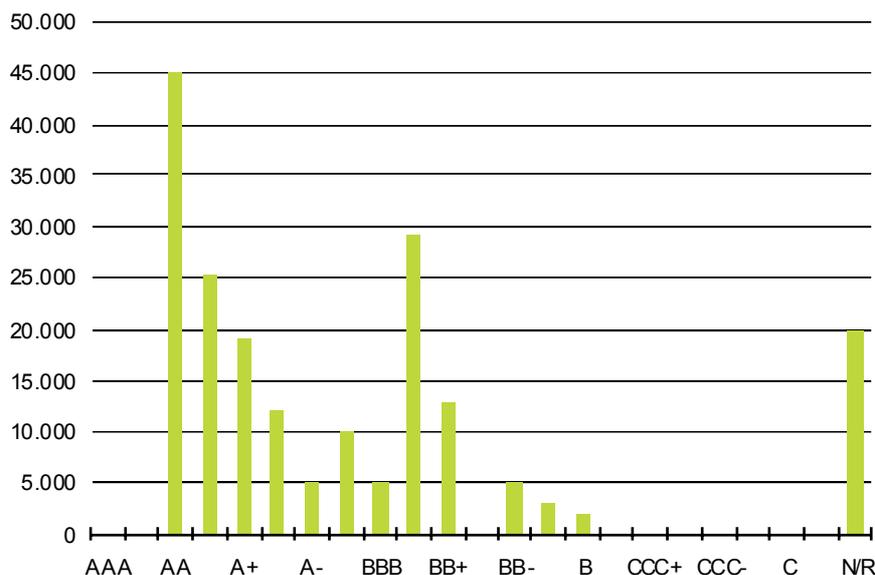
Fonte: Espírito Santo Investment

Carteira de Derivados de Crédito

O risco da carteira de Derivados de Crédito, quantificado através do valor “nocional” subjacente aos contratos transaccionados e dizendo respeito ao risco do emitente de referência (*underlying*) no caso de venda de protecção por parte do Espírito Santo Investment, e de contraparte, no caso de compra de protecção (instituições financeiras), atingiu 193 milhões de euros, representando um acréscimo relativamente ao ano de 2006 de cerca de 22,9%.

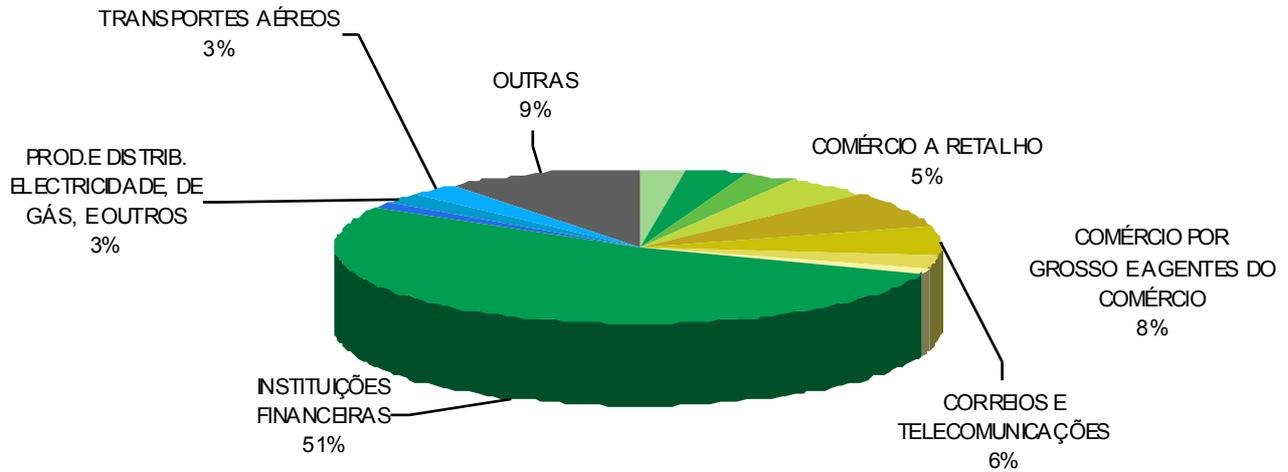
Quanto ao perfil de *rating* e distribuição sectorial desta carteira, poderemos observar que cerca de 80% está concentrada em *ratings* iguais ou superiores a “BBB-“ (*Investment Grade*) e sobre empresas dos sectores Financeiro e de Comunicações europeias e norte-americanas.

Perfil de *Rating*s Externos - Derivados de Crédito (Milhares de Euros)



Fonte: Espírito Santo Investment

Distribuição Sectorial da Carteira de Instrumentos de Derivados (Crédito)



Fonte: Espírito Santo Investment

Carteira de Obrigações

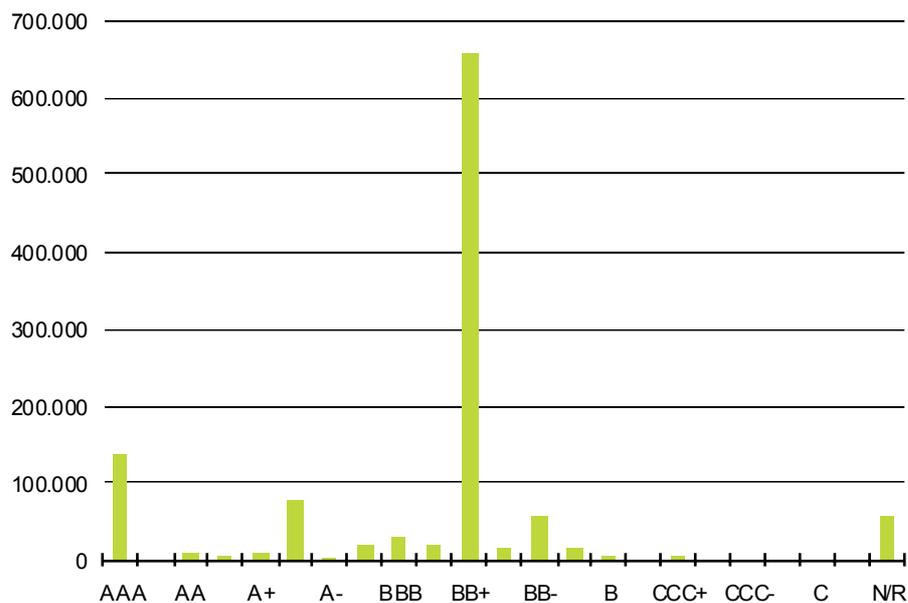
A carteira de títulos de rendimento fixo atingiu no final do ano de 2007 o montante de 1.127 mil euros, o que significou um crescimento de cerca de 48%, face ao ano anterior.

O perfil de risco da carteira de títulos de rendimento fixo continua a ser bastante influenciado pela consolidação integral da carteira da nossa subsidiária do Brasil que é constituída essencialmente por Notas do Tesouro Nacional do Brasil e Notas do Banco Central brasileiro (denominadas e financiadas em moeda local).

Em termos de distribuição sectorial, verifica-se que cerca de 72% da carteira de Obrigações diz respeito a títulos emitidos por entidades dos sectores de Actividades Financeiras e Administrações Pública, o que traduz a boa qualidade de risco e a sua elevada liquidez.

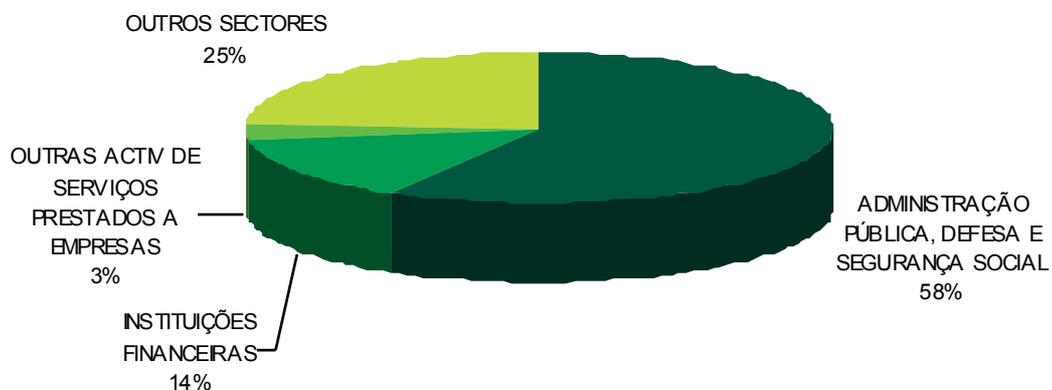
Adicionalmente, e com vista à diversificação do risco por áreas geográficas e sectores, o Banco tem na sua carteira de Investimento vários produtos estruturados (*“Portfolios Diversificados”*, que dizem respeito essencialmente a CBO’s e CLO’s), cujos principais activos subjacentes respeitam a entidades sediadas nos mercados norte-americano e europeu.

**Perfil de Ratings Externos -Títulos de Rendimento Fixo
(Milhares de Euros)**



Fonte: Espírito Santo Investment

Distribuição Sectorial de Títulos de Rendimento Fixo



Fonte: Espírito Santo Investment

€ e %

Países	Dez-07			Dez-06	
	Exposição		Garantias e outras deduções	Exposição Líquida	Exposição Líquida
	Bruta	Provisões			
América Latina					
Brasil	966.704	18	11.488	955.198	589.989
Europa					
Turquia	5.492			5.492	5755
Africa					
Angola	1.698	170		1.528	
Total Exposição a Mercados Emergentes	973.894	188	11.488	962.218	595.744
Total Exposição/Activo Líquido Consolidado	17,77%	0,00%	0,21%	17,56%	12,97%
Montante Financiado em Moeda Local	884.004	2	0	884.002	586.151
Total Exposição/Montante Financiado em Moeda Local	90,77%	0,96%	0,00%	91,87%	98,39%

Fonte: Espírito Santo Investment

Risco de Mercado

Por Risco de Mercado entende-se a potencial perda de valor dos portfolios e instrumentos financeiros decorrentes de oscilações das variáveis de mercado como sejam os *spreads* de crédito, as taxas de juro, as cotações de câmbio, os preços de ações e cotações de índices, bem como os preços de mercadorias.

As tarefas de identificação, valorização, monitorização e controlo do risco de mercado são desenvolvidas por uma área específica - Controlo de Risco de Mercado - que as exerce de forma totalmente independente das áreas de negócio do Banco.

Em termos funcionais, o Controlo de Risco de Mercado reporta directamente a um Administrador Executivo bem como à demais Comissão Executiva.

Em termos organizacionais, existe uma repartição geográfica da função de Controlo de Risco de Mercado pelas diversas áreas de negócio com competências adequadas, atendendo às especificidades da actividade desenvolvida, e dos riscos incorridos em cada empresa do Grupo.

A esta área cabe a apresentação de propostas de limites precedida da análise dos factores relevantes a cada risco recorrendo a técnicas de tratamento estatístico, à medição da volatilidade do mercado, à análise de indicadores de profundidade e liquidez e à simulação da actividade em causa sob diversas condições de mercado de modo a fundamentar convenientemente os limites propostos. Além do fundamento técnico dos limites existe uma adequação ao *track record* e experiência da área de negócio e aos objectivos estratégicos, pelo que os limites reflectem a apetência do Banco por cada um dos tipos de risco em que incorre.

As propostas de limites são apresentadas e aprovadas em sede de Comité de Crédito e Risco (CCR) de cada unidade de negócio e posteriormente submetidas à aprovação por parte do CCR ou Comissão Executiva do Espírito Santo Investment em Lisboa. Com periodicidade no mínimo anual procede-se à sua revisão, podendo esta ser despoletada sempre que as opções estratégicas ou as condições de mercado o justifiquem.

De modo a construir uma imagem que se pretende completa sobre os riscos incorridos e a transmitir a toda a organização sinais claros acerca do perfil de risco desejado, são utilizadas diversas medidas de risco complementadas com limites de posição, de *stop losses* e de concentração.

Entre as medidas de risco utilizadas encontram-se o VaR (*Value at Risk*) e o *Stress Test* e, entre as de sensibilidade, o BPV (*Basis Point Value*) e os "Gregos" (Vega e Rho). A calibração do modelo de VaR é feita com uma análise de *Back testing*.

Os mercados em que cada unidade de negócio opera encerram especificidades que obrigam à adaptação da forma de implementação das referidas metodologias de medição e controlo do risco.

Para efeitos comparativos o quadro seguinte apresenta o VaR por unidade de negócio, medido com um *holding period* de 10 dias e com um nível de confiança de 99%.

	31-12-2006			31-12-2007		
	Portugal	Brasil	Espanha	Portugal	Brasil	Espanha
Taxa de juro	440	395	0	770	360	0
Taxa de câmbio	30	231	0	440	257	0
Títulos de Capital	4.109	147	648	4.542	468	66
Efeito Diversificação	270	367	0	480	372	0
Total	4.309	406	648	5.272	713	66

Fonte: Espírito Santo Investment

No quadro seguinte observa-se a posição direccional de BPV detida pelas diversas unidades de unidades de negócio.

Maturidade	31-12-2006			31-12-2007		
	Portugal	Brasil	Espanha	Portugal	Brasil	Espanha
< 2 anos	21.930	-12.487	0	27.292	-13.523	0
> 2 anos	-7.580	249	0	-19.252	270	0
Total	14.350	-12.238	0	8.040	-13.253	0

Fonte: Espírito Santo Investment

Alguns dos instrumentos transaccionados pelo Banco não são avaliados com base em preços de mercado disponíveis em mercados organizados, mas sim com recurso a modelos teóricos de avaliação. Estes modelos são, posteriormente, utilizados na gestão e controlo das posições, nomeadamente na sua comparação com os limites.

Assim, o banco tem implementado uma metodologia de *Price Testing* que tem como objectivos:

- ★ a revisão de modelos e sua adequabilidade aos instrumentos;
- ★ a razoabilidade, independência e consistência dos dados utilizados pelos modelos;
- ★ A razoabilidade dos algoritmos utilizados;
- ★ O confronto dos resultados obtidos com aqueles recebidos de outros intervenientes no mercado.

Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez é o risco em que incorre a Instituição por ser incapaz de cumprir os seus compromissos financeiros para com um diente ou mercado em qualquer altura, local ou divisa.

A confiança pública na situação financeira da Instituição é essencial para a liquidez.

Esta confiança é uma função da qualidade financeira, i.e. qualidade do crédito, da sua capacidade de acesso aos mercados monetários e de capitais, dos seus resultados e percepção de mercado. É ainda uma função da capacidade de sobrevivência da Instituição a um choque financeiro bem como do cenário regulamentar no qual opera.

Práticas de Gestão

O objectivo da gestão da liquidez não é eliminar o risco de liquidez, o que poderia ser dispendioso e significar também o sacrifício de oportunidades importantes. O objectivo é quantificar o risco de liquidez e determinar o nível de tolerância a esse mesmo risco.

Manter a liquidez tem um custo para a Instituição, o qual necessita de ser avaliado por forma a garantir que são atingidos retornos adequados.

O risco de liquidez de *funding* compreende:

Riscos operativos *business as usual* - Exposições decorrentes das actividades diárias de *funding* e *trading* em situações normais de mercado. Os riscos operativos advêm de:

- ★ *gaps* de *funding*;
- ★ concentração de *funding*;
- ★ fluxos *off balance sheet*.

Riscos de contingência - Exposições decorrentes de factores externos sobre os quais a Instituição não tem controle:

- ★ agitação nos mercados;
- ★ acontecimentos políticos;
- ★ um problema específico de nome no mercado.

O grau de risco é determinado pela severidade e duração dos próprios acontecimentos externos e pelo nível de exposição operativa.

Por forma a avaliar a exposição ao risco de liquidez são produzidos reportes de *MCO (Maximum Cumulative Outflow)* com base nos *gaps* de liquidez. O *MCO* tende a realçar os desequilíbrios estruturais do balanço que ocorrem quando existe um *mismatch* importante entre activos e passivos.

O ponto de partida para a construção do *MCO* é o balanço, dividido por activos e passivos intergrupo e terceiros. As maturidades de todas as rubricas são analisadas em detalhe, alocando-as aos diferentes intervalos de maturidade, dando particular ênfase ao período entre a data presente e os 6 meses.

O tratamento de cada uma das rubricas tem por base pressupostos de acordo com: comportamento histórico; liquidez dos instrumentos; e outras características específicas de cada produto.

Para além de linhas de crédito de mercado interbancário com a comunidade bancária residente e não residente, o Espírito Santo Investment dispõe, através da subsidiária Espírito Santo Investment p.l.c., de um programa de *Euro Medium Term Notes ("EMTN")*, instrumento este de extrema importância para a gestão da liquidez, pela sua flexibilidade e por constituir um acesso privilegiado aos mercados de dívida.

Análise do Risco de Liquidez

Em 2007, registou-se um crescimento do balanço da ordem dos 20% (cerca de 913 milhões de euros). Da análise da evolução da estrutura do passivo é de realçar, um decréscimo dos passivos interbancários, um significativo crescimento da dívida sob a forma de títulos e um reforço substancial dos capitais próprios.

Análise da evolução dos principais *items* de passivo:

Cientes – Decréscimo de 12%, cerca de 162 milhões de euros.

- ★ Substituição de recursos de clientes por dívida titulada.

Dívida – Crescimento de 77%, cerca de 735 milhões de euros.

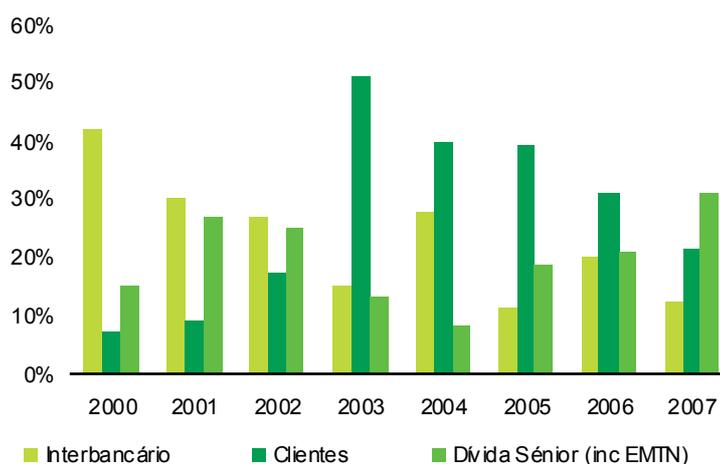
- ★ Forte crescimento das emissões ao abrigo do Programa de EMTN com boa diversificação geográfica.

Interbancário – Decréscimo de 26%, cerca de 224 milhões de euros.

- ★ Substituição por dívida titulada
- ★ Capital próprio (Ex-minoritários) – crescimento de 44% cerca de 106 milhões de euros.
- ★ Forte crescimento das emissões ao abrigo do Programa de EMTN com boa diversificação geográfica.

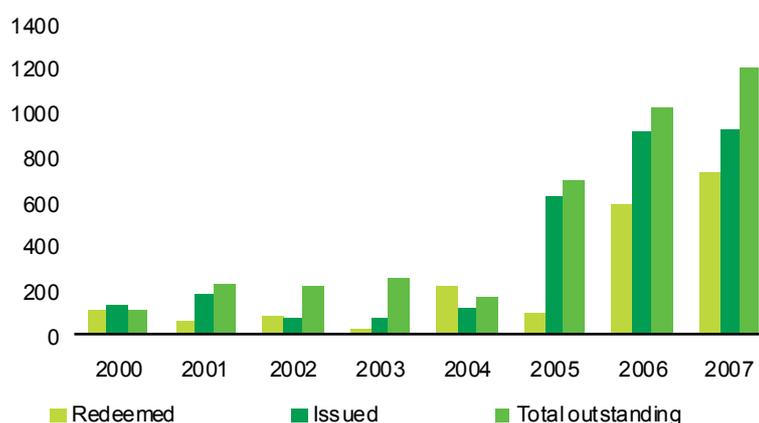
O *gap* de liquidez suportado por tomadas interbancárias representava, a 31 de Dezembro, cerca de 12% do passivo, ascendendo a cerca de 651 milhões de euros. Deste valor, cerca de 194 milhões de euros representam tomadas de fundos dentro do perímetro do Grupo BES, o que significa que a contribuição do Espírito Santo Investment para o endividamento interbancário do Grupo representou cerca de 457 milhões de euros.

Diversificação das fontes de Financiamento (% do total de balanço)



Fonte: Espírito Santo Investment

Programa de EMTN (Milhões de Euros)



Fonte: Espírito Santo Investment

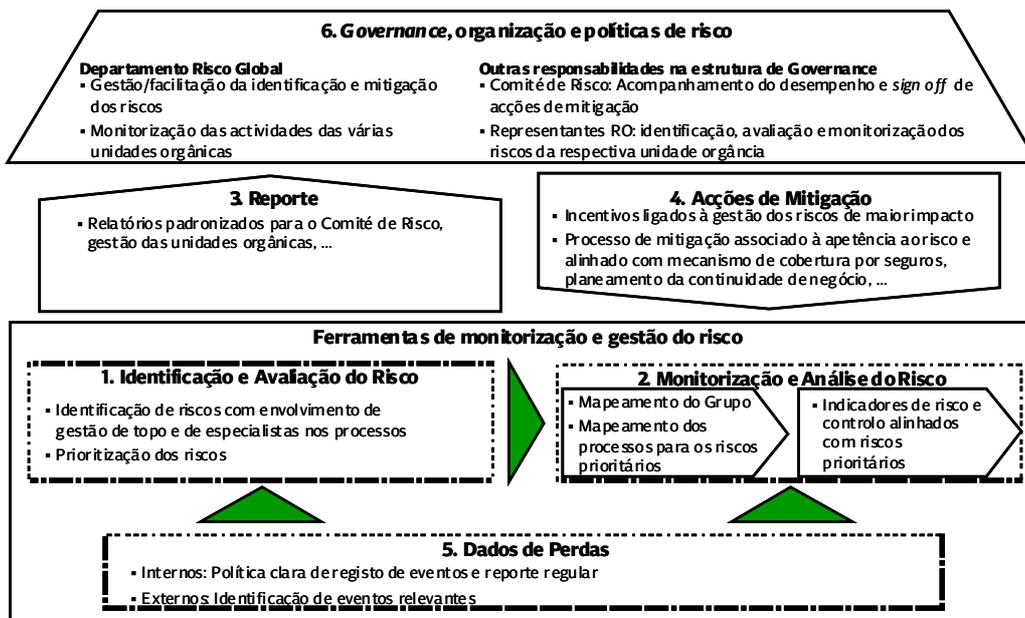
Em 31 de Dezembro de 2007, o Rácio de Liquidez consolidado do Espírito Santo Investment, calculado segundo as regras do Banco de Portugal, era de 87.9%.

Risco Operacional

O risco operacional define-se como o risco de ocorrência de eventos resultantes da aplicação inadequada ou negligente de procedimentos internos, do comportamento de pessoas e sistemas, ou de causas externas, que podem resultar em perdas financeiras ou ter impacto negativo na relação com os Clientes ou outros *stakeholders*, assim como o risco de ocorrência de variações nos volumes/negócios, receitas/preços ou custos, decorrentes de alterações no ambiente de negócio e/ou da estratégia de negócio.

Esta definição inclui também o risco legal, entendido como o risco de perdas em consequência de não conformidade com a regulamentação vigente (por inadequação das práticas face à documentação requerida por Lei, não alteração de processos face a nova legislação e/ou divergente interpretação da legislação) ou em resultado de acções judiciais.

Ao nível do Grupo BES, a gestão do risco operacional é efectuada através da aplicação de um conjunto de processos que visa assegurar a uniformização, sistematização e recorrência das actividades de identificação, monitorização, controlo e mitigação deste risco.



Fonte: Espírito Santo Investment

Estes processos fazem parte de um modelo de gestão composto por duas grandes áreas: uma de recolha e tratamento de informação, onde se aplicam ferramentas que permitem a identificação e monitorização do risco; e outra, que utiliza a informação produzida, devidamente trabalhada, na gestão eficaz dos riscos, assegurando o devido acompanhamento das situações de maior criticidade e a implementação da estratégia de gestão do risco.

A articulação destas áreas é conseguida através do reporte à gestão de topo e do acompanhamento das medidas de mitigação definidas.

A gestão do risco operacional é suportada por uma estrutura organizacional exclusivamente dedicada ao seu desenho, acompanhamento e manutenção, contando com representantes nomeados nos departamentos, sucursais e subsidiárias considerados relevantes, com a responsabilidade de garantir nas suas áreas de competência a aplicação dos procedimentos definidos e a gestão diária do risco operacional. Estes representantes desempenham um papel fundamental para a eficaz gestão deste risco.

No caso concreto do Espírito Santo Investment, existe um representante do risco operacional, responsável não só por articular este assunto junto do Departamento de Risco Global, mas também por dinamizar a implementação de procedimentos a nível interno.

Adicionalmente, o Banco possui implementados procedimentos considerados como boas práticas para o controlo e mitigação dos riscos operacionais, salientando-se, entre outros, o controlo e reporte periódico: dos resultados da sua actividade, dos seus activos (por exemplo, através de reconciliações periódicas das suas posições com entidades terceiras) e, dos limites e exposições aos riscos.

Assumem, também, especial relevo o modelo de gestão do risco operacional no Grupo BES:

- ★ A Gestão do Sistema de Controlo Interno, a cargo do Departamento de *Compliance*, pelo seu papel na garantia da documentação dos processos, na identificação dos seus riscos específicos e dos controlos implementados, na determinação do rigor do desenho dos controlos e na identificação das acções de melhoria necessárias para a sua plena eficácia, sendo contínua a comunicação de e para a gestão do risco operacional;
- ★ A Auditoria Interna, pelo seu papel no teste da eficácia da gestão dos riscos e dos controlos, bem como na identificação e avaliação da implementação das acções de melhoria necessárias.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

E

NOTAS ÀS CONTAS

1. Demonstrações Financeiras Consolidadas
Demonstração dos Resultados dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

		(milhares de euros)	
	Notas	31.12.2007	31.12.2006
Juros e proveitos similares	5	264 357	182 605
Juros e custos similares	5	234 053	154 872
Margem financeira		30 304	27 733
Rendimentos de instrumentos de capital		1 123	1 876
Rendimentos de serviços e comissões	6	124 479	97 400
Encargos com serviços e comissões	6	(15 517)	(8 687)
Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados	7	(29 998)	82 124
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	8	48 646	3 479
Resultados de reavaliação cambial	9	24 978	(2 528)
Proveito na alienação de outros activos		543	-
Outros resultados operacionais	10	13 519	(39 904)
Proveitos operacionais		198 077	161 493
Custos com pessoal	11	56 594	46 501
Gastos gerais administrativos	13	28 096	25 506
Depreciações e amortizações	23 e 24	2 311	2 249
Provisões líquidas de anulações	19 e 30	1 395	206
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	20	(1 041)	6 646
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	18	(660)	651
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	26	656	(614)
Custo na alienação de outros activos			122
Custos operacionais		87 351	81 267
Alienação de subsidiárias e associadas	25	1 977	1 792
Resultados de associadas	25	1 469	977
Resultado antes de impostos		114 172	82 995
Impostos			
Correntes	31	3 454	37 590
Diferidos	31	29 303	(16 909)
		32 757	20 681
Resultado líquido do exercício		81 415	62 314
Atribuível aos accionistas do banco		73 028	60 014
Atribuível aos interesses minoritários		8 387	2 300
		81 415	62 314
Resultados por acção básicos (em Euros)	14	5,22	4,29
Resultados por acção diluídos (em Euros)	14	5,22	4,29

O Técnico de Contas
Pedro Miguel Nunes Ventaneira

O Conselho de Administração

Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2007 e 2006**Activo**

(milhares de euros)

	Notas	31.12.2007	31.12.2006
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	15	7 089	8 740
Disponibilidades em outras instituições de crédito	16	25 574	3 493
Activos financeiros detidos para negociação	17	1 435 182	1 121 871
Activos financeiros disponíveis para venda	18	542 556	264 641
Aplicações em instituições de crédito	19	1 033 217	1 109 591
Crédito a clientes	20	1 450 873	1 388 399
Derivados para gestão de risco	21	24 835	12 711
Activos não correntes detidos para venda	22	219 726	1 747
Outros activos tangíveis	23	5 694	5 549
Activos intangíveis	24	12 465	12 479
Investimentos em associadas	25	20 816	25 695
Activos por impostos correntes		4 746	6 995
Activos por impostos diferidos	31	11 000	39 974
Outros activos	26	686 308	565 248
Total de Activo		5 480 081	4 567 133

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Técnico de Contas
Pedro Miguel Nunes Ventaneira

Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

Passivo

		(milhares de euros)	
	Notas	31.12.2007	31.12.2006
Passivo			
Passivos financeiros detidos para negociação	17	471 532	528 625
Recursos de outras instituições de crédito	27	651 350	875 445
Recursos de clientes	28	1 179 681	1 341 983
Responsabilidades representadas por títulos	29	1 694 259	958 591
Passivos financeiros associados a activos transferidos			
Derivados para gestão de risco	21	42 977	53 158
Passivos não correntes detidos para venda	22	221 722	-
Provisões	30	2 846	2 645
Passivos por impostos correntes		5 518	17 009
Passivos por impostos diferidos	31	60 816	5 622
Passivos subordinados	32	90 152	99 685
Outros passivos	33	661 119	423 416
Total de Passivo		5 081 972	4 306 179
Capital Próprio			
Capital	34	70 000	70 000
Prémios de emissão	34	8 796	8 796
Reservas de justo valor	35	66 002	4 967
Outras reservas e resultados transitados	35	132 288	100 051
Dividendos antecipados			
Resultado líquido do exercício atribuível aos accionistas do banco (Dividendos antecipados)		73 028	60 014
		-	-
Total de Capital Próprio atribuível aos accionistas do banco		350 114	243 828
Interesses minoritários	35	47 995	17 126
Total de Capital Próprio		398 109	260 954
Total de Passivo e Capital Próprio		5 480 081	4 567 133

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Conselho de Administração

Demonstração de Alterações no Capital Próprio Consolidado dos Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

	Capital	Prémios de emissão	Reservas de justo valor	Outras Reservas e Resultados Transitados	Resultado líquido do exercício atribuível aos accionistas do Banco	Capital Próprio atribuível aos accionistas do Banco
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	70 000	8 796	4 527	76 828	50 019	210 170
Outros movimentos registados directamente no capital próprio:						
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	-	440	-	-	440
Diferenças de câmbio	-	-	-	(161)	-	(161)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	60 014	60 014
Total de ganhos e perdas reconhecidos no exercício	-	-	440	(161)	60 014	60 293
Constituição de reservas	-	-	-	27 416	(27 416)	-
Dividendos de acções ordinárias (a)	-	-	-	(4 032)	(22 603)	(26 635)
Outras variações em Interesses minoritários (ver Nota 35)	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	70 000	8 796	4 967	100 051	60 014	243 828
Outros movimentos registados directamente no capital próprio:						
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	-	61 035	-	-	61 035
Diferenças de câmbio	-	-	-	2 385	-	2 385
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	73 028	73 028
Total de ganhos e perdas reconhecidos no exercício	-	-	61 035	2 385	73 028	136 448
Constituição de reservas	-	-	-	37 544	(37 544)	-
Dividendos de acções ordinárias (a)	-	-	-	(7 692)	(22 470)	(30 162)
Outras variações em Interesses minoritários (ver Nota 35)	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	70 000	8 796	66 002	132 288	73 028	350 114

^(a) Corresponde a um dividendo por acção de 2,15 euros e 1,90 euros em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, respectivamente.

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

**Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados dos Exercícios findos
em 31 de Dezembro de 2007 e 2006**

(milhares de euros)

	Notas	31-12-2007	31-12-2006
Fluxos de caixa de actividades operacionais			
Juros e proveitos recebidos		255 885	176 608
Juros e custos pagos		(223 440)	(158 832)
Serviços e comissões recebidas		127 688	102 978
Serviços e comissões pagas		(15 517)	(8 687)
Pagamentos de caixa a empregados e fornecedores		(84 064)	(73 697)
		60 552	38 370
<i>Varição nos activos e passivos operacionais:</i>			
Disponibilidades em bancos centrais		-	-
Activos financeiros detidos para negociação		(379 982)	(121 689)
Aplicações em instituições de crédito		78 096	(140 051)
Recursos de instituições de crédito		(223 171)	473 982
Crédito a clientes		(56 746)	(424 711)
Recursos de clientes e outros empréstimos		(140 106)	(65 736)
Derivados para gestão de risco		(6 818)	(6 040)
Outros activos e passivos operacionais		219 495	(24 356)
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais, antes de impostos sobre os lucros		(448 680)	(270 231)
Impostos sobre os lucros pagos		(12 696)	(48 880)
		(461 376)	(319 111)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento			
Aquisição de investimentos em subsidiárias e associadas		(3 115)	-
Alienação de investimentos em subsidiárias e associadas		10 429	1 606
Dividendos recebidos		1 123	1 876
Compra de activos financeiros disponíveis para venda		(218 333)	(102 074)
Venda de activos financeiros disponíveis para venda		49 156	109 971
Compra de imobilizações		(2 859)	(2 335)
Venda de imobilizações		2 129	2 235
		(161 470)	11 279
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Emissão de obrigações de caixa		1 593 399	1 010 559
Reembolso de obrigações de caixa		(927 616)	(689 998)
Emissão de passivos subordinados		21 184	-
Reembolso de passivos subordinados		(29 928)	-
Dividendos de acções ordinárias pagos		(30 162)	(26 635)
		626 877	293 926
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes		18 049	(2 467)
Varição líquida em caixa e seus equivalentes		22 080	(16 373)
Caixa e equivalentes no início do exercício		3 503	19 876
Caixa e equivalentes no fim do exercício		25 583	3 503
		22 080	(16 373)
Caixa e equivalentes engloba:			
Caixa	14	9	10
Disponibilidades em outras instituições de crédito	14	25 574	3 493
Total		25 583	3 503

2. Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais em 31 de Dezembro de 2007

(Montantes expressos em milhares de euros, excepto quando indicado)

NOTA 1 – ACTIVIDADE E ESTRUTURA DO GRUPO

O Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. (Banco ou BESI) é um banco de investimento com sede em Portugal, na Rua Alexandre Herculano, n.º 38, em Lisboa. Para o efeito possui as indispensáveis autorizações das autoridades portuguesas, bancos centrais e demais agentes reguladores para operar em Portugal e nos países onde actua através de sucursais financeiras internacionais.

A Instituição foi constituída como Sociedade de Investimentos em Fevereiro de 1983 como um investimento estrangeiro em Portugal sob a denominação de FINC – Sociedade Portuguesa Promotora de Investimentos, S.A.R.L. No exercício de 1986 a Sociedade foi integrada no Grupo Espírito Santo com a designação de Espírito Santo - Sociedade de Investimentos, S.A.

Com o objectivo de alargar o âmbito da actividade, a Instituição obteve autorização dos organismos oficiais competentes para a sua transformação em Banco de Investimentos, através da Portaria n.º 366/92 de 23 de Novembro, publicada no Diário da República - II Série – n.º 279, de 3 de Dezembro. O início das actividades de Banco de Investimento, sob a denominação de Banco ESSI, S.A., ocorreu no dia 1 de Abril de 1993.

No exercício de 2000, o BES adquiriu a totalidade do capital social do BES Investimento de forma a reflectir nas suas contas consolidadas todas as sinergias existentes entre as duas instituições.

Presentemente o BESI opera através da sua sede em Lisboa e de sucursais em Londres e Espanha, assim como através das suas subsidiárias no Brasil e Irlanda.

As demonstrações financeiras do BESI são consolidadas pelo Banco Espírito Santo, S.A., com sede na Avenida da Liberdade, n.º 195, em Lisboa e pela Espírito Santo Financial Group, S.A. (ESFG), com sede no Luxemburgo.

A estrutura do grupo de empresas nas quais o Banco detém uma participação directa ou indirecta, superior ou igual a 20%, ou sobre as quais exerce controlo ou influência significativa na sua gestão, e que foram incluídas no perímetro de consolidação, apresenta-se como segue:

	Ano constituição	Ano aquisição	Sede	Actividade	Interesse económico Grupo BESI	Método de consolidação
BANCO ESPÍRITO SANTO DE INVESTIMENTO, S.A. (BESI)	1983	-	Portugal	Banca		
<i>ESSI Comunicações SGPS, S.A.</i>	1998	1998	Portugal	Gestão de participações sociais	100%	Integral
<i>ESSI SGPS, S.A.</i>	1997	1997	Portugal	Gestão de participações sociais	100%	Integral
<i>Concordia - Espírito Santo Investment</i>	2005	2005	Polónia	Prestação de serviços	75%	Integral
<i>Espírito Santo Investimentos, S.A.</i>	1996	1999	Brasil	Gestão de participações sociais	100%	Integral
<i>BES Investimento do Brasil, S.A.</i>	2000	2000	Brasil	Banca de investimento	80%	Integral
<i>Morumbi Capital SA</i>	2005	2005	Brasil	Gestora de Fundos	50%	Integral
<i>BES Securities do Brasil, S.A.</i>	2000	2000	Brasil	Corretagem	80%	Integral
<i>BES Activos Financeiros, Ltda</i>	2004	2004	Brasil	Gestão de activos	80%	Integral
<i>FI Multimercado treasury</i>	2005	2005	Brasil	Fundo de Investimento	80%	Integral
<i>Espírito Santo Capital - Sociedade de Capital de Risco, S.A. (ES CAPITAL)</i>	1988	1996	Portugal	Capital de risco	100%	Integral
<i>Morumbi Capital SA</i>	2005	2005	Brasil	Gestora de Fundos	50%	Integral
<i>SES Iberia</i>	2004	2004	Espanha	Gestora de Fundos	50%	Integral
<i>Fomentinvest, SGPS, S.A.</i>	2003	2003	Portugal	Gestão de participações sociais	20%	Eq. Patrimonial
<i>HLC - Centrais de Cogeração, S.A.</i>	1999	1999	Portugal	Prestação de serviços	25%	Eq. Patrimonial
<i>Coporgest S.A.</i>	2002	2005	Portugal	Imobiliário / Financeiro	20%	Eq. Patrimonial
<i>Neumáticos André Investment SA</i>	1987	2007	Espanha	Venda de Pneus	18%	Eq. Patrimonial
<i>Revolução SGPS</i>	2000	2007	Portugal	Restauração e Hotelaria	10%	Eq. Patrimonial
<i>SYNERGY INDUSTRY AND TECHNOLOGY SA</i>	2006	2006	Espanha	Gestão de participações sociais	15%	Eq. Patrimonial ^(b)
<i>Espírito Santo Investments PLC</i>	1996	1996	Irlanda	Compra e venda de títulos	100%	Integral
<i>Morumbi Capital Fund</i>	2005	2005	Ilhas Cayman	Fundo de Investimento	49%	Integral ^(a)
<i>ESSI Investimentos SGPS, SA</i>	1998	1998	Portugal	Gestão de participações sociais	100%	Integral
<i>Kutaya</i>	1999	1999	Portugal	Gestão e Trading Internacional	100%	Integral
<i>Fundo Espírito Santo IBERIA I</i>	2004	2004	Portugal	Fundo de Capital de Risco	39%	Eq. Patrimonial
<i>LOG ESCIC, SGPS, S.A.</i>	2005	2005	Portugal	Gestão de participações sociais	48%	Eq. Patrimonial
<i>Neumáticos André Investment SA</i>	1987	2007	Espanha	Venda de Pneus	12%	Eq. Patrimonial
<i>Revolução SGPS</i>	2000	2007	Portugal	Restauração e Hotelaria	34%	Eq. Patrimonial
<i>BRB Internacional, S.A.</i>	2001	2001	Espanha	Produção e distribuição de entretenimento	25%	Eq. Patrimonial
<i>Prosport - Com. Desportivas, S.A.</i>	2001	2001	Espanha	Comércio de produtos desportivos	25%	Eq. Patrimonial
<i>Apolo Films, SL</i>	2001	2001	Espanha	Produção e distribuição de entretenimento	25%	Eq. Patrimonial
<i>Cominvest- SGI, S.A.</i>	1993	1993	Portugal	Gestão de investimentos imobiliários	49%	Integral ^(a)
<i>Fin Solutia Consultoria e Gestão de Créditos SA</i>	2007	2007	Portugal	Gestão e Recuperação de Créditos	50%	Integral
<i>Pebble Hydro - Consultoria, Investimentos e Serviços LDA</i>	2007	2007	Portugal	Produção e distribuição de energia	80%	Integral
<i>Hidroeléctrica de JANEIRO DE Baixo, Ida</i>	2007	2007	Portugal	Produção e distribuição de energia	80%	Integral

- a) Apesar de o interesse económico do Grupo ser inferior a 50%, estas entidades foram consolidadas pelo método integral uma vez que o Grupo detém o controlo sobre as suas actividades.
- b) Não obstante o interesse económico do Grupo ser inferior a 20%, estas entidades foram incluídas no balanço consolidado pelo método da equivalência patrimonial uma vez que o Grupo exerce uma influência significativa sobre as suas actividades.

No decorrer do exercício de 2007 ocorreram alterações ao nível da estrutura do Grupo BESI, das quais se destacam as seguintes:

- ★ Em 10 de Agosto de 2007 a Espírito Santo Capital SA alienou a participação detida na Sotancro S.A;
- ★ Em 30 de Abril de 2007 o BESI adquiriu a participação na FinSolutia SA a qual alienou à Essi Investimentos SA em 02 de Maio de 2007;
- ★ Em 28 de Maio de 2007 a Essi Comunicações SA adquiriu 24% da participada Cominvest SGII, passando a ter o controlo sobre a sua actividade. O total de balanço desta entidade a 31 de Dezembro de 2007 e o resultado do exercício ascendem a 7.7 milhões de euros e 0.7 milhões de euros respectivamente;
- ★ Em 05 de Dezembro de 2007 a ESSI SGPS SA adquiriu 26% da participada Concórdia Espírito Santo Investment passando a ter o controlo sobre a sua actividade, O total de balanço desta entidade a 31 de Dezembro de 2007 e o resultado negativo do exercício ascendem a 0.384 milhões de euros e 0.35 milhões de euros respectivamente.

NOTA 2 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso n.º 1/2005, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. (Banco ou BESI) são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras consolidadas do BESI agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 e foram preparadas de acordo com os IFRS em vigor tal como adoptados na União Europeia até 31 de Dezembro de 2007. As políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de Dezembro de 2007 são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anuais com referência a 31 de Dezembro de 2006.

Na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2007, o Grupo adoptou o IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações, bem como a IAS 1 (alterada) Apresentação das demonstrações financeiras – Requisitos de divulgação de capital regulamentar. Estas normas, de aplicação obrigatória com referência a 1 de Janeiro de 2007, tiveram impacto ao nível das divulgações apresentadas, não tendo tido qualquer efeito nos capitais próprios do Grupo. De acordo com as disposições transitórias destas normas, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

Adicionalmente, o Grupo adoptou ainda em 2007 o IFRIC 8 Âmbito da aplicação do IFRS 2, o IFRIC 9 Reavaliação dos derivados embutidos e o IFRIC 10 Reporte financeiro interino e imparidade. A adopção destas interpretações não teve qualquer efeito nas demonstrações financeiras do Grupo.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, activos financeiros disponíveis para venda e activos e passivos cobertos, na sua componente que está a ser objecto de cobertura.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com os IFRS requer que o Grupo efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou de complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, encontram-se analisadas na Nota 3.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 24 de Março de 2008.

2.2. Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas reflectem os activos, passivos e resultados do BEI e das suas subsidiárias (Grupo ou Grupo BEI), e os resultados atribuíveis ao Grupo referentes às participações financeiras em empresas associadas.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo, relativamente a todos os períodos cobertos por estas demonstrações financeiras consolidadas.

Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais o Grupo exerce controlo. Controlo normalmente é presumido quando o Grupo detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando o Grupo detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%. As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento em que o Grupo assume o controlo sobre as suas actividades até ao momento em que esse controlo cessa.

Quando as perdas acumuladas de uma subsidiária excedem o interesse minoritário no capital próprio dessa subsidiária, tal excesso é atribuível ao Grupo na medida em que for incorrido. Subsequentes lucros obtidos por tal subsidiária são reconhecidos como proveitos do Grupo até que as perdas previamente absorvidas sejam recuperadas.

Associadas

São classificadas como associadas todas as empresas sobre as quais o Grupo detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presumido que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá o Grupo exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos. Os investimentos em associadas são registados nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento em que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina.

Quando o valor das perdas acumuladas incorridas por uma associada e atribuíveis ao Grupo iguala ou excede o valor contabilístico da participação e de quaisquer outros interesses de médio e longo prazo nessa associada, o método da equivalência patrimonial é interrompido, excepto se o Grupo tiver a obrigação legal ou construtiva de reconhecer essas perdas ou tiver realizado pagamentos em nome da associada.

Entidades de finalidade especial (SPE)

O Grupo consolida pelo método integral determinadas entidades de finalidade especial, constituídas especificamente para o cumprimento de um objectivo restrito e bem definido, quando a substância da relação com tais entidades indicia que o Grupo exerce controlo sobre as suas actividades, independentemente da percentagem que detém sobre os seus capitais próprios.

A avaliação da existência de controlo é efectuada com base nos critérios estabelecidos na SIC 12 – Consolidação de Entidades de Finalidade Especial, os quais se resumem como segue:

- As actividades do SPE são conduzidas exclusivamente de acordo com as necessidades específicas do negócio do Grupo e por forma a que este obtenha os benefícios dessas actividades;
- O Grupo detém o poder de decisão conducente à obtenção da maioria dos benefícios das actividades do SPE;
- O Grupo tem o direito a obter a maioria dos benefícios do SPE podendo por isso estar exposto aos riscos inerentes à sua actividade;
- O Grupo está exposto à maioria dos riscos do SPE com o objectivo de obter os benefícios decorrentes da sua actividade.

Goodwill

O *goodwill* resultante das aquisições ocorridas até 1 de Janeiro de 2004 encontra-se deduzido aos capitais próprios, conforme opção permitida pelo IFRS 1, adoptada pelo Grupo na data de transição para os IFRS.

O Grupo regista as aquisições de empresas subsidiárias e associadas ocorridas após 1 de Janeiro de 2004 pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor determinado à data da compra, dos activos e instrumentos de capital cedidos e passivos incorridos ou assumidos, adicionado dos custos directamente atribuíveis à aquisição.

O *goodwill* representa a diferença entre o custo de aquisição da participação assim determinado e o justo valor atribuível dos activos líquidos adquiridos.

O *goodwill* positivo é registado no activo pelo seu valor de custo e não é amortizado, de acordo com o IFRS 3 – Concentrações de Actividades Empresariais. No caso de investimentos em associadas, o *goodwill* está incluído no respectivo valor de balanço determinado com base no método da equivalência patrimonial. O *goodwill* negativo é reconhecido directamente em resultados no período em que a aquisição ocorre.

O valor recuperável do *goodwill* registado no activo é revisto anualmente, independentemente da existência de sinais de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas na demonstração dos resultados.

Aquisição de interesses minoritários

O *goodwill* resultante da aquisição de interesses minoritários numa subsidiária representa a diferença entre o custo de aquisição do investimento adicional na subsidiária e o valor contabilístico, à data da compra, dos activos líquidos adquiridos, expresso nas contas consolidadas.

Transcrição de demonstrações financeiras em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras de cada uma das subsidiárias e associadas do Grupo são preparadas na sua moeda funcional, definida como a moeda da economia onde essas subsidiárias e associadas operam. As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são preparadas em euros, que é a moeda funcional do BESI.

As demonstrações financeiras das empresas do Grupo cuja moeda funcional difere do euro são transcritas para euros de acordo com os seguintes critérios:

- Os activos e passivos são convertidos à taxa de câmbio da data do balanço;
- Os proveitos e custos são convertidos com base na aplicação de taxas de câmbio aproximadas das taxas reais nas datas das transacções;
- As diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em euros da situação patrimonial do início do ano e o seu valor convertido à taxa de câmbio em vigor na data do balanço a que se reportam as contas consolidadas são registadas por contrapartida de reservas. Da mesma forma, em relação aos resultados das subsidiárias e empresas associadas, as diferenças cambiais resultantes da conversão em euros dos resultados do exercício, entre as taxas de câmbio utilizadas na demonstração dos resultados e as taxas de câmbio em vigor na data de balanço, são registadas em reservas. Na data de alienação da empresa, estas diferenças são reconhecidas em resultados como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

Saldos e transacções eliminadas na consolidação

Saldos e transacções entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intragrupo, são eliminados no processo de consolidação, excepto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas contas consolidadas.

Ganhos não realizados resultantes de transacções com entidades associadas são eliminados na proporção da participação do Grupo nas mesmas. Perdas não realizadas são também eliminadas, mas apenas nas situações em que as mesmas não indiciem existência de imparidade.

2.3. Operações em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, excepto no que diz respeito às diferenças relacionadas com acções classificadas como activos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

2.4. Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do período, excepto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Contabilidade de cobertura

★ Critérios de classificação

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- (i) À data de início da transacção a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efectividade da cobertura;
- (ii) Existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efectiva, à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- (iii) A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- (iv) Para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

★ Cobertura de justo valor (*fair value hedge*)

Numa operação de cobertura de justo valor de um activo ou passivo (*fair value hedge*), o valor de balanço desse activo ou passivo, determinado com base na respectiva política contabilística, é ajustado por forma a reflectir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos activos ou dos passivos cobertos atribuíveis ao risco coberto.

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospectivamente. Caso o activo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, o ajustamento de revalorização é amortizado até à sua maturidade pelo método da taxa efectiva.

★ Cobertura de fluxos de caixa (*cash flow hedge*)

Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade (*cash flow hedge*), a parte efectiva das variações de justo valor do derivado de cobertura são reconhecidas em reservas, sendo transferidas para resultados nos períodos em que o respectivo item coberto afecta resultados. A parte inefectiva da cobertura é registada em resultados.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em reservas são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afectar resultados. Se for previsível que a operação coberta não se efectuará, os montantes ainda registados em capital próprio são imediatamente reconhecidos em resultados e o instrumento de cobertura é transferido para a carteira de negociação.

Durante o período coberto por estas demonstrações financeiras o Grupo não detinha operações de cobertura classificadas como coberturas de fluxos de caixa.

Derivados embutidos

Os derivativos que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivativos embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

2.5. Crédito a clientes

O crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Grupo, cuja intenção não é a de venda no curto prazo, os quais são registados na data em que o montante do crédito é adiantado ao cliente.

O crédito a clientes é desreconhecido do balanço quando (i) os direitos contratuais do Grupo relativos aos respectivos fluxos de caixa expiraram, (ii) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante o Grupo ter retido parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os activos foi transferido.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor acrescido dos custos de transacção e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, sendo deduzido de perdas de imparidade.

Imparidade

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso, num período posterior, o montante da perda estimada diminua.

Um crédito concedido a clientes, ou uma carteira de crédito concedido, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, encontra-se em imparidade quando: (i) exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial e (ii) quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros desse crédito, ou carteira de créditos, que possa ser estimado com razoabilidade.

Inicialmente, o Grupo avalia se existe individualmente para cada crédito evidência objectiva de imparidade. Para esta avaliação e na identificação dos créditos com imparidade numa base individual, o Grupo utiliza a informação que alimenta os modelos de risco de crédito implementados e considera de entre outros os seguintes factores:

- a exposição global ao cliente e a existência de créditos em situação de incumprimento;
- a viabilidade económico-financeira do negócio do cliente e a sua capacidade de gerar meios capazes de responder aos serviços da dívida no futuro;
- a existência de credores privilegiados;
- a existência, natureza e o valor estimado dos colaterais;
- o endividamento do cliente com o sector financeiro;
- o montante e os prazos de recuperação estimados.

Se para determinado crédito não existe evidência objectiva de imparidade numa óptica individual, esse crédito é incluído num grupo de créditos com características de risco de crédito semelhantes (carteira de crédito), o qual é avaliado colectivamente – análise da imparidade numa base colectiva. Os créditos que são avaliados individualmente e para os quais é identificada uma perda por imparidade não são incluídos na avaliação colectiva.

Caso seja identificada uma perda de imparidade numa base individual, o montante da perda a reconhecer corresponde à diferença entre o valor contabilístico do crédito e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do contrato. O crédito concedido é apresentado no balanço líquido da imparidade. Para um crédito com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato.

As alterações do montante das perdas por imparidade reconhecidas, atribuíveis ao efeito do desconto são registadas como juros e proveitos similares.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um crédito garantido reflecte os fluxos de caixa que possam resultar da recuperação e venda do colateral, deduzido dos custos inerentes com a sua recuperação e venda.

No âmbito da análise da imparidade numa base colectiva, os créditos são agrupados com base em características semelhantes de risco de crédito, em função da avaliação de risco definida pelo Grupo. Os fluxos de caixa futuros para uma carteira de créditos, cuja imparidade é avaliada colectivamente, são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais e na experiência histórica de perdas. A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo Grupo de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

Quando o Grupo considera que determinado crédito é incobrável havendo sido reconhecida uma perda por imparidade de 100%, este é abatido ao activo.

2.6. Outros activos financeiros

Classificação

O Grupo classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Activos financeiros ao justo valor através dos resultados

Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo, e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

O Grupo designa, no seu reconhecimento inicial, certos activos financeiros ao justo valor através de resultados quando:

- tais activos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
- são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses activos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos activos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais activos financeiros contêm derivados embutidos.
- Investimentos detidos até à maturidade

Estes investimentos são activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que o Grupo tem intenção e capacidade de deter até à maturidade e que não são designados, no momento do seu reconhecimento inicial, como ao justo valor através de resultados ou como disponíveis para venda.

- Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) o Grupo tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadram nas categorias acima referidas.

Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) investimentos detidos até à maturidade e (iii) activos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que o Grupo se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo tenha transferido o controlo sobre os activos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através de resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os activos financeiros detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os activos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Transferências entre categorias

De acordo com as exigências do IAS 39, o Grupo não procede à transferência de instrumentos financeiros entre categorias, excepto nos casos permitidos no âmbito desta norma.

Imparidade

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. Estes activos são apresentados no balanço líquido de imparidade. Caso estejamos perante um activo com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital em que as mais valias subsequentes são reconhecidas em reservas.

2.7. Activos cedidos com acordo de recompra

Títulos vendidos com acordo de recompra (*repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições financeiras ou a clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Títulos comprados com acordo de revenda (*reverse repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições financeiras ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferido durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo não são desreconhecidos do balanço, sendo classificados e valorizados em conformidade com a política contabilística referida na Nota 2.6. Os títulos recebidos através de acordos de empréstimo não são reconhecidos no balanço.

2.8. Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos, outros passivos subordinados e vendas a descoberto. As acções preferenciais emitidas são consideradas passivos financeiros quando o Grupo assume a obrigação do seu reembolso e/ou do pagamento de dividendos.

Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, com a excepção das vendas a descoberto e dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, as quais são registadas ao justo valor.

O Grupo designa, no seu reconhecimento inicial, certos passivos financeiros como ao justo valor através de resultados quando:

- são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses passivos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos passivos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais passivos financeiros contêm derivados embutidos.

O justo valor dos passivos financeiros cotados é o seu valor de cotação. Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação considerando pressupostos baseados em informação de mercado, incluindo o próprio risco de crédito da entidade do Grupo emitente.

Caso o Grupo recompre dívida emitida esta é anulada do balanço consolidado e a diferença entre o valor de balanço do passivo e o valor de compra é registado em resultados.

2.9. Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Custos directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

2.10. Compensação de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.11. Activos recebidos em dação por recuperação de créditos

Os activos recebidos em dação por recuperação de créditos são inicialmente classificados na rubrica de outros activos e são registados, no seu reconhecimento inicial, pelo menor de entre o seu justo valor deduzido dos custos esperados de venda e o valor de balanço do crédito concedido objecto de recuperação.

Subsequentemente, estes activos são registados pelo menor de entre o valor do seu reconhecimento inicial e o correspondente justo valor actual deduzido dos custos esperados de venda, e não são amortizados. As perdas não realizadas com estes activos assim determinadas são registadas em resultados. O Grupo obtém avaliações regulares, efectuadas por peritos, dos activos recebidos em dação.

Na medida em que estes activos reúnam as condições necessárias á sua alienação imediata e por isso cumpram os requisitos do IFRS 5, são transferidos para activos não correntes detidos para venda e registados de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.23.

2.12. Outros activos tangíveis

Os outros activos tangíveis do Grupo encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade. Na data da transição para os IFRS, 1 de Janeiro de 2004, o Grupo elegeu considerar como custo o valor reavaliado dos outros activos tangíveis, conforme determinado de acordo com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável numa perspectiva geral ao custo depreciado, mensurado de acordo com os IFRS, ajustado por forma a reflectir as alterações no índice geral de preços. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os outros activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos outros activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Imóveis de serviço próprio	35 a 50
Benefeciações em edifícios arrendados	10
Equipamento informático	4 a 5
Mobiliário e material	4 a 10
Instalações interiores	5 a 12
Equipamento de segurança	4 a 10
Máquinas e ferramentas	4 a 10
Material de transporte	4
Outro equipamento	5

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.13. Activos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Grupo necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, a qual se situa normalmente entre 3 a 6 anos.

2.14. Locações

O Grupo classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efectuados pelo Grupo à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

- Como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

- Como locador

Os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registadas como proveitos enquanto que as amortizações de capital também incluídas nas rendas são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

2.15. Benefícios aos empregados

Pensões

Face às responsabilidades assumidas pelo Grupo no âmbito do Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário foram constituídos Fundos de Pensões ACT, que se destinam a cobrir as responsabilidades com pensões de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência relativamente à totalidade do seu pessoal.

Em 1998, o Grupo decidiu, adicionalmente, constituir fundos de pensões abertos autónomos, com a finalidade de financiar a atribuição de benefícios complementares aos colaboradores e pensionistas.

Os fundos de pensões são geridos pela ESAF – Espírito Santo Fundos de Pensões, S.A., subsidiária do Grupo.

Os planos de pensões existentes no Grupo correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição.

À luz do IFRS 1, o Grupo optou por na data da transição, 1 de Janeiro de 2004, aplicar retrospectivamente o IAS 19, tendo efectuado o recálculo dos ganhos e perdas actuariais que podem ser diferidos em balanço de acordo com o método do corredor preconizado nesta norma.

As responsabilidades do Grupo com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, pelo Grupo, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada, sendo sujeitas a uma revisão por actuários independentes. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os ganhos e perdas actuariais determinados anualmente, resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos como um activo ou um passivo e o seu valor acumulado é imputado a resultados com base no método do corredor.

Este método estabelece que os ganhos e perdas actuariais diferidos acumulados no início do ano que excedam 10% do maior de entre o total das responsabilidades e do valor do fundo, também reportados ao início do ano, sejam imputados a resultados durante um período que não pode exceder a média da vida de serviço remanescente dos trabalhadores abrangidos pelo plano. O Grupo determinou que os desvios actuariais são amortizados por um período de 15 anos. Os ganhos e perdas actuariais acumulados que se situem dentro do referido limite, não são reconhecidos em resultados.

Anualmente, o Grupo reconhece como um custo, na sua demonstração de resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros, (iii) o rendimento esperado dos activos do fundo, (iv) uma porção dos ganhos e perdas actuariais determinada com base no referido método do corredor e (v) o efeito das reformas antecipadas, o qual inclui a amortização antecipada dos ganhos e perdas actuariais associados.

Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir os 65 anos de idade.

O Grupo efectua pagamentos aos fundos de forma a assegurar a solvência dos mesmos, sendo os níveis mínimos fixados pelo Banco de Portugal como segue: (i) financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades actuariais por pensões em pagamento e (ii) financiamento a um nível mínimo de 95% do valor actuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no activo.

Benefícios de saúde

Aos trabalhadores bancários é assegurada pelo Grupo a assistência médica por um Serviço de Assistência Médico-Social. O Serviço de Assistência Médico-Social – SAMS – constitui uma entidade autónoma e é gerido pelo Sindicato respectivo.

O SAMS proporciona, aos seus beneficiários, serviços e/ou participações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, de acordo com as suas disponibilidades financeiras e regulamentação interna.

Constituem contribuições obrigatórias para os SAMS, a cargo do Grupo, a verba correspondente a 6,50% do total das retribuições efectivas dos trabalhadores no activo, incluindo, entre outras, o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

O cálculo e registo das obrigações do Grupo com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efectuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões.

Prémios de antiguidade

No âmbito do Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário, o Grupo BESI assumiu o compromisso de pagar aos seus trabalhadores, quando estes completam 15, 25 e 30 anos ao serviço do Grupo, prémios de antiguidade de valor correspondente a uma, duas ou três vezes, respectivamente, o salário mensal recebido à data de pagamento destes prémios.

À data da passagem à situação de invalidez ou invalidez presumível, o trabalhador tem direito a um prémio de antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

Os prémios de antiguidade são contabilizados pelo Grupo de acordo com o IAS 19, como outros benefícios de longo prazo a empregados.

O valor das responsabilidades do Grupo com estes prémios de antiguidade é estimado anualmente, à data do balanço, pelo Grupo com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. Os pressupostos actuariais utilizados baseiam-se em expectativas de futuros aumentos salariais e tábuas de mortalidade. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das responsabilidades calculadas.

Anualmente, o aumento da responsabilidade com prémios de antiguidade, incluindo ganhos e perdas actuariais e custos de serviços passados, é reconhecido em resultados.

Remunerações variáveis aos empregados e órgãos de administração (participação nos lucros)

De acordo com o IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis (participação nos lucros) atribuídas aos empregados e aos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

2.16. Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com excepção do *goodwill* não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

2.17. Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

São reconhecidas provisões para reestruturação quando o Grupo tenha aprovado um plano de reestruturação formal e detalhado e tal reestruturação tenha sido iniciada ou anunciada publicamente.

Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados de um contrato formalizado sejam inferiores aos custos que inevitavelmente o Grupo terá de incorrer de forma a cumprir as obrigações dele decorrentes. Esta provisão é mensurada com base no valor actual do menor de entre os custos de terminar o contrato ou os custos líquidos estimados resultantes da sua continuação.

2.18. Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e de activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efectiva. Os juros dos activos e dos passivos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, respectivamente.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro. A taxa de juro efectiva é estabelecida no reconhecimento inicial dos activos e passivos financeiros e não é revista subsequentemente.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção. No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em juros e proveitos equiparados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles classificados como de cobertura do risco de taxa de juro, a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada na rubrica de resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados. A componente de juro inerente à variação de justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura do risco de taxa de juro é reconhecida nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares.

2.19. Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo, como por exemplo comissões na sindicacção de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído.
- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem.
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

2.20. Reconhecimento de dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito de receber o seu pagamento é estabelecido.

2.21. Reporte por segmentos

Um segmento de negócio é um conjunto de activos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um conjunto de activos e operações localizados num ambiente económico específico que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

2.22. Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível aos accionistas da empresa-mãe pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, excluindo o número médio de acções próprias detidas pelo Grupo.

Para o cálculo dos resultados por acção diluídos, o número médio ponderado de acções ordinárias em circulação é ajustado de forma a reflectir o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida convertível e de opções sobre acções próprias concedidas aos trabalhadores. O efeito da diluição traduz-se numa redução nos resultados por acção, resultante do pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

2.23. Activos não correntes detidos para venda

Activos não correntes ou grupos para alienação (grupo de activos a alienar em conjunto numa só transacção, e passivos directamente associados que incluem pelo menos um activo não corrente) são classificados como detidos para venda quando o seu valor de balanço for recuperado principalmente através de uma transacção de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objectivo da sua venda), os activos ou grupos para alienação estiverem disponíveis para venda imediata e a venda for altamente provável.

Imediatamente antes da classificação inicial do activo (ou grupo para alienação) como detido para venda, a mensuração dos activos não correntes (ou de todos os activos e passivos do grupo) é efectuada de acordo com os IFRS aplicáveis. Subsequentemente, estes activos ou grupos para alienação são remensurados ao menor valor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda.

2.24. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de bancos centrais.

NOTA 3 – PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são discutidas nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Grupo e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras consolidadas.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

3.1. Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

O Grupo determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, o Grupo avalia entre outros factores, a volatilidade normal dos preços das acções.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou de julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

A utilização de metodologias alternativas e de diferentes pressupostos e estimativas poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados do Grupo.

3.2. Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

3.3. Perdas por imparidade no crédito sobre clientes

O Grupo efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de imparidade, conforme referido na Nota 2.5.

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a frequência de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros quer do momento do seu recebimento.

A utilização de metodologias alternativas e de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados consolidados do Grupo.

3.4. Impostos sobre os lucros

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Banco e pelas suas subsidiárias, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que hajam correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção dos Conselhos de Administração do Banco e das suas subsidiárias residentes em Portugal, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

3.5. Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

NOTA 4 - REPORTE POR SEGMENTOS

A actividade do Grupo BESI encontra-se organizada de acordo com as seguintes linhas de negócio:

- (i) Banca de Investimento – inclui a actividade da banca de investimento, nomeadamente estruturação de fusões e aquisições, montagem e colocação de emissões de dívida, estudos e análises;
- (ii) Gestão de activos – inclui a actividade de gestão de fundos de investimentos e de gestão de patrimónios;

O reporte de segmentos primários é apresentado como segue:

	31.12.2006						TOTAL
	Actividade Doméstica		Actividade Internacional			Intergrupo	
	Banca de Investimento	Total	Banca de Investimento	Gestão de activos	Total		
Juros e proveitos similares	71 569	71 569	156 667	4	156 671	(45 635)	182 605
Juros e custos similares	56 572	56 572	143 502	-	143 502	(45 202)	154 872
Margem financeira	14 997	14 997	13 165	4	13 169	(433)	27 733
Rendimentos de instrumentos de capital	1 797	1 797	79	-	79	-	1 876
Rendimentos de serviços e comissões	71 078	71 078	26 674	-	26 674	(352)	97 400
Encargos de serviços e comissões	(3 288)	(3 288)	(5 651)	(110)	(5 761)	362	(8 687)
Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultado	36 229	36 229	57 630	-	57 630	(11 735)	82 124
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	596	596	2 883	-	2 883	-	3 479
Resultados de reavaliação cambial	(1 492)	(1 492)	(1 315)	-	(1 315)	279	(2 528)
Outros resultados de exploração	(63 454)	(63 454)	9 397	1 727	11 124	12 426	(39 904)
Proveitos operacionais	56 463	56 463	102 862	1 621	104 483	547	161 493
<i>(Proveitos operacionais Externos)</i>	56 463	56 463	102 862	1 621	104 483	547	161 493
Custos com pessoal	22 865	22 865	23 036	600	23 636	-	46 501
Gastos gerais administrativos	13 129	13 129	13 598	187	13 785	(1 408)	25 506
Depreciações e amortizações	1 144	1 144	1 092	13	1 105	-	2 249
Provisões líquidas de anulações	(844)	(844)	-	-	-	1 050	206
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	6 538	6 538	108	-	108	-	6 646
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	651	651	-	-	-	-	651
Custo na alienação de outros activos	(614)	(614)	-	-	-	-	(614)
	122	122	-	-	-	-	122
Custos operacionais	42 991	42 991	37 834	800	38 634	(358)	81 267
Alienação de investimentos	1 792	1 792	-	-	-	-	1 792
Resultados de associadas	977	977	-	-	-	-	977
Resultado antes de impostos	16 241	16 241	65 028	821	65 849	905	82 995
Impostos							
Correntes	28 931	28 931	8 399	260	8 659	-	37 590
Diferidos	(19 229)	(19 229)	2 300	20	2 320	-	(16 909)
Resultado após impostos antes de interesses minoritários	6 539	6 539	54 329	541	54 870	905	62 314
Interesses minoritários	83	83	2 109	108	2 217	-	2 300
Resultado líquido do exercício	6 456	6 456	52 220	433	52 653	905	60 014
Outras informações							
Activo líquido	1 862 771	1 862 771	3 238 881	1 310	3 240 191	(535 829)	4 567 133
Investimento em empresas associadas	13 507	13 507	12 188	-	12 188	-	25 695
Passivo	1 696 726	1 696 726	3 057 335	337	3 057 672	(448 219)	4 306 179
Investimento em activos tangíveis	2 976	2 976	2 535	38	2 573	-	5 549
Investimento em activos intangíveis	11 277	11 277	1 181	21	1 202	-	12 479

(milhares de euros)

	31.12.2007						
	Actividade Doméstica		Actividade Internacional			Intergrupo	TOTAL
	Banca de Investimento	Total	Banca de Investimento	Gestão de activos	Total		
Juros e proveitos similares	133 101	133 101	162 086	72	162 158	(30 902)	264 357
Juros e custos similares	124 543	124 543	136 913	-	136 913	(27 403)	234 053
Margem financeira	8 558	8 558	25 173	72	25 245	(3 499)	30 304
Rendimentos de instrumentos de capital	1 123	1 123	-	-	-	-	1 123
Rendimentos de serviços e comissões	109 495	109 495	7 828	-	7 828	7 156	124 479
Encargos de serviços e comissões	(13 987)	(13 987)	(1 294)	(16)	(1 310)	(220)	(15 517)
Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados	(18 145)	(18 145)	(3 653)	-	(3 653)	(8 200)	(29 998)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	803	803	47 084	-	47 084	759	48 646
Resultados de reavaliação cambial	(3 637)	(3 637)	15 735	(1)	15 734	12 881	24 978
Resultados de alienação de outros activos financeiros	-	-	7	-	7	536	543
Outros resultados de exploração	740	740	17 514	2 783	20 297	(7 518)	13 519
<i>Proveitos operacionais</i>	84 950	84 950	108 394	2 838	111 232	1 895	198 077
<i>(Proveitos operacionais Externos)</i>	84 950	84 950	108 394	2 838	111 232	1 895	198 077
Custos com pessoal	41 696	41 696	13 661	1 237	14 898	-	56 594
Gastos gerais administrativos	23 143	23 143	5 761	197	5 958	(1 005)	28 096
Depreciações e amortizações	1 732	1 732	549	30	579	-	2 311
Provisões líquidas de anulações	1 261	1 261	134	-	134	-	1 395
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(1 041)	(1 041)	-	-	-	-	(1 041)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	(660)	(660)	-	-	-	-	(660)
Imparidade de outros activos líquidos de reversões e recuperações	656	656	-	-	-	-	656
Custos operacionais	66 787	66 787	20 105	1 464	21 569	(1 005)	87 351
Alienação de investimentos	1 977	1 977	-	-	-	-	1 977
Resultados de associadas	1 646	1 646	(177)	-	(177)	-	1 469
Resultado antes de impostos	21 786	21 786	88 112	1 374	89 486	2 900	114 172
Impostos							
Correntes	(19 252)	(19 252)	22 184	522	22 706	-	3 454
Diferidos	28 522	28 522	806	(25)	781	-	29 303
Resultado após impostos antes de interesses minoritários	12 516	12 516	65 122	877	65 999	2 900	81 415
Interesses minoritários	146	146	8 241	-	8 241	-	8 387
Resultado líquido do exercício	12 370	12 370	56 881	877	57 758	2 900	73 028
Outras informações							
Activo líquido	3 485 975	3 485 975	2 402 820	2 346	2 405 166	(411 060)	5 480 081
Investimento em empresas associadas	3 115	3 115	-	-	-	-	3 115
Passivo	3 172 667	3 172 667	2 319 951	414	2 320 365	(411 060)	5 081 972
Investimento em activos tangíveis	957	957	979	-	979	-	1 936
Investimento em activos intangíveis	577	577	167	-	167	-	744

O reporte de segmentos secundários é feito de acordo com a localização geográfica das diferentes unidades de negócio do Grupo:

(milhares de euros)

	31.12.2007			
	Portugal	Resto Europa	América Latina	Total
Resultado líquido	37 200	3 532	32 296	73 028
Activo líquido	3 433 820	991 644	1 054 617	5 480 081
Investimento activos				
tangíveis	924	82	930	1 936
intangíveis	417	167	160	744

(milhares de euros)

	31.12.2006			
	Portugal	Resto Europa	América Latina	Total
Resultado líquido	50 485	3 627	5 902	60 014
Activo líquido	1 924 794	2 008 602	633 737	4 567 133
Investimento activos				
tangíveis	645	91	665	1 401
intangíveis	330	301	303	934

NOTA 5 - MARGEM FINANCEIRA

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
Juros e proveitos similares		
Juros de crédito	87 381	54 209
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	54 614	40 675
Juros de derivados para gestão de risco	34 305	16 471
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	11 794	11 418
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	65 595	53 439
Outros juros e proveitos similares	10 668	6 393
	264 357	182 605
Juros e custos similares		
Juros de recursos de bancos centrais e instituições de crédito	82 239	55 206
Juros de derivados para gestão de risco	37 984	16 488
Juros de débitos representados por títulos	72 209	22 004
Juros de depósitos de clientes	32 041	57 161
Juros de passivos subordinados	4 343	3 655
Outros juros e custos similares	5 237	358
	234 053	154 872
	30 304	27 733

A rubrica de juros de crédito inclui 216 milhares de euros (2006 – 600 milhares de euros) relativos a juros de contratos de crédito com imparidade.

A rubrica juros de derivados para gestão de risco inclui, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.18, os juros de derivados de cobertura.

NOTA 6 - RESULTADOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
Rendimentos de serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados	67 965	55 518
Por garantias prestadas	823	492
Por operações realizadas com títulos	55 691	41 390
	124 479	97 400
Encargos de serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados por terceiros	2 796	5 595
Por operações realizadas com títulos	6 785	-
Por garantias recebidas	1	1
Outros custos com serviços e comissões	5 935	3 091
	15 517	8 687
	108 962	88 713

NOTA 7 - RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

O valor desta rubrica é composto por:

	31.12.2007			31.12.2006		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
(milhares de euros)						
Activos e passivos detidos para negociação						
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	64 690	85 869	(21 179)	70 150	34 527	35 623
De outros emissores	9 243	5 986	3 257	5 599	1 365	4 234
Acções	101 862	75 753	26 109	99 102	51 625	47 477
Outros títulos de rendimento variável	84	25	59	-	-	-
	175 879	167 633	8 246	174 851	87 517	87 334
Instrumentos financeiros derivados						
Contratos sobre taxas de câmbio	161 134	370 006	(208 872)	567 991	545 849	22 142
Contratos sobre taxas de juro	1 223 149	1 000 106	223 043	231 372	432 250	(200 878)
Contratos sobre acções/índices	685 189	711 306	(26 117)	744 810	791 903	(47 093)
Contratos sobre créditos	2 069	5 363	(3 294)	63	492	(429)
Outros	-	2 584	(2 584)	428 196	246 196	182 000
	2 071 541	2 089 365	(17 824)	1 972 432	2 016 690	(44 258)
	2 247 420	2 256 998	(9 578)	2 147 283	2 104 207	43 076
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados ⁽¹⁾						
Recursos de instituições de crédito	120	-	120	1 085	26	1 059
Débitos representados por títulos	5 216	26 414	(21 198)	41 038	3 643	37 395
Outros passivos subordinados	658	-	658	594	-	594
	5 994	26 414	(20 420)	42 717	3 669	39 048
	2 253 414	2 283 412	(29 998)	2 190 000	2 107 876	82 124

(1) inclui a variação de justo valor de activos/passivos objecto de cobertura ou ao *fair value option*

Em 31 de Dezembro de 2007, o valor desta rubrica inclui um efeito positivo de 1 677 milhares de euros relativos à variação de valor de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados atribuíveis ao risco de crédito da entidade (ver nota 21)

NOTA 8 - RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O valor desta rubrica é composto por:

	31.12.2007			31.12.2006		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
(milhares de euros)						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	27		27			-
De outros emissores	170	1 486	(1 316)	3 478	228	3 250
Acções	49 935		49 935	46	10	36
	50 132	1 486	48 646	3 524	238	3 286

Durante o exercício de 2007, o Grupo procedeu à alienação de 3,4 milhões de acções da Bovespa Holding (mais valia: 26,8 milhões de euros) e 3,9 milhões de acções da Bolsa de Mercadorias e Futuros (mais valia: 23,1 milhões de euros).

NOTA 9 - RESULTADOS DE REAVLIAÇÃO CAMBIAL

O valor desta rubrica é composto por:

	31.12.2007			31.12.2006		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Reavaliação Cambial	64 223	(39 245)	24 978	(12 253)	(9 725)	(2 528)
	64 223	(39 245)	24 978	(12 253)	(9 725)	(2 528)

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.2.

NOTA 10 – OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS

O valor desta rubrica é composto por:

	31.12.2007		31.12.2006	
Resultado em derivados de cobertura de justo valor	15 487	(42 611)		
Outros serviços clientes	1 798	9 125		
Outros resultados de exploração	(3 766)	(6 418)		
	13 519	(39 904)		

NOTA 11 - CUSTOS COM PESSOAL

O valor dos custos com pessoal é composto por:

	31.12.2007		31.12.2006	
Vencimentos e salários	47 266	38 534		
Remunerações	46 961	38 237		
Prémios de antiguidade (ver Nota 12)	305	297		
Benefícios de saúde - SAMS (ver Nota 12)	208	197		
Custos com pensões de reforma (ver Nota 12)	1 787	1 821		
Outros encargos sociais obrigatórios	4 505	3 694		
Outros custos	2 828	2 255		
	56 594	46 501		

Os membros do Conselho de Administração do BESI auferiram, em 2007, uma remuneração total de 5.344 milhares de euros (2006 - 5.104 milhares de euros).

	31.12.2007			31.12.2006		
	Conselho de Administração	Outro pessoal chave da gestão	Total	Conselho de Administração	Outro pessoal chave da gestão	Total
2007						
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	1 692	1 839	3 531			
Prémios de antiguidade	9	24	33			
Remunerações variáveis	3 643	3 058	6 701			
Total	5 344	4 921	10 265			
2006						
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	1 521	1 486	3 007			
Prémios de antiguidade	41	11	52			
Remunerações variáveis	3 542	2 243	5 785			
Total	5 104	3 740	8 844			

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 o valor do crédito concedido aos Órgãos de Administração do Grupo BESI ascendia a 382 mil euros e 411 mil euros respectivamente.

Por categoria profissional, o número de colaboradores do Grupo BESI analisa-se como segue:

	31.12.2007	31.12.2006
Funções directivas	227	197
Funções de chefia	4	18
Funções específicas	192	152
Funções administrativas	50	43
Funções auxiliares	6	5
	479	415

NOTA 12 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Pensões de reforma e benefícios de saúde

Em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho celebrado com os sindicatos e vigente para o sector bancário, o Banco assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente em função do número de anos de serviço do empregado, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no activo.

Durante o exercício de 1998, o Banco Espírito Santo e as restantes subsidiárias do Grupo em Portugal, onde se inclui o BESI, decidiram constituir um fundo aberto autónomo, designado de Fundo de Pensões Aberto GES destinado a financiar a atribuição de benefícios complementares aos colaboradores. O fundo têm como sociedade gestora a ESAF - Espírito Santo Fundo de Pensões, S.A.

Os pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades são como segue:

	Pressupostos		Verificado	
	31.12.2007	31.12.2006	31.12.2007	31.12.2006
Pressupostos Financeiros				
Taxas de evolução salarial	3,25%	2,75%		4,00%
Taxa de crescimento das pensões	2,25%	1,75%		2,50%
Taxas de rendimento do fundo	5,25%	4,75%		8,61%
Taxa de desconto	5,25%	4,75%		
Pressupostos Demográficos e Métodos de Avaliação				
Tábua de Mortalidade				
Homens	TV 73/77 (ajustada) / TV 73/77 (ajustada)			
Mulheres	TV 88/90 / TV 88/90			
Métodos de valorização actuarial	Project Unit Credit Method			

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.15, a taxa de desconto utilizada para estimar as responsabilidades com pensões de reforma e com benefícios de saúde, corresponde às taxas de mercado à data do balanço, associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado. Face às condições de mercado em 31 de Dezembro de 2007, o Grupo decidiu utilizar uma taxa de desconto de 5,25% (2006: 4,75%).

As contribuições para o SAMS em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 ascendiam a 6,5% da massa salarial. A percentagem correspondente à contribuição a efectuar é estabelecida pelo próprio SAMS, não estando prevista qualquer alteração da mesma para o próximo exercício.

Os participantes no Fundo são desagregados da seguinte forma:

	31.12.2007	31.12.2006
Activos	247	230
Reformados	21	19
Sobreviventes	3	3
TOTAL	271	252

A aplicação do IAS 19 traduz-se nas seguintes responsabilidades, encargos, contribuições do Grupo para os fundos de pensões e níveis de cobertura reportáveis a 31 de Dezembro de 2007 e 2006:

	31.12.2007			31.12.2006		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
Activos/(responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço						
Responsabilidades em 31 de Dezembro						
Pensionistas	7.776	505	8.281	6.610	430	7.040
Activos	18.686	1.215	19.901	17.963	1.164	19.127
	26.462	1.720	28.182	24.573	1.594	26.167
Saldo dos fundos em 31 de Dezembro	25.834	-	25.834	24.621	-	24.621
Passivos a entregar ao fundo	(628)	(1.720)	(2.348)	48	(1.594)	(1.546)
Desvios actuariais diferidos em 31 de Dezembro	6.997	364	7.361	6.947	489	7.436
Activos/(responsabilidades) líquidas em balanço em 31 de Dezembro	6.369	(1.356)	5.013	6.995	(1.105)	5.890

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2007			31.12.2006		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
Responsabilidades em 1 de Janeiro	24.573	1.594	26.167	21.736	1.413	23.149
Custo do serviço corrente	1.515	112	1.627	1.442	106	1.548
Custo dos juros	1.152	77	1.229	1.020	67	1.087
Contribuições dos empregados	164	-	164	122	-	122
(Ganhos) e perdas actuariais nas responsabilidades:	(414)	(63)	(477)	764	8	772
- Alteração da pressupostos actuariais	(11)	-	(11)	-	-	-
- Ganhos e perdas de experiência	(403)	(63)	(466)	764	8	772
Pensões pagas pelo fundo	(528)	-	(528)	(511)	-	(511)
Responsabilidades em 31 de Dezembro	26.462	1.720	28.182	24.573	1.594	26.167

Outros - entrada da ES Capital

Em 31 de Dezembro de 2007, o acréscimo de 1% no valor das contribuições para o SAMS implicaria um acréscimo de responsabilidades de 265 milhares de euros (31 de Dezembro de 2006: 245 milhares de euros), e um acréscimo no custo do exercício (custo do serviço corrente e custo dos juros) de 30 milhares de euros (31 de Dezembro de 2006: 28 milhares de euros).

A evolução do valor dos fundos de pensões nos exercícios de 2007 e 2006 pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2007			31.12.2006		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
Saldo dos fundos em 1 de Janeiro	24.621	-	24.621	18.486	-	18.486
Alterações do perímetro de consolidação e outros		-	-		-	-
Rendimento real do fundo	416	-	416	1.483	-	1.483
Contribuições do Grupo	1.161	-	1.161	5.041	-	5.041
Contribuições dos empregados	164	-	164	122	-	122
Pensões pagas pelo fundo	(528)	-	(528)	(511)	-	(511)
Saldo dos fundos em 31 de Dezembro	25.834	-	25.834	24.621	-	24.621

Outros - entrada da ES Capital

A evolução dos desvios actuariais diferidos em balanço pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2007			31.12.2006		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
Desvios actuariais diferidos em 1 de Janeiro	6.947	489	7.436	6.941	505	7.446
Alterações do perímetro de consolidação e outros	-	-	-	85	-	85
(Ganhos) e perdas actuariais no ano:						
- Alterações das tábuas de mortalidade	-	-	-	-	-	-
- Alteração de pressupostos actuariais	(11)	-	(11)	-	-	-
- (Ganhos)/Perdas de experiência	361	(63)	298	246	8	254
Amortização do exercício	(300)	(19)	(319)	(325)	(24)	(349)
Outros	-	(43)	(43)	-	-	-
Desvios actuariais diferidos em 31 de Dezembro	6.997	364	7.361	6.947	489	7.436
Dos quais:						
Dentro do corredor	2.643	172	2.815	2.453	159	2.612
Fora do corredor	4.354	192	4.546	4.494	330	4.824

Outros - entrada da ES Capital

A evolução das responsabilidades não financiadas pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2007			31.12.2006		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
Responsabilidades não financiadas no início do ano	(48)	1.594	1.546	3.250	1.413	4.663
Ganhos e perdas actuarias das responsabilidades	(414)	(63)	(477)	764	8	772
Ganhos e perdas actuariais dos fundos	764	-	764	(517)	-	(517)
Encargos do ano:						
- Custo do serviço corrente	1.515	112	1.627	1.442	106	1.548
- Custo dos juros	1.152	77	1.229	1.020	67	1.087
- Rendimento esperado do fundo	(1.180)	-	(1.180)	(966)	-	(966)
Contribuições efectuadas no ano e pensões pagas pelo Grupo	(1.161)	-	(1.161)	(5.041)	-	(5.041)
Responsabilidades não financiadas no final do ano	628	1.720	2.348	(48)	1.594	1.546

Os custos do exercício com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)					
	31.12.2007			31.12.2006		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
Custo do serviço corrente	1.515	112	1.627	1.442	106	1.548
Custo dos juros	1.152	77	1.229	1.020	67	1.087
Rendimento esperado do fundo	(1.180)	-	(1.180)	(966)	-	(966)
Amortização do exercício	300	19	319	325	24	349
Custos do exercício	1.787	208	1.995	1.821	197	2.018

A evolução dos activos/ (responsabilidades) em balanço pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)					
	31.12.2007			31.12.2006		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
Em 1 de Janeiro	6.995	(1.105)	5.890	3.691	(908)	2.783
Custo do exercício	(1.787)	(208)	(1.995)	(1.821)	(197)	(2.018)
Utilização de provisões			-			-
Contribuições efectuadas no ano e pensões pagas pelo Grupo	1.161	-	1.161	5.041	-	5.041
Alterações do perímetro de consolidação e outros		(43)	(43)	84	-	84
Em 31 de Dezembro	6.369	(1.356)	5.013	6.995	(1.105)	5.890

Os activos/(responsabilidades) em balanço encontram-se reflectidas na rubrica de Outros activos e Outros passivos (ver Nota 26 e Nota 33)

Os activos do fundo de pensões em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 podem ser analisados como segue:

	% Carteira
Obrigações	32,40%
Acções	39,90%
Investimento alternativo	16,00%
Imobiliário	2,90%
Liquidez	8,80%
Total	100,00%

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 os fundos não continham títulos emitidos por entidades do Grupo.

Prémios de antiguidade

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, as responsabilidades assumidas pelo Grupo e os custos reconhecidos nos exercícios com o prémio de antiguidade são como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
Responsabilidades a 1 de Janeiro	1 979	1 745
Custo do exercício	305	297
Prémios pagos	(39)	(63)
Responsabilidades a 31 de Dezembro 2006	2 245	1 979

Os pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades são os apresentados para o cálculo das pensões de reforma (quando aplicáveis).

A responsabilidade com prémios de antiguidade encontra-se registada em outros passivos (Ver Nota 33).

NOTA 13 - GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
Rendas e alugueres	4 726	4 177
Publicidade e publicações	1 109	1 173
Comunicações e expedição	3 896	3 481
Deslocações e representação	5 180	4 145
Conservação e reparação	806	768
Seguros	456	421
Serviços especializados		
Informática	1 900	2 473
Mão de obra eventual	370	220
Trabalho independente	1 235	1 831
Outros serviços especializados	664	723
Outros custos	7 754	6 094
	28 096	25 506

A rubrica Outros serviços especializados inclui, entre outros, custos com segurança e vigilância, informação, consultores e auditores externos e judiciais, contencioso e notariado. A rubrica de Outros custos inclui, entre outros, custos com formação e custos com fornecimentos externos.

NOTA 14 - RESULTADOS POR ACÇÃO

Resultados por acção básicos

Os resultados básicos por acção são calculados efectuando a divisão do resultado atribuível aos accionistas do Banco pelo número médio de acções ordinárias emitidas durante o ano, excluindo o número médio de acções compradas pelo Banco e detidas na carteira como acções próprias.

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
Resultado líquido atribuível aos accionistas do banco	73 028	60 014
Número médio ponderado de acções ordinárias em circulação (milhares)	14 000	14 000
Resultado por acção básico atribuível aos accionistas do Banco (em euros)	5,22	4,29

Resultados por acção diluídos

Os resultados por acção diluídos são calculados ajustando o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras ao número médio ponderado de acções ordinárias em circulação e ao resultado líquido atribuível aos accionistas do banco.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o Banco não detinha acções potenciais ordinárias diluidoras, pelo que o resultado por acção diluído é igual ao resultado por acção básico.

NOTA 15 - CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
Caixa	9	10
Depósitos à ordem em bancos centrais		
Banco de Portugal	5 872	7 293
Outros bancos centrais	1 208	1 437
	7 080	8 730
	7 089	8 740

A rubrica Depósitos à ordem em bancos centrais - Banco de Portugal inclui depósitos de carácter obrigatório, que têm por objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Regulamento (CE) n.º 2818/98 do Banco Central Europeu, de 1 de Dezembro de 1998, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no Banco de Portugal, são remuneradas e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo inferior a 2 anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais. Em 31 de Dezembro de 2006 a taxa de remuneração média destes depósitos ascende a 3,9276% (31 de Dezembro de 2006: 2,7975%).

NOTA 16 - DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2007 e 2006 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
Disponibilidades em outras instituições de crédito no país		
Depósitos à ordem	19 406	932
	19 406	932
Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	6 168	2 561
	6 168	2 561
	25 574	3 493

NOTA 17 - ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

A 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a rubrica Activos e passivos financeiros detidos para negociação apresenta os seguintes valores:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
Activos Financeiros detidos para negociação		
Títulos		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	640 904	392 532
De outros emissores	147 885	145 609
Acções	133 621	199 365
Outros títulos	53 752	40 780
	<u>976 162</u>	<u>778 286</u>
Derivados	459 020	343 585
	<u>1 435 182</u>	<u>1 121 871</u>
Passivos Financeiros detidos para negociação		
Derivados	<u>471 532</u>	<u>528 625</u>

Em 31 de Dezembro de 2007, o valor de aquisição dos títulos detidos para negociação era de 920 394 milhares de euros (31 de Dezembro de 2006: 713.413 milhares de euros).

A 31 de Dezembro de 2007, o escalonamento dos títulos detidos para negociação por prazos de vencimento é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
Até 3 meses	7 723	4 047
De 3 meses a um ano	18 383	11 114
De um a cinco anos	257 180	6 816
Mais de cinco anos	505 503	515 417
Duração indeterminada	187 373	240 892
	<u>976 162</u>	<u>778 286</u>

A 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a rubrica dos activos financeiros detidos para negociação, no que se refere a títulos cotados e não cotados, é repartida da seguinte forma:

	(milhares de euros)					
	31.12.2007			31.12.2006		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	640 904		640 904	392 532	-	392 532
De outros emissores	144 672	3 213	147 885	137 002	8 607	145 609
Acções	133 621		133 621	199 365	-	199 365
Outros títulos	53 752		53 752	40 780		40 780
Total valor de balanço	<u>972 949</u>	<u>3 213</u>	<u>976 162</u>	<u>769 679</u>	<u>8 607</u>	<u>778 286</u>

A rubrica Instrumentos financeiros derivados a 31 de Dezembro de 2007 e 2006 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2007			31.12.2006		
	Nocional	Justo valor		Nocional	Justo valor	
		Positivo	Negativo		Positivo	Negativo
Contratos sobre taxas de câmbio						
Fx Swaps	235 032	-	-	77 543	60	-
Fx Options	388 480	4 185	9 182	1 711 332	1 515	10 499
CIRS	1 039 249	109 315	16 313	202 477	67 498	94 016
Interest Rate Futures	142 619	-	-	100 803	-	10
	1 805 380	113 500	25 495	2 092 155	69 073	104 525
Contratos sobre taxas de juro						
Interest Rate Swaps	17 547 411	164 130	156 971	15 034 514	139 929	61 164
Swaption - Interest Rate Options	30 000	-	-	-	-	-
Interest Rate Caps & Floors	2 642 505	7 655	7 891	2 895 543	11 015	11 029
Interest Rate Futures	1 351 688	-	189	2 291 848	-	-
	21 571 604	171 785	165 051	20 221 905	150 944	72 193
Contratos sobre acções/índices						
Equity / Index Swaps	511 406	5 295	5 690	432 172	19 874	9 533
Equity / Index Options	3 872 959	167 617	270 975	6 996 511	102 459	341 448
Equity / Index Futures	728 304	-	-	2 011 708	-	-
	5 112 669	172 912	276 665	9 440 391	122 333	350 981
Contratos sobre crédito						
Credit Default Swaps	212 636	823	4 321	227 110	1 235	926
	212 636	823	4 321	227 110	1 235	926
Total	28 702 289	459 020	471 532	31 981 561	343 585	528 625

A 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o escalonamento dos derivados detidos para negociação por prazos de vencimento é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2007		31.12.2006	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Até 3 meses	163 759	4 796	20 990	19 379
De 3 meses a um ano	7 309	72 704	82 278	141 926
De um a cinco anos	181 371	278 008	167 894	238 842
Mais de cinco anos	106 581	116 024	72 423	128 478
	459 020	471 532	343 585	528 625

NOTA 18 - ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2007 e 2006 é analisada como segue:

	(milhares de euros)				
	Custo (1)	Reserva de justo valor		Imparidade	Valor de balanço
		Positiva	Negativa		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	10 652	14	(116)	-	10 550
De outros emissores	213 243	752	(130)	(369)	213 496
Acções	7 360	690	(28)	(133)	7 889
Outros títulos de rendimento variável	28 446	4 260		-	32 706
Saldo a 31 de Dezembro de 2006	259 701	5 716	(274)	(502)	264 641
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	17 977	64	(444)	-	17 597
De outros emissores	327 648	740	(6 574)	-	321 814
Acções	23 812	144 181	(367)	(133)	167 493
Outros títulos de rendimento variável	35 007	693	(48)	-	35 652
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	404 444	145 678	(7 433)	(133)	542 556

(1) custo de aquisição no que se refere a acções e custo amortizado para títulos de dívida

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade em Activos financeiros disponíveis para venda são apresentados como se segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
Saldo a 31 de Dezembro	502	170
Dotações	-	369
Reversões	(361)	-
Diferenças de câmbio e outras	(8)	(37)
Saldo final	133	502

A rubrica de activos financeiros disponíveis para venda inclui 119 968 milhares de euros de títulos dado em garantia pelo Grupo (31 de Dezembro de 2006: 28.314).

A 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o escalonamento dos activos financeiros disponíveis para venda por prazos de vencimento é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
Até 3 meses	7 582	14 998
De 3 meses a um ano	4 552	22 737
De um a cinco anos	124 073	123 791
Mais de cinco anos	202 924	62 520
Duração indeterminada	203 425	40 595
	542 556	264 641

As principais contribuições para a reserva de justo valor e para o montante de imparidade com referência a 31 de Dezembro de 2007 e 2006 podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)

Descrição	Custo (1)	Reserva de Justo valor		Imparidade	Valor de mercado
		Positiva	Negativa		
BOVESPA HOLDING AS	1 990	83 943	-	-	85 933
BM&F BOLSA DE MERCADORIAS E FUTUROS /	884	57 021	-	-	57 905
OUTROS	401 570	4 714	7 433	(133)	398 718
	404 444	145 678	7 433	(133)	542 556

(1) custo de aquisição no que se refere a acções e custo amortizado para títulos de dívida

(milhares de euros)

Descrição	Custo (1)	Reserva de Justo valor		Imparidade	Valor de mercado
		Positiva	Negativa		
BOLSA VALORES - S.P.	1 232	3 883	-	-	5 115
OUTROS	258 469	1 833	274	(502)	259 526
	259 701	5 716	274	(502)	264 641

(1) custo de aquisição no que se refere a acções e custo amortizado para títulos de dívida

NOTA 19 - APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2007 e 2006 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2007	31.12.2006
Aplicações em instituições de crédito no país		
Mercado monetário interbancário	10 014	49 015
Outras aplicações	1 092	17 706
	11 106	66 721
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
Operações com acordo de revenda	1 022 774	1 043 634
Outras aplicações	16	-
	1 022 790	1 043 634
	1 033 896	1 110 355
Perdas por imparidade	(679)	(764)
	1 033 217	1 109 591

O escalonamento das Aplicações em instituições de crédito por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2007 e 2006, é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2007	31.12.2006
Até 3 meses	11 122	1 110 355
De 3 meses a um ano	1 022 774	-
	1 033 896	1 110 355

Os movimentos ocorridos no exercício como perdas por imparidade em empréstimos e aplicações em instituições de crédito são apresentados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
Saldo inicial	764	-
Dotações	4	784
Reversões	(9)	(1)
Diferenças de câmbio e outras	(80)	(19)
Saldo final	679	764

NOTA 20 - CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2007 e 2006 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
Crédito interno		
A empresas		
Créditos em conta corrente	2 719	2 848
Empréstimos	608 182	608 327
Descobertos	6	794
Outros créditos	46 936	97 109
A particulares		
Habitação	1 054	1 142
Consumo e outros	6	9
	658 903	710 229
Crédito ao exterior		
A empresas		
Empréstimos	786 921	644 719
Outros créditos	15 702	45 244
	802 623	689 963
Crédito e juros vencidos		
Até 90 dias	-	6 488
Há mais de 90 dias	8 044	1 460
	8 044	7 948
	1 469 570	1 408 140
Provisões para imparidade do crédito	(18 697)	(19 741)
	1 450 873	1 388 399

O escalonamento do Crédito a clientes por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2007 e 2006, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
Até 3 meses	53 496	25 606
De 3 meses a um ano	41 916	177 124
De um a cinco anos	298 191	231 191
Mais de cinco anos	1 067 923	966 271
Duração indeterminada	8 044	7 948
	1 469 570	1 408 140

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade em empréstimos a clientes são apresentados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
Saldo a 31 de Dezembro	19 741	16 004
Dotações	1 337	7 792
Utilizações	-	(2 673)
Reversões	(2 378)	(1 146)
Diferenças de câmbio e outras	(3)	(236)
Saldo final	18 697	19 741

A distribuição do Crédito a clientes por tipo de taxa é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
Taxa fixa	16 944	190 507
Taxa variável	1 452 626	1 217 633
	1 469 570	1 408 140

NOTA 21 – DERIVADOS PARA GESTÃO DE RISCO

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os derivados de cobertura em balanço analisam-se como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
Derivados para gestão de risco activos		
Contratos sobre taxas de juro	14 347	6 760
Contratos sobre acções/índices	9 993	5 774
Outros contratos	495	177
	<u>24 835</u>	<u>12 711</u>
Derivados para gestão de risco passivos		
Contratos sobre taxas de juro	29 969	47 101
Contratos sobre acções/índices	12 797	5 774
Outros contratos	211	283
	<u>42 977</u>	<u>53 158</u>
	(18 142)	(40 447)

A rubrica de Derivados para gestão de risco, inclui para além dos derivados de cobertura, os derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de determinados activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (e que não foram designados como derivados de cobertura).

Em 31 de Dezembro de 2007, o valor líquido da rubrica de Derivados para gestão de risco, inclui (i) 15 698 milhares de euros de passivo líquido relativo a derivados de cobertura (31 de Dezembro de 2006: 40 447 milhares de euros de passivo líquido) e (ii) 2 444 milhares de euros de passivo líquido relativos a derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de determinados activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, e que não foram designados como derivados de cobertura.

a) Derivados de cobertura

As operações de cobertura de justo valor em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)

31.12.2007

Produto derivado	Produto coberto	Risco coberto	Nocional	Justo valor do derivado (2)	Var. justo valor do derivado no ano	Justo valor do elemento coberto (1)	Varição do justo valor do elemento coberto no ano (1)
Interest Rate Swaps	Emissão de Obrigações	Taxa de juro	1 315 349	(15 934)	23 547	(23 999)	(18 118)
Interest Rate Swaps	Depositos	Taxa de juro	116 782	236	(117)	455	120
			1 432 131	(15 698)	23 430	(23 544)	(17 998)

(1) Atribuível ao risco coberto

(2) Inclui juro corrido

(milhares de euros)

31.12.2006

Produto derivado	Produto coberto	Risco coberto	Nocional	Justo valor do derivado (2)	Var. justo valor do derivado no ano	Justo valor do elemento coberto (1)	Varição do justo valor do elemento coberto no ano (1)
Interest Rate Swaps	Emissão de Obrigações	Taxa de juro	1 452 986	(40 799)	(38 988)	41 845	40 597
Interest Rate Swaps	Depositos	Taxa de juro	118 182	352	(625)	(336)	346
			1 571 168	(40 447)	(39 613)	41 509	40 943

(1) Atribuível ao risco coberto

(2) Inclui juro corrido

As variações de justo valor associadas aos activos e passivos acima descritos e aos respectivos derivados de cobertura encontram-se registadas em resultados do exercício na rubrica de Outros resultados operacionais.

Em 31 de Dezembro de 2007 a parte inefectiva das operações de cobertura de justo valor no montante de 0,4 milhões de euros (31 de Dezembro de 2006: 1,3 milhões de euros) foi registada por contrapartida de resultados. O Grupo realiza periodicamente testes de efectividade das relações de cobertura existentes.

b) Outros derivados para gestão de risco

Os outros derivados para gestão de risco incluem instrumentos destinados a gerir o risco associado a determinados activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados conforme política contabilística descrita nas Notas 2.5, 2.6 e 2.8 e que o Grupo não designou para contabilidade de cobertura. O valor de balanço dos activos e passivos ao justo valor através de resultados pode ser analisado como segue:

(milhares de euros)

Produto derivado	Passivo financeiro associado	Derivado			Passivo associado			
		Nocional	Justo valor	Varição de justo valor no ano	Justo valor	Varição de justo valor no ano	Valor de balanço	Valor de reembolso na maturidade
Obrigações	Equity/ Index Swap	143 644	(3 065)	(2 581)	(2 958)	(2 699)	141 929	139 911
Certificados	Index swap	15 123	479	98	(433)	(342)	15 615	15 182
Obrigações	Credit Default Swap	24 100	169	178	(126)	(103)	22 693	22 567
Obrigações	Equity Options	2 265	158	158	(205)	(205)	2 437	2 232
Obrigações	Interest Rate Swap	34 690	(185)	(185)	104	104	34 586	34 537
		219 822	(2 444)	(2 332)	(3 618)	(3 245)	217 260	214 429

A componente do justo valor dos passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através de resultados, atribuível ao risco de crédito do Grupo, ascende em 31 de Dezembro de 2007 a 1 677 milhares de euros de proveitos, gerados no exercício.

As operações com derivados de gestão de risco em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, por maturidades, podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)

31.12.2007				
	Nocional		Justo Valor	
	Derivados de cobertura	Outros derivados p/ gestão de risco	Derivados de cobertura	Outros derivados p/ gestão de risco
	Até 3 meses	229 841	20 689	3 179
De 3 meses a um ano	528 322	133 967	3 307	569
De um a cinco anos	391 894	228 376	(5 015)	(1 629)
Mais de cinco anos	282 075	34 598	(17 169)	(3 361)
	1 432 132	417 630	(15 698)	(2 444)

31.12.2006				
	Nocional		Justo Valor	
	Derivados de cobertura	Outros derivados p/ gestão de risco	Derivados de cobertura	Outros derivados p/ gestão de risco
	Até 3 meses	200 568	-	402
De 3 meses a um ano	490 600	-	(1 958)	-
De um a cinco anos	512 882	-	(8 630)	-
Mais de cinco anos	367 118	-	(30 261)	-
	1 571 168	-	(40 447)	-

NOTA 22 – ACTIVOS E PASSIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Em Dezembro de 2007, o BES Investimento adquiriu 80% do capital accionista da Pebble Hydro – Empresa de consultoria, investimento e serviços, tendo os restantes 20% sido adquiridos pela EDP – Energias de Portugal .

A participação accionista actualmente detida pelo BESI deverá ser vendida à EDP – Energias de Portugal durante o ano de 2008.

Referente a esta operação, a 31 de Dezembro de 2007, encontram-se registados os montantes de 217 934 milhares de euros e 221 722 milhares de euros nas rubricas de activos não correntes detidos para venda e passivos não correntes detidos para venda, respectivamente.

NOTA 23 - OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2007 e 2006 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
Imóveis		
De serviço próprio	646	1 050
Beneficiações em edifícios arrendados	3 014	3 038
Outros		
	3 660	4 088
Equipamento		
Equipamento informático	3 676	4 320
Instalações interiores	1 375	1 551
Mobiliário e material	1 774	1 917
Equipamento de segurança	230	230
Máquinas e ferramentas	1 299	558
Material de transporte	823	159
Outros	451	883
	9 628	9 618
Outras imobilizações	3	-
	13 291	13 706
Imobilizado em curso		
Beneficiações em edifícios arrendados	40	-
Imóveis	-	-
Equipamento informático e outros	51	85
Outros	-	-
	91	85
	13 382	13 791
Depreciação acumulada	(7 688)	(8 242)
	5 694	5 549

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	(milhares de euros)				
	Imóveis	Equipamento	Outras imobilizações	Imobilizado em curso	Total
Custo de aquisição					
Saldo a 31 de Dezembro de 2005	3 735	9 776	-	219	13 730
Adições	469	824	-	108	1 401
Abates / vendas	(256)	(1 014)	-	-	(1 270)
Transferências	163	79	-	(242)	-
Variação cambial	(23)	(47)	-	-	(70)
Saldo a 31 de Dezembro de 2006	4 088	9 618	-	85	13 791
Alteração Perímetro Consolidação	54	71	3	51	179
Adições	85	1 597	-	254	1 936
Abates / vendas	(651)	(2 092)	-	-	(2 743)
Transferências	-	298	-	(298)	-
Variação cambial	84	136	-	(1)	219
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	3 660	9 628	3	91	13 382
Depreciações					
Saldo a 31 de Dezembro de 2005	1 378	6 520	-	-	7 898
Depreciações do exercício	341	957	-	-	1 298
Abates / vendas	(256)	(677)	-	-	(933)
Outros Movimentos	(5)	(16)	-	-	(21)
Saldo a 31 de Dezembro de 2006	1 458	6 784	-	-	8 242
Alteração Perímetro Consolidação	-	31	-	-	31
Depreciações do exercício	378	1 110	-	-	1 488
Abates / vendas	(153)	(1 973)	-	-	(2 126)
Variação cambial	4	49	-	-	53
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	1 687	6 001	-	-	7 688
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2007	1 973	3 627	3	91	5 694
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2006	2 630	2 834	-	85	5 549

NOTA 24 - ACTIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2007 e 2006 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
Goodwill	10 705	10 544
Adquiridos a terceiros		
Sistema de tratamento automático de dados	8643	7924
Outras	533	518
	9 176	8 442
Imobilizações em curso	20	122
	19 901	19 108
Amortização acumulada	(7 436)	(6 629)
	(7 436)	(6 629)
	12 465	12 479

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	(milhares de euros)				
	<i>Goodwill</i>	Sistema de tratamento automático de dados	Outras imobilizações	Imobilizado em curso	Total
Custo de aquisição					
Saldo a 31 de Dezembro de 2005	10 579	7 582	138	570	18 869
Adições:					
Adquiridas a terceiros	-	721	74	139	934
Abates / vendas	(16)	(454)	(194)	-	(664)
Transferências	-	84	503	(587)	-
Variação cambial	-	(9)	(3)	-	(12)
Outros Movimentos	(19)	-	-	-	(19)
Saldo a 31 de Dezembro de 2006	10 544	7 924	518	122	19 108
Adições:					
Adquiridas a terceiros	161	530	-	53	744
Abates / vendas	-	(3)	-	-	(3)
Transferências	-	139	16	(155)	-
Variação cambial	-	53	(1)	-	52
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	10 705	8 643	533	20	19 901
Amortizações					
Saldo a 31 de Dezembro de 2005	-	6 080	51	-	6 131
Amortizações do exercício	-	831	120	-	951
Abates / vendas	-	(400)	(50)	-	(450)
Variação cambial	-	(2)	(1)	-	(3)
Saldo a 31 de Dezembro de 2006	-	6 509	120	-	6 629
Amortizações do exercício	-	616	175	-	791
Abates / vendas	-	(3)	-	-	(3)
Variação cambial	-	18	1	-	19
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	-	7 140	296	-	7 436
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2007	10 705	1 503	237	20	12 465
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2006	10 544	1 415	398	122	12 479

A rubrica de *Goodwill* inclui o montante de 9 916 milhares de euros referentes a subsidiária ES Capital adquirida pelo Grupo BES I em 30 de Dezembro de 2005. Este *Goodwill* foi determinado de acordo com a política contabilística descrita na nota 2.2.

NOTA 25 - INVESTIMENTOS

Os dados financeiros relativos às empresas associadas, são apresentados no quadro seguinte:

(milhares de euros)

	Activo		Passivo		Capital Próprio		Proveitos		Resultado Líquido		Custo da participação	
	31.12.2007	31.12.2006	31.12.2007	31.12.2006	31.12.2007	31.12.2006	31.12.2007	31.12.2006	31.12.2007	31.12.2006	31.12.2007	31.12.2006
COMINVEST a)	-	7 274	-	429	6 845		459		191		3 733	2 089
SOTANCRO b)	-	-	-	-	19 622		-		1 219		-	2 843
F. IBÉRIA	26 280	26 332	-	616	26 955	25 716	26	14	(675)	(766)	10 656	10 656
OUTRAS											18 456	14 954
											32 845	30 542

a) Participação que passou a consolidar pelo método integral durante o exercício de 2007.

b) Participação alienada durante o exercício de 2007

(milhares de euros)

	% detida		Valor de balanço		Resultado da associada atribuível ao Grupo	
	31.12.2007	31.12.2006	31.12.2007	31.12.2006	31.12.2007	31.12.2006
COMINVEST a)	49%	25%	-	1 711	-	48
SOTANCRO b)	0%	49%	-	8 452	-	858
F. IBÉRIA	39%	39%	9 811	10 027	(488)	(288)
OUTRAS	-	-	11 005	5 505	1 957	359
			20 816	25 695	1 469	977

a) Participação que passou a consolidar pelo método integral durante o exercício de 2007.

b) Participação alienada durante o exercício de 2007

O movimento verificado nesta rubrica é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2007	31.12.2006
Saldo inicial	25 695	13 529
Aquisições	3 115	2 514
Alienações	(8 452)	-
Resultado de associadas	1 469	977
Alteração do perímetro de consolidação	(1 011)	8 675
Saldo final	20 816	25 695

O valor de 8.452 Euros registado em Alienação de subsidiárias e associadas deve-se à venda da Sotancro, S.A.

NOTA 26 - OUTROS ACTIVOS

A rubrica Outros Activos a 31 de Dezembro de 2007 e 2006 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2007	31.12.2006
Devedores e outras aplicações		
Devedores por operações sobre futuros e opções	287 721	247 518
Suprimentos, prestações suplementares e activos subordinados	3 609	3 602
Sector público administrativo	98	159
Outros devedores diversos	26 527	22 494
	<u>317 955</u>	<u>273 773</u>
Perdas por imparidade para devedores e outras aplicações	(6 483)	(5 829)
	<u>311 472</u>	<u>267 944</u>
Outros activos		
Ouro, outros metais preciosos, numismática, medalhística e outras disponibilidades	102	1 033
Outros activos	1 600	1 210
	<u>1 702</u>	<u>2 243</u>
Proveitos a receber	165	32
Despesas com custo diferido	1 348	1 601
Outras contas de regularização		
Operações cambiais a liquidar	-	3
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	348 378	260 736
Outras operações a regularizar	16 874	25 694
	<u>365 252</u>	<u>286 433</u>
Pensões de reforma (ver Nota 12)	6 369	6 995
	<u>686 308</u>	<u>565 248</u>

As rubricas de Operações sobre valores mobiliários a regularizar, evidenciam o saldo das ordens de compra e venda por subsidiárias do Grupo que aguardam a respectiva liquidação financeira.

Os movimentos ocorridos em Perdas por imparidade em Outros Activos são apresentados como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2007	31.12.2006
Saldo a 31 de Dezembro	5 829	6 467
Dotações	3 331	2 693
Utilizações	-	-
Reversões	(2 675)	(3 307)
Diferenças de câmbio e outras	(2)	(24)
Saldo final	<u>6 483</u>	<u>5 829</u>

NOTA 27 - RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

A rubrica de Recursos de outras instituições financeiras é apresentada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
No país		
Mercado monetário interbancário	69 510	304 432
Depósitos	69	8
Outros recursos	99 897	107 155
	169 476	411 595
No estrangeiro		
Depósitos	1 832	3 751
Empréstimos	28 017	1 425
Operações com acordo de recompra	385 858	366 784
Outros recursos	66 167	91 890
	481 874	463 850
	651 350	875 445

O escalonamento dos Recursos de outras instituições de crédito por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2007 e 2006, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
Até 3 meses	237 475	875 445
De 3 meses a um ano	385 858	-
Mais de cinco anos	28 017	-
	651 350	875 445

NOTA 28 - RECURSOS DE CLIENTES

O saldo da rubrica Recursos de clientes é composto, quanto à sua natureza, como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
Depósitos à vista		
Depósitos à ordem	16 764	22 884
Depósitos a prazo		
Depósitos a prazo	72 098	452 584
Outros recursos		
Operações de venda com acordo de recompra	947 991	860 100
Empréstimos	63 911	-
Outros	78 917	6 415
	1 090 819	866 515
	1 179 681	1 341 983

O escalonamento dos Recursos de clientes por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2007 e 2006, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
Exigível à vista	17 762	324 627
Exigível a prazo		
Até 3 meses	1 020 089	924 143
De um a cinco anos	-	93 213
Mais de cinco anos	141 830	-
	1 161 919	1 017 356
	1 179 681	1 341 983

NOTA 29 - RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

A rubrica Responsabilidades representadas por títulos decompõe-se como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
Euro Medium Term Notes	1 201 721	900 275
Obrigações de caixa	30 343	34 925
Outras Obrigações	7 446	9 136
Certificados de Depósito	454 749	14 255
	1 694 259	958 591

Durante o exercício de 2007 o Grupo BES I procedeu à emissão de 1 593 399 milhares de euros (31 de Dezembro de 2006: 1 010 559 milhares de euros) de títulos, tendo sido reembolsados 914 751 milhares de euros (31 de Dezembro de 2006: 665 348 milhares de euros).

A duração residual das Responsabilidades representadas por títulos, a 31 de Dezembro de 2007 e 2006, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
Até 3 meses	150 720	132 907
De 3 meses a um ano	403 142	466 204
De um a cinco anos	986 781	243 463
Mais de cinco anos	153 616	116 017
	1 694 259	958 591

As características essenciais destes recursos decompõem-se como segue:

							(milhares de euros)		
							31.12.2007		
Entidade	Descrição	Moeda	Data Emissão	Valor Balanço	Maturidade	Taxa de juro			
BESI	BESI CADIA (BEST) TX FIXA	EUR	2004	2.332	2008	Taxa Fixa Crescente			
BESI	BESI CADIA(BEST) TX 3 ANOS PLUS	EUR	2004	2.402	2008	Snowball h)			
BESI	BESI RENDIM PLUSII TX VAR AGO08	EUR	2004	1.118	2008	Snowball h)			
BESI	BESI CADIA BEST ACCOES EUROPA 4%	a)	EUR	2005	2.528	2010	Indexada Cabaz Aççes f)		
BESI	BESI MULTISTRATEGIA MAR2009	a)	EUR	2005	2.794	2010	Indexada Cabaz Indices b)		
BESI	BESI OBRIG RENDIMENT 20% MAY2015	a)	EUR	2005	2.240	2015	Taxa Fixa 5% + Indexada a CMS		
BESI	BESI OBRIG BULLBEAR JUN10	a)	EUR	2005	1.499	2010	Indexada a DJ Eurostoxx 50		
BESI	BESI CX RANGE ACCR APR2 FIX NOV11	a)	EUR	2005	4.110	2011	m)		
BESI	BESI OBCX R.ACCRUAL TARN MAR2016	EUR	2006	2.981	2016	Taxa Fixa 6% + Range Accrual			
BESI	BESI OB CX RENDIM STEP UP APR14	EUR	2006	3.365	2014	Taxa Fixa Crescente			
BESI	BESI CADIA 6.15% NIKKEI JAN2011	a)	EUR	2006	3.982	2011	Indexada a Nikkei 225		
BESI	BESI CERT DUALREV+HEDGE JUN09	a)	EUR	2006	2.332	2009	Taxa Fixa 5% + Indexada a DJ Eurostoxx 50		
BESI	BESI VMOP OREV JUN2009	a)	EUR	2006	7.446	2009	Taxa Fixa 14.75%		
BESI	BESI CERT DUALREND+EUROSTOX AUG14	a)	EUR	2006	3.021	2014	Taxa Fixa 6.6743% + Indexada a DJ Eurostoxx 50		
BESI	BESI CERT INDEX BASKET JUL2008	a)	EUR	2007	10.235	2008	o)		
ESIP	ES INVESTPLC SEP09 EURIBOR CAPII	EUR	1999	5.115	2009	Euribor 6M (Capped 8%)			
ESIP	ESIP JAN011 DAN11 CROUQ L14 85	a)	USD	2.213	2011	Taxa Fixa 6% + Indexada a Evento de Crédito			
ESIP	ESIP NOV02 OCT2017 CALLABLE STEP	a)	EUR	2002	6.361	2017	Taxa Fixa 6% + Indexada a CMS		
ESIP	ESIP APR111 INDX BASQ LINQ 90%	a)	EUR	2003	5.046	2011	Indexada Cabaz Indices e)		
ESIP	ESIP JUL03JUL11 LINKED CMS	a)	EUR	2003	14.694	2011	Taxa Fixa + Indexada a CMS+CLN		
ESIP	ESIP NOV2011 CMS LINKED EUR 5M	EUR	2003	4.949	2011	Taxa Fixa + Indexada a CMS			
ESIP	ESIP DEC2011 CMS LINKED EUR 6.5M	EUR	2003	6.358	2011	Taxa Fixa + Indexada a CMS			
ESIP	ESIP JUL2012 CMS LINKED EUR 5.5M	a)	EUR	2004	5.540	2012	Taxa Fixa + Indexada a CMS		
ESIP	ESIP OUT24 ESFP LINKED CMS NOTE	a)	EUR	2004	10.094	2024	Taxa Fixa + Indexada a CMS		
ESIP	ESIP EURGRE CRDLINK NOV09	a)	EUR	2004	3.530	2009	c)		
ESIP	ESIP CMS LINKED NOV2014	EUR	2004	4.653	2014	Taxa Fixa 6% + Indexada a CMS			
ESIP	ESIP EUR SNOWBALL FLOAT NOV2012	EUR	2004	2.943	2012	Taxa Fixa + Snowball h)			
ESIP	ESIP EUR SNOWBALL FLOAT FEB2010	EUR	2005	0.708	2010	Taxa Fixa + Snowball h)			
ESIP	ESIP EUR SNOWB FLOAT FEB2010 II	EUR	2005	22.992	2010	Taxa Fixa + Snowball h)			
ESIP	ESIP EUR SNOWBALL FLOAT FEB2010 D	EUR	2005	795	2010	Taxa Fixa + Snowball h)			
ESIP	ESIP EUR12M+14 BPS APR2008	EUR	2005	15.462	2008	Euribor12M			
ESIP	ESIP AMORTIZING MAY2010 ESTOX50	a)	EUR	2005	1.398	2010	Indexada ao DJ Eurostoxx 50		
ESIP	ESIP ASTAN BASKET EUR0 MAY2008	a)	EUR	2005	93	2008	Indexada Cabaz Indices d)		
ESIP	ESIP CALL RANGE ACCRUAL MAY2015	a)	EUR	2005	2.313	2015	Range accrual		
ESIP	ESIP RANGE ACCRUAL JUN15	EUR	2005	168	2015	Range accrual			
ESIP	ESIP RANGE ACCRUAL AUG2013	EUR	2005	2001	2013	Taxa Fixa 4.75% + Range accrual			
ESIP	ESIP BESEASINFLAT LINK MAY15	a)	EUR	2005	7.167	2015	Indexada a HIPC Ex-Tobacco + c)		
ESIP	ESIP EURIBOR12M+13 BP MAY2008	EUR	2005	8.327	2008	Euribor 12M			
ESIP	ESIP EUR LEVERAGE SNOWBALL JUL15	a)	EUR	2005	1.597	2015	Taxa Fixa + Snowball h)		
ESIP	ESIP AGOOS AGOOS FTD USD 1M	a)	USD	662	2008	c)			
ESIP	ESIP AGOOS SEP35 CALLABLE INV FL	EUR	2005	8.719	2035	Euribor12M I)			
ESIP	ESIP SEP17 RANGE ACC TARN	EUR	2005	1.871	2017	Range accrual			
ESIP	ESIP EURRBL LNO NOTE SEP13	a)	EUR	2005	2.466	2013	Taxa Fixa 15% + Indexada a Câmbio		
ESIP	ESIP LEVERAGE SNOWBALL SEP2015	EUR	2005	4.705	2015	Taxa Fixa + Snowball h)			
ESIP	ESIP CALL RANGE ACCRUAL OCT2008	EUR	2005	6.084	2008	Range accrual			
ESIP	ESIP CALL RANGE ACCRUAL NOV2011	EUR	2005	1.920	2011	Range accrual			
ESIP	ESIP HYBRID (FX AND EUR6M) OCT09	EUR	2005	3.444	2009	Taxa Fixa + m)			
ESIP	ESIP 30CMS-2CMS LND NOTE NOV2036	EUR	2005	10.826	2036	Taxa Fixa 7.44% + Indexada a CMS			
ESIP	ESIP RANGE ACCRUAL AND FX NOV11	EUR	2005	76	2011	c)			
ESIP	ESIP ZERO COUPON DEC08	EUR	2005	2.060	2008	Cupão Zero			
ESIP	ESIP INDEX BASKET LINKED APR2008	a)	EUR	2006	7.882	2008	Indexada Cabaz Indices i)		
ESIP	ESIP EUR12M+16 BP MAY2008	EUR	2006	4.118	2010	Euribor 12M			
ESIP	ESIP CALLABLE EUR SNOWBALL MAY10	EUR	2006	2.671	2010	Taxa Fixa + Snowball h)			
ESIP	ESIP CALLABLE EUR FLUPPER MAY11	a)	EUR	2006	4.932	2011	Taxa Fixa + Cupão Variável		
ESIP	ESIP IDX BSK T LINKED AUG2009 EUR	a)	EUR	2006	1.923	2009	Indexada Cabaz Indices i)		
ESIP	ESIP IDX BSK T LINKED AUG2009 USD	a)	USD	856	2009	Indexada Cabaz Indices i)			
ESIP	ESIP PORTUGAL TELECOM FIN LINKED	a)	EUR	2006	8.698	2012	c)		
ESIP	ESIP 5% EUR6M DIGITAL SEP2011	a)	EUR	2006	1.460	2011	n)		
ESIP	ESIP INDEX BASKET LINKED SEP2011	a)	EUR	2006	6.905	2011	Indexada Cabaz Indices k)		
ESIP	ESIP FX BASKET LINKED MAR2008	a)	USD	852	2008	Indexada a Câmbio			
ESIP	ESIP EURTRY LINKED NOV2009	a)	EUR	2006	2.112	2009	Indexada a Câmbio		
ESIP	ESIP NOV09 STOCK BASKET LND USD	a)	EUR	2006	1.629	2009	Indexada Cabaz Aççes p)		
ESIP	ESIP RANGE ACCRUAL USD NOV2021	a)	USD	2006	5.367	2021	Range accrual		
ESIP	ESIP USD RANGE ACCRUAL NOV2021	a)	USD	2006	3.637	2021	Range accrual		
ESIP	ESIP 4% F 2008	a)	EUR	2006	25.501	2008	Taxa Fixa 4%		
ESIP	ESIP JUN08 STOCK BASKET LKD	EUR	2006	4.191	2008	Indexada Cabaz Aççes p)			
ESIP	ESIP 4.08% COMPOUND JUN2008	EUR	2006	15.564	2008	Taxa Fixa 4.08%			
ESIP	ESIP 9% REPS JAN2009	EUR	2006	202.390	2009	Euribor 3M			
ESIP	ESIP 1% DEC2011	EUR	2006	4.300	2011	Taxa Fixa 1%			
ESIP	ESIP JAN2010 INDEX BASKET LKD	a)	EUR	2007	1.018	2010	Indexada Cabaz Indices q)		
ESIP	ESIP JAN017 INDEX BASKET LKD	a)	EUR	2007	6.596	2017	Indexada Cabaz Indices q)		
ESIP	ESIP 4.109% JAN2008	a)	EUR	2007	115.987	2008	Taxa Fixa 4.109%		
ESIP	ESIP FEB2008 INDEX BASKET LKD	a)	USD	8.543	2008	Indexada Cabaz Indices q)			
ESIP	ESIP CIMCOR FIN CRD LKD MAY2011	a)	EUR	2007	13.994	2011	c)		
ESIP	ESIP FEB2011 DEUTSCHE BANK LKD	a)	EUR	2007	5.389	2012	Indexada a Deutsche Telecom		
ESIP	ESIP FX EURUSD LINKED MAR2008	a)	EUR	2007	1.401	2008	Indexada a Câmbio		
ESIP	ESIP MAR08 REPS08 LINKED	a)	EUR	2007	1.591	2008	Indexada a Repsol		
ESIP	ESIP 3.8.2010 EQUITY BASKET LKD	a)	EUR	2007	1.691	2010	Indexada Cabaz Aççes r)		
ESIP	ESIP 5% RANGE ACCRUAL APR2008	EUR	2007	1.001	2008	Range accrual			
ESIP	ESIP 5.5% RANGE ACCRUAL OCT2008	EUR	2007	1.010	2008	Range accrual			
ESIP	ESIP 8% BVVA LINKED	EUR	2007	995	2008	Indexada a BVVA			
ESIP	ESIP EURIBOR12M APRIL2009	EUR	2007	15.445	2009	Euribor 12M			
ESIP	ESIP MAY12 EQUIT BASKT ENERGY	a)	EUR	2007	6.635	2012	Indexada Cabaz Aççes ac)		
ESIP	ESIP 5.95% JUL2008P	USD	2007	2.913	2008	Taxa Fixa 5.95%			
ESIP	ESIP MAY08 NOKIA LINKED REVERSE	a)	EUR	2007	2.437	2008	Indexada a NOKIA		
ESIP	ESIP MAY2009 TOPIX LINKED	a)	EUR	2007	3.308	2009	Indexada a ToPIX		
ESIP	ESIP JUN2012 BASKET LINKED	EUR	2007	1.068	2012	Indexada Cabaz Aççes t)			
ESIP	ESIP MAY14 EQUITY BASKET LINKED	EUR	2007	3.012	2014	Indexada Cabaz Aççes u)			
ESIP	ESIP ZERO COUPON 05 DEC 2008	EUR	2007	30.615	2008	Cupão Zero			
ESIP	ESIP JUN2011 INDEX BASKET LKD	EUR	2007	5.854	2011	Indexada Cabaz Aççes s)			
ESIP	ESIP JUN2011 INDEX BASKET LINKED	EUR	2007	15.659	2011	Indexada Cabaz Aççes v)			
ESIP	ESIP JUL2012 LUSTIANO BSK LINKED	a)	EUR	2007	4.457	2012	Indexada Cabaz Aççes ab)		
ESIP	ESIP ZERO COUPON JUN2008	a)	EUR	2007	117.204	2008	Cupão Zero		
ESIP	ESIP JUL2009 SISE LINKED	a)	EUR	2007	1.498	2009	Indexada a Eurostoxx50		
ESIP	ESIP 5.12% RANGE ACC SEP2008	a)	EUR	2007	1.057	2008	Range accrual		
ESIP	ESIP JUL2009 EQJ BASKET	a)	EUR	2007	1.998	2009	Indexada Cabaz Indices w)		
ESIP	ESIP 7% RANGE ACC SEPTEMBER2017	a)	USD	2007	3.022	2017	Range accrual		
ESIP	ESIP EURTRY LINKED OCT2012	a)	EUR	2007	4.731	2012	Indexada a Câmbio		
ESIP	ESIP 5.50% RANGE ACCRUAL OCT2008	a)	EUR	2007	1.060	2008	Range accrual		
ESIP	ESIP WHEAT+CORN LINKED OCT2008	a)	EUR	2007	2.129	2008	Indexada a Câmbio		
ESIP	ESIP APR2009 WRC BZ SHARE LKD 3	a)	EUR	2007	3.233	2009	Indexada Cabaz Aççes y)		
ESIP	ESIP 23OCT2008 ESTOX50 LINKED	a)	EUR	2007	6.463	2008	Indexada a Eurostoxx50		
ESIP	ESIP METAL INVESTMENT OCT2012	a)	EUR	2007	3.036	2012	Commodity Linked		
ESIP	ESIP 5.25% SWITCHABLE RA OCT2009	a)	EUR	2007	2.871	2009	Range accrual		
ESIP	ESIP 4.604% OCT2008	EUR	2007	183.970	2008	Taxa Fixa 4.604%			
ESIP	ESIP NOV08 FX BASKET LINKED USD	a)	USD	637	2008	Indexada a Câmbio			
ESIP	ESIP MAY2009 WRC BZ SHARE LKD 3	a)	EUR	2007	998	2009	Indexada Cabaz Aççes z)		
ESIP	ESIP CALLABLE ZERO COUPON NOV37	a)	EUR	2007	3.017	2037	Juro Composto		
ESIP	ESIP CMS LINKED JUN2019	a)	EUR	2007	20.319	2019	Taxa Fixa + Indexada a CMS		
ESIP	ESIP JUN2009 WRC BZ SHARE LKD 2	a)	EUR	2007	3.393	2009	Indexada Cabaz Aççes y)		
ESIP	ESIP DEC08 DT LINKED REVERSE	a)	USD	2007	3.771	2008	Indexada a Deutsche Telecom		
ESIP	ESIP JUN2009 WRC BZ SHARE LKD 3	a)	EUR	2007	2.419	2009	Indexada Cabaz Aççes y)		
ESIP	ESIP DEC2011 BVVA POP LINKED	a)	EUR	2007	3.182	2011	Indexada a BVVA e Banco Popular		
ESIP	ESIP ZERO COUPON JAN2008	a)	EUR	2007	16.933	2008	Cupão Zero		
ESIP	ESIP BCP FIN CRD LKD JUN2008	a)	EUR	2007	20.479	2008	c)		
ESIP	ESIP ZERO COUPON JUN2008 2	a)	EUR	2007	29.482	2008	Cupão Zero		
ESIP	ESIP JUN2009 WRC BZ SHARE LKD	a)	USD	2007	470	2009	Indexada Cabaz Aççes z)		
ESIP	ESIP MAR08 CIT LINKED REVERSE	a)	USD	2007	1.670	2008	Indexada a Citigroup		
ESIP	ESIP JUN2009 WRC SHARE LKD	a)	USD	2007	867	2009	Indexada a Citigroup		
ESIP	ESIP BCP FIN CRD LKD DEC2008	a)	EUR	2007	4.374	2015	Indexada Cabaz Aççes aa)		
ESIP	ESIP ML CRD LKD DEC2008	a)	USD	2007	10.163	2008	c)		
ESIP	ESIP DEC2010 CLICQUET MSCI BRAZIL	a)	USD	2007	1.286	2010	Indexada a MSCI Brasil		
ESIP	ESIP DEC2015 BASKET LINKED	a)	EUR	2007	3.091	2015	Indexada Cabaz Indices x)		
ESIP	ESIP JUN2009 WRC BZ SHARE LKD 4	a)	USD	2007	1.740	2009	Indexada Cabaz Aççes y)		
BRASIL	1-CD6 PRE P -	BRL	2007	1.326	2008	10,62%			
BRASIL	13-CD6 PRE P -	BRL	2007	334	2008	10,96%			

NOTA 30 – PROVISÕES

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a rubrica Provisões apresenta os seguintes movimentos:

	(milhares de euros)
	Provisões para outros riscos e encargos
Saldo a 1 de Janeiro de 2006	4 750
Dotações	1 425
Utilizações	(1 500)
Reversões	(2 000)
Diferenças de câmbio e outras	(30)
Saldo a 31 de Dezembro de 2006	2 645
Dotações	1 400
Utilizações	(1 425)
Diferenças de câmbio e outras	226
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	2 846

Estas provisões destinam-se a cobrir a probabilidade de ocorrência de determinadas contingências relacionadas com a actividade do Grupo.

NOTA 31 – IMPOSTOS

O Banco e as subsidiárias com sede em Portugal, estão sujeitos a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente Derrama.

O cálculo do imposto corrente e diferido do exercício de 2007 e do imposto diferido de 2006 foi apurado pelo Grupo BESl com base numa taxa nominal de IRC e derrama municipal de 26,5%, de acordo com a Lei nº 107-B/2003, de 31 de Dezembro e a Lei nº2/2007, de 15 de Janeiro (que aprova a Lei das Finanças Locais). O cálculo do imposto corrente de 2006 foi apurado com base numa taxa nominal de IRC e derrama municipal de 27.5%.

As declarações de autoliquidação, do Banco e das subsidiárias com sede em Portugal, relativas aos exercícios de 2007 e anteriores ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração do Banco e das subsidiárias com sede em Portugal que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras consolidadas.

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 2007 e 2006 podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)					
	Activo		Passivo		Líquido	
	31.12.2007	31.12.2006	31.12.2007	31.12.2006	31.12.2007	31.12.2006
Instrumentos financeiros derivados	11 967	34 404	(7 893)	(5 550)	4 074	28 854
Activos financeiros disponíveis para venda	108	-	(54 740)	(161)	(54 632)	(161)
Crédito a clientes	3 131	4 666	-	-	3 131	4 666
Investimentos em subsidiárias e associadas	-	-	(1 113)	(842)	(1 113)	(842)
Provisões	960	1 932	-	(72)	960	1 860
Outros	298	-	(4 311)	(2 000)	(4 013)	(2 000)
Créditos fiscais resultantes de dupla tributação	-	1 247	-	-	-	1 247
Prejuízos fiscais reportáveis	1 777	728	-	-	1 777	728
Imposto diferido activo/(passivo)	18 241	42 977	(68 057)	(8 625)	(49 816)	34 352
Compensação de activos/passivos por impostos diferidos	(7 241)	(3 003)	7 241	3 003	-	-
Imposto diferido activo/(passivo) líquido	11 000	39 974	(60 816)	(5 622)	(49 816)	34 352

Os movimentos ocorridos na rubrica de impostos diferidos são apresentados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
Saldo a 31 de Dezembro	34 352	17 697
Reconhecido em resultados	(29 303)	16 909
Reconhecido em reservas de justo valor	(54 471)	16
Variação cambial e outros	(394)	(270)
Saldo final	(49 816)	34 352

O movimento do imposto diferido de balanço em 2007 e 2006 explica-se como segue:

	(milhares de euros)			
	31.12.2007		31.12.2006	
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas
Impostos Diferidos				
Instrumentos financeiros derivados	24 780	-	(17 968)	-
Activos financeiros disponíveis para venda	-	54 471	-	(16)
Crédito a clientes	1 535	-	162	-
Investimentos em subsidiárias e associadas	271	-	-	-
Provisões	900	-	546	-
Outros	1 619	-	(1 074)	-
Créditos fiscais resultantes de dupla tributação	1 247	-	1 425	-
Prejuízos fiscais reportáveis	(1 049)	-	-	-
	<u>29 303</u>	<u>54 471</u>	<u>(16 909)</u>	<u>(16)</u>
Impostos Correntes	3 454	67	37 590	-
Total do imposto reconhecido	32 757	54 538	20 681	(16)

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)			
	31.12.2007		31.12.2006	
	%	Valor	%	Valor
Resultado antes de impostos e Interesses Minoritários		114 172		83 117
Taxa de imposto do BESl	26,5		27,5	
Imposto apurado com base na taxa de imposto do BESl		30 256		22 857
Diferença na taxa de imposto das subsidiárias	0,2	235	(4,5)	(3 758)
Dividendos excluídos de tributação	(0,3)	(290)	(0,6)	(488)
Lucros em unidades com regime de tributação mais favorável	0,0		0,0	-
Mais-valias não tributadas	(0,2)	(184)	0,0	-
Alterações de estimativas	1,1	1 220	0,9	763
Resultado de associadas não sujeitos a tributação	0,3	389	0,0	-
Custos não dedutíveis	1,0	1 131	1,6	1 307
	28,7	32 757	24,9	20 681

NOTA 32 - PASSIVOS SUBORDINADOS

A rubrica Passivos subordinados decompõe-se como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
Outros passivos subordinados		
Obrigações de caixa	90 152	99 685
	90 152	99 685

As principais características dos passivos subordinados são apresentadas como seguem:

		(milhares de euros)				
		31.12.2007				
Empresa emitente	Designação	Data emissão	Valor de Emissão	Valor de Balanço	Taxa de juro actual	Maturidade
BESI	BESI SUBORDINADAS OCT2033 5.5%	2003	10 000	9 031	5,500	2033
BESI	BESI CAIXA SUB DEC15	2005	60 000	-	5,326	2010 a)
ESIP	ESIP LOWER TIER II DEC15	2005	60 000	59 703	5,326	2009 a)
BSI BRASIL	BRASIL - VBES IA001	2007	21 184	21 184	1,300	2014
Sub-total			151 184	89 918		
Juro Corrido				234		
			151 184	90 152		

a) data da call

		(milhares de euros)				
		31.12.2006				
Empresa emitente	Designação	Data emissão	Valor de Emissão	Valor de Balanço	Taxa de juro actual	Maturidade
BESI	BESI SUBORDINADAS OCT2033 5.5%	2003	10 000	9 645	5,500	2033
BESI	BESI CAIXA SUB DEC15	2005	60 000	-	6,600	2010 a)
ESIP	ESIP LOWER TIER II DEC15	2005	60 000	60 000	6,600	2009 a)
Sub-total			130 000	69 645		
Juro Corrido				757		
			130 000	70 402		

a) data da call

Durante o exercício de 2007 o Grupo Besi emitiu 21 184 milhares de euros e reembolsou 29 928 (2006: não ocorreram emissões ou reembolsos).

NOTA 33 - OUTROS PASSIVOS

A rubrica Outros passivos a 31 de Dezembro de 2007 e 2006 é analisada como segue:

		(milhares de euros)	
		31.12.2007	31.12.2006
Credores e outros recursos			
Sector público administrativo		6 930	6 692
Credores diversos			
Credores por operações sobre valores mobiliários		183 006	92 582
Credores por fornecimento de bens		12 289	8 220
Credores por benefícios de saúde (ver Nota 12)		1 356	1 105
Outros credores		18 700	14 680
		222 281	123 279
Custos a pagar			
Prémios por antiguidade (ver Nota 12)		2 245	1 979
Outros custos a pagar		5 549	1 996
		7 794	3 975
Receitas com proveito diferido			
		395	329
Outras contas de regularização			
Operações sobre valores mobiliários a regularizar		401 990	256 643
Operações cambiais a liquidar		955	20 909
Outras operações a regularizar		27 704	18 281
		430 649	295 833
		661 119	423 416

As rubricas de Operações sobre valores mobiliários a regularizar, em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, evidenciam o saldo das ordens de venda e compra por subsidiária do Grupo que aguardam a respectiva liquidação financeira.

NOTA 34 - CAPITAL, PRÉMIOS DE EMISSÃO E ACÇÕES PREFERENCIAIS

Acções ordinárias

Em 31 de Dezembro de 2007, o capital social do Banco encontrava-se representado por 14 milhões de acções, com um valor nominal de 5 euros cada, as quais se encontram totalmente subscritas e realizadas pelo Banco Espírito Santo, S.A.

Prémios de emissão

Durante o exercício de 2007 não se procedeu a qualquer emissão de acções representativas do capital social.

Em 31 de Dezembro de 2007, os prémios de emissão são representados por 8 796 milhares de euros, referentes ao prémio pago pelos accionistas no aumento de capital ocorrido em Julho de 1998.

NOTA 35 - RESERVAS DE JUSTO VALOR, OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS E INTERESSES MINORITÁRIOS

Reserva legal, reservas de justo valor e outras reservas

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. A legislação portuguesa aplicável ao sector bancário (Artigo 97º do Decreto-lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro) exige que a reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de activos financeiros disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores. O valor desta reserva é apresentado líquido de imposto diferido.

Durante os exercícios de 2007 e 2006, os movimentos ocorridos nestas rubricas foram os seguintes:

	Reservas de justo valor			Outras Reservas e Resultados Transitados			
	Activos financeiros disponíveis p/ venda	Reservas por impostos	Total Reserva de justo valor	Reserva Legal	Diferenças cambiais	Outras reservas e Resultados Transitados	Total Outras Reservas e Resultados Transitados
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	4 672	(145)	4 527	18 487	4 158	54 183	76 828
Alterações de justo valor	456	(16)	440	-	-	-	-
Dividendos de acções ordinárias	-	-	-	-	-	(4 032)	(4 032)
Diferenças cambiais	-	-	-	(4)	(470)	-	(474)
Constituição de reservas	-	-	-	8 629	-	19 100	27 729
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	5 128	(161)	4 967	27 112	3 688	69 251	100 051
Alterações de justo valor	104 736	(43 701)	61 035	-	-	-	-
Dividendos de acções ordinárias	-	-	-	-	-	(7 692)	(7 692)
Diferenças cambiais	-	-	-	160	2 225	-	2 385
Constituição de reservas	-	-	-	5 662	-	31 882	37 544
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	109 864	(43 862)	66 002	32 934	5 913	93 441	132 288

A reserva de justo valor explica-se da seguinte forma:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
Custo dos activos financeiros disponíveis para venda	404 444	259 701
Imparidade acumulada reconhecida	(133)	(502)
Custo dos activos financeiros disponíveis para venda líquido de imparidade	404 311	259 199
Valor de mercado dos activos financeiros disponíveis para venda	542 556	264 641
Ganhos potenciais reconhecidos na reserva de justo valor	138 245	5 442
Impostos	(54 542)	(162)
Reserva de justo valor total	83 703	5 280
Interesses minoritários	(17 701)	(313)
Reserva de justo valor atribuível aos accionistas do Banco	66 002	4 967

O movimento da reserva de justo valor, líquida de impostos diferidos e interesses minoritários, no exercício de 2007 pode ser assim analisado:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
1 de Janeiro	4 967	4 527
Variação de justo valor	144 597	440
Alienações do exercício	(39.861)	-
Impostos reconhecidos no exercício em reservas	(43.701)	-
Saldo em 31 de Dezembro	66 002	4 967

Interesses Minoritários

O detalhe da rubrica de Interesses minoritários por subsidiária é como segue:

	(milhares de euros)			
	31.12.2007		31.12.2006	
	Balanço	Resultados	Balanço	Resultados
BES Investimento do Brasil	5 330	412	5 036	1 318
BES Securities	25 354	7 419	1 388	(30)
Morumbi Capital Fund	16 726	771	10 586	929
SES Iberia	52	(44)	136	83
Outras	533	(171)	-	-
	47 995	8 387	17 126	2 300

O movimento de interesses minoritários nos anos findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 pode ser assim analisada:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
Interesses minoritários em 1 de Janeiro	17 126	39 486
Alterações de perímetro de consolidação	(2 665)	(24 166)
Aumentos de capital de subsidiárias	9 729	-
Dividendos distribuídos	(518)	-
Variação da reserva de justo valor	16 265	313
Variação cambial e outros	(329)	(807)
Resultado líquido do ano	8 387	2 300
Interesses minoritários em 31 de Dezembro	47.995	17.126

NOTA 36 - PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 existiam, os seguintes saldos relativos a contas extrapatrimoniais:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
Passivos e avales prestados		
Garantias e avales prestados	202 183	107 904
Activos financeiros dados em garantia	119 968	98 691
	<u>322 151</u>	<u>206 595</u>
Compromissos		
Compromissos irrevogáveis	274 656	337 297
	<u>274 656</u>	<u>337 297</u>

As garantias e avales prestados são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte do Grupo.

Os compromissos irrevogáveis, representam acordos contratuais para a concessão de crédito com os clientes do Grupo (p.e. linhas de crédito não utilizadas) os quais, de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros requisitos de expiração e, normalmente, requerem o pagamento de uma comissão. Substancialmente todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes passivos contingentes e compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade quer do cliente quer do negócio que lhes estão subjacentes, sendo que o Grupo requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

Em 31 de Dezembro de 2007, a rubrica de activos financeiros dados em garantia inclui:

Títulos dados em garantia ao Banco de Portugal no âmbito do Sistema de Pagamento de Grandes Transacções no montante de 25 595 milhares de euros (31 de Dezembro de 2006: 26 244 milhares de euros);

Valor dado em garantia ao Mercado Oficial Espanhol de Opções e Futuros Financeiros no montante de 77.926 milhares de euros (2006 - 70 377 milhares de euros).

Adicionalmente, as responsabilidades evidenciadas em contas extrapatrimoniais relacionadas com a prestação de serviços bancários são como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
Responsabilidades por prestação de serviços		
Depósito e guarda de valores	4 224 883	3 860 683
	<u>4 224 883</u>	<u>3 860 683</u>

NOTA 37 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o montante global dos activos e passivos do Grupo BES I que se referem a operações realizadas com entidades relacionadas do Grupo ESFG (holding do Banco) resume-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2007					31.12.2006				
	Activos			Garantias	Recursos	Activos			Garantias	Recursos
	Aplicações em Instituições crédito	Títulos	Total			Aplicações em Instituições crédito	Títulos	Total		
Banco Espírito Santo, S.A.	262 866	4 893	267 759	88 117	179 901	54 711	-	54 711	2 749	417 082
BES Leasing & Factoring, S.A.	-	10 052	10 052	-	-	-	10 040	10 040	-	-
BES Finance	-	7 845	7 845	-	-	-	901	901	-	-
ESF(P)	-	35 539	35 539	-	-	-	36 017	36 017	-	-
BES Venetie	-	6 500	6 500	-	-	-	6 628	6 628	-	-
ESFG Overseas	-	-	-	-	-	-	2 627	2 627	-	-
BEST, S.A.	-	-	-	-	8 328	-	-	-	-	14 114
BES Vida, S.A.	-	-	-	-	7 000	-	-	-	-	-
Fundo FCR PME	-	-	-	-	5 731	-	-	-	-	-
TOTAL	262 866	64 829	327 695	88 117	200 960	54 711	56 213	110 924	2 749	431 196

NOTA 38 – GESTÃO DOS RISCOS DE ACTIVIDADE

Em termos de política de gestão dos riscos, é apresentada a seguinte informação qualitativa do Grupo BES I.

O controlo e a gestão dos riscos, pelo papel que têm vindo a desempenhar no apoio activo à gestão, apresentam-se como um dos principais eixos estratégicos de suporte ao seu desenvolvimento equilibrado e sustentado.

A direcção de risco tem mantido como principais, os seguintes objectivos:

- ★ Identificação, quantificação e controlo dos diferentes tipos de risco assumidos, adoptando progressivamente princípios e metodologias uniformes;
- ★ Contribuição contínua para o aperfeiçoamento de ferramentas de apoio à estruturação de operações e do desenvolvimento de técnicas internas de avaliação de performance e de optimização da base de capital;
- ★ gestão pró activa de situações de atraso significativo e incumprimentos de obrigações contratuais.

Risco de crédito

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com o Grupo no âmbito da sua actividade creditícia. O risco de crédito está essencialmente presente nos produtos tradicionais bancários – empréstimos, garantias e outros passivos contingentes – e em produtos de negociação – *swaps*, *forwards* e opções (risco de contraparte).

É efectuada uma gestão permanente das carteiras de crédito que privilegia a interacção entre as várias equipas envolvidas na gestão de risco ao longo das sucessivas fases da vida do processo de crédito. Esta abordagem é complementada pela introdução de melhorias contínuas das metodologias e ferramentas de avaliação e controlo dos riscos.

O acompanhamento do perfil de risco de crédito do Grupo, nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito e monitorização das perdas creditícias, é efectuada regularmente. São igualmente objecto de análises diárias o cumprimento dos limites de crédito aprovados e o correcto funcionamento dos mecanismos associados às aprovações de linhas de crédito no âmbito da actividade corrente das áreas de negócio.

Concentração de riscos

A repartição do Crédito sobre clientes e títulos por sectores de actividade, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, encontra-se apresentada conforme segue:

(milhares de euros)

	31.12.2007							
	Crédito sobre clientes				Activos financeiros detidos para negociação		Activos financeiros detidos para venda	
	Valor bruto		Imparidade		Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade
	Crédito vivo	Crédito Vencido	Crédito vivo	Crédito Vencido				
Agricultura, Sicultura e Pesca	98	1 219	140	1 219	-	-	-	-
Indústrias Extractivas	-	-	-	-	6 883	-	-	-
Indústrias Alimentares, das Bebidas e Tabaco	13 146	-	-	-	599	-	1 789	-
Curtumes e Calçado	11 238	-	-	-	-	-	-	-
Papel e Indústrias Gráficas	13 753	-	156	-	2 555	-	5 072	-
Refinação de Petróleo	31 644	-	-	-	-	-	-	-
Produtos Químicos e de Borracha	-	-	-	-	185	-	-	-
Produtos Minerais não Metálicos	7 411	-	192	-	-	-	-	-
Indústrias Metalúrgicas de Base e p. metálicos	-	-	-	-	-	-	-	-
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	51 158	-	15	-	-	-	-	-
Fabricação de Material de Transporte	-	-	-	-	935	-	-	-
Outras Industrias Transformadoras	-	-	7	-	1 947	-	1 433	-
Electricidade, Gás e Água	155 811	-	1 045	-	57 380	-	1 800	-
Construção e Obras Públicas	247 104	-	972	-	1 302	-	-	-
Comércio por Grosso e a Retalho	11 688	-	228	-	1 037	-	14 355	-
Turismo	29 249	-	4	-	555	-	-	-
Transportes e Comunicações	44 555	6 387	546	6 387	97 638	-	452	-
Actividades Financeiras	38 180	36	1 630	1 125	538 243	-	318 462	58
Actividades Imobiliárias	97 033	-	646	-	-	-	-	-
Serviços Prestados às Empresas	516 793	402	3 401	395	7 177	-	901	-
Administração e Serviços Públicos	45 533	-	687	-	641 443	-	17 597	-
Outras actividades de serviços colectivos	148 786	-	2 611	-	3 358	-	365	-
Crédito à Habitação	1 054	-	5	-	-	-	-	-
Crédito a Particulares	6	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	73 945	-	180 198	75
TOTAL	1 464 240	8 044	12 285	9 126	1 435 182	-	542 424	133

(milhares de euros)

	31-12-2006							
	Crédito sobre clientes				Activos financeiros detidos para negociação		Activos financeiros detidos para venda	
	Valor bruto		Imparidade		Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade
	Crédito vivo	Crédito Vencido	Crédito vivo	Crédito Vencido				
Agricultura, Sicultura e Pesca	9 050	1 422	140	1 357	-	-	-	-
Indústrias Extractivas	-	-	-	-	9 689	-	-	-
Indústrias Alimentares, das Bebidas e Tabaco	-	-	-	-	902	-	2 036	-
Texteis e Vestuário	-	-	-	-	-	-	-	-
Curtumes e Calçado	6 124	-	209	-	-	-	-	-
Madeira e Cortiça	-	-	-	-	130	-	-	-
Papel e Indústrias Gráficas	-	-	19	-	6	13 449	-	5 069
Refinação de Petróleo	15 113	-	210	-	3 147	-	-	-
Produtos Químicos e de Borracha	3 802	-	207	-	12	-	-	-
Produtos Minerais não Metálicos	873	-	2	-	763	-	1 395	-
Indústrias Metalúrgicas de Base e p. metálicos	14 131	15	204	15	181	-	-	-
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	-	10	-	10	-	-	-	-
Fabricação de Material de Transporte	-	-	-	-	1 430	-	-	-
Outras Industrias Transformadoras	16 927	-	211	-	1 150	-	1 259	-
Electricidade, Gás e Água	147 377	-	1 275	-	56 059	-	-	-
Construção e Obras Públicas	230 815	427	551	338	4 839	-	-	-
Comércio por Grosso e a Retalho	40 886	182	35	182	649	-	30 458	-
Turismo	13 698	-	208	-	492	-	-	-
Transportes e Comunicações	50 143	6 588	748	6 530	59 833	-	528	-
Actividades Financeiras	3 393	225	70	56	488 366	304	202 296	427
Actividades Imobiliárias	114 595	363	649	250	195	-	-	-
Serviços Prestados às Empresas	245 037	954	2 344	842	21 644	-	901	-
Administração e Serviços Públicos	107 780	1 261	830	633	394 552	-	10 550	-
Outras actividades de serviços colectivos	379 298	397	2 801	1 051	13 162	-	10 651	75
Crédito à Habitação	1 142	-	6	-	-	-	-	-
Crédito a Particulares	9	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	51 531	-	-	-
TOTAL	1 400 193	11 863	10 700	11 270	1 422 175	304	265 143	502

Risco de mercado

O Risco de Mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio e preços de acções.

Ao nível do risco de mercado o principal elemento de mensuração de riscos consiste na estimação das perdas potenciais sob condições adversas de mercado, para o qual a metodologia Value at Risk (VaR) é utilizada. O Grupo BES utiliza um VaR com recurso à simulação de Monte Carlo, com um intervalo de confiança de 99% e um período de investimento de 10 dias. As volatilidades e correlações são históricas com base num período de observação de um ano.

De forma a melhorar a medida do VaR têm vindo a ser desenvolvidas outras iniciativas, como exercícios de back-testing que consistem na comparação entre as perdas previstas no modelo e as perdas efectivas. Estes exercícios permitem aferir a aderência do modelo à realidade e assim melhorar as capacidades predictivas do mesmo. Como complemento ao VaR têm sido desenvolvidos cenários extremos (stress-testing) que permitem avaliar os impactos de perdas potenciais superiores às consideradas na medida do VaR.

	31.12.2007				31.12.2006			
	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo
Risco cambial	0,70	0,84	1,46	0,19	0,26	0,67	1,61	0,13
Risco taxa de juro	1,08	1,97	4,03	0,81	0,79	1,07	2,23	0,37
Acções	5,02	3,27	6,27	1,75	5,20	3,33	6,85	1,59
Mercadorias	0,05	0,07	0,31	0,01	0,05	0,04	0,25	0,01
Covariância	0,85	0,98	1,16	0,70	0,64	0,74	0,85	0,69
Total	5,99	5,18	9,28	2,93	5,66	4,36	8,89	1,86

milhões de euros

O Grupo BESI encerrou o ano com um VaR de 6 milhões de Euros para as suas posições de negociação, registando um aumento de 6% face ao ano transacto.

No seguimento das recomendações de Basileia II (Pilar 2) e da Instrução nº 19/2005, do Banco de Portugal, o Grupo BES calcula a sua exposição ao risco de taxa de juro de balanço baseado na metodologia do Bank of International Settlements (BIS) classificando todas as rubricas do activo, passivo e extrapatrimoniais, que não pertençam à carteira de negociação, por escalões de *repricing*.

	31.12.2007						
	Valor de balanço	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Caixa	7 #	7 -	- -	- -	- -	- -	-
Aplicações e disp. em ICs	1 049 #	24 -	1 025 -	- -	- -	- -	-
Crédito a clientes	1 457 #	196 -	563 -	663 -	35 -	- -	-
Títulos	1 456 #	440 -	162 -	48 -	163 -	353 -	291
Fora de balanço	10 667 #	- -	2 596 -	2 434 -	1 128 -	2 502 -	2 007
Total	14 636	667	4 345	3 145	1 327	2 855	2 297
Recursos de outras ICs	664 #	344 -	320 -	- -	- -	- -	-
Depósitos	649 #	527 -	46 -	45 -	- -	31 -	-
Repo's com clientes	947 #	- -	947 -	- -	- -	- -	-
Títulos Emitidos*	1 396 #	- -	474 -	279 -	294 -	220 -	130
Acções Preferenciais	- #	- -	- -	- -	- -	- -	-
Fora de Balanço	11 011 #	- -	2 675 -	2 513 -	1 026 -	2 688 -	2 110
Total	14 668	871	4 462	2 836	1 320	2 939	2 239
GAP (Activos - Passivos)	(33)	(204)	(117)	308	7	(84)	58

* Os montantes em risco estão ao valor nominal

(milhões de euros)

	31.12.2006						
	Valor de balanço	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Caixa	9	9	-	-	-	-	-
Aplicações e disp. em ICs	1 112	25	1 087	-	-	-	-
Crédito a clientes	1 404	15	725	538	123	2	1
Títulos	1 101	445	167	50	23	209	206
Fora de balanço	9 693	-	2 709	2 257	961	2 094	1 672
Total	13 319	494	4 688	2 845	1 107	2 305	1 880
Recursos de outras ICs	888	232	655	-	-	-	-
Depósitos	459	343	8	45	20	35	8
Repo's com clientes	860	-	860	-	-	-	-
Títulos Emitidos*	1 175	-	325	148	364	212	127
Ações Preferenciais	-	-	-	-	-	-	-
Fora de Balanço	9 238	-	2 336	2 895	350	1 950	1 707
Total	12 620	575	4 184	3 088	735	2 197	1 842
GAP (Activos - Passivos)	698	(82)	504	(243)	372	108	38

* Os montantes em risco estão ao valor nominal

O modelo utilizado para o cálculo da análise de sensibilidade do risco de taxa de juro da carteira bancária baseia-se numa aproximação ao modelo da duração, sendo efectuados cenários paralelos.

	milhões de euros			
	31.12.2007		31.12.2006	
	Aumento paralelo de 100 pb	Diminuição paralela de 100 pb	Aumento paralelo de 100 pb	Diminuição paralela de 100 pb
Em 31 de Dezembro	0	(0)	(1,9)	1,9
Média do período	(2)	2	(2,5)	2,5
Máximo para o período	0	4	(1,3)	3,9
Mínimo para o período	(4)	(0)	(3,9)	1,3

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de activos e passivos financeiros do Grupo, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, bem assim como os respectivos saldos médios e os juros do exercício:

(milhares de euros)

	31.12.2007			31.12.2006		
	Saldo médio do exercício	Juro do período	Taxa de juro média	Saldo médio do exercício	Juro do período	Taxa de juro média
Activos monetários	1 035 289	99 588	9,62%	1 038 161	40 675	3,92%
Crédito a clientes	1 507 069	87 380	5,80%	1 082 321	54 209	5,01%
Aplicações em títulos	916 971	77 389	8,44%	924 045	87 721	9,49%
Activos financeiros	3 459 329	264 357	7,64%	3 044 526	182 605	6,00%
Recursos monetários	650 485	82 239	12,64%	469 027	55 206	11,77%
Recursos de clientes	1 338 155	75 263	5,62%	1 475 733	57 161	3,87%
Outros recursos	1 570 272	76 551	4,88%	882 762	42 505	4,82%
Passivos financeiros	3 558 912	234 053	6,58%	2 827 521	154 872	5,48%
Resultado Financeiro		30 304	1,07%		27 733	1,80%

Em especial no que se refere ao risco cambial, a repartição dos activos e dos passivos, a 31 de Dezembro de 2007 e 2006, por moeda, é analisado como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2007						
	Euros	Dólares Norte Americanos	Libras Esterlinas	Yenes Japoneses	Reais Brasileiros	Outras Moedas Estrangeiras	Valor Total
Activo							
Caixa e disponibilidades bancos centrais	7 083	-	6	-	-	-	7 089
Disponibilidades em outras I.Crédito	21 562	693	703	164	1 461	991	25 574
Activos Financeiros detidos para negociação	485 849	53 477	39 833	11	856 012	-	1 435 182
Activos financeiros disponíveis para venda	334 166	38 886	11 187	-	158 317	-	542 556
Aplicações em Instituições de Crédito	1 025 892	7 238	-	14	73	-	1 033 217
Crédito a clientes	1 309 168	57 511	57 488	-	26 706	-	1 450 873
Derivados para gestão de risco	23 855	980	-	-	-	-	24 835
Activos não correntes detidos para venda	219 726	-	-	-	-	-	219 726
Investimentos em associadas	23 551	2 344	-	-	(5 079)	-	20 816
Outros activos	704 842	5 905	(8 567)	-	17 816	217	720 213
Total Activo	4.155.694	167.034	100.650	189	1.055.306	1.208	5.480.081
Passivo							
Passivos financeiros detidos para negociação	405 661	15 681	39 671	-	1 051 9	-	471 532
Recursos de outras instituições de crédito	164 830	39 175	116 454	14	330 877	-	651 350
Recursos de clientes	1 171 885	7 796	-	-	-	-	1 179 681
Responsabilidades representadas por títulos	1 204 461	50 634	-	-	439 164	-	1 694 259
Derivados para gestão de risco	41 216	1 761	-	-	-	-	42 977
Passivos subordinados	68 958	-	-	-	21 194	-	90 152
Passivos não correntes detidos para venda	221 722	-	-	-	-	-	221 722
Outros passivos	642 661	38 527	(56 648)	175	103 844	1 740	730 299
Total Passivo	3.921.394	153.574	99.477	189	905.598	1.740	5.081.972
Situação Líquida	234.300	13.464	1.173	-	149.708	(532)	398.113
Exposição Líquida		(28 678)	10 066	(61)	(27 927)	(1 705)	(48 305)
Exposição Operacional	-	(28.678)	10.066	(61)	(27.927)	(1.705)	(48.305)

Risco de liquidez

O Risco de Liquidez advém da incapacidade potencial de financiar o activo satisfazendo as responsabilidades exigidas nas datas devidas e da existência de potenciais dificuldades de liquidação de posições em carteira sem incorrer em perdas significativas.

A gestão da liquidez encontra-se centralizada na Tesouraria. Esta gestão tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às suas necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. Para avaliar a exposição global a este tipo de risco são elaborados relatórios que permitem não só identificar os mismatch negativos, como efectuar a cobertura dinâmica dos mesmos.

Adicionalmente, é também realizado um acompanhamento por parte do Banco dos rácios de liquidez de um ponto de vista prudencial, calculados segundo as regras exigidas pelo Banco de Portugal.

Risco operacional

O Risco Operacional traduz-se, genericamente, na eventualidade de perdas originadas por falhas na prossecução de procedimentos internos, pelos comportamentos das pessoas ou dos sistemas informáticos, ou ainda, por eventos externos à organização.

Para gestão do risco operacional, foi desenvolvido e implementado um sistema que visa assegurar a uniformização, sistematização e recorrência das actividades de identificação, monitorização, controlo e mitigação deste risco.

Justo valor de activos e passivos financeiros registados ao custo amortizado

O justo valor dos activos e passivos financeiros que estão registados ao custo amortizado, para o Grupo, é analisado como segue:

(milhares de euros)

	Negociação	Designado ao Justo valor	Detido até à Maturidade	Empréstimos e Aplicações	Disponível para Venda	Outros ao Custo Amortizado	Total Valor de Balanço	Justo Valor
31 de Dezembro de 2007								
Caixa e disponibilidades bancos centrais				7 089			7 089	7 089
Disponibilidades em outras instituições de crédito				25 574			25 574	25 574
Activos finan. ao justo valor através de resultados		1 435 182					1 435 182	1 435 182
Activos financeiros disponíveis para venda					542 556		542 556	542 556
Aplicações em instituições de crédito				1 033 217			1 033 217	1 033 217
Crédito a clientes				1 450 873			1 450 873	1 450 873
Derivados para gestão de risco	4 705						4 705	4 705
Activos financeiros	4 705	1 435 182	-	2 516 753	542 556	-	4 499 196	4 499 196
Passivos financeiros detidos para negociação	471 532						471 532	471 532
Recursos de outras instituições de crédito						631 350	631 350	631 350
Recursos de clientes e outros empréstimos		37 291				1 142 390	1 179 681	1 179 681
Responsabilidades representadas por títulos		1 694 259					1 694 259	1 694 259
Derivados para gestão de risco	7 190						7 190	7 190
Passivos subordinados		68 968				21 184	90 152	90 152
Passivos financeiros	478 722	1 800 518	-	-	-	1 794 924	4 074 164	4 074 164
31 de Dezembro de 2006								
Caixa e disponibilidades bancos centrais				8 740			8 740	8 740
Disponibilidades em outras instituições de crédito				3 493			3 493	3 493
Activos finan. ao justo valor através de resultados		1 121 871					1 121 871	1 121 871
Activos financeiros disponíveis para venda					264 641		264 641	264 641
Aplicações em instituições de crédito				1 109 591			1 109 591	1 109 591
Crédito a clientes				1 390 085			1 390 085	1 390 085
Derivados de cobertura (activos)	12 711						12 711	12 711
Activos financeiros	12 711	1 121 871	-	2 511 909	264 641	-	3 911 132	3 911 132
Passivos financeiros detidos para negociação	528 625						528 625	528 625
Recursos de outras instituições de crédito						875 445	875 445	875 445
Recursos de clientes e outros empréstimos		34 091				1 307 892	1 341 983	1 341 983
Responsabilidades representadas por títulos						958 591	958 591	958 591
Derivados de cobertura (passivos)	53 158						53 158	53 158
Passivos subordinados		99 685					99 685	99 685
Passivos financeiros	581 783	133 776	-	-	-	3 141 928	3 857 487	3 857 487

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros acima referidos são analisados como segue:

Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito e Empréstimos e aplicações em instituições de crédito

Considerando aos prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

Crédito a clientes

O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas.

Recursos de outras instituições de crédito

Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

Depósitos de clientes

O justo valor destes instrumentos financeiros é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. Considerando que as taxas de juro aplicáveis são de natureza variável e o período de maturidade dos depósitos é substancialmente inferior a um ano, não existem diferenças quantificáveis no seu justo valor.

Débitos representados por títulos e Passivos subordinados

Para os instrumentos onde se adopta a contabilidade de cobertura, o seu justo valor já se encontra reflectido nas demonstrações financeiras. Para os instrumentos remanescentes, o justo valor é baseado em cotações de mercado quando disponíveis, caso não existam é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade

Os principais objectivos da gestão de capital no Grupo são (i) permitir o crescimento sustentado da actividade através da geração de capital suficiente para suportar o aumento dos activos, (ii) cumprir os requisitos mínimos definidos pelas entidades de supervisão em termos de adequação de capital e (iii) assegurar o cumprimento dos objectivos estratégicos do Grupo em matéria de adequação de capital.

A definição da estratégia a adoptar em termos de gestão de capital é da competência da Comissão Executiva encontrando-se integrada na definição global de objectivos do Grupo.

Em termos prudenciais, o Grupo está sujeito à supervisão do Banco de Portugal que, tendo por base a Directiva Comunitária sobre adequação de capitais, estabelece as regras que a este nível deverão ser observadas pelas diversas instituições sob a sua supervisão. Estas regras determinam um rácio mínimo de fundos próprios totais em relação aos requisitos exigidos pelos riscos assumidos, que as instituições deverão cumprir.

Os elementos de capital do Grupo BESI dividem-se em Fundos Próprios de Base, Fundos Próprios Complementares e Deduções, com a seguinte composição:

- ★ **Fundos Próprios de Base (Tier I):** Esta categoria inclui o capital estatutário realizado, as reservas elegíveis, os resultados retidos do período, os interesses minoritários e as acções preferenciais. São deduzidos pelo seu valor de balanço os montantes relativos a “Goodwill” apurado, activos intangíveis e desvios actuariais negativos decorrentes de responsabilidades com benefícios pós emprego a empregados acima do limite do corredor. Em 2007 passaram também a ser deduzidas em 50% do seu valor as participações superiores a 10% em instituições financeiras e entidades seguradoras.
- ★ **Fundos Próprios Complementares:** Incorpora essencialmente a dívida subordinada emitida elegível e 45% das reservas de reavaliação positivas. São deduzidas as participações em instituições financeiras e entidades seguradoras em 50% do seu valor.
- ★ **Deduções:** Compreendem essencialmente a amortização prudencial dos imóveis recebidos em dação para liquidação de créditos.

Adicionalmente, a composição da base de capital está sujeita a um conjunto de limites. Desta forma, as regras prudenciais estabelecem que os Fundo Próprios Complementares não podem exceder o Tier I. Adicionalmente, determinadas componentes dos FPC (o designado Lower Tier II) não podem superar os 50% do Tier I.

No âmbito da implementação do novo acordo de capital, designado Basileia II, o Grupo estabeleceu o objectivo de utilizar as abordagens baseadas no uso de modelos internos (método “Internal Ratings Based” – IRB – para o tratamento de risco de crédito e método “Standardized Approach” – TSA – para o tratamento do risco operacional).

Em Abril de 2007, o Banco de Portugal publicou o Aviso 4/2007 que alterou as regras de determinação dos fundos próprios. Este Aviso veio alterar o tratamento das participações em instituições financeiras e entidades seguradoras, que passaram a ser deduzidas em 50% aos FPB e 50% aos FPC. Anteriormente, estas participações eram incluídas nas deduções efectuadas ao total dos fundos próprios.

Os principais movimentos ocorridos nos FPB em 2007 e 2006 apresentam-se no quadro seguinte (valores em milhares de euros):

	Dec. 06	Dec.07
Saldo no Início do exercício	194.444	202.536
Varição de Reservas e Resultados Transitados	-4.231	29.298
Varição dos Desvios Actuariais de Benefícios Pós-emprego fora do corre	-188	-164
Interesses Minoritários	10.652	34.185
Deduções	0	-4.297
Outros Efeitos	-1.860	-4.664
<i>Outros Efeitos</i>	-260	-7.422
Saldo no Fim do exercício	202.536	256.894

O quadro seguinte apresenta um sumário dos cálculos de adequação de capital do Grupo BESl para 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006 (valores em milhares de euros):

	Dec. 06	Dec.07
Total Activos Consolidados	4.567.133	5.481.128
Activos ponderados	2.759.212	3.234.939
Percentagem de ponderação	60,41%	59,02%
Requisitos de Fundos Próprios	220.737	258.795
Requisitos de Fundos Próprios Carteira Bancária	166.029	215.882
Requisitos de Fundos Próprios Carteira de Negociação	54.708	42.913
Fundos Próprios Elegíveis	272.340	360.315
Tier I	202.536	256.894
Fundos Próprios Complementares	73.590	119.559
Deduções	-3.786	-16.139
Excesso	51.603	101.520
Rácio de Solvabilidade	9,9%	11,14%
TIER I	7,3%	7,94%
Core TIER I	7,3%	7,94%

NOTA 39 – NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que o Grupo ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem ser analisadas como segue:

IFRS 2 (alterada) – Pagamentos em acções: condições de aquisição

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Janeiro de 2008 uma alteração ao IFRS 2 a qual se torna efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta alteração ao IFRS 2 permitiu clarificar que (i) as condições de aquisição dos direitos inerentes a um plano de pagamentos com base em acções limitam-se a condições de serviço ou de performance e que (ii) qualquer cancelamento de tais programas, quer pela entidade quer por terceiras partes, têm o mesmo tratamento contabilístico.

Não se esperam impactos significativos decorrentes do IFRS 2 alterada.

IFRS 3 (revista) – Concentrações de actividades empresariais e IAS 27 (alterada) Demonstrações financeiras consolidadas e separadas

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Janeiro de 2008 o IFRS 3 (revisto) *Concentrações de actividades empresarias* e uma alteração ao IAS 27 *Demonstrações financeiras consolidadas e separadas*.

Os principais impactos das alterações a estas normas correspondem: (i) ao tratamento de aquisições parciais, em que os interesses sem controlo (antes denominados de interesses minoritários) poderão ser mensurados ao justo valor (o que implica o reconhecimento total do goodwill por contrapartida dos interesses sem controlo) ou como a parcela atribuível do justo valor dos activos líquidos adquiridos (tal como actualmente requerido); (ii) aos *step acquisition* em

que as novas regras obrigam, aquando do calculo do goodwill, à reavaliação, por contrapartida de resultados, do justo valor de qualquer interesse sem controlo detido previamente à aquisição tendente à obtenção de controlo; (iii) ao registo dos custos directamente relacionados com uma aquisição de uma subsidiária que passam a ser directamente imputados a resultados; (iv) aos preços contingentes cuja alteração de estimativa ao longo do tempo passa a registada em resultados e não afecta o goodwill e (v) às alterações das percentagens de subsidiárias detidas que não resultam na perda de controlo as quais passam a ser registadas como movimentos de capitais próprios.

Adicionalmente, das alterações ao IAS 27 resulta ainda que as perdas acumuladas numa subsidiária passarão a ser atribuídas aos interesses sem controlo (reconhecimento de interesses sem controlo negativos) e que, aquando da alienação de uma subsidiária, tendente à perda de controlo qualquer interesse sem controlo retido é mensurado ao justo valor determinado na data da alienação.

Esta revisão do IFRS 3 e alteração do IAS 27 são efectivas para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009. O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção destas normas alteradas.

IFRS 8 – Segmentos operacionais

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em 30 de Novembro de 2006 o IFRS 8 *Segmentos operacionais*, o qual foi adoptada para uso na União Europeia em 21 de Novembro de 2007.

O IFRS 8 define a apresentação da informação sobre segmentos operacionais de uma entidade. Esta norma especifica como uma entidade deverá reportar a sua informação nas demonstrações financeiras anuais, e como consequência alterará o IAS 34 *Reporte financeiro interino*, no que respeita à informação a ser seleccionada para reporte financeiro interino. Uma entidade terá também que fazer uma descrição sobre a informação apresentada por segmento nomeadamente resultados e operações, assim como uma breve descrição de como os segmentos são construídos.

Esta norma é de aplicação mandatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IAS 1 (alterado) – Apresentação das demonstrações financeiras

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Setembro de 2007 o IAS 1 (alterado) *Apresentação de demonstrações financeiras*, o qual é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

O IAS 1 (alterado) exige que a informação financeira seja agregada na preparação das demonstrações financeiras, em função das suas características de base e introduz a demonstração de “comprehensive income”.

Na sequência das alterações impostas por esta norma os utilizadores das demonstrações financeiras poderão mais facilmente distinguir as variações nos capitais próprios do Grupo decorrentes de transacções com accionistas, enquanto accionistas (ex. dividendos, transacções com acções próprias) e transacções com terceiras partes, ficando estas resumidas na demonstração de “comprehensive income”.

As alterações impostas pelo IAS 1 terão efeito ao nível da apresentação das demonstrações financeiras do Grupo estando actualmente em curso um trabalho com vista à determinação da extensão das modificações necessárias.

IAS 23 (alterado) – Custos de empréstimos obtidos

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Março de 2007 o IAS 23 (alterado) *Custos de empréstimos obtidos*, o qual é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta norma exige que as entidades capitalizem os custos de empréstimos obtidos directamente atribuíveis ao custo de aquisição, construção ou produção de um activo qualificável, como parte integrante do custo de aquisição, construção ou produção desse activo. Assim, a opção de registar tais custos directamente nos resultados é eliminada.

Activos qualificáveis correspondem àqueles que necessitam de um período substancial de tempo para ficar prontos para o seu uso pretendido ou para venda.

O Grupo não espera que esta alteração ao IAS 23 tenha um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

Alteração ao IAS 32 - Instrumentos financeiros: apresentação – Instrumentos financeiros ‘puttable’ e obrigações decorrentes de liquidação

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Fevereiro de 2008 uma alteração ao IAS 32 *Instrumentos financeiros: Apresentação – Instrumentos financeiros ‘puttable’ e Obrigações decorrentes de liquidação* a qual é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta alteração afecta a classificação de instrumentos financeiros ‘puttable’ e de obrigações decorrentes de liquidação. De acordo com os actuais requisitos do IAS 32, os instrumentos financeiros (i) reembolsáveis em dinheiro ou através da entrega de outros activos financeiros ou (ii) que concedem ao detentor um direito de exigir que o emitente proceda a sua reacquirição (instrumentos ‘puttable’), são classificados como passivos financeiros. A alteração agora efectuada a esta norma, implica que alguns instrumentos que actualmente qualificam como passivos financeiros, passem a ser reconhecidos como instrumentos de capital, caso os mesmos representem o interesse residual último nos activos líquidos de uma entidade.

O IASB alterou ainda o IAS 1 *Apresentação de demonstrações financeiras* tendo incluído requisitos adicionais de divulgação relativos a este tipo de instrumentos.

Não se prevê que a presente alteração ao IAS 32 venha a ter qualquer impacto ao nível das demonstrações financeiras do Grupo.

IFRIC 11 – IFRS 2 – Transacções com acções próprias ou acções de outras entidades do Grupo

O *International Financial Reporting Committee* (IFRIC) emitiu em 2 de Novembro de 2006 a IFRIC 11 IFRS 2 – *Transacções com Treasury shares e Grupo*.

O IFRIC 11 vem esclarecer em que condições os pagamentos com base em acções previstos no IFRS 2, envolvendo acções próprias ou acções de outras entidades do Grupo, deverão ser classificados nas demonstrações financeiras individuais das empresas do Grupo com sendo pagamentos com base em acções com liquidação física ou com liquidação financeira.

Este IFRIC é de aplicação obrigatória para o Grupo a partir de 1 de Janeiro de 2008.

Não se prevê que a presente norma venha a ter qualquer impacto ao nível das demonstrações financeiras do Grupo.

IFRIC 12 – Contratos de concessão de serviços

O IFRIC 12 *Contratos de concessão de serviços* entra em vigor em 1 de Janeiro de 2008.

O IFRIC 12 aplica-se a contratos de concessão de serviços público-privados. Esta norma aplicar-se-á apenas a situações onde o concedente a) controla ou regula os serviços prestados pelo operador, e b) controla, os interesses residuais das infra estruturas, na maturidade dos contratos.

Não se prevê que a presente norma venha a ter qualquer impacto ao nível das demonstrações financeiras do Grupo.

IFRIC 13 – Programas de fidelização de clientes

O IFRIC 13 *Programas de fidelização de clientes* foi emitido em Julho de 2007 e entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2008, sendo por isso apenas relevante para o Grupo a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta interpretação aplica-se a programas de fidelização de clientes, onde são adjudicados créditos aos mesmos como parte integrante de uma venda ou prestação de serviços e estes poderão trocar esses créditos, no futuro, por serviços ou mercadorias gratuitamente ou com desconto.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma ao nível das suas demonstrações financeiras.

IFRIC 14 – IAS 19 - Limite de activos de benefícios definidos, requisitos de financiamento mínimos e sua interacção

O IFRIC 14 *IAS 19 - Limite de activos de benefícios definidos, requisitos de financiamento mínimos e sua interacção* é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2008.

Esta interpretação define as condições que devem ser consideradas na avaliação do reconhecimento de activos relacionados com planos de pensões à luz dos limites estabelecidos no parágrafo 58 do IAS 19, e discute a interacção destas regras com os eventuais requisitos mínimos de financiamento estabelecidos legal ou contratualmente.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma ao nível das suas demonstrações financeiras.

NOTA 39 – EVENTOS SUBSEQUENTES

- Em Janeiro de 2008, o BES Investimento, adquiriu, através da sua participada a 100%, ESSI Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., uma participação de 6.96% do capital e direitos de voto da sociedade inglesa Evolution Group Plc cotada na Bolsa de Londres, num investimento que totalizou aproximadamente 35,2 milhões de euros. Este investimento tem como objectivo explorar oportunidades conjuntas nos mercados do Reino Unido e Ásia, que são muito importantes no contexto da actividade internacional da banca de investimento.

**Relatório e Parecer
do Conselho Fiscal do**

**Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.
relativo ao exercício de 2007**

Ao Accionista do
Banco Espírito Santo de Investimento

Nos termos da legislação em vigor, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida pelo Conselho Fiscal sobre o Relatório de Gestão, as contas individuais e consolidadas e a proposta de aplicação de resultados, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, apresentados pelo Conselho de Administração do Banco Espírito Santo de Investimento (doravante, BESI).

Durante o exercício de 2007 o Conselho Fiscal do BESI, no âmbito das suas atribuições, acompanhou, nos termos da Lei e dos estatutos, a evolução da gestão e da actividade do BESI, nomeadamente:

- (i) apreciou a eficácia dos sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna;
- (ii) participou, nas reuniões do Conselho de Administração, sempre que foi convocado para as mesmas;
- (iii) analisou os documentos de informação de gestão que nos foram apresentados pelo Conselho de Administração;
- (iv) acompanhou a verificação dos registos contabilísticos e dos correspondentes documentos de suporte;
- (v) apreciou as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados pelo BESI; e
- (vi) teve reuniões, sempre que necessárias, sobre a apreciação das políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados pelo BESI, com o Revisor Oficial de Contas que sempre prestou as informações tidas como relevantes.

O Conselho Fiscal apreciou também, nos termos da Lei, o Relatório de Fiscalização Anual elaborado pelo Revisor Oficial de Contas, relativo às contas individuais e consolidadas, tendo igualmente tomado conhecimento da Certificação Legal de Contas (individual e consolidada), sobre as referidas demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2007, que não apresentam quaisquer reservas ou ênfases e com as quais concorda.

Foi ainda analisado o Relatório de Gestão elaborado pelo Conselho de Administração, que no entender deste Conselho cumpre os requisitos legais e estatutários, tanto em termos individuais como em termos consolidados.

O Conselho Fiscal tomou ainda conhecimento das conclusões do Relatório de Auditoria elaborado por uma sociedade de auditoria internacional.

Face ao exposto, é parecer deste Conselho que seja aprovado:

- ◆ O Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007;
- ◆ A proposta, apresentada pelo Conselho de Administração de aplicação do resultado líquido individual do exercício de 2007, no montante de 32.358.338,15 euros.

Lisboa, 26 de Março de 2008

O CONSELHO FISCAL

José Manuel Macedo Pereira

(Presidente)

Tito Manuel das Neves Magalhães Basto

Mário Paulo Bettencourt de Oliveira

Banco Espírito Santo de Investimento, S.A,**CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS****E****RELATÓRIO DE AUDITORIA****(Contas Consolidadas)****INTRODUÇÃO**

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, do “**Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.**”, as quais compreendem: o Balanço consolidado (que evidencia um total de 5.480.081 milhares de euros e um total de capital próprio de 350.114 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 73.028 milhares de euros), as Demonstrações consolidadas dos resultados, a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa, as alterações nos capitais próprios do exercício findo naquela data e as correspondentes Notas explicativas.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

RESPONSABILIDADES

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) adoptadas pela União Europeia, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados;
 - b) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

ÂMBITO

5. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
 - a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
6. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada, constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.
7. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

8. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do “ **Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.**”, em 31 de Dezembro de 2007, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) conforme adoptadas pela União Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 25 de Março de 2008

Dr. José Maria Ribeiro da Cunha
em representação de:

“AMÁVEL CALHAU, RIBEIRO DA CUNHA E ASSOCIADOS
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas -”

GRUPO BANCO ESPÍRITO SANTO DE INVESTIMENTO, S.A.**RELATÓRIO DA
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS
(Contas Consolidadas)**

1. No cumprimento das disposições legais, apresentamos o nosso relatório sobre a acção fiscalizadora por nós efectuada ao relatório consolidado de gestão e ao balanço e contas consolidadas em 31 de Dezembro de 2007 do **Grupo Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.**
2. A nossa revisão foi efectuada de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, tendo procedido para o efeito a uma verificação das operações de consolidação e as suas inerentes regularizações.
3. O nosso trabalho foi suportado pelas opiniões expressas pelos revisores oficiais de contas ou auditores das diferentes empresas que constituem o perímetro da consolidação. Assim, a nossa opinião, no que se refere aos procedimentos e aos montantes dessas empresas englobadas na consolidação, é apenas baseada nos relatórios e pareceres desses revisores ou auditores.

Informamos que as contas das empresas que constituem o perímetro da consolidação ainda não foram aprovadas pelos accionistas nas respectivas Assembleias Gerais Anuais.

4. O Grupo, em 31 de Dezembro de 2007, detinha participações financeiras, directa e indirectamente, em:
 - 20 empresas subsidiárias (sociedades em que o Grupo exerce o controlo).
 - 13 empresas associadas (sociedades nas quais exerce uma influência significativa);

O Grupo, no exercício de 2007, incluiu na consolidação todas as empresas associadas e subsidiárias, nas quais detém uma participação directa ou indirecta, superior ou igual a 20%, ou sobre as quais exerce controlo ou influência significativa na sua gestão.

5. O Banco seguiu dois métodos de consolidação distintos, a saber:
- a) A consolidação das empresas subsidiárias (as participações de capital nas sociedades em que o Grupo exerce controlo) foi efectuada segundo o método de consolidação integral;
 - b) A consolidação das empresas associadas (as participações de capital nas sociedades em que o Grupo detém o poder de exercer uma influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais) foi efectuada pelo método da equivalência patrimonial, isto é, correspondendo o seu valor a uma percentagem do capital, reservas e resultados, equivalente à participação do BES Investimento nessas empresas.
6. Após uma análise cuidada às operações de consolidação e inerentes regularizações, constatámos que os activos líquidos consolidados ascendem a 5.480.081 milhares de euros, os capitais próprios consolidados ascendem a 350.114 milhares de euros e os resultados líquidos consolidados foram positivos em 73.028 milhares de euros.
7. As demonstrações financeiras consolidadas, nomeadamente o balanço consolidado, a demonstração consolidada de resultados e as correspondentes notas anexas referentes ao exercício de 2007:
- incluem as contas do BES Investimento, S.A. e ainda, as das trinta e três empresas subsidiárias e associadas;
 - foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) conforme adoptadas pela União Europeia; e
 - representam de forma adequada a situação patrimonial e financeira do Grupo, tendo em consideração o exposto no ponto 3.

Lisboa, 25 de Março de 2008

Dr. José Maria Ribeiro da Cunha
em representação de:
“Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas”

**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

BANCO ESPÍRITO SANTO DE INVESTIMENTO, S.A.

RELATÓRIO DOS AUDITORES

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do **Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.**, as quais compreendem: o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2007 (que evidencia um total de 5.480.081 milhares de euros e um total de capital próprio atribuível aos accionistas do Banco de 350.114 milhares de euros, incluindo um resultado líquido atribuível aos accionistas do Banco de 73.028 milhares de euros), as Demonstrações consolidadas dos resultados, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas explicativas.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das Sociedades incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados;
 - b) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; e
 - c) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação de as demonstrações financeiras das Sociedades incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do **Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.** em 31 de Dezembro de 2007, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia.

Lisboa, 26 de Março de 2008

**KPMG & Associados – Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Representada por

Inês Maria Bastos Viegas Clare Neves Girão de Almeida
(ROC n.º 967)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

E

NOTAS ÀS CONTAS

1. Demonstrações Financeiras Individuais

Demonstração dos Resultados dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

		(milhares de Euros)	
	Notas	31.12.2007	31.12.2006
Juros e proveitos similares	4	131 486	97 220
Juros e custos similares	4	124 514	82 539
Margem financeira		6 952	14 681
Rendimentos de instrumentos de capital		26 709	31 419
Rendimentos de serviços e comissões	5	107 555	89 235
Encargos com serviços e comissões	5	(13 912)	(7 095)
Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados	6	(18 352)	5 816
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	7	192	350
Resultados de reavaliação cambial	8	(3 975)	(1 793)
Outros resultados de exploração	9	(418)	(11 991)
Proveitos operacionais		104 751	120 622
Custos com pessoal	10	39 390	34 337
Gastos gerais administrativos	12	21 798	19 984
Depreciações e amortizações	22 e 23	1 715	1 859
Provisões líquidas de anulações	18, 24 e 29	103	1 717
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	19	97	4 083
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	17	(660)	652
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	25	657	(615)
Custos operacionais		63 100	62 017
Alienação de subsidiárias e associadas		-	-
Resultado antes de impostos		41 651	58 605
Impostos			
Correntes	30	(19 229)	30 912
Diferidos	30	28 522	(20 559)
Resultado líquido do exercício		32 358	48 252
Resultados por acção básicos (em euros)	13	2.31	3.45
Resultados por acção diluídos (em euros)	13	2.31	3.45

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Técnico de Contas
Pedro Miguel Nunes Ventaneira

O Conselho de Administração

Balanço em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

Activo

(milhares de euros)

	Notas	31.12.2007	31.12.2006
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	14	7 087	8 738
Disponibilidades em outras instituições de crédito	15	21 960	1 887
Activos financeiros detidos para negociação	16	444 874	473 902
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados			-
Activos financeiros disponíveis para venda	17	188 098	66 806
Aplicações em instituições de crédito	18	1 023 966	1 153 721
Crédito a clientes	19	625 818	678 115
Investimentos detidos até à maturidade			-
Activos com acordo de recompra			
Derivados para gestão de risco	20	1 601	3 118
Activos não correntes detidos para venda			
Propriedades de investimento			
Activos não correntes detidos para venda	21	58 446	-
Outros activos tangíveis	22	3 349	3 489
Activos intangíveis	23	959	1 430
Investimentos em subsidiárias e associadas	24	3 481	3 481
Activos por impostos correntes		4 567	3 777
Activos por impostos diferidos	30	9 114	37 608
Outros activos	25	868 532	687 596
Total de Activo		3 261 852	3 123 668

O Técnico de Contas
Pedro Miguel Nunes Ventaneira

Balanço em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

Passivo

(milhares de euros)

	Notas	31.12.2007	31.12.2006
Passivo			
Passivos financeiros detidos para negociação	16	419 910	514 734
Recursos de outras instituições de crédito	26	617 059	803 662
Recursos de clientes	27	1 217 069	1 059 664
Responsabilidades representadas por títulos	28	53 907	58 619
Derivados para gestão de risco	20	3 626	4 554
Passivos não correntes detidos para venda	21	58 446	-
Provisões	29	10 788	12 124
Passivos por impostos correntes		3 001	15 357
Passivos subordinados	31	69 246	99 678
Outros passivos	32	635 938	384 997
Total de Passivo		3 088 990	2 953 389
Capital Próprio			
Capital	33	70 000	70 000
Prémios de emissão	33	8 796	8 796
Reservas de justo valor	34	1 032	645
Outras reservas e resultados transitados	34	60 676	42 586
Resultado do exercício		32 358	48 252
Total de Capital Próprio		172 862	170 279
Total de Passivo e Capital Próprio		3 261 852	3 123 668

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Conselho de Administração

**Demonstração de alterações no capital próprio dos exercícios findos
em 31 de Dezembro de 2006 e 2007**

	Capital	Prémios de emissão	Reservas de justo valor	Outras Reservas e Resultados Transitados	Resultado líquido do exercício	Total do Capital Próprio
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	70 000	8 796	988	4 536	67 546	151 866
Outros movimentos registados directamente no capital próprio:						
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	-	(343)	-	-	(343)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	48 252	48 252
Total de ganhos e perdas reconhecidos no exercício	-	-	(343)	-	48 252	47 909
Constituição de reservas	-	-	-	44 943	(44 943)	-
Dividendos de acções ordinárias (a)	-	-	-	(4 032)	(22 603)	(26 635)
Impacto da fusão por incorporação da ES Investments, SAU, S.V.	-	-	-	(2 861)	-	(2 861)
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	70 000	8 796	645	42 586	48 252	170 279
Outros movimentos registados directamente no capital próprio:						
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	-	387	-	-	387
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	32 358	32 358
Total de ganhos e perdas reconhecidos no exercício	-	-	387	-	32 358	32 745
Constituição de reservas	-	-	-	25 785	(25 785)	-
Dividendos de acções ordinárias (a)	-	-	-	(7 695)	(22 467)	(30 162)
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	70 000	8 796	1 032	60 676	32 358	172 862

(a) Corresponde a um dividendo por acção de 2,15 euros e 1,90 euros em Dezembro de 2007 e 2006, respectivamente.

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

**Demonstração dos Fluxos De Caixa Individuais dos Exercícios findos
em 31 de Dezembro de 2007 e 2006**

(milhares de euros)

	31-12-2007	31-12-2006
Fluxos de caixa de actividades operacionais		
Juros e proveitos recebidos	130 921	92 072
Juros e custos pagos	(123 796)	(77 433)
Serviços e comissões recebidas	107 555	89 508
Serviços e comissões pagas	(13 912)	(7 095)
Pagamentos de caixa a empregados e fornecedores	<u>(56 681)</u>	<u>(65 021)</u>
	44 087	32 031
<i>Varição nos activos e passivos operacionais:</i>		
Disponibilidades em bancos centrais	1 651	(6 242)
Activos financeiros detidos para negociação	(84 967)	(50 617)
Aplicações em instituições de crédito	129 217	(1 087 689)
Recursos de instituições de crédito	(187 124)	309 717
Crédito a clientes	53 190	(158 401)
Recursos de clientes e outros empréstimos	156 808	921 181
Derivados para gestão de risco	(1 144)	(9 379)
Outros activos e passivos operacionais	<u>64 677</u>	<u>11 394</u>
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais, antes de impostos sobre os lucros	176 395	(38 005)
Impostos sobre os lucros pagos	6 015	(40 901)
	<u>182 410</u>	<u>(78 906)</u>
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento		
Aquisição de investimentos em subsidiárias e associadas		
Alienação de investimentos em subsidiárias e associadas		
Dividendos recebidos	26 709	31 419
Compra de activos financeiros disponíveis para venda	(162 528)	(6 412)
Venda de activos financeiros disponíveis para venda	42 445	39 042
Investimentos detidos até à maturidade	-	-
Compra de imobilizações	(1 220)	(796)
Venda de imobilizações	116	138
	<u>(94 478)</u>	<u>63 391</u>
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Emissão de obrigações	9 855	36 677
Reembolso de obrigações	(14 234)	-
Emissão de passivos subordinados	-	
Reembolso de passivos subordinados	(29 242)	
Dividendos de acções ordinárias pagos	(30 162)	(22 603)
	<u>(63 783)</u>	<u>14 074</u>
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento	(63 783)	14 074
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes	(4 076)	(1 793)
Varição líquida em caixa e seus equivalentes	<u>20 073</u>	<u>(3 234)</u>
Caixa e equivalentes no início do exercício	1 895	5 129
Caixa e equivalentes no fim do exercício	21 968	1 895
	<u>20 073</u>	<u>(3 234)</u>
Caixa e equivalentes engloba:		
Caixa	14	8
Disponibilidades em outras instituições de crédito	15	21 960
	<u>21 968</u>	<u>1 895</u>
Total	<u>21 968</u>	<u>1 895</u>

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

2. Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais em 31 de Dezembro de 2007

(Montantes expressos em milhares de euros, excepto quando indicado)

NOTA 1 - ACTIVIDADE

O Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. (Banco ou BESI) é um banco comercial com sede em Portugal, na Rua Alexandre Herculano, n.º 38, em Lisboa. Para o efeito possui as indispensáveis autorizações das autoridades portuguesas, bancos centrais e demais agentes reguladores para operar em Portugal e nos países onde actua através de sucursais financeiras internacionais.

A Instituição foi constituída como Sociedade de Investimentos em Fevereiro de 1983 como um investimento estrangeiro em Portugal sob a denominação de FINC – Sociedade Portuguesa Promotora de Investimentos, S.A.R.L. No exercício de 1986 a Sociedade foi integrada no Grupo Espírito Santo com a designação de Espírito Santo - Sociedade de Investimentos, S.A.

Com o objectivo de alargar o âmbito da actividade, a Instituição obteve autorização dos organismos oficiais competentes para a sua transformação em Banco de Investimento, através da Portaria n.º 366/92 de 23 de Novembro, publicada no Diário da República - II Série – n.º 279, de 3 de Dezembro. O início das actividades de Banco de Investimentos, sob a denominação de Banco ESSI, S.A., ocorreu no dia 1 de Abril de 1993.

Presentemente o BESI opera através da sua sede em Lisboa e de sucursais em Londres e Espanha, assim como através das suas subsidiárias no Brasil, Irlanda e Polónia.

No exercício de 2000, o BES adquiriu a totalidade do capital social do BES Investimento de forma a reflectir nas suas contas consolidadas todas as sinergias existentes entre as duas instituições.

As demonstrações financeiras do BESI são consolidadas pelo Banco Espírito Santo, S.A., com sede na Avenida da Liberdade, n.º 195, em Lisboa e pela Espírito Santo Financial Group, S.A. (ESFG), com sede no Luxemburgo.

NOTA 2 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso n.º 1/2005, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. (Banco ou BESI) são preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal.

As NCA traduzem-se na aplicação às demonstrações financeiras individuais das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia, com excepção de algumas matérias reguladas pelo Banco de Portugal, como a imparidade do crédito a clientes e o tratamento contabilístico relativo ao reconhecimento em resultados transitados dos ajustamentos das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência apuradas na transição.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras individuais do BESI agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 e foram preparadas de acordo com as NCA, as quais incluem os IFRS em vigor tal como adoptados na União Europeia até 31 de Dezembro de 2007.

Na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2007, o Banco adoptou o IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações, bem como a IAS 1 (alterada) Apresentação das demonstrações financeiras – Requisitos de divulgação de capital regulamentar. Estas normas, de aplicação obrigatória com referência a 1 de Janeiro de 2007, tiveram impacto ao nível das divulgações apresentadas, não tendo tido qualquer efeito nos capitais próprios do Banco. De acordo com as disposições transitórias destas normas, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

Adicionalmente, o Banco adoptou ainda em 2007 o IFRIC 8 Âmbito da aplicação do IFRS 2, o IFRIC 9 Reavaliação dos derivados embutidos e o IFRIC 10 Reporte financeiro interino e imparidade. A adopção destas interpretações não teve qualquer efeito nas demonstrações financeiras do Banco.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, activos financeiros disponíveis para venda e activos e passivos cobertos, na sua componente que está a ser objecto de cobertura.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as NCA requer que o Banco efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na Nota 3.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 24 de Março de 2008.

2.2. Operações em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, excepto no que diz respeito às diferenças relacionadas com acções classificadas como activos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

2.3. Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do período, excepto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Contabilidade de cobertura

★ Critérios de classificação

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura, podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- (i) À data de início da transacção a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efectividade da cobertura;
- (ii) Existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efectiva, à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- (iii) A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- (iv) Para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

★ Cobertura de justo valor (fair value hedge)

Numa operação de cobertura de justo valor de um activo ou passivo (*fair value hedge*), o valor de balanço desse activo ou passivo, determinado com base na respectiva política contabilística, é ajustado de forma a reflectir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos activos ou dos passivos cobertos atribuíveis ao risco coberto.

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospectivamente. Caso o activo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, o ajustamento de revalorização é amortizado até à sua maturidade pelo método da taxa efectiva.

★ Cobertura de fluxos de caixa (cash flow hedge)

Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade (*cash flow hedge*), a parte efectiva das variações de justo valor do derivado de cobertura são reconhecidas em reservas, sendo transferidas para resultados nos períodos em que o respectivo item coberto afecta resultados. A parte inefectiva da cobertura é registada em resultados.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em reservas são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afectar resultados. Se for previsível que a operação coberta não se efectuará, os montantes ainda registados em capital próprio são imediatamente reconhecidos em resultados e o instrumento de cobertura é transferido para a carteira de negociação.

Durante o período coberto por estas demonstrações financeiras o Banco não detinha operações de cobertura classificadas como coberturas de fluxos de caixa.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

2.4. Crédito a clientes

O crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Banco, cuja intenção não é a de venda no curto prazo, os quais são registados na data em que o montante do crédito é adiantado ao cliente.

O crédito a clientes só é desreconhecido do balanço quando (i) expiram os direitos contratuais do Banco relativos aos respectivos fluxos de caixa, (ii) o Banco transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante o Banco ter retido parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os activos foi transferido.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente pelo valor nominal não podendo ser reclassificado para as restantes categorias de activos financeiros.

O Banco, de acordo com a sua estratégia documentada de gestão do risco, contrata operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de certos riscos de determinados créditos a clientes, sem contudo apelar à contabilidade de cobertura tal como descrita na Nota 2.3. Nestas situações, o reconhecimento inicial de tais créditos é concretizado através da designação de créditos ao justo valor através de resultados. Desta forma, é assegurada a consistência na valorização dos créditos e dos derivados (*accounting mismatch*). Esta prática está de acordo com a política contabilística de classificação, reconhecimento e mensuração de activos financeiros ao justo valor através de resultados descrita na nota 2.5.

Imparidade

O Banco avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso, num período posterior, o montante da perda estimada diminua.

Um crédito concedido a clientes, ou uma carteira de crédito concedido, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, encontra-se em imparidade quando: (i) exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial e (ii) quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros desse crédito, ou carteira de créditos, que possa ser estimado com razoabilidade.

Inicialmente, o Banco avalia se existe individualmente para cada crédito evidência objectiva de imparidade. Para esta avaliação e na identificação dos créditos com imparidade numa base individual, o Banco utiliza a informação que alimenta os modelos de risco de crédito implementados e considera de entre outros os seguintes factores:

- a exposição global ao cliente e a existência de créditos em situação de incumprimento;
- a viabilidade económico-financeira do negócio do cliente e a sua capacidade de gerar meios capazes de responder aos serviços da dívida no futuro;
- a existência de credores privilegiados;
- a existência, natureza e o valor estimado dos colaterais;
- o endividamento do cliente com o sector financeiro;
- o montante e os prazos de recuperação estimados.

Caso para determinado crédito não exista evidência objectiva de imparidade numa óptica individual, esse crédito é incluído num grupo de créditos com características de risco de crédito semelhantes (carteira de crédito), o qual é avaliado colectivamente – análise da imparidade numa base colectiva. Os créditos que são avaliados individualmente e para os quais é identificada uma perda por imparidade não são incluídos na avaliação colectiva.

Caso seja identificada uma perda de imparidade numa base individual, o montante da perda a reconhecer corresponde à diferença entre o valor contabilístico do crédito e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do contrato. O crédito concedido é apresentado no balanço líquido da imparidade. Caso estejamos perante um crédito com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um crédito garantido reflecte os fluxos de caixa que possam resultar da recuperação e venda do colateral, deduzido dos custos inerentes com a sua recuperação e venda.

No âmbito da análise da imparidade numa base colectiva, os créditos são agrupados com base em características semelhantes de risco de crédito, em função da avaliação de risco definida pelo Banco. Os fluxos de caixa futuros para uma carteira de créditos, cuja imparidade é avaliada colectivamente, são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais e na experiência histórica de perdas. A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo Banco de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

De acordo com as NCA, o valor dos créditos deve ser objecto de correcção, de acordo com critérios de rigor e prudência para que reflecta a todo o tempo o seu valor realizável. Esta correcção de valor (imparidade) não poderá ser inferior ao que for determinado de acordo com o Aviso n.º 3/95, do Banco de Portugal, o qual estabelece o quadro mínimo de referência para a constituição de provisões específicas e genéricas.

Quando o Banco considera que determinado crédito é incobrável havendo sido reconhecida uma perda por imparidade de 100%, este é abatido ao activo.

2.5. Outros activos financeiros

Classificação

O Banco classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Activos financeiros ao justo valor através dos resultados

Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo, e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

O Banco designa, no seu reconhecimento inicial, certos activos financeiros como ao justo valor através de resultados quando:

- tais activos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
- são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses activos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos activos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais activos financeiros contêm derivados embutidos.
- Investimentos detidos até à maturidade

Estes investimentos são activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que o Banco tem intenção e capacidade de deter até à maturidade e que não são designados, no momento do seu reconhecimento inicial, como ao justo valor através de resultados ou como disponíveis para venda.

- Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) o Banco tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadrem nas categorias acima referidas.

Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) investimentos detidos até à maturidade e (iii) activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que o Banco se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Banco ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Banco tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Banco tenha transferido o controlo sobre os activos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os activos financeiros detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, o Banco estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Transferências entre categorias

De acordo com as exigências do IAS 39, o Banco não procede à transferência de instrumentos financeiros entre categorias, excepto nos raros casos permitidos no âmbito desta norma.

Imparidade

Em conformidade com as NCA, o Banco avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. Estes activos são apresentados no balanço líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um activo com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, em que as mais valias subsequentes são reconhecidas em reservas.

2.6. Activos cedidos com acordo de recompra

Títulos vendidos com acordo de recompra (*repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições financeiras ou a clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Títulos comprados com acordo de revenda (*reverse repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições financeiras ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferido durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo não são desreconhecidos do balanço, sendo classificados e valorizados em conformidade com a política contabilística referida na Nota 2.5. Os títulos recebidos através de acordos de empréstimo não são reconhecidos no balanço.

2.7. Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos, outros passivos subordinados e vendas a descoberto.

Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, com a excepção das vendas a descoberto e dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, os quais são registadas ao justo valor.

O Banco designa, no seu reconhecimento inicial, certos passivos financeiros como ao justo valor através de resultados quando:

- ★ são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses passivos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos passivos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- ★ tais passivos financeiros contêm derivados embutidos.

O justo valor dos passivos cotados é o seu valor de cotação. Na ausência de cotação, o Banco estima o justo valor utilizado metodologias de avaliação considerando pressupostos baseados em informação de mercado, incluindo o próprio risco da entidade emitente.

Caso o Banco recompre dívida emitida esta é anulada do balanço e a diferença entre o valor de balanço do passivo e o valor de compra é registado em resultados.

2.8. Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Custos directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

2.9. Compensação de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.10. Activos recebidos em dação por recuperação de créditos

Os activos recebidos em dação por recuperação de créditos são inicialmente classificados na rubrica de outros activos e são registados, no seu reconhecimento inicial, pelo menor de entre o seu justo valor deduzido dos custos esperados de venda e o valor de balanço do crédito concedido objecto de recuperação.

Subsequentemente, estes activos são registados pelo menor de entre o valor do seu reconhecimento inicial e o correspondente justo valor actual deduzido dos custos esperados de venda, e não são amortizados. As perdas não realizadas com estes activos assim determinadas são registadas em resultados.

O Banco obtém avaliações regulares, efectuadas por peritos, dos activos recebidos em dação.

Na medida em que estes activos reúnam as condições necessárias à sua alienação imediata e por isso cumpram os requisitos do IFRS 5, são transferidos para activos não correntes detidos para venda e registados de acordo com a política contabilística descrita na nota 2.22.

2.11. Outros activos tangíveis

Os outros activos tangíveis do Banco encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade. Na data da transição para as NCA, 1 de Janeiro de 2004, o Banco elegeu considerar como custo o valor reavaliado dos outros activos tangíveis, conforme determinado de acordo com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável numa perspectiva geral ao custo depreciado mensurado de acordo com as NCA ajustado por forma a reflectir as alterações no índice geral de preços. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os outros activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos outros activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Imóveis de serviço próprio	35 a 50
Beneficiações em edifícios arrendados	10
Equipamento informático	4 a 5
Mobiliário e material	4 a 10
Instalações interiores	5 a 12
equipamento de segurança	4 a 10
Máquinas e ferramentas	4 a 10
Material de transporte	4
Outro equipamento	5

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.12. Activos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Banco necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos a qual se situa normalmente entre 3 e 6 anos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pelo Banco, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes custos incluem despesas com os empregados das empresas do Grupo especializadas em informática enquanto estiverem directamente afectos aos projectos.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

2.13. Locações

O Banco classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efectuados pelo Banco à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

- Como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

- Como locador

Os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registados como proveitos enquanto que as amortizações de capital também incluídas nas rendas são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

2.14. Benefícios aos empregados

Pensões

Face às responsabilidades assumidas pelo Banco no âmbito do Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário, foram constituídos Fundos de Pensões ACT, que se destinam a cobrir as responsabilidades com pensões de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência relativamente à totalidade do seu pessoal.

Em 1998, o Banco decidiu, adicionalmente, constituir um fundo de pensões aberto autónomo, com a finalidade de financiar a atribuição de benefícios complementares aos colaboradores e pensionistas.

Os fundos de pensões são geridos pela ESAF – Espírito Santo Fundos de Pensões, S.A.

Os planos de pensões existentes no Banco correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição.

À luz do IFRS 1, o Banco optou por na data da transição, 1 de Janeiro de 2004, aplicar retrospectivamente o IAS 19, tendo efectuado o recálculo dos ganhos e perdas actuariais que podem ser diferidos em balanço de acordo com o método do corredor preconizado nesta norma.

As responsabilidades do Banco com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, pelo Banco, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada, sendo sujeitas a uma revisão por actuários independentes. A taxa de desconto utilizada neste calculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de rating elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os ganhos e perdas actuariais determinados anualmente, resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos como um activo ou um passivo e o seu valor acumulado é imputado a resultados com base no método do corredor.

Este método estabelece que os ganhos e perdas actuariais diferidos acumulados no início do ano que excedam 10% do maior de entre o total das responsabilidades e do valor do fundo, também reportados ao início do ano, sejam imputados a resultados durante um período que não pode exceder a média da vida de serviço remanescente dos trabalhadores abrangidos pelo plano. O Banco determinou que os desvios actuariais são amortizados por um período de 15 anos. Os ganhos e perdas actuariais acumulados que se situem dentro do referido limite, não são reconhecidos em resultados.

Anualmente, o Banco reconhece como um custo, na sua demonstração de resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros, (iii) o rendimento esperado dos activos do fundo, (iv) uma porção dos ganhos e perdas actuariais determinada com base no referido método do corredor e (v) o efeito das reformas antecipadas, o qual inclui a amortização antecipada dos ganhos e perdas actuariais associados.

Os encargos com as reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir os 65 anos de idade.

O Banco efectua pagamentos aos fundos por forma a assegurar a solvência dos mesmos, sendo os níveis mínimos fixados como segue: (i) financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades actuariais por pensões em pagamento e (ii) financiamento a um nível mínimo de 95% do valor actuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no activo.

A cada data do balanço, o Banco avalia, para cada plano, a recuperabilidade do eventual excesso do fundo em relação às responsabilidades com pensões de reforma, tendo por base a expectativa de redução em futuras contribuições necessárias.

Benefícios de saúde

Aos trabalhadores bancários é assegurada pelo Banco a assistência médica por um Serviço de Assistência Médico-Social. O Serviço de Assistência Médico-Social – SAMS – constitui uma entidade autónoma e é gerido pelo Sindicato respectivo.

O SAMS proporciona, aos seus beneficiários, serviços e/ou participações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, de acordo com as suas disponibilidades financeiras e regulamentação interna.

Constituem contribuições obrigatórias para os SAMS, a cargo do Banco, a verba correspondente a 6,50% do total das retribuições efectivas dos trabalhadores no activo, incluindo, entre outras, o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

O cálculo e registo das obrigações do Banco com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efectuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões.

Prémios por antiguidade

No âmbito do Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário, o Banco assumiu o compromisso de pagar aos seus trabalhadores, quando estes completam 15, 25 e 30 anos ao serviço do Banco, prémios por antiguidade de valor correspondente a uma, duas ou três vezes, respectivamente, o salário mensal recebido à data de pagamento destes prémios.

À data da passagem à situação de invalidez ou invalidez presumível, o trabalhador tem direito a um prémio por antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

Os prémios por antiguidade são contabilizados pelo Banco de acordo com o IAS 19, como outros benefícios de longo prazo a empregados.

O valor das responsabilidades do Banco com estes prémios por antiguidade é estimado anualmente, à data do balanço, pelo Banco com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. Os pressupostos actuariais utilizados baseiam-se em expectativas de futuros aumentos salariais e tábuas de mortalidade. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das responsabilidades calculadas.

Anualmente, o aumento da responsabilidade com prémios por antiguidade, incluindo ganhos e perdas actuariais e custos de serviços passados, é reconhecido em resultados.

Remunerações variáveis aos empregados e órgãos de administração (participação nos lucros)

De acordo com o IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis (participação nos lucros) atribuídas aos empregados e aos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

2.15. Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

2.16. Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Banco tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

São reconhecidas provisões para reestruturação quando o Banco tenha aprovado um plano de reestruturação formal e detalhado e tal reestruturação tenha sido iniciada ou anunciada publicamente.

Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados de um contrato formalizado sejam inferiores aos custos que inevitavelmente o Banco terá de incorrer de forma a cumprir as obrigações dele decorrentes. Esta provisão é mensurada com base no valor actual do menor de entre os custos de terminar o contrato ou os custos líquidos estimados resultantes da sua continuação.

2.17. Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e de activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efectiva. Os juros dos activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, respectivamente.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro. A taxa de juro efectiva é estabelecida no reconhecimento inicial dos activos e passivos financeiros e não é revista subsequentemente.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em juros e proveitos equiparados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles classificados como de cobertura do risco de taxa de juro, a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada na rubrica de resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados

2.18. Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo, como por exemplo comissões na syndicação de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído.
- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem.
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

2.19. Reconhecimento de dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito de receber o seu pagamento é estabelecido.

2.20. Reporte por segmentos

Um segmento de negócio é um conjunto de activos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um conjunto de activos e operações localizados num ambiente económico específico que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

De acordo com o parágrafo 6 do IAS 14, o Banco está dispensado de apresentar o reporte por segmentos em base individual, uma vez que as demonstrações financeiras individuais são apresentadas conjuntamente com as do Grupo.

2.21. Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível aos accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, excluindo o número médio de acções próprias detidas pelo Banco.

Para o cálculo dos resultados por acção diluídos, o número médio ponderado de acções ordinárias em circulação é ajustado de forma a reflectir o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida convertível e de opções sobre acções próprias concedidas aos trabalhadores. O efeito da diluição traduz-se numa redução nos resultados por acção, resultante do pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

2.22. Activos não correntes detidos para venda

Activos não correntes ou grupos para alienação (grupo de activos a alienar em conjunto numa só transacção, e passivos directamente associados que incluem pelo menos um activo não corrente) são classificados como detidos para venda quando o seu valor de balanço for recuperado principalmente através de uma transacção de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objectivo da sua venda), os activos ou grupos para alienação estiverem disponíveis para venda imediata e a venda for altamente provável.

Imediatamente antes da classificação inicial do activo (ou grupo para alienação) como detido para venda, a mensuração dos activos não correntes (ou de todos os activos e passivos do grupo) é efectuada de acordo com os IFRS aplicáveis. Subsequentemente, estes activos ou grupos para alienação são remensurados ao menor valor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda.

2.23. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de bancos centrais.

NOTA 3 – PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As NCA estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Banco são discutidas nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Banco e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Banco poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

3.1. Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

O Banco determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, o Banco avalia entre outros factores, a volatilidade normal dos preços das acções.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

A utilização de metodologias alternativas e de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados do Banco.

3.2. Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

3.3. Perdas por imparidade no crédito sobre clientes

O Banco efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de imparidade, conforme referido na Nota 2.4, tendo como referência os níveis mínimos exigidos pelo Banco de Portugal através do Aviso n.º 3/95.

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a frequência de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros quer do momento do seu recebimento.

A utilização de metodologias alternativas e de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Banco.

3.4. Impostos sobre os lucros

O Banco encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Banco, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que hajam correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Banco, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

3.5. Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

NOTA 4 – MARGEM FINANCEIRA

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
Juros e proveitos similares		
Juros de crédito	37 351	27 224
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	43 448	37 660
Juros de derivados para gestão de risco	37 312	22 594
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	2 002	2 738
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	883	666
Outros juros e proveitos similares	10 470	6 338
	<u>131 466</u>	<u>97 220</u>
Juros e custos similares		
Juros de recursos de bancos centrais e instituições de crédito	67 829	49 291
Juros de derivados para gestão de risco	36 257	20 440
Juros de depósitos de clientes	12 240	7 594
Juros de débitos representados por títulos	1 843	1 201
Juros de passivos subordinados	3 393	3 655
Outros juros e custos similares	2 952	358
	<u>124 514</u>	<u>82 539</u>
	6 952	14 681

A rubrica de juros de crédito inclui 216 milhares de euros (2006 – 600 milhares de euros) relativos a juros de contratos de crédito com imparidade.

A rubrica juros de derivados para gestão de risco refere-se a derivados de *Fair Value Option*.

NOTA 5 – RESULTADOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
Rendimentos de serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados	54 000	44 581
Por garantias prestadas	399	414
Por operações realizadas por conta de terceiros	52 756	39 747
Por compromissos perante terceiros	-	-
Outros proveitos de serviços e comissões	-	4 493
	<u>107 155</u>	<u>89 235</u>
Encargos com serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados por terceiros	2 652	1 598
Por operações realizadas por terceiros	6 221	3 385
Outros custos com serviços e comissões	5 039	2 112
	<u>13 912</u>	<u>7 095</u>
	93 243	82 140

NOTA 6 – RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

O valor desta rubrica é composto por:

	31.12.2007			31.12.2006		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
(milhares de euros)						
Activos e passivos detidos para negociação						
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	866	57	809	378	143	235
De outros emissores	7 043	1 874	5 169	4 621	384	4 237
Acções	90 650	70 078	20 572	93 703	49 724	43 979
Outros títulos	84	25	59	-	-	-
	98 643	72 034	26 609	98 702	50 251	48 451
Instrumentos financeiros derivados						
Contratos sobre taxas de câmbio	87 689	88 036	(347)	74 181	74 290	(109)
Contratos sobre taxas de juro	253 803	253 253	550	182 146	153 425	28 721
Contratos sobre acções/índices	673 057	708 086	(35 029)	692 616	758 066	(65 450)
Contratos sobre créditos	1 728	5 328	(3 600)	510	382	128
Outros	106 043	113 710	(7 667)	66 597	76 493	(9 896)
	1 122 320	1 168 413	(46 093)	1 016 050	1 062 656	(46 606)
	1 220 963	1 240 447	(19 484)	1 114 752	1 112 907	1 845
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados ⁽¹⁾						
Recursos de instituições de crédito	120	-	120	1 085	26	1 059
Debitos representados por títulos	1 923	1 569	354	2 521	203	2 318
Outros Passivos Subordinados	658	-	658	594	-	594
	2 701	1 569	1 132	4 200	229	3 971
	1 223 664	1 242 016	(18 352)	1 118 952	1 113 136	5 816

(1) inclui a variação de justo valor de passivos objecto de cobertura ou ao *fair value option*

Em 31 de Dezembro de 2007, esta rubrica inclui um efeito positivo de 118 milhares de euros relativos à variação de valor de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados atribuível ao risco de crédito da entidade (ver nota 20).

NOTA 7 – RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)					
	31.12.2007			31.12.2006		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De outros emissores	120	38	82	501	141	360
Outros valores	110	-	110	-	10	(10)
	230	38	192	501	151	350

NOTA 8 – RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)					
	31.12.2007			31.12.2006		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Reavaliação Cambial	2 637	6 612	(3 975)	1 336	3 129	(1 793)
	2 637	6 612	(3 975)	1 336	3 129	(1 793)

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.2.

NOTA 9 – OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
Resultado em derivados de cobertura de justo valor	(1 733)	(10 465)
Outros serviços clientes	5 334	273
Outros resultados de exploração	(4 019)	(1 799)
	(418)	(11 991)
		13836

NOTA 10 – CUSTOS COM PESSOAL

O valor dos custos com pessoal é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
Vencimentos e salários	33 576	29 115
Remunerações	33 296	28 818
Prémios de antiguidade (ver Nota 11)	280	297
Benefícios de saúde - SAMS (ver Nota 11)	207	196
Custos com pensões de reforma (ver Nota 11)	1 818	1 807
Outros encargos sociais obrigatórios	2 452	2 189
Outros custos	1 337	1 030
	39 390	34 337

Os membros do Conselho de Administração do BESl auferiram, em 2007, uma remuneração total de 5.344 milhares de euros (2006 – 5.104 milhares de euros).

	(milhares de euros)		
	Conselho de Administração	Outro pessoal chave da gestão	Total
2007			
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	1 692	1 839	3 531
Prémios de antiguidade	9	24	33
Remunerações variáveis	3 643	3 058	6 701
Total	5 344	4 921	10 265
2006			
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	1 521	1 486	3 007
Prémios de antiguidade	41	11	52
Remunerações variáveis	3 542	2 243	5 785
Total	5 104	3 740	8 844

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 o valor do crédito concedido aos Órgãos de Administração do Banco ascendia a 382 milhares de euros e 411 milhares de euros, respectivamente.

Por categoria profissional, o número de colaboradores do BESl analisa-se como segue:

	31.12.2007	31.12.2006
Funções directivas	173	156
Funções de chefia	4	18
Funções específicas	123	102
Funções administrativas	25	26
Funções auxiliares	6	5
	329	307

NOTA 11 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Pensões de reforma e benefícios de saúde

Em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho celebrado com os sindicatos e vigente para o sector bancário, o Banco assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente em função do número de anos de serviço do empregado, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no activo.

Durante o exercício de 1998, o Banco Espírito Santo e as restantes subsidiárias do Grupo em Portugal, onde se inclui o BESI, decidiram constituir um fundo aberto autónomo, designado de Fundo de Pensões Aberto GES destinado a financiar a atribuição de benefícios complementares aos colaboradores.

Em Portugal, os fundos têm como sociedade gestora a ESAF - Espírito Santo Fundo de Pensões, S.A.

Os pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades são como segue:

	Pressupostos		Verificado	
	31.12.2007	31.12.2006	31.12.2007	31.12.2006
Pressupostos Financeiros				
Taxas de evolução salarial	3,25%	2,75%	3,25%	2,75%
Taxa de crescimento das pensões	2,25%	1,75%	2,25%	1,75%
Taxas de rendimento do fundo	5,25%	4,75%	4,75%	8,61%
Taxa de desconto	5,25%	4,75%		
Pressupostos Demográficos e Métodos de Avaliação				
Tábua de Mortalidade				
Homens	TV 73/77	TV 73/77		
Mulheres	TV 88/90	TV 73/77		
Métodos de valorização actuarial	Project Unit Credit Method			

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.14, a taxa de desconto utilizada para estimar as responsabilidades com pensões de reforma e com benefícios de saúde, corresponde às taxas de mercado à data do balanço, associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado. Face às condições de mercado em 31 de Dezembro de 2007, o Banco decidiu utilizar uma taxa de desconto de 5,25% (2006: 4,75%).

As contribuições para o SAMS são definidas por esta entidade e em 31 de Dezembro de 2007 ascendiam a 6,5% da massa salarial (2006: 6,5%). A percentagem correspondente à contribuição a efectuar é estabelecida pelo próprio SAMS, não estando prevista qualquer alteração da mesma para o próximo exercício.

Os participantes no Fundo são desagregados da seguinte forma:

	31.12.2007	31.12.2006
Activos	242	227
Reformados	21	19
Sobreviventes	3	3
TOTAL	266	249

A aplicação do IAS 19 traduz-se nas seguintes responsabilidades, encargos, contribuições do Banco para os fundos de pensões e níveis de cobertura reportáveis a 31 de Dezembro de 2007 e 2006:

(milhares de euros)

	31.12.2007			31.12.2006		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
Activos/(responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço						
Responsabilidades em 31 de Dezembro						
Pensionistas	7 777	506	8 283	6 610	430	7 040
Activos	18 654	1.213	19 867	17 946	1 163	19 109
	26 431	1 719	28 150	24 556	1 593	26 149
Saldo dos fundos em 31 de Dezembro	25 710	-	25 710	24 522	-	24 522
Passivos a entregar ao fundo	(721)	(1 719)	(2 440)	(34)	(1 593)	(1 627)
Desvios actuariais diferidos em 31 de Dezembro	7 002	362	7 364	6 947	490	7 437
Activos/(responsabilidades) líquidas em balanço em 31 de Deze	6 281	(1 357)	4 924	6 913	(1 103)	5 810

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2007			31-12-2006		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
Responsabilidades em 1 de Janeiro	24 556	1 593	26 149	21 732	1 413	23 145
Custo do serviço corrente	1 538	112	1 650	1 432	105	1 537
Custo dos juros	1 152	76	1 228	1 020	67	1 087
Contribuições dos participantes	161	-	161	120	-	120
(Ganhos) e perdas actuariais nas responsabilidades:			-			-
- Alteração da taxa de desconto	(11)	-	(11)	-	-	-
- Outros (ganhos) e perdas actuariais nas responsabilidades	(404)	(63)	(467)	763	8	771
Pensões pagas pelo fundo	(528)	-	(528)	(511)	-	(511)
Outros	(33)	1	(32)	-	-	-
Responsabilidades em 31 de Dezembro	26 431	1 719	28 150	24 556	1 593	26 149

Em 31 de Dezembro de 2007, o acréscimo de 1% no valor das contribuições para o SAMS implicaria um acréscimo de responsabilidades de 265 milhares de euros (31 de Dezembro de 2006: 245 milhares de euros), e um acréscimo no custo do exercício (custo do serviço corrente e custo dos juros) de 30 milhares de euros (31 de Dezembro de 2006: 28 milhares de euros).

A evolução do valor dos fundos de pensões nos exercícios de 2007 e 2006 pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2007			31.12.2006		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
Saldo dos fundos em 1 de Janeiro	24 522	-	24 522	18 394	-	18 394
Rendimento real do fundo	402	-	402	1 485	-	1 485
Contribuições do Grupo	1 153	-	1 153	5 034	-	5 034
Contribuições dos empregados	161	-	161	120	-	120
Pensões pagas pelo fundo	(528)	-	(528)	(511)	-	(511)
Saldo dos fundos em 31 de Dezembro	25 710	-	25 710	24 522	-	24 522

A evolução dos desvios actuariais diferidos em balanço pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2007			31.12.2006		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
Desvios actuariais diferidos em 1 de Janeiro	6 947	490	7 437	7 024	505	7 529
(Ganhos) e perdas actuariais no ano:						
- Alteração de pressupostos actuariais	(11)	-	(11)	-	-	-
- (Ganhos)/perdas de experiência	366	(63)	303	246	9	255
Amortização do exercício	(300)	(19)	(319)	(323)	(24)	(347)
Outros	-	(46)	(46)	-	-	-
Desvios actuariais diferidos em 31 de Dezembro	7 002	362	7 364	6 947	490	7 437
Dos quais:						
Dentro do corredor	2 643	172	2 815	2 453	160	2 613
Fora do corredor	4 359	190	4 549	4 494	286	4 780

A evolução das responsabilidades não financiadas pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2007			31.12.2006		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
Responsabilidades não financiadas / Passivos a entregar em 1 de Janeiro	34	1 593	1 627	3 338	1 413	4 751
Ganhos e perdas actuariais das responsabilidades	(415)	(63)	(478)	763	8	771
Ganhos e perdas actuariais dos fundos	770	-	770	(517)	-	(517)
Encargos do ano:						
- Custo do serviço corrente	1 538	112	1 650	1 432	105	1 537
- Custo dos juros	1 152	76	1 228	1 020	67	1 087
- Rendimento esperado do fundo	(1 172)	-	(1 172)	(968)	-	(968)
- Outros	(33)	1	(32)	-	-	-
Contribuições efectuadas no ano e pensões pagas pelo Grupo	(1 153)	-	(1 153)	(5 034)	-	(5 034)
			-			
Passivos a entregar em 31 de Dezembro	721	1 719	2 440	34	1 593	1 627

Os custos do exercício com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2007			31.12.2006		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
Custo do serviço corrente	1 538	112	1 650	1 432	105	1 537
Custo dos juros	1 152	76	1 228	1 020	67	1 087
Rendimento esperado do fundo	(1 172)	-	(1 172)	(968)	-	(968)
Amortização do exercício	300	19	319	323	24	347
Custos do exercício	1 818	207	2 025	1 807	196	2 003

A evolução dos activos/responsabilidades em balanço pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2007			31.12.2006		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
Em 1 de Janeiro	6 913	(1 103)	5 810	3 686	(907)	2 779
Custo do exercício	(1 818)	(207)	(2 025)	(1 807)	(196)	(2 003)
Contribuições efectuadas no ano e pensões pagas pelo Banco	1 153	-	1 153	5 034	-	5 034
Outros	33	(47)	(14)	-	-	-
Em 31 de Dezembro	6 281	(1 357)	4 924	6 913	(1 103)	5 810

Os activos/ (responsabilidades) em balanço encontram-se reflectidas na rubrica de Outros activos e Outros passivos (ver Nota 25 e Nota 32).

Os activos do fundo de pensões em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 podem ser analisados como segue:

	31-12-2007	31-12-2006
	% Carteira	% Carteira
Obrigações	31,50	32,40
Acções	44,80	39,90
Investimento alternativo	15,00	16,00
Imobiliário	3,00	2,90
Liquidez	5,70	8,80
Total	100,00	100,00

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 os fundos não continham títulos emitidos por entidades do Grupo.

Prémio por antiguidade

Conforme referido na Nota 2.14, os trabalhadores que atinjam determinados níveis de antiguidade têm direito a um prémio de antiguidade, calculado com base no valor da maior retribuição mensal efectiva a que o trabalhador tenha direito no ano da sua atribuição. À data da passagem à situação de invalidez presumível, o trabalhador terá direito a um prémio de antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, as responsabilidades assumidas pelo Banco e os custos reconhecidos nos exercícios com o prémio de antiguidade são como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
Responsabilidades a 1 de Janeiro	1 854	1 620
Custo do exercício (Ver Nota 10)	280	297
Prémios pagos	39	63
Responsabilidades a 31 de Dezembro	2 095	1 854

Os pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades são os apresentados para o cálculo das pensões de reforma (quando aplicáveis).

NOTA 12 – GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
Rendas e alugueres	3 485	3 204
Publicidade e publicações	1 051	1 029
Comunicações e expedição	3 151	2 883
Conservação e reparação	676	632
Deslocações e representação	4 698	3 585
Água, energia e combustíveis	316	289
Material de consumo corrente	215	230
Serviços especializados		
Informática	1 836	2 163
Mão-de-Obra eventual	355	220
Trabalho independente	665	1 155
Segurança e vigilância	244	258
Informações	76	62
Outros serviços especializados	3 163	2 421
Outros custos	1 867	1 853
	21 798	19 984

A rubrica Outros serviços especializados inclui, entre outros, custos com banco de dados e recrutamento de pessoal.

NOTA 13 – RESULTADOS POR ACÇÃO

Resultados por acção básicos

Os resultados básicos por acção são calculados efectuando a divisão do resultado atribuível aos accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o ano.

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
Resultado líquido atribuível aos accionistas do Banco	32 358	48 252
Número médio ponderado de acções ordinárias emitidas (milhares)	14 000	14 000
Número médio ponderado de acções ordinárias em circulação (milhares)	14 000	14 000
Resultado por acção básico atribuível aos accionistas do Banco (em euros)	2,31	3,45

Resultados por acção diluídos

Os resultados por acção diluídos são calculados ajustando o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras ao número médio ponderado de acções ordinárias em circulação e ao resultado líquido.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o Banco não detinha acções potenciais ordinárias diluidoras, pelo que o resultado por acção diluído é igual ao resultado por acção básico.

NOTA 14 – CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2007 e 2006 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
Caixa	8	8
Depósitos à ordem em bancos centrais		
Banco de Portugal	5 872	7 293
Outros bancos centrais	1 207	1 437
	7 079	8 730
	7 087	8 738

A rubrica Depósitos à ordem em bancos centrais - Banco de Portugal inclui depósitos de carácter obrigatório, que têm por objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Regulamento (CE) n.º 2818/98 do Banco Central Europeu, de 1 de Dezembro de 1998, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no Banco de Portugal, são remuneradas e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo inferior a 2 anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais. Em 31 de Dezembro de 2007 a taxa de remuneração média destes depósitos ascende a 3.9276% (31 de Dezembro de 2006: 2,7975%).

NOTA 15 – DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2007 e 2006 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
Disponibilidades em outras instituições de crédito no país		
Depósitos à ordem	18 776	778
	18 776	778
Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	3 184	1 109
	3 184	1 109
	21 960	1 887

NOTA 16 – ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

A 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a rubrica activos e passivos financeiros detidos para negociação apresenta os seguintes valores:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
Activos Financeiros detidos para negociação		
Títulos		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	1 466	97
De outros emissores	3 213	12 029
Acções	127 835	183 057
Outros títulos	-	3 265
	132 514	198 448
Derivados	312 360	275 454
	444 874	473 902
Passivos Financeiros detidos para negociação		
Derivados	419 910	514 734

Em 31 de Dezembro de 2007, o valor de aquisição dos títulos detidos para negociação era de 132.507 milhares de euros (31 de Dezembro de 2006: 198.653 milhares de euros).

A 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o escalonamento dos títulos detidos para negociação por prazos de vencimento, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
Títulos detidos para negociação		
Até 3 meses	1 865	2 636
De 3 meses a um ano	2 780	92
De um a cinco anos	32	3 421
Mais de cinco anos	2	5 229
Duração indeterminada	127 835	187 070
	132 514	198 448

Conforme a política contabilística descrita na Nota 2.5, os activos financeiros ao justo valor através de resultados são aqueles adquiridos com o objectivo de serem transaccionados no curto prazo independentemente da sua maturidade.

A 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a rubrica de activos financeiros ao justo valor através de resultados, no que se refere a títulos cotados e não cotados, é repartida da seguinte forma:

	(milhares de euros)					
	31.12.2007			31.12.2006		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	1 466	-	1 466	97	-	97
De outros emissores	-	3 213	3 213	11 281	748	12 029
Acções	127 835	-	127 835	183 057	-	183 057
Outros títulos de rendimento variável	-	-	-	3 265	-	3 265
Total valor de balanço	129 301	3 213	132 514	197 700	748	198 448

A rubrica Instrumentos financeiros derivados a 31 de Dezembro de 2007 e 2006 é analisada como segue:

	(milhares de euros)					
	31-12-2007			31.12.2006		
	Nocional	Justo valor		Nocional	Justo valor	
Activo		Passivo	Activo		Passivo	
Contratos sobre taxas de câmbio						
Foward rate agreements	33 223	-	-	31 737	2	-
FX Swaps	225 563	-	-	76 509	-	-
CIRS	-	-	-	275 129	68 158	67 911
Swatons	30 000	-	-	-	-	-
FX Options	48 374	596	596	1 309 094	830	841
	337 160	596	596	1 692 469	68 990	68 752
Contratos sobre taxas de juro						
Interest Rate Swaps	10 461 040	122 663	91 153	10 518 172	85 716	84 659
Interest Rate Caps & Floors	2 052 024	5 341	5 341	2 304 360	8 541	8 541
Future Options	1 182	-	-	10 976	-	-
	12 514 246	128 004	96 494	12 833 508	94 257	93 200
Contratos sobre acções/índices						
Equity / Index Swaps	1 070 019	16 133	48 290	580 792	9 245	9 257
Equity / Index Options	3 848 382	167 032	270 657	6 988 734	102 268	343 230
Equity / Index Futures	728 197	-	-	2 011 708	-	-
	5 646 598	183 165	318 947	9 581 234	111 513	352 487
Contratos sobre crédito						
Credit Default Swaps	266 889	595	3 873	154 742	694	295
	266 889	595	3 873	154 742	694	295
Total	18 764 893	312 360	419 910	24 261 953	275 454	514 734

A 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o escalonamento dos derivados detidos para negociação por prazos de vencimento é como segue:

	(milhares de euros)			
	31-12-2007		31.12.2006	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Até 3 meses	8 964	5 435	9 451	19 205
De 3 meses a um ano	58 417	72 883	80 020	134 355
De um a cinco anos	166 806	257 311	38 307	217 114
Mais de cinco anos	78 173	84 281	147 676	144 060
	312 360	419 910	275 454	514 734

Estão incluídos derivados que estão a cobrir emissões de *fair value option* conforme quadro anexo:

Produto derivado	Activo/Passivo financeiro associado	31-12-2007		31.12.2006	
		Produto derivado		Activo/Passivo financeiro associado	
		Nocional	Justo Valor	Justo Valor	
Index Swaps	Obrigações emitidas	18783	(258)	222	
		18 783	(258)	222	

NOTA 17 – ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2007 e 2006 é analisada como segue:

	(milhares de euros)				
	Custo (1)	Reserva de justo valor		Imparidade	Valor balanço
		Positiva	Negativa		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	4 817	14	(36)	-	4 795
De outros emissores	33 775	138	(37)	(369)	33 507
Acções	3 447	647	-	(75)	4 019
Outros títulos	24 321	323	(159)	-	24 485
Saldo a 31 de Dezembro de 2006	66 360	1 122	(232)	(444)	66 806
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	3 945	-	(32)	-	3 913
De outros emissores	156 112	341	(302)	-	156 151
Acções	3 446	821	-	(75)	4 192
Outros títulos	23 353	613	(124)	-	23 842
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	186 856	1 775	(458)	(75)	188 098

(1) custo de aquisição no que se refere a acções e custo amortizado para títulos de dívida

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade em Activos financeiros disponíveis para venda são apresentados como se segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
Saldo a 31 de Dezembro	444	112
Dotações	-	369
Utilizações	-	(37)
Reversões	(361)	-
Diferenças de câmbio e outras	(8)	-
Saldo final	75	444

A 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o escalonamento dos activos financeiros disponíveis para venda por prazos de vencimento é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
Títulos disponíveis para venda		
Até 3 meses	-	3 201
De 3 meses a um ano	404	12 586
De um a cinco anos	23 565	18 419
Mais de cinco anos	136 095	4 096
Duração indeterminada	28 034	28 504
	188 098	66 806

As principais contribuições para a reserva de justo valor e para o montante de imparidade com referência a 31 de Dezembro de 2007 e 2006 podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)

2007 Descrição	Custo (1)	Reserva de Justo valor		Imparidade	Valor de mercado
		Positiva	Negativa		
OT MAI 10 5.85%	2 358	-	(18)	-	2 340
OT JUL 09 3.95%	1 182	-	(13)	-	1 169
REP.PORTUGUESA 3.25% JUL2008	405	-	(1)	-	404
MONTEPIO GERAL EUR3M+20 JAN11	7 047	-	(59)	-	6 988
LUSITANO GLOBAL CDO PLC-CLASS D	13 990	341	-	-	14 331
MONTEPIO GERAL EUR3M+25BP MAY12	4 030	-	(20)	-	4 010
CEMG-CAYMAN ISLA EUR3M+25 NOV09	8 567	-	(27)	-	8 540
BANCAJA INT CAVALE EU3M+20 JAN16	2 015	-	(181)	-	1 834
BANCO BPI CAYMAN CPTFEMY JAN2011	4 543	-	(15)	-	4 528
IBERIA1	2 389	-	(111)	-	2 278
SAPECBRU-OEU	602	821	-	-	1 423
GOTVAFBVI	1 019	229	-	-	1 248
GOTVAFDVI	1 019	214	-	-	1 233
ESPIRITO SANTO INFRASTRUCTURE FUND - I	2 500	-	(13)	-	2 487
FUNGERE	16 284	170	-	-	16 454
P.GOLFE	75	-	-	(75)	-
	68 025	1 775	(458)	(75)	69 267

(1) custo de aquisição no que se refere a acções e custo amortizado para títulos de dívida

(milhares de euros)

2006 Descrição	Custo (1)	Reserva de Justo valor		Imparidade	Valor de mercado
		Positiva	Negativa		
REP.PORTUGUESA AGO2007 4.875%	2 069	14	-	-	2 083
OT MAI 10 5.85%	1 167	-	(17)	-	1 150
OT JUL 09 3.95%	1 075	-	(17)	-	1 058
REP.PORTUGUESA 3.25% JUL2008	398	-	(2)	-	396
MONTEPIO GERAL EUR3M+20 JAN11	1 393	-	(11)	-	1 382
LUSITANO GLOBAL CDO PLC-CLASS D	1 843	135	-	-	1 978
CAIXA FINANCE APR2007 EUR3M+15	8 999	2	-	-	9 001
CEMG-CAYMAN ISLA EUR3M+25 NOV09	8 505	-	(4)	-	8 501
BANCAJA INT CAVALE EU3M+20 JAN16	1 997	1	-	-	1 998
CP CIMENTO PARTICI 7.25% NOV06	3 962	-	(22)	(369)	3 571
IBERIA1	2 388	-	(159)	-	2 229
SAPECBRU-OEU	602	647	-	-	1 249
GOTVAFBVI	1 139	168	-	-	1 307
GOTVAFDVI	1 139	155	-	-	1 294
P.GOLFE	75	-	-	(75)	-
	36 751	1 122	(232)	(444)	37 197

NOTA 18 – APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2007 e 2006 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
Aplicações em instituições de crédito no país		
Mercado monetário interbancário	10 014	49 015
Outras aplicações	-	17 700
	10 014	66 715
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
Operações de compra com acordo de revenda	1 014 617	1 021 109
Outras aplicações	14	66 661
	1 014 631	1 087 770
	1 024 645	1 154 485
Perdas por imparidade	(679)	(764)
	1 023 966	1 153 721

O escalonamento das Aplicações em instituições de crédito por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2007 e 2006, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
Até 3 meses	10 028	133 376
De 3 meses a um ano	1 014 617	1 021 109
	1 024 645	1 154 485

Os movimentos ocorridos no exercício em perdas por imparidade em empréstimos e aplicações em instituições de crédito é apresentada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
Saldo inicial	764	2
Dotações	4	782
Utilizações	-	-
Reversões	(9)	(1)
Diferenças de câmbio e outras	(80)	(19)
Saldo final	679	764

NOTA 19 – CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2007 e 2006 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
Crédito interno		
A empresas		
Créditos em conta corrente	2 719	2 848
Empréstimos	576 165	577 308
Descobertos	6	794
Outros créditos	46 936	97 109
A particulares		
Habitação	1 054	1 142
Consumo e outros	6	9
	626 886	679 210
Crédito ao exterior		
A empresas		
Descobertos	14	-
Empréstimos	-	-
	14	-
Crédito e juros vencidos		
Até 90 dias	36	6 485
Há mais de 90 dias	8 008	1 435
	8 044	7 920
	634 944	687 130
Provisão para imparidade do crédito	(9 126)	(9 015)
	625 818	678 115

Adicionalmente, o Banco tem em 31 de Dezembro de 2007 9.388 milhares de euros de provisões para riscos gerais de crédito (31 de Dezembro de 2006 - 10.699 milhares de euros), os quais de acordo com as NCA são apresentadas no passivo (Ver Nota 29).

O escalonamento do Crédito a clientes por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2007 e 2006, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
Até 3 meses	47 964	24 106
De 3 meses a um ano	24 174	77 119
De um a cinco anos	97 873	93 734
Mais de cinco anos	456 889	484 251
Duração indeterminada	8 044	7 920
	634 944	687 130

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade em empréstimos a clientes são apresentados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
Saldo inicial	9 015	7 257
Dotações	994	5 223
Utilizações	-	(2 310)
Reversões	(897)	(1 140)
Diferenças de câmbio e outras	14	(15)
Saldo final	9 126	9 015

A distribuição do Crédito a clientes por tipo de taxa é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
Taxa fixa	16 945	13 058
Taxa variável	617 999	674 072
	634 944	687 130

O Crédito a clientes repartido por tipo de garantia é apresentado de seguida:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
Créditos garantidos por hipoteca	12 043	30 859
Créditos garantidos por títulos cotados	447 569	276 242
Outras garantias	107 990	111 530
Créditos sem garantia	67 342	268 499
	634 944	687 130

NOTA 20 – DERIVADOS PARA GESTÃO DE RISCO

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 os derivados para gestão de risco em balanço analisam-se como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
Derivados para gestão de risco activos		
Contratos sobre taxas de juro	1 601	3 118
	<u>1 601</u>	<u>3 118</u>
Derivados para gestão de risco passivos		
Contratos sobre taxas de juro	(3 626)	(4 554)
	<u>(3 626)</u>	<u>(4 554)</u>
	(2 025)	(1 436)

A rubrica de Derivados para gestão de risco, inclui para além dos derivados de cobertura, os derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de determinados activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (e que não foram designados como derivados de cobertura).

Em 31 de Dezembro de 2007, a rubrica de Derivados para gestão de risco, no valor líquido de 2 025 milhares de euros de passivo líquido, inclui (i) 1 768 milhares de euros de passivo líquido relativo a derivados de cobertura (31 de Dezembro de 2006: 1 436 milhares de euros de passivo líquido) e (ii) 257 milhares de euros de passivo líquido relativos a derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de determinados activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, e que não foram designados como derivados de cobertura.

a) Derivados de cobertura

As operações de cobertura de justo valor em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)							
31.12.2007							
Produto derivado	Produto coberto	Risco coberto	Nocional	Justo valor do derivado (2)	Var. justo valor do derivado no ano	Justo valor do elemento coberto (1)	Varição do justo valor do elemento coberto no ano (1)
Interest Rate Swaps	Emissão de Obrigações	Taxa de juro	44 697	(2 004)	(358)	4 292	671
Interest Rate Swaps	Depositos	Taxa de juro	53 291	236	(119)	455	119
			97 988	(1 768)	(477)	4 747	790
(1) Atribuível ao risco coberto (2) Inclui juro corrido							

(milhares de euros)							
31.12.2006							
Produto derivado	Produto coberto	Risco coberto	Nocional	Justo valor do derivado (2)	Var. justo valor do derivado no ano	Justo valor do elemento coberto (1)	Varição do justo valor do elemento coberto no ano (1)
Interest Rate Swaps	Emissão de Obrigações	Taxa de juro	98 332	(1 789)	(1 298)	3 818	3 059
Interest Rate Swaps	Depositos	Taxa de juro	118 182	353	(625)	(336)	346
			216 514	(1 436)	(1 923)	3 482	3 405
(1) Atribuível ao risco coberto (2) Inclui juro corrido							

As variações de justo valor associadas aos activos e passivos acima descritos e aos respectivos derivados de cobertura encontram-se registadas em resultados do exercício na rubrica de Outros resultados operacionais.

Em 31 de Dezembro de 2007 a parte inefectiva das operações de cobertura de justo valor no montante de 0,1 milhões de euros (31 de Dezembro de 2006: 1,5 milhões de euros) foi registada por contrapartida de resultados. O Grupo realiza periodicamente testes de efectividade das relações de cobertura existentes.

b) Outros derivados para gestão de risco

Os outros derivados para gestão de risco incluem instrumentos destinados a gerir o risco associado a determinados activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados conforme política contabilística descrita nas Notas 2.5, 2.6 e 2.8 e que o Grupo não designou para contabilidade de cobertura. O valor de balanço dos activos e passivos ao justo valor através de resultados pode ser analisado como segue:

(milhares de euros)

Produto derivado	Passivo financeiro associado	Derivado			Passivo associado			
		Nocial	Justo valor	Varição de justo valor no ano	Justo valor	Varição de justo valor no ano	Valor de balanço	Valor de reembolso na maturidade
Obrigações	Index swap	3 660	(326)	(256)	212	234	3 981	4 193
Certificados	Index swap	15 123	69	98	(433)	(342)	15 615	15 182
		18 783	(257)	(158)	(221)	(108)	19 596	19 375

A componente do justo valor dos passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através de resultados, atribuível ao risco de crédito do Banco, ascende em 31 de Dezembro de 2007 a 118 milhares de euros de proveitos, gerados no exercício.

As operações com derivados de gestão de risco em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, por maturidades, podem ser analisadas como segue

(milhares de euros)

	31.12.2007			
	Nocial		Justo Valor	
	Derivados de cobertura	Outros derivados p/ gestão de risco	Derivados de cobertura	Outros derivados p/ gestão de risco
Até 3 meses	6 091	-	81	-
De 3 meses a um ano	7 150	9 657	(77)	58
De um a cinco anos	65 277	6 064	305	(274)
Mais de cinco anos	19 470	3 062	(2 077)	(41)
	97 988	18 783	(1 768)	(257)

	31.12.2006			
	Nocial		Justo Valor	
	Derivados de cobertura	Outros derivados p/ gestão de risco	Derivados de cobertura	Outros derivados p/ gestão de risco
De 3 meses a um ano	4 000	-	(78)	-
De um a cinco anos	115 298	-	421	-
Mais de cinco anos	97 216	-	(1 779)	-
	216 514	-	(1 436)	-

NOTA 21 – ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Em Dezembro de 2007, o BES Investimento adquiriu 80% do capital accionista da Pebble Hydro –

Empresa de consultoria, investimento e serviços, tendo os restantes 20% sido adquiridos pela EDP – Energias de Portugal.

A participação accionista actualmente detida pelo BESI deverá ser vendida à EDP – Energias de Portugal durante o ano de 2008.

Referente a esta operação, a 31 de Dezembro de 2007, encontram-se registados os montantes de 58 446 milhares de euros e 58 446 milhares de euros nas rubricas de activos não correntes detidos para venda e passivos não correntes detidos para venda, respectivamente.

NOTA 22 – OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2007 e 2006 é analisada como segue:

	31.12.2007	31.12.2006
Imóveis		
De serviço próprio	642	642
Beneficiações em edifícios arrendados	2286	2431
	2 928	3 073
Equipamento		
Equipamento informático	2878	3709
Instalações interiores	1177	1356
Mobiliário e material	1746	1882
Equipamento de segurança	183	187
Máquinas e ferramentas	673	525
Material de transporte	82	140
Outros	57	59
	6 796	7 858
	9 724	10 931
Imobilizado em curso		
Beneficiações em edifícios arrendados	40	-
Equipamento informático e outros	-	85
	40	85
	9 764	11 016
Depreciação acumulada	(6 415)	(7 527)
	(6 415)	(7 527)
	3 349	3 489

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	(milhares de euros)			
	Imóveis	Equipamento	Imobilizado em curso	Total
Custo de aquisição				
Saldo a 31 de Dezembro de 2005	2 783	6 642	208	9 633
Adições	137	397	109	643
Abates / vendas	-	(138)	-	(138)
Transferências	153	79	(232)	-
Outros movimentos *	-	878	-	878
Saldo a 31 de Dezembro de 2006	3 073	7 858	85	11 016
Adições	67	632	253	952
Abates / vendas	(212)	(1 992)	-	(2 204)
Transferências	-	298	(298)	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	2 928	6 796	40	9 764
Depreciações				
Saldo a 31 de Dezembro de 2005	1 180	5 134	-	6 314
Depreciações do exercício	220	733	-	953
Abates / vendas	-	(127)	-	(127)
Outros movimentos *	-	387	-	387
Saldo a 31 de Dezembro de 2006	1 400	6 127	-	7 527
Depreciações do exercício	237	739	-	976
Abates / vendas	(155)	(1 933)	-	(2 088)
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	1 482	4 933	-	6 415
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2007	1 446	1 863	40	3 349
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2006	1 673	1 731	85	3 489

(*) O valor é essencialmente composto pela incorporação de activos da sucursal de Espanha

NOTA 23 – ACTIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2007 e 2006 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
Adquiridos a terceiros		
Sistema de tratamento automático de dados	7638	7284
Outras	533	517
	8 171	7 801
Imobilizações em curso		
	20	122
	8 191	7 923
Amortização acumulada		
	(7 232)	(6 493)
	(7 232)	(6 493)
	959	1 430

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

(milhares de euros)

	Sistema de tratamento automático de dados	Outras imobilizações	Imobilizado em curso	Total
Custo de aquisição				
Saldo a 31 de Dezembro de 2005	5 531		570	6 101
Adições:	-	-	-	-
Adquiridas a terceiros	177	14	139	330
Transferências	84	503	(587)	-
Outros Movimentos (*)	1 492	-	-	1 492
Saldo a 31 de Dezembro de 2006	7 284	517	122	7 923
Adições:				
Adquiridas a terceiros	215	-	53	268
Transferências	139	16	(155)	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	7 638	533	20	8 191
Amortizações				
Saldo a 31 de Dezembro de 2005	5 177	-	-	5 177
Amortizações do exercício	786	120	-	906
Outros Movimentos (*)	410	-	-	410
Saldo a 31 de Dezembro de 2006	6 373	120	-	6 493
Amortizações do exercício	564	175	-	739
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	6 937	295	-	7 232
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2007	701	238	20	959
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2006	911	397	122	1 430

NOTA 24 – INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E ASSOCIADAS

Os dados financeiros relativos às empresas subsidiárias e associadas, são apresentados no quadro seguinte:

(milhares de euros)

	31.12.2007				31.12.2006			
	Nº de acções	Participação directa no capital	Valor nominal (Euro)	Custo da participação	Nº de acções	Participação directa no capital	Valor nominal (Euro)	Custo da participação
KUTHAYA	2	100,00%	2 500,00	5,00	2	100,00%	2 500,00	5,00
BRB INTERNACIONAL	38 000	19,00%	5,00	7.627,69	38 000	19,00%	5,00	7.627,69
PRO SPORT	1 900	19,00%	6,02	189,05	1 900	19,00%	6,02	189,05
APOLO FILMS	16 508	19,00%	6,01	581,91	16 508	19,00%	6,01	581,91
COMINVEST	375 000	25,00%	5,00	2.089,02	375 000	25,00%	5,00	2.089,02
COPORGEST	10 000	20,00%	5,00	50,00	10 000	20,00%	5,00	50,00
ESSI COMUNICAÇÕES SGPS,S.A.	10 000	100,00%	5,00	50,00	10 000	100,00%	5,00	50,00
ESSI INVESTIMENTOS, SGPS,S.A.	210 000	100,00%	5,00	1.050,00	210 000	100,00%	5,00	1.050,00
ESPIRITO SANTO INVESTMENT PI	164 994	100,00%	5,00	824,97	164 994	100,00%	5,00	824,97
				12 468				12 468
Perdas por imparidade				(8 987)				(8 987)
				3 481				3 481

O movimento das perdas por imparidade relativas aos investimentos em subsidiárias e associadas foi como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
Saldo inicial	8 987	10 037
Reversões	-	(1 050)
Saldo final	8 987	8 987

NOTA 25 – OUTROS ACTIVOS

A rubrica Outros activos a 31 de Dezembro de 2007 e 2006 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
Devedores e outras aplicações		
Cauções prestadas pela realização de contratos de opções	208 910	176 707
Cauções prestadas pela realização de contratos de futuros	78 771	70 803
Suprimentos, prestações suplementares e activos subordinados	204 605	144 583
Sector público administrativo	25	136
Outros devedores diversos	20 556	17 328
	<u>512 867</u>	<u>409 557</u>
Perdas por imparidade para devedores e outras aplicações	(6 658)	(6 004)
	<u>506 209</u>	<u>403 553</u>
Outros activos		
Ouro, outros metais preciosos, numismática, medalhística e outras disponibilidades	102	1 033
Outros activos	1 527	1 215
	<u>1 629</u>	<u>2 248</u>
Despesas com custo diferido	<u>1 248</u>	<u>1 465</u>
Outras contas de regularização		
Operações cambiais a liquidar	-	-
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	346 587	256 024
Outras operações a regularizar	7 935	17 393
	<u>354 522</u>	<u>273 417</u>
Pensões de reforma (ver Nota 11)	4 924	6 913
	<u>868 532</u>	<u>687 596</u>

As rubricas de Operações sobre valores mobiliários a regularizar, evidenciam o saldo das ordens de compra e venda do Banco que aguardam a respectiva liquidação financeira.

Os movimentos ocorridos em perdas por imparidade em Outros activos são apresentados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
Saldo inicial	6 004	6 620
Dotações	3 331	2 695
Reversões	(2 674)	(3 308)
Diferenças de câmbio e outras	(3)	(3)
Saldo final	6 658	6 004

NOTA 26 – RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

A rubrica de Recursos de outras instituições financeiras é apresentada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
No país		
Mercado monetário interbancário	69 511	304 432
Depósitos	69	8
Outros recursos	99 897	107 215
	169 477	411 655
No estrangeiro		
Operações de venda com acordo de recompra	59 485	152 548
Depósitos	71	25
Outros recursos	388 026	239 434
	447 582	392 007
	617 059	803 662

O escalonamento dos Recursos de outras instituições de crédito por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2007 e 2006, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
Até 3 meses	557 574	803 662
De 3 meses a um ano	59 485	-
	617 059	803 662

NOTA 27 – RECURSOS DE CLIENTES

O saldo da rubrica Recursos de clientes e outros empréstimos é composto, quanto à sua natureza, como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
Depósitos à vista		
Depósitos à ordem	30 610	41 967
Depósitos a prazo		
Depósitos a prazo	160 295	151 181
Outros recursos		
Operações com acordo de recompra	947 247	860 100
Outros	78 917	6 416
	1 026 164	866 516
	1 217 069	1 059 664

O escalonamento dos Recursos de clientes e outros empréstimos por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2007 e 2006, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
Exigível à vista	31 608	48 383
Exigível a prazo		
Até 3 meses	1 043 900	977 014
De um a cinco anos	141 561	34 267
	1 185 461	1 011 281
	1 217 069	1 059 664

NOTA 28 – RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

A rubrica Responsabilidades representadas por títulos decompõe-se como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
Responsabilidades representadas por títulos		
Obrigações de caixa	30 846	35 228
Outras Obrigações	7 446	9 136
Certificados de Depósito	15 615	14 255
	53 907	58 619

Durante o exercício de 2007, o Banco procedeu à emissão de 10 000 milhares de euros de títulos (36 677 milhares de euros durante 2006).

A duração residual das Responsabilidades representadas por títulos, a 31 de Dezembro de 2007 e 2006, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
De 3 meses a um ano	17 352	8 344
De um a cinco anos	24 905	37 404
Mais de cinco anos	11 650	12 871
	53 907	58 619

As características essenciais destes recursos, em 31 de Dezembro de 2007, são como segue:

								(milhares de euros)
								31-12-2007
Entidade	Descrição	Moeda	Data Emissão	Valor emitido	Valor de Balanço	Maturidade	Taxa de Juro	
BESI	BESI CAIXA(BEST) TX F JUN08 PLUS	EUR	30-06-2004	3 500	3 512	30-06-2008	Snowball i)	
BESI	BESI CAIXA (BEST) TX FIXA	EUR	30-06-2004	2 500	2 487	30-06-2008	Taxa Fixa Crescente	
BESI	BESI RENDIM PLUSII TX VAR AGO08	EUR	30-08-2004	1 150	1 118	30-08-2008	Snowball i)	
BESI	BESI CAIXA BEST ACCOES EUROPA 4%	a)	EUR	11-02-2005	2 500	2 528	11-02-2010	Indexada Cabaz Acções g)
BESI	BESI MULTISTRATEGIA MAR2010	a)	EUR	31-03-2005	3 000	2 954	31-03-2010	Indexada Cabaz Indices b)
BESI	BESI OBRIG RENDIMENT 20% MAY2015		EUR	11-05-2005	2 700	2 283	11-05-2015	Taxa Fixa 5% + Indexada a CMS
BESI	BESI OBRIG BULL&BEAR JUN10	a)	EUR	28-06-2005	1 500	1 523	28-06-2010	Indexada a DJ Eurostoxx 50
BESI	BESI CX RANGE ACCR AND FX NOV11	EUR	30-11-2005	6 674	4 110	30-11-2011	Range accrual	
BESI	BESI OBCX R.ACCRUAL TARN MAR2016	EUR	29-03-2006	4 913	2 981	29-03-2016	Taxa Fixa 6% + Range Accrual	
BESI	BESI OB CX RENDIM STEP UP APR14	EUR	31-03-2006	3 458	3 365	01-04-2014	Taxa Fixa Crescente	
BESI	BESI CAIXA 6.15% NIKKEI JAN2011	a)	EUR	31-01-2006	4 285	3 982	31-01-2011	Indexada a Nikkei 225
BESI	BESI CERT DUAL5%+SX5E JUN09	a)	EUR	30-06-2006	4 734	2 362	30-06-2009	Taxa Fixa 5% + Indexada a DJ Eurostoxx 50
BESI	BESI VMOP OREY JUN2009	EUR	05-07-2006	9 975	7 446	30-06-2009	Taxa Fixa 14.75%	
BESI	BESI CERT DUALREND+EUSTOXX AUG14	a)	EUR	25-08-2006	3 013	3 021	26-08-2014	Taxa Fixa 6.6743% + Indexada a DJ Eurostoxx 50
BESI	BESI CERT INDEX BASKET JUL2008	a)	EUR	24-01-2007	10 017	10 235	24-07-2008	
Total				63 919	53 907			

a) emissões com derivados embutidos ou ao fair value option

b) indexada a cabaz composto pelos índices EUGATR, Eurostoxx 50, Short EUR/Long USD, Goldman Sachs Commodity Index Excess Return

g) indexada a cabaz composto pelas Acções Altadis, Deutsche Bank, Deutsche Telecom, Inditex, Nokia, Banco Popular

h) indexada a cabaz composto pelos índices Dow Jones Eurostoxx 50, S&P 500 e Nikkei 225

i) indexada a Cupão Anterior + Spread - Euribor

NOTA 29 – PROVISÕES

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a rubrica Provisões apresenta os seguintes movimentos:

	(milhares de euros)		
	Provisões para riscos gerais de crédito	Provisões para outros riscos e encargos	Total
Saldo a 31 de Dezembro de 2005	8 138	3 500	11 638
Dotações	2 561	1 425	3 986
Reversões	-	(2 000)	(2 000)
Transferências	-	(1 500)	(1 500)
Saldo a 31 de Dezembro de 2006	10 699	1 425	12 124
Dotações	187	1 400	1 587
Reversões	(1 479)	-	(1 479)
Utilizações	-	(1 425)	(1 425)
Diferenças de câmbio e outras	(19)	-	(19)
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	9 388	1 400	10 788

As provisões para outros riscos e encargos destinam-se a cobrir a probabilidade de ocorrência de determinadas contingências relacionadas com a actividade do Banco.

NOTA 30 – IMPOSTOS

O Banco está sujeito a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente Derrama.

O cálculo do imposto corrente e diferido do exercício de 2007 e do imposto diferido de 2006 foi apurado pelo BESl com base numa taxa nominal de IRC e derrama municipal de 26,5%, de acordo com a Lei nº 107-B/2003, de 31 de Dezembro e a Lei nº2/2007, de 15 de Janeiro (que aprova a Lei das Finanças Locais). O cálculo do imposto corrente de 2006 foi apurado com base numa taxa nominal de IRC e derrama municipal de 27.5%.

As declarações de autoliquidação do Banco, relativas aos exercícios de 2007 e anteriores, ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração do Banco que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

Com a divulgação de um entendimento da Administração Fiscal relativamente aos Instrumentos Financeiros Derivados, no ano de 2007, a mesma gerou um Imposto Diferido Activo, que se encontra reconhecido na rubrica “Outros”.

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 2007 e 2006 podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	Activo		Passivo		Líquido	
	31.12.2007	31.12.2006	31.12.2007	31.12.2006	31.12.2007	31.12.2006
Instrumentos financeiros derivados	9 654	34 404	-	-	9 654	34 404
Activos financeiros detidos para venda	-	-	(217)	(245)	(217)	(245)
Crédito a clientes	3 131	4 666	-	-	3 131	4 666
Investimentos em subsidiárias e associadas	-	-	(1 113)	(842)	(1 113)	(842)
Provisões	371	378	-	-	371	378
Outros	-	-	(2 712)	(2 000)	(2 712)	(2 000)
Créditos fiscais resultantes de dupla tributação	-	1 247	-	-	-	1 247
Imposto diferido activo/(passivo)	13 156	40 695	(4 042)	(3 087)	9 114	37 608
Compensação de activos/passivos por impostos diferidos	(4 042)	(3 087)	4 042	3 087	-	-
Imposto diferido activo/(passivo) líquido	9 114	37 608	-	-	9 114	37 608

O movimento ocorrido na rubrica de impostos diferidos são apresentadas como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2007	31.12.2006
Saldo a 31 de Dezembro	37 608	17 040
Reconhecido em resultados	(28 522)	20 559
Reconhecido em reservas de justo valor	28	(100)
Reconhecido em outras reservas	-	-
Variação cambial e outros	-	109
Saldo final	9 114	37 608

O movimento do imposto diferido de balanço em 2007 e 2006 explica-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2007		31.12.2006	
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas
Impostos Diferidos				
Instrumentos financeiros derivados	24 750	-	(20 457)	-
Activos financeiros disponíveis para venda	-	(28)	-	100
Crédito a clientes	1 535	-	(1 168)	-
Investimentos em subsidiárias e associadas	271	-	-	-
Provisões	7	-	(571)	-
Outros	712	-	212	-
Créditos fiscais resultantes de dupla tributação	1 247	-	1 425	-
	<u>28 522</u>	<u>(28)</u>	<u>(20 559)</u>	<u>100</u>
Impostos Correntes	(19 229)	67	30 912	-
Total do imposto reconhecido	9 293	39	10 353	100

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)			
	31.12.2007		31.12.2006	
	%	Valor	%	Valor
Resultado antes de impostos		41 651		58 605
Taxa de imposto do BES I	26,5		27,5	
Imposto apurado com base na taxa de imposto do BES I		11 038		16 116
Dividendos excluídos de tributação	(17,0)	(7 074)	(14,7)	(8 632)
Alterações de estimativas	2,9	1 220	(0,3)	(193)
Custos não dedutíveis	1,4	603	2,0	1 194
Outros	8,4	3 506	3,2	1 868
	22,3	9 293	17,7	10 353

NOTA 31 – PASSIVOS SUBORDINADOS

A rubrica Passivos subordinados a 31 de Dezembro de 2007 e 2006 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
Obrigações de caixa	69 246	99 678
	69 246	99 678

As principais características dos passivos subordinados são apresentadas como seguem:

Empresa emitente	Designação	Data emissão	(milhares de euros)			
			31.12.2007		Taxa de juro	Maturidade
			Valor de Emissão	Valor de Balanço		
BESI	BESI SUBORDINADAS OCT2033 5.5%	2003	10 000	9 031	5,5000%	2033
BESI	BESI CAIXA SUB DEC15	2005	60 000	60 000	5,3260%	2010 (a)
Sub-total				69 031		
Juro Corrido				215		
				69 246		

(a) data da call

Designação	Data emissão	Valor de Emissão	(milhares de euros)		
			31.12.2006	Taxa de juro	Maturidade
			Valor de Balanço		
BANCO ESSI SUB.96/06 (EURO)	1996	29 928	29 283	2,6220%	2006
BESI SUBORDINADAS OCT2033 5.5%	2003	10 000	9 646	5,5000%	2033
BESI CAIXA SUB DEC15	2005	60 000	60 000	6,6000%	2015
			98 929		
			749		
			99 678		

Durante os exercícios de 2007 foram reembolsados 29 283 milhares de euros.

NOTA 32 – OUTROS PASSIVOS

A rubrica Outros passivos a 31 de Dezembro de 2007 e 2006 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
Credores e outros recursos		
Sector público administrativo	3 518	3 189
Credores diversos		
Credores por operações sobre valores mobiliários	183 006	92 582
Credores por fornecimento de bens	1 780	1 651
Credores por benefícios de saúde (ver Nota 11)	-	1 103
Outros credores	12 638	10 552
	200 942	109 077
Custos a pagar		
Prémios por antiguidade (ver Nota 11)	2 095	1 854
Outros custos a pagar	4 488	2 886
	6 583	4 740
Receitas com proveito diferido	383	326
Outras contas de regularização		
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	403 914	251 997
Operações cambiais a liquidar	2 441	3 252
Outras operações a regularizar	21 675	15 605
	428 030	270 854
	635 938	384 997

As rubricas de Operações sobre valores mobiliários a regularizar, em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, evidenciam o saldo das ordens de venda e compra em bolsa do Banco que aguardam a respectiva liquidação financeira.

NOTA 33 – CAPITAL, PRÉMIOS DE EMISSÃO

Acções ordinárias

Em 31 de Dezembro de 2007, o capital social do Banco encontrava-se representado por 14 milhões de acções, com um valor nominal de 5 euros cada, as quais encontram-se totalmente subscritas e realizadas pelo Banco Espírito Santo, S.A.

Prémios de emissão

Durante o exercício de 2007 não se procedeu a qualquer emissão ou reembolso de acções representativas do capital social.

Em 31 de Dezembro de 2007, os prémios de emissão são representados por 8 796 milhares de euros, referentes ao prémio pago pelos accionistas no aumento de capital ocorrido em Julho de 1998.

NOTA 34 – RESERVAS DE JUSTO VALOR, OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS**Reserva legal, reservas de justo valor e outras reservas**

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. A legislação portuguesa aplicável ao sector bancário (Artigo 97º do Decreto-lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro) exige que a reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital.

Reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores. O valor desta reserva é apresentado líquido de imposto diferido.

Durante os exercícios de 2007 e 2006, os movimentos ocorridos nestas rubricas foram os seguintes:

(milhares de euros)

	Reservas de justo valor			Outras Reservas e Resultados Transitados		
	Activos financeiros disponíveis p/ venda	Reservas por impostos	Total Reserva de justo valor	Reserva Legal	Outras reservas e Resultados Transitados	Total Outras Reservas e Res.Trans.
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	1 133	(145)	988	13 123	(8 587)	4 536
Alterações de justo valor	(243)	(100)	(343)	-	-	-
Dividendos de acções ordinárias	-	-	-	-	(4 032)	(4 032)
Dealer	-	-	-	-	(2 861)	(2 861)
Constituição de reservas	-	-	-	6 754	38 189	44 943
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	890	(245)	645	19 877	22 709	42 586
Alterações de justo valor	427	(40)	387	-	-	-
Dividendos de acções ordinárias	-	-	-	-	(7 692)	(7 692)
Constituição de reservas	-	-	-	6 785	18 997	25 782
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	1 317	(285)	1 032	26 662	34 014	60 676

A reserva de justo valor explica-se da seguinte forma:

(milhares de euros)

	31.12.2007	31.12.2006
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda	186 856	66 360
Imparidade acumulada reconhecida	(75)	(444)
imparidade	186 781	65 916
Valor de mercado dos activos financeiros disponíveis para venda	188 098	66 806
Ganhos potenciais reconhecidos na reserva de justo valor	1.317	890
Impostos	(285)	(245)
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	1 032	645

O movimento da reserva de justo valor, líquida de impostos diferidos, no exercício de 2007 pode ser assim analisada:

(milhares de euros)

	31.12.2007	31.12.2006
Saldo em 1 de Janeiro	645	988
Varição de justo valor	619	107
Alienações do exercício	(192)	(350)
Impostos reconhecidos no exercício em reservas	(40)	(100)
Saldo em 31 de Dezembro	1 032	645

NOTA 35 – PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, existiam os seguintes saldos relativos a contas extrapatrimoniais:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
Passivos e avales prestados		
Garantias e avales prestados	190 718	107 904
Activos financeiros dados em garantia	103 521	98 691
	294 239	206 595
Compromissos		
Compromissos irrevogáveis	63 773	101 175
	63 773	101 175

As garantias e avales prestados são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte do Banco.

Os compromissos irrevogáveis, representam acordos contratuais para a concessão de crédito com os clientes do Banco (p.e. linhas de crédito não utilizadas) os quais, de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros requisitos de expiração e, normalmente, requerem o pagamento de uma comissão. Substancialmente todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes passivos contingentes e compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade quer do cliente quer do negócio que lhes estão subjacentes, sendo que o Banco requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

Em 31 de Dezembro de 2007, a rubrica de activos financeiros dados em garantia inclui:

Títulos dados em garantia ao Banco de Portugal no âmbito do Sistema de Pagamento de Grandes Transacções no montante de 25 595 milhares de euros (31 de Dezembro de 2006: 26 243 milhares de euros);

Valor dado em garantia ao Mercado Oficial Espanhol de Opções e Futuros Financeiros no montante de 77.926 milhares de euros (2006 - 70 377 milhares de euros).

Adicionalmente, as responsabilidades evidenciadas em contas extrapatrimoniais relacionadas com a prestação de serviços bancários são como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2007	31.12.2006
Responsabilidades por prestação de serviços		
Depósito e guarda de valores	4 224 883	3 860 683
	4 224 883	3 860 683

NOTA 36 – TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O valor das transacções do Banco com partes relacionadas em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, assim como os respectivos custos e proveitos reconhecidos no período em análise, resumem-se como segue:

	31.12.2007					31.12.2006				
	Aplicações	Recursos	Garantias	Proveitos	Custos	Aplicações	Recursos	Garantias	Proveitos	Custos
(milhares de euros)										
Empresas subsidiárias										
ESIP	-	296 586	-	148 405	138 233	66 661	144 545	-	100 023	83 311
ESSI INV.SGPS	-	5 372	-	-	-	-	13 583	-	-	-
ES CAPITAL	-	24 446	90	163	370	-	18 747	-	-	-
ESSI SGPS	-	3 225	-	-	-	-	4 983	-	606	58
ESSI COMUNICAÇÕES	-	424	-	-	-	-	469	-	-	-
COMINVEST (a)	-	4 792	76	-	-	-	-	-	-	-
KUTAYA	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-
BES INVESTIMENTO BRASIL, S.	-	-	16 982	-	-	-	-	7 593	-	-
	-	334 846	17 148	148 568	138 603	66 661	182 328	7 593	100 629	83 369
Empresas associadas										
COMINVEST (a)	-	-	-	-	-	-	3 501	73	-	-
	-	-	-	-	-	-	3 501	73	-	-

a) Em Maio 2007 foram adquiridos 24% da empresa Cominvest SGII,S.A.

NOTA 37 – GESTÃO DOS RISCOS DE ACTIVIDADE

Em termos de política de gestão dos riscos, é apresentada a seguinte informação qualitativa do BESI.

O controlo e a gestão dos riscos, pelo papel que têm vindo a desempenhar no apoio activo à gestão, apresentam-se como um dos principais eixos estratégicos de suporte ao seu desenvolvimento equilibrado e sustentado.

A direcção de risco tem mantido como principais, os seguintes objectivos:

Identificação, quantificação e controlo dos diferentes tipos de risco assumidos, adoptando progressivamente princípios e metodologias uniformes;

Contribuição contínua para o aperfeiçoamento de ferramentas de apoio à estruturação de operações e do desenvolvimento de técnicas internas de avaliação de performance e de optimização da base de capital;

gestão pró activa de situações de atraso significativo e incumprimentos de obrigações contratuais.

Risco de crédito

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com o BESI no âmbito da sua actividade creditícia. O risco de crédito está essencialmente presente nos produtos tradicionais bancários – empréstimos, garantias e outros passivos contingentes – e em produtos de negociação – *swaps*, *forwards* e opções (risco de contraparte).

É efectuada uma gestão permanente das carteiras de crédito que privilegia a interacção entre as várias equipas envolvidas na gestão de risco ao longo das sucessivas fases da vida do processo de crédito. Esta abordagem é complementada pela introdução de melhorias contínuas das metodologias e ferramentas de avaliação e controlo dos riscos.

O acompanhamento do perfil de risco de crédito do BESI, nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito e monitorização das perdas creditícias, é efectuada regularmente. São igualmente objecto de análises diárias o cumprimento dos limites de crédito aprovados e o correcto funcionamento dos mecanismos associados às aprovações de linhas de crédito no âmbito da actividade corrente das áreas de negócio.

Concentração de riscos

A repartição do Crédito sobre clientes e títulos por sectores de actividade, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, encontra-se apresentada conforme segue:

(milhares de euros)

31.12.2007								
	Crédito sobre clientes				Activos financeiros detidos para negociação		Activos financeiros detidos para venda	
	Valor bruto		Imparidade		Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade
	Crédito vivo	Crédito Vencido	Crédito vivo	Crédito Vencido				
Agricultura, Sicultura e Pesca	-	1 219	-	1 358	-	-	-	-
Indústrias Extractivas	-	-	-	-	-	-	-	-
Indústrias Alimentares, das Bebidas e Tabac	-	-	-	-	599	-	-	-
Texteis e Vestuário	-	-	-	-	-	-	-	-
Curtes e Calçado	-	-	-	-	-	-	-	-
Madeira e Cortiça	-	-	-	-	-	-	-	-
Papel e Indústrias Gráficas	13 748	-	-	6	2 555	-	-	-
Refinação de Petróleo	-	-	-	-	-	-	-	-
Produtos Químicos e de Borracha	-	-	-	-	-	-	-	-
Produtos Minerais não Metálicos	-	-	-	192	-	-	-	-
Indústrias Metalúrgicas de Base e p. metálic	-	-	-	-	-	-	-	-
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctric	-	-	-	19	-	-	-	-
Fabricação de Material de Transporte	-	-	-	-	935	-	-	-
Outras Industrias Transformadoras	-	-	-	-	1 947	-	1 433	-
Electricidade, Gás e Água	71.185	-	-	7	56 867	-	-	-
Construção e Obras Públicas	27 564	-	-	495	763	-	-	-
Comércio por Grosso e a Retalho	-	-	-	178	1 037	-	-	-
Turismo	-	-	-	4	-	-	-	-
Transportes e Comunicações	24 591	6 387	-	6 496	11 241	-	-	-
Actividades Financeiras	8 932	36	-	63	307 317	-	49 063	-
Actividades Imobiliárias	37 144	-	-	229	-	-	-	-
Serviços Prestados às Empresas	425.359	402	1 313	1.184	2 780	-	901	-
Administração e Serviços Públicos	-	-	-	140	2 005	-	3 913	-
Outras actividades de serviços colectivos	20 031	-	-	151	503	-	50	-
Crédito à Habitação	1 054	-	-	5	-	-	-	-
Crédito a Particulares	6	-	-	0	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	24 551	-	132 812	75
TOTAL	629 614	8 044	1 313	10 527	413 100	-	188 172	75

31.12.2006								
	Crédito sobre clientes				Activos financeiros detidos para negociação		Activos financeiros detidos para venda	
	Valor bruto		Imparidade		Valor bruto	Imparidade	Imparidade	Valor bruto
	Crédito vivo	Crédito Vencido	Crédito vivo	Crédito Vencido				
Agricultura, Sicultura e Pesca	970	1 422	-	1 357	-	-	-	-
Indústrias Extractivas	-	-	-	-	1	-	-	-
Indústrias Alimentares, das Bebidas e Tabaco	-	-	-	-	883	-	-	-
Madeira e Cortiça	-	-	-	-	130	-	-	-
Papel e Indústrias Gráficas	-	19	-	6	3 805	-	-	-
Refinação de Petróleo	-	-	-	-	3 147	-	-	-
Produtos Químicos e de Borracha	-	-	-	-	12	-	-	-
Produtos Minerais não Metálicos	-	-	-	-	36	-	1 395	-
Indústrias Metalúrgicas de Base e p. metálicos	-	15	-	15	-	-	-	-
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	-	9	-	9	-	-	-	-
Fabricação de Material de Transporte	-	-	-	-	1 430	-	-	-
Outras Industrias Transformadoras	-	-	-	-	1 150	-	1 259	-
Electricidade, Gás e Água	96.668	-	-	-	50 869	-	-	-
Construção e Obras Públicas	34 827	428	-	338	1 207	-	-	-
Comércio por Grosso e a Retalho	803	182	-	182	282	-	-	-
Turismo	-	-	-	-	14	-	-	-
Transportes e Comunicações	33 097	6 588	-	6 529	32 642	-	-	-
Actividades Financeiras	794	196	-	30	308 025	304	56 512	369
Actividades Imobiliárias	44 354	363	-	249	195	-	-	-
Serviços Prestados às Empresas	149.401	955	427	842	16 921	-	900	-
Administração e Serviços Públicos	73 513	1 262	-	206	526	-	4 794	-
Outras actividades de serviços colectivos	243 632	396	711	337	4 708	-	231	-
Crédito à Habitação	1 142	-	-	6	-	-	-	-
Crédito a Particulares	9	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	48 223	-	2 159	75
TOTAL	679 210	11 835	1 138	10 106	474 206	304	67 250	444

Risco de mercado

O Risco de Mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio e preços de acções.

Ao nível do risco de mercado o principal elemento de mensuração de riscos consiste na estimação das perdas potenciais sob condições adversas de mercado, para o qual a metodologia Value at Risk (VaR) é utilizada. O BESI utiliza um VaR com recurso à simulação de Monte Carlo, com um intervalo de confiança de 99% e um período de investimento de 10 dias. As volatilidades e correlações são históricas com base num período de observação de um ano.

De forma a melhorar a medida do VaR têm vindo a ser desenvolvidas outras iniciativas, como exercícios de *back-testing* que consistem na comparação entre as perdas previstas no modelo e as perdas efectivas. Estes exercícios permitem aferir a aderência do modelo à realidade e assim melhorar as capacidades predictivas do mesmo. Como complemento ao VaR têm sido desenvolvidos cenários extremos (*stress-testing*) que permitem avaliar os impactos de perdas potenciais superiores às consideradas na medida do VaR.

	milhões de euros							
	31.12.2007				31.12.2006			
	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo
Risco cambial	0,25	0,16	0,30	0,02	0,04	0,12	0,29	0,04
Risco taxa de juro	0,23	0,25	0,50	0,01	0,06	0,09	0,29	0,04
Acções	4,55	2,97	5,54	1,66	4,85	3,00	6,27	1,54
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Covariância	0,21	0,14	0,05	0,25	0,09	0,12	0,07	0,20
Total	4,82	3,25	5,68	1,83	4,85	3,09	6,38	1,60

O BESI encerrou o ano com um VaR de 4.82 milhões de Euros para as suas posições de negociação, registando uma ligeira redução de 0.6% face ao ano transacto.

No seguimento das recomendações de Basileia II (Pilar 2) e da Instrução nº 19/2005, do Banco de Portugal, o BESI calcula a sua exposição ao risco de taxa de juro de balanço baseado na metodologia do Bank of International Settlements (BIS) classificando todas as rubricas do activo, passivo e extrapatrimoniais, que não pertençam à carteira de negociação, por escalões de *repricing*.

	(milhões de euros)						
	31.12.2007						
	Valor de balanço	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Caixa	7 #	7 -	- -	- -	- -	- -	-
Aplicações e disp. em ICs	1 047 #	22 -	1 025 -	- -	- -	- -	-
Crédito a clientes	630 #	73 -	267 -	278 -	12 -	- -	-
Títulos	320 #	156 -	28 -	3 -	116 -	3 -	14
Fora de balanço	6 778 #	- -	1 327 -	1 880 -	793 -	1 487 -	1 291
Total	8 782	258	2 646	2 161	922	1 491	1 305
Recursos de outras ICs	615 #	1 -	400 -	115 -	100 -	- -	-
Depósitos	268 #	88 -	93 -	55 -	- -	32 -	-
Repo's com clientes	947 #	- -	947 -	- -	- -	- -	-
Títulos Emitidos*	124 #	- -	62 -	- -	17 -	23 -	23
Acções Preferenciais	- #	- -	- -	- -	- -	- -	-
Fora de Balanço	6 775 #	- -	1 341 -	1 890 -	831 -	1 439 -	1 273
Total	8 729	88	2 843	2 060	948	1 494	1 295
GAP (Activos - Passivos)	53	169	(197)	101	(26)	(3)	10

* Os montantes em risco estão ao valor nominal

	31.12.2006						
	Valor de balanço	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Caixa	9 #	9 -	- -	- -	- -	- -	-
Aplicações e disp. em ICs	1 156 #	2 -	1 153 -	- -	- -	- -	-
Crédito a clientes	687 #	15 -	302 -	272 -	95 -	2 -	1
Títulos	266 #	214 -	32 -	10 -	2 -	3 -	3
Fora de balanço	5 794 #	- -	1 615 -	1 591 -	299 -	1 193 -	1 096
Total	7 911	239	3 103	1 873	396	1 199	1 100
Recursos de outras ICs	802 #	1 -	801 -	- -	- -	- -	-
Depósitos	199 #	25 -	57 -	54 -	20 -	35 -	8
Repo's com clientes	860 #	- -	860 -	- -	- -	- -	-
Títulos Emitidos*	160 #	- -	92 -	- -	8 -	35 -	24
Ações Preferenciais	- #	- -	- -	- -	- -	- -	-
Fora de Balanço	5 797 #	- -	1 608 -	1 609 -	382 -	1 131 -	1 068
Total	7 817	26	3 417	1 662	410	1 201	1 100
GAP (Activos - Passivos)	94	213	(314)	211	(14)	(2)	0

* Os montantes em risco estão ao valor nominal

O modelo utilizado para o cálculo da análise de sensibilidade do risco de taxa de juro da carteira bancária baseia-se numa aproximação ao modelo da duração, sendo efectuados cenários paralelos.

	milhões de euros			
	31.12.2007		31.12.2006	
	Aumento paralelo de 100 pb	Diminuição paralela de 100 pb	Aumento paralelo de 100 pb	Diminuição paralela de 100 pb
Em 31 de Dezembro	0,5	(0,5)	(2,0)	2,0
Média do período	(1,6)	1,6	(1,3)	1,3
Máximo para o período	0,5	2,6	(0,3)	2,0
Mínimo para o período	(2,6)	(0,5)	(2,0)	0,3

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de activos e passivos financeiros do BESl, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, bem assim como os respectivos saldos médios e os juros do exercício:

	31.12.2007			31.12.2006		
	Saldo médio do exercício	Juro do período	Taxa de juro média	Saldo médio do exercício	Juro do período	Taxa de juro média
Activos monetários	1 100 768	80 760	7,34%	786 911	37 660	4,79%
Crédito a clientes	688 468	47 821	6,95%	554 536	27 224	4,91%
Aplicações em títulos	271 424	2 885	1,06%	221 606	32 336	14,59%
Activos financeiros	2 060 660	131 466	6,38%	1 563 052	97 220	6,22%
Recursos monetários	780 372	67 828	8,69%	593 683	49 291	8,30%
Recursos de clientes	1 132 468	12 240	1,08%	774 361	7 594	0,98%
Outros recursos	132 534	44 446	33,54%	148 056	25 654	17,33%
Passivos financeiros	2 045 373	124 514	6,09%	1 516 099	82 539	5,44%
Resultado Financeiro		6 952	0,29%		14 681	1,80%

Em especial no que se refere ao risco cambial, a repartição dos activos e dos passivos, a 31 de Dezembro de 2007 e 2006, por moeda, é analisado como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2007						Valor Total
	Euros	Dólares Norte Americanos	Libras Esterlinas	Yenes Japoneses	Reais Brasileiros	Outras Moedas Estrangeiras	
Activo							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	7 081	-	6	-	-	-	7 087
Disponibilidades em outras instituições de crédito	20 191	87	701	164	29	788	21 960
Activos financeiros detidos para negociação	399 508	14 594	30 761	11	-	-	444 874
Activos financeiros disponíveis para venda	185 617	2 481	-	-	-	-	188 098
Aplicações em instituições de crédito	1 024 801	(849)	-	14	-	-	1 023 966
Crédito a clientes	625 835	(17)	-	-	-	-	625 818
Derivados de cobertura	1 601	-	-	-	-	-	1 601
Activos não correntes detidos para venda	58 446	-	-	-	-	-	58 446
Outros activos tangíveis	3 349	-	-	-	-	-	3 349
Activos intangíveis	959	-	-	-	-	-	959
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolid	3 481	-	-	-	-	-	3 481
Activos por impostos correntes	3 246	-	1 321	-	-	-	4 567
Activos por impostos diferidos	9 114	-	-	-	-	-	9 114
Outros activos	853 838	2 370	11 020	-	1 267	37	868 532
Total Activo	3.197.067	18.666	43.809	189	1.296	825	3.261.852
Passivo							
Passivos financeiros detidos para negociação	376 102	13 047	30 761	-	-	-	419 910
Recursos de outras instituições de crédito	461 412	49 193	106 440	14	-	-	617 059
Recursos de clientes e outros empréstimos	1 209 273	7 796	-	-	-	-	1 217 069
Responsabilidades representadas por títulos	53 907	-	-	-	-	-	53 907
Derivados para gestão de risco	3 626	-	-	-	-	-	3 626
Passivos não correntes detidos para venda	58 446	-	-	-	-	-	58 446
Provisões	10 618	170	-	-	-	-	10 788
Passivos por impostos diferidos	3 001	-	-	-	-	-	3 001
Outros passivos subordinados	69 246	-	-	-	-	-	69 246
Outros passivos	779 017	(51 985)	(93 391)	175	1 297	825	635 938
Total Passivo	3.024.648	18.221	43.810	189	1.297	825	3.088.990
Situação Líquida	172.419	443	0,00	0,00	0,00	0,00	172.862
Exposição Líquida	-	(10 379)	(2 332)	(61)	(27)	(825)	-
Exposição Operacional	-	(10 379)	(2 332)	(61)	(27)	(825)	-

(milhares de euros)

	31.12.2006						Valor Total
	Euros	Dólares Norte Americanos	Libras Esterlinas	Yenes Japoneses	Reais Brasileiros	Outras Moedas Estrangeiras	
Activo							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	8 733	-	5	-	-	-	8 738
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1 690	36	150	1	7	3	1 887
Activos financeiros detidos para negociação	403 271	49 869	20 321	441	-	-	473 902
Activos financeiros disponíveis para venda	61 003	5 803	-	-	-	-	66 806
Aplicações em instituições de crédito	1 072 047	16 940	64 734	-	-	-	1 153 721
Crédito a clientes	679 746	-	55	-	-	-	679 801
Derivados de cobertura	3 118	-	-	-	-	-	3 118
Outros activos tangíveis	3 489	-	-	-	-	-	3 489
Activos intangíveis	1 430	-	-	-	-	-	1 430
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolid	3 481	-	-	-	-	-	3 481
Activos por impostos correntes	469	-	3 308	-	-	-	3 777
Activos por impostos diferidos	37 608	-	-	-	-	-	37 608
Outros activos	665 477	19 229	1 000	-	195	9	685 910
Total Activo	2.941.562	91.877	89.573	442	202	12	3.123.668
Passivo							
Passivos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados	463495	41183	10056	-	-	-	514 734
Recursos de outras instituições de crédito	592 867	113 933	96 862	-	-	-	803 662
Recursos de clientes e outros empréstimos	1 058 099	1 565	-	-	-	-	1 059 664
Responsabilidades representadas por títulos	58 619	-	-	-	-	-	58 619
Derivados de cobertura com justo valor negativo	4 554	-	-	-	-	-	4 554
Provisões	12 003	121	-	-	-	-	12 124
Passivos por impostos correntes	15 357	-	-	-	-	-	15 357
Outros passivos subordinados	99 678	-	-	-	-	-	99 678
Outros passivos	466 935	2 235	919	367	195	-	470 651
Total Passivo	2.771.607	159.037	107.837	367	195	-	3.039.043
Situação Líquida	169.955	324	0,00	0,00	0,00	0,00	170.279
Exposição Líquida		(67 484)	(18 264)	75	7	12	(85 654)
Exposição Operacional	-	(67 484)	(18 264)	75	7	12	(85 654)

Risco de liquidez

O Risco de Liquidez advém da incapacidade potencial de financiar o activo satisfazendo as responsabilidades exigidas nas datas devidas e da existência de potenciais dificuldades de liquidação de posições em carteira sem incorrer em perdas significativas.

A gestão da liquidez encontra-se centralizada na Tesouraria. Esta gestão tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às suas necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. Para avaliar a exposição global a este tipo de risco são elaborados relatórios que permitem não só identificar os mismatch negativos, como efectuar a cobertura dinâmica dos mesmos.

Adicionalmente, é também realizado um acompanhamento por parte do Banco dos rácios de liquidez de um ponto de vista prudencial, calculados segundo as regras exigidas pelo Banco de Portugal.

Risco operacional

O Risco Operacional traduz-se, genericamente, na eventualidade de perdas originadas por falhas na prossecução de procedimentos internos, pelos comportamentos das pessoas ou dos sistemas informáticos, ou ainda, por eventos externos à organização.

Para gestão do risco operacional, foi desenvolvido e implementado um sistema que visa assegurar a uniformização, sistematização e recorrência das actividades de identificação, monitorização, controlo e mitigação deste risco.

Justo valor de activos e passivos financeiros registados ao custo amortizado

O justo valor dos activos e passivos financeiros que estão registados ao custo amortizado, para o BESI, é analisado como segue:

	Negociação	Designado ao Justo valor	Detido até à Maturidade	Empréstimos e Aplicações	Disponível para Venda	Outros ao Custo Amortizado	Total Valor de Balanço	Justo Valor
31 de Dezembro de 2007								
Caixa e disponibilidades bancos centrais				7 087			7 087	7 087
Disponibilidades em outras instituições de crédito				21 960			21 960	21 960
Activos finan. ao justo valor através de resultados		444 874					444 874	444 874
Activos financeiros disponíveis para venda					188 098		188 098	188 098
Aplicações em instituições de crédito				1 023 966			1 023 966	1 023 966
Crédito a clientes				625 818			625 818	625 818
Derivados para gestão de risco	1 601						1 601	1 601
Activos financeiros	1 601	444 874	-	1 678 831	188 098	-	2 313 404	2 313 404
Passivos financeiros detidos para negociação	419 910						419 910	419 910
Recursos de outras instituições de crédito						617 059	617 059	617 059
Recursos de clientes e outros empréstimos		37 291				1 179 778	1 217 069	1 217 069
Responsabilidades representadas por títulos		53 907					53 907	53 907
Derivados para gestão de risco	3 626						3 626	3 626
Passivos subordinados		69 246					69 246	69 246
Passivos financeiros	423 536	160 444	-	-	-	1 796 837	2 380 817	2 380 817
31 de Dezembro de 2006								
Caixa e disponibilidades bancos centrais				8 738			8 738	8 738
Disponibilidades em outras instituições de crédito				1 887			1 887	1 887
Activos finan. ao justo valor através de resultados		473 902					473 902	473 902
Activos financeiros disponíveis para venda					66 806		66 806	66 806
Aplicações em instituições de crédito				1 153 721			1 153 721	1 153 721
Crédito a clientes				678 115			678 115	678 115
Derivados de cobertura (activos)	3 118						3 118	3 118
Activos financeiros	3 118	473 902	-	1 842 461	66 806	-	2 386 287	2 386 287
Passivos financeiros detidos para negociação	514 734						514 734	514 734
Recursos de outras instituições de crédito						803 662	803 662	803 662
Recursos de clientes e outros empréstimos		34 091				1 025 573	1 059 664	1 059 664
Responsabilidades representadas por títulos						58 619	58 619	58 619
Derivados de cobertura (passivos)	4 554						4 554	4 554
Passivos subordinados		99 678					99 678	99 678
Passivos financeiros	519 288	133 769	-	-	-	1 887 854	2 540 911	2 540 911

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros acima referidos são analisados como segue:

Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito e Empréstimos e aplicações em instituições de crédito

Considerando aos prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

Crédito a clientes

O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas.

Recursos de outras instituições de crédito

Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

Depósitos de clientes

O justo valor destes instrumentos financeiros é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. Considerando que as taxas de juro aplicáveis são de natureza variável e o período de maturidade dos depósitos é substancialmente inferior a um ano, não existem diferenças quantificáveis no seu justo valor.

Débitos representados por títulos e Passivos subordinados

Para os instrumentos onde se adopta a contabilidade de cobertura, o seu justo valor já se encontra reflectido nas demonstrações financeiras. Para os instrumentos remanescentes, o justo valor é baseado em cotações de mercado quando disponíveis, caso não existam é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade

Os principais objectivos da gestão de capital no BESl são (i) permitir o crescimento sustentado da actividade através da geração de capital suficiente para suportar o aumento dos activos, (ii) cumprir os requisitos mínimos definidos pelas entidades de supervisão em termos de adequação de capital e (iii) assegurar o cumprimento dos objectivos estratégicos do BESl em matéria de adequação de capital.

A definição da estratégia a adoptar em termos de gestão de capital é da competência da Comissão Executiva encontrando-se integrada na definição global de objectivos do BESl.

Em termos prudenciais, o BESl está sujeito à supervisão do Banco de Portugal que, tendo por base a Directiva Comunitária sobre adequação de capitais, estabelece as regras que a este nível deverão ser observadas pelas diversas instituições sob a sua supervisão. Estas regras determinam um rácio mínimo de fundos próprios totais em relação aos requisitos exigidos pelos riscos assumidos, que as instituições deverão cumprir.

Os elementos de capital do BESl dividem-se em Fundos Próprios de Base, Fundos Próprios Complementares e Deduções, com a seguinte composição:

- ★ **Fundos Próprios de Base (Tier I):** Esta categoria inclui o capital estatutário realizado, as reservas elegíveis, os resultados retidos do período, os interesses minoritários e as acções preferenciais. São deduzidos pelo seu valor de balanço os montantes relativos a “Goodwill” apurado, activos intangíveis e desvios actuariais negativos decorrentes de responsabilidades com benefícios pós emprego a empregados acima do limite do corredor. Em 2007 passaram também a ser deduzidas em 50% do seu valor as participações superiores a 10% em instituições financeiras e entidades seguradoras.
- ★ **Fundos Próprios Complementares:** Incorpora essencialmente a dívida subordinada emitida elegível e 45% das reservas de reavaliação positivas. São deduzidas as participações em instituições financeiras e entidades seguradoras em 50% do seu valor.
- ★ **Deduções:** Compreendem essencialmente a amortização prudencial dos imóveis recebidos em dação para liquidação de créditos.

Adicionalmente, a composição da base de capital está sujeita a um conjunto de limites. Desta forma, as regras prudenciais estabelecem que os Fundo Próprios Complementares não podem exceder o Tier I. Adicionalmente, determinadas componentes dos FPC (o designado Lower Tier II) não podem superar os 50% do Tier I.

No âmbito da implementação do novo acordo de capital, designado Basileia II, o BESl estabeleceu o objectivo de utilizar as abordagens baseadas no uso de modelos internos (método “Internal Ratings Based” – IRB – para o tratamento de risco de crédito e método “Standardized Approach” – TSA – para o tratamento do risco operacional).

Em Abril de 2007, o Banco de Portugal publicou o Aviso 4/2007 que alterou as regras de determinação dos fundos próprios. Este Aviso veio alterar o tratamento das participações em instituições financeiras e entidades seguradoras, que passaram a ser deduzidas em 50% aos FPB e 50% aos FPC. Anteriormente, estas participações eram incluídas nas deduções efectuadas ao total dos fundos próprios.

Os principais movimentos ocorridos nos FPB em 2007 e 2006 apresentam-se no quadro seguinte (valores em milhares de euros):

	Dez. 06	Dez.07
Saldo no Início do exercício	141.554	135.897
Varição de Reservas e Resultados Transitados	-5.252	16.919
Varição dos Desvios Actuariais de Benefícios Pós-emprego fora dc	-188	-348
Interesses Minoritários	0	0
Deduções	0	30.739
Outros Efeitos	217	-30.126
Saldo no Fim do exercício	135.897	153.081

O quadro seguinte apresenta um sumário dos cálculos de adequação de capital do BESI para 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006:

	Dez. 06	Dez.07
Total Activos	3.123.668	3.261.852
Activos ponderados	1.518.658	2.356.886
Percentagem de ponderação	48,62%	72,26%
Requisitos de Fundos Próprios	121.493	188.551
Requisitos de Fundos Próprios Carteira Bancária	98.416	172.533
Requisitos de Fundos Próprios Carteira de Negociação	23.076	16.018
Fundos Próprios Elegíveis	201.748	208.019
Tier I	135.897	153.081
Fundos Próprios Complementares	69.687	71.127
Deduções	-3.836	-16.189
Excesso	80.255	19.469
Rácio de Solvabilidade	13,3%	8,83%
TIER I	8,9%	6,50%
Core TIER I	8,9%	6,50%

NOTA 38 – NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que o Grupo ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem ser analisadas como segue:

IFRS 2 (alterada) – Pagamentos em acções: condições de aquisição

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Janeiro de 2008 uma alteração ao IFRS 2 a qual se torna efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta alteração ao IFRS 2 permitiu clarificar que (i) as condições de aquisição dos direitos inerentes a um plano de pagamentos com base em acções limitam-se a condições de serviço ou de performance e que (ii) qualquer cancelamento de tais programas, quer pela entidade quer por terceiras partes, têm o mesmo tratamento contabilístico.

Não se esperam impactos significativos decorrentes do IFRS 2 alterada.

IFRS 3 (revista) – Concentrações de actividades empresariais e IAS 27 (alterada) Demonstrações financeiras consolidadas e separadas

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Janeiro de 2008 o IFRS 3 (revisto) *Concentrações de actividades empresarias* e uma alteração ao IAS 27 *Demonstrações financeiras consolidadas e separadas*.

Os principais impactos das alterações a estas normas correspondem: (i) ao tratamento de aquisições parciais, em que os interesses sem controlo (antes denominados de interesses minoritários) poderão ser mensurados ao justo valor (o que implica o reconhecimento total do goodwill por contrapartida dos interesses sem controlo) ou como a parcela atribuível do justo valor dos activos líquidos adquiridos (tal como actualmente requerido); (ii) aos *step acquisition* em que as novas regras obrigam, aquando do calculo do goodwill, à reavaliação, por contrapartida de resultados, do justo valor de qualquer interesse sem controlo detido previamente à aquisição tendente à obtenção de controlo; (iii) ao registo dos custos directamente relacionados com uma aquisição de uma subsidiária que passam a ser directamente imputados a resultados; (iv) aos preços contingentes cuja alteração de estimativa ao longo do tempo passa a registada em resultados e não afecta o goodwill e (v) às alterações das percentagens de subsidiárias detidas que não resultam na perda de controlo as quais passam a ser registadas como movimentos de capitais próprios.

Adicionalmente, das alterações ao IAS 27 resulta ainda que as perdas acumuladas numa subsidiária passarão a ser atribuídas aos interesses sem controlo (reconhecimento de interesses sem controlo negativos) e que, aquando da alienação de uma subsidiária, tendente à perda de controlo qualquer interesse sem controlo retido é mensurado ao justo valor determinado na data da alienação.

Esta revisão do IFRS 3 e alteração do IAS 27 são efectivas para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009. O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção destas normas alteradas.

IFRS 8 – Segmentos operacionais

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em 30 de Novembro de 2006 o IFRS 8 *Segmentos operacionais*, o qual foi adoptada para uso na União Europeia em 21 de Novembro de 2007.

O IFRS 8 define a apresentação da informação sobre segmentos operacionais de uma entidade. Esta norma especifica como uma entidade deverá reportar a sua informação nas demonstrações financeiras anuais, e como consequência alterará o IAS 34 *Reporte financeiro interino*, no que respeita à informação a ser seleccionada para reporte financeiro interino. Uma entidade terá também que fazer uma descrição sobre a informação apresentada por segmento nomeadamente resultados e operações, assim como uma breve descrição de como os segmentos são construídos.

Esta norma é de aplicação mandatária a partir de 1 de Janeiro de 2009.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IAS 1 (alterado) – Apresentação das demonstrações financeiras

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Setembro de 2007 o IAS 1 (alterado) *Apresentação de demonstrações financeiras*, o qual é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

O IAS 1 (alterado) exige que a informação financeira seja agregada na preparação das demonstrações financeiras, em função das suas características de base e introduz a demonstração de “comprehensive income”.

Na sequência das alterações impostas por esta norma os utilizadores das demonstrações financeiras poderão mais facilmente distinguir as variações nos capitais próprios do Grupo decorrentes de transacções com accionistas, enquanto accionistas (ex. dividendos, transacções com acções próprias) e transacções com terceiras partes, ficando estas resumidas na demonstração de “comprehensive income”.

As alterações impostas pelo IAS 1 terão efeito ao nível da apresentação das demonstrações financeiras do Grupo estando actualmente em curso um trabalho com vista à determinação da extensão das modificações necessárias.

IAS 23 (alterado) – Custos de empréstimos obtidos

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Março de 2007 o IAS 23 (alterado) *Custos de empréstimos obtidos*, o qual é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta norma exige que as entidades capitalizem os custos de empréstimos obtidos directamente atribuíveis ao custo de aquisição, construção ou produção de um activo qualificável, como parte integrante do custo de aquisição, construção ou produção desse activo. Assim, a opção de registar tais custos directamente nos resultados é eliminada.

Activos qualificáveis correspondem àqueles que necessitam de um período substancial de tempo para ficar prontos para o seu uso pretendido ou para venda.

O Grupo não espera que esta alteração ao IAS 23 tenha um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

Alteração ao IAS 32 - Instrumentos financeiros: apresentação – Instrumentos financeiros ‘puttable’ e obrigações decorrentes de liquidação

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Fevereiro de 2008 uma alteração ao IAS 32 *Instrumentos financeiros: Apresentação – Instrumentos financeiros ‘puttable’ e Obrigações decorrentes de liquidação* a qual é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta alteração afecta a classificação de instrumentos financeiros ‘puttable’ e de obrigações decorrentes de liquidação. De acordo com os actuais requisitos do IAS 32, os instrumentos financeiros (i) reembolsáveis em dinheiro ou através da entrega de outros activos financeiros ou (ii) que concedem ao detentor um direito de exigir que o emitente proceda a sua reacquirição (instrumentos ‘puttable’), são classificados como passivos financeiros. A alteração agora efectuada a esta norma, implica que alguns instrumentos que actualmente qualificam como passivos financeiros, passem a ser reconhecidos como instrumentos de capital, caso os mesmos representem o interesse residual último nos activos líquidos de uma entidade.

O IASB alterou ainda o IAS 1 *Apresentação de demonstrações financeiras* tendo incluído requisitos adicionais de divulgação relativos a este tipo de instrumentos.

Não se prevê que a presente alteração ao IAS 32 venha a ter qualquer impacto ao nível das demonstrações financeiras do Grupo.

IFRIC 11 – IFRS 2 – Transacções com acções próprias ou acções de outras entidades do Grupo

O *International Financial Reporting Committee* (IFRIC) emitiu em 2 de Novembro de 2006 a IFRIC 11 IFRS 2 – *Transacções com Treasury shares e Grupo*.

O IFRIC 11 vem esclarecer em que condições os pagamentos com base em acções previstos no IFRS 2, envolvendo acções próprias ou acções de outras entidades do Grupo, deverão ser classificados nas demonstrações financeiras individuais das empresas do Grupo com sendo pagamentos com base em acções com liquidação física ou com liquidação financeira.

Este IFRIC é de aplicação obrigatória para o Grupo a partir de 1 de Janeiro de 2008.

Não se prevê que a presente norma venha a ter qualquer impacto ao nível das demonstrações financeiras do Grupo.

IFRIC 12 – Contratos de concessão de serviços

O IFRIC 12 *Contratos de concessão de serviços* entra em vigor em 1 de Janeiro de 2008.

O IFRIC 12 aplica-se a contratos de concessão de serviços público-privados. Esta norma aplicar-se-á apenas a situações onde o concedente a) controla ou regula os serviços prestados pelo operador, e b) controla, os interesses residuais das infra estruturas, na maturidade dos contratos.

Não se prevê que a presente norma venha a ter qualquer impacto ao nível das demonstrações financeiras do Grupo.

IFRIC 13 – Programas de fidelização de clientes

O IFRIC 13 Programas de fidelização de clientes foi emitido em Julho de 2007 e entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2008, sendo por isso apenas relevante para o Grupo a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta interpretação aplica-se a programas de fidelização de clientes, onde são adjudicados créditos aos mesmos como parte integrante de uma venda ou prestação de serviços e estes poderão trocar esses créditos, no futuro, por serviços ou mercadorias gratuitamente ou com desconto.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma ao nível das suas demonstrações financeiras.

IFRIC 14 – IAS 19 - Limite de activos de benefícios definidos, requisitos de financiamento mínimos e sua interacção

O IFRIC 14 IAS 19 - *Limite de activos de benefícios definidos, requisitos de financiamento mínimos e sua interacção* é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2008.

Esta interpretação define as condições que devem ser consideradas na avaliação do reconhecimento de activos relacionados com planos de pensões à luz dos limites estabelecidos no parágrafo 58 do IAS 19, e discute a interacção destas regras com os eventuais requisitos mínimos de financiamento estabelecidos legal ou contratualmente.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma ao nível das suas demonstrações financeiras.

**Relatório e Parecer
do Conselho Fiscal do**

**Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.
relativo ao exercício de 2007**

Ao Accionista do
Banco Espírito Santo de Investimento

Nos termos da legislação em vigor, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida pelo Conselho Fiscal sobre o Relatório de Gestão, as contas individuais e consolidadas e a proposta de aplicação de resultados, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, apresentados pelo Conselho de Administração do Banco Espírito Santo de Investimento (doravante, BESI).

Durante o exercício de 2007 o Conselho Fiscal do BESI, no âmbito das suas atribuições, acompanhou, nos termos da Lei e dos estatutos, a evolução da gestão e da actividade do BESI, nomeadamente:

- (i) apreciou a eficácia dos sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna;
- (ii) participou, nas reuniões do Conselho de Administração, sempre que foi convocado para as mesmas;
- (iii) analisou os documentos de informação de gestão que nos foram apresentados pelo Conselho de Administração;
- (iv) acompanhou a verificação dos registos contabilísticos e dos correspondentes documentos de suporte;
- (v) apreciou as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados pelo BESI; e
- (vi) teve reuniões, sempre que necessárias, sobre a apreciação das políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados pelo BESI, com o Revisor Oficial de Contas que sempre prestou as informações tidas como relevantes.

O Conselho Fiscal apreciou também, nos termos da Lei, o Relatório de Fiscalização Anual elaborado pelo Revisor Oficial de Contas, relativo às contas individuais e consolidadas, tendo igualmente tomado conhecimento da Certificação Legal de Contas (individual e consolidada), sobre as referidas demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2007, que não apresentam quaisquer reservas ou ênfases e com as quais concorda.

Foi ainda analisado o Relatório de Gestão elaborado pelo Conselho de Administração, que no entender deste Conselho cumpre os requisitos legais e estatutários, tanto em termos individuais como em termos consolidados.

O Conselho Fiscal tomou ainda conhecimento das conclusões do Relatório de Auditoria elaborado por uma sociedade de auditoria internacional.

Face ao exposto, é parecer deste Conselho que seja aprovado:

- ◆ O Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007;
- ◆ A proposta, apresentada pelo Conselho de Administração de aplicação do resultado líquido individual do exercício de 2007, no montante de 32.358.338,15 euros.

Lisboa, 26 de Março de 2008

O CONSELHO FISCAL

José Manuel Macedo Pereira

(Presidente)

Tito Manuel das Neves Magalhães Basto

Mário Paulo Bettencourt de Oliveira

Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.,

**CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS
E
RELATÓRIO DE AUDITORIA**

(Contas Individuais)

INTRODUÇÃO

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no relatório de gestão e nas demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, do **“Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.”**, as quais compreendem: o Balanço (que evidencia um total de 3.261.852 milhares de euros e um total de capital próprio de 172.862 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 32.358 milhares de euros), as Demonstrações dos resultados por naturezas, a Demonstração dos fluxos de caixa, as alterações nos capitais próprios do exercício findo naquela data e as correspondentes Notas explicativas.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

RESPONSABILIDADES

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) emitidas pelo Banco de Portugal que têm como base a aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) em vigor e adoptadas na União Europeia, com excepção das matérias definidas nos nºs 2º e 3º do Aviso nº 1/2005 e no nº 2º do Aviso nº 4/2005 do Banco de Portugal (“NCA’s”), que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa;
 - b) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

ÂMBITO

5. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
 - a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
6. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.
7. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

8. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **“Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.”**, em 31 de Dezembro de 2007, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas conforme definidas pelo Banco de Portugal e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 25 de Março de 2008

Dr. José Maria Ribeiro da Cunha
em representação de:

“AMÁVEL CALHAU, RIBEIRO DA CUNHA E ASSOCIADOS
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas -”

RELATÓRIO ANUAL SOBRE A FISCALIZAÇÃO EFECTUADA**EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007****Contas Individuais**

1. Nos termos do nº 2 do artigo 451 do Código das Sociedades Comerciais e da alínea a) do nº 1 do artigo 52º do Decreto-Lei nº 487/99 de 16 de Novembro, e demais legislação aplicável, vem esta sociedade, na qualidade de revisor oficial de contas, membro do Conselho Fiscal do **Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.**, apresentar o seu relatório anual sobre a fiscalização efectuada no exercício de 2007.
2. O nosso trabalho consistiu num exame às demonstrações financeiras, aos registos contabilísticos e seus documentos de suporte, do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A., referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal.
3. Foram aplicados os procedimentos de auditoria internacionalmente aceites e as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, com a profundidade e extensão que se consideraram necessárias nas circunstâncias.
4. De entre outros, foram realizados os seguintes procedimentos:
 - 4.1 Apreciação do sistema de controlo interno existente no Banco, tendo sido efectuados os testes de conformidade que consideramos apropriados;
 - 4.2 Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos de suporte;
 - 4.3 Apreciação das políticas contabilísticas do Banco quanto à sua adequação e consistência;
 - 4.4 Acompanhamento da gestão do Banco, através da leitura de actas do Conselho de Administração e de reuniões havidas com os seus representantes, tendo sido solicitados e obtidos os esclarecimentos considerados necessários;
 - 4.5 Verificação da conformidade das demonstrações financeiras, que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2007, as Demonstrações dos resultados, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio do exercício então findo, bem como as respectivas notas explicativas a estas demonstrações financeiras, com as normas contabilísticas aplicáveis em Portugal, nomeadamente as NCA tal como definidas pelo Banco de Portugal;
 - 4.6. Análise da informação financeira divulgada, tendo sido, entre outros, efectuados os testes substantivos seguintes, considerados adequados em função da materialidade dos valores envolvidos:
 - 1 - Verificação do cumprimento das disposições legais e estatutárias;

- 2 - Confirmação dos saldos das disponibilidades à vista e outros créditos sobre instituições de crédito;
 - 3 - Verificação por amostragem dos processos de créditos sobre clientes;
 - 4 - Análise dos movimentos ocorridos nas imobilizações corpóreas e incorpóreas bem como nas respectivas amortizações;
 - 5 - Análise dos Outros activos e passivos;
 - 6 - Análise do registo e da valorização dos activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para vendas;
 - 7 - Análise das outras contas do Passivo, com realce para os recursos de outras instituições de crédito e recursos de clientes;
 - 8 - Análise e revisão da adequação das provisões para imparidade do crédito registadas no balanço, e da imparidade de outros activos financeiros, quer numa perspectiva económica quer tendo em consideração as regras aplicáveis do Banco de Portugal;
 - 9 - Análise da situação fiscal do Banco;
 - 10 - Exame analítico das várias componentes dos custos e proveitos, perdas e ganhos, registados no exercício, com particular atenção ao seu reconhecimento;
 - 11 - Apreciação da informação divulgada nas Notas explicativas às demonstrações financeiras.
5. Apreciamos ainda a conformidade do Relatório do Conselho de Administração com as contas examinadas e verificamos que satisfaz os requisitos legais.
6. Em consequência do exame efectuado, emitimos nesta data a respectiva certificação legal de contas sem qualificações.
7. Agradecemos toda a colaboração prestada pelo Conselho de Administração e pelos Serviços e estamos ao vosso dispor para esclarecer qualquer eventual dúvida.

Lisboa, 25 de Março de 2008

Dr. José Maria Ribeiro da Cunha
em representação de:
“Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas”

**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

BANCO ESPÍRITO SANTO DE INVESTIMENTO, S.A.

RELATÓRIO DOS AUDITORES

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras do **Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.**, as quais compreendem: o Balanço em 31 de Dezembro de 2007 (que evidencia um total de 3.261.852 milhares de euros e um total de capital próprio de 172.862 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 32.358 milhares de euros), as Demonstrações dos resultados, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas explicativas.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal que têm como base a aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor tal como adoptadas na União Europeia, com excepção das matérias definidas nos nºs 2º e 3º do Aviso nº 1/2005 e no nº 2º do Aviso nº 4/2005 do Banco de Portugal (NCA), que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa;
 - b) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; e
 - c) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.** em 31 de Dezembro de 2007, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) conforme emitidas pelo Banco de Portugal.

Lisboa, 26 de Março de 2008

**KPMG & Associados – Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Representada por

Inês Maria Bastos Viegas Clare Neves Girão de Almeida
(ROC n.º 967)

EXTRACTO DA ACTA NÚMERO CINQUENTA E OITO DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA GERAL UNIVERSAL REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE 2008 REFERENTE À APROVAÇÃO DO RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2007 E DA RESPECTIVA PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS:

“No dia vinte e oito de Março de dois mil e oito, pelas dezasseis horas, teve lugar na sua sede social sita em Lisboa, no Edifício Quartzó, Rua Alexandre Herculano, número trinta e oito, a assembleia geral anual do BANCO ESPÍRITO SANTO DE INVESTIMENTO, S.A., pessoa colectiva número 501.385.932 e sob este número matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com o capital social, integralmente realizado, de setenta milhões de euros, para deliberar sobre a seguinte Ordem de Trabalhos:

(...)

*Passou-se então à apreciação do **PONTO UM** da Ordem de Trabalhos, tendo o Senhor Dr. José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi, na qualidade de representante do accionista único, aprovado o Relatório de Gestão Consolidado e as Contas Consolidadas do Banco relativos ao exercício de dois mil e sete.*

*Passando ao **PONTO DOIS** da Ordem de Trabalhos, tomou novamente a palavra o Senhor Dr. José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi, o qual, em nome de todo o Conselho de Administração, apresentou a seguinte proposta de aplicação de resultados, aprovada em reunião do Conselho de Administração que teve lugar no passado dia vinte e quatro de Março:*

“Considerando que a conta de resultados do exercício apresentou em 31 de Dezembro de 2007 um saldo positivo de € 32.358.338,15, o Conselho de Administração, nos termos da sua competência estatutária, submete à Assembleia Geral a seguinte proposta de Aplicação de Resultados do exercício:

(i) para o fundo de reserva legal: € 3.235.833,81;

(ii) para distribuição de dividendos: € 22.807.805,92, dos quais foram já pagos, a título de Dividendos Antecipados no decurso do exercício, € 19.307.805,92;

(iii) para reservas livres: € 6.314.698,42;

TOTAL: € 32.358.338,15”

Adicionalmente, o Senhor Dr. José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi lembrou que, em Assembleia Geral realizada no passado dia 23 de Novembro de 2007, foi aprovada a distribuição de parte das Reservas Livres, no montante de € 7.692.194,08.

Tendo sido a proposta colocada à votação, a mesma foi aprovada pelo voto favorável do accionista único.

*De seguida, entrou-se no **PONTO TRÊS** da Ordem de Trabalhos, tendo sido aprovado pelo accionista único o Relatório do Conselho de Administração e o Balanço e Contas Individuais do Banco, relativos ao exercício de dois mil e sete.*

(...)

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião da Assembleia Geral, eram dezassete horas e vinte minutos, tendo sido lavrada a presente acta que vai assinada pelo representante do accionista único, pelo Presidente da Mesa e por mim que, na qualidade de Secretário, a elaborei.”

